

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
EDUCAÇÃO  
DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA



ORIENTAÇÕES GERAIS

Respeito na Escola

# Respeito na Escola

ORIENTAÇÕES GERAIS

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS







E D U C A Ç Ã O E M D I R E I T O S H U M A N O S


E D U C A Ç Ã O E M D I R E I T O S H U M A N O S



RESPEITAR É PRECISO!  
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS



  
**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
EDUCAÇÃO  
DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA



Respeitar  
é preciso !

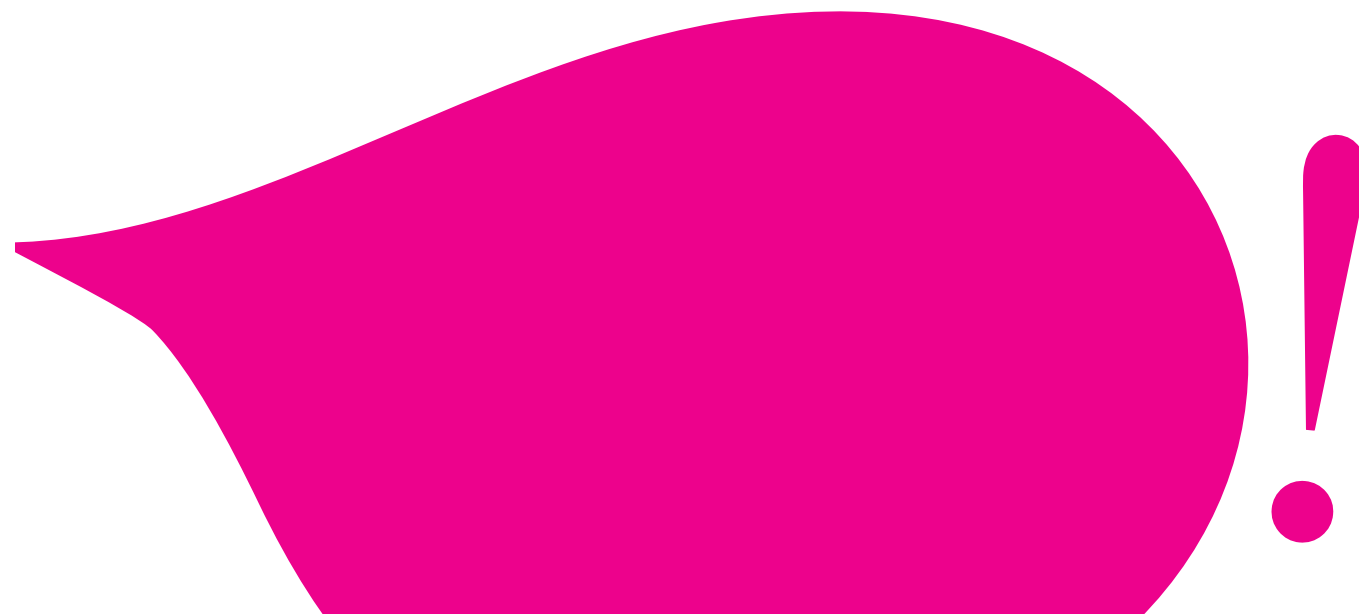


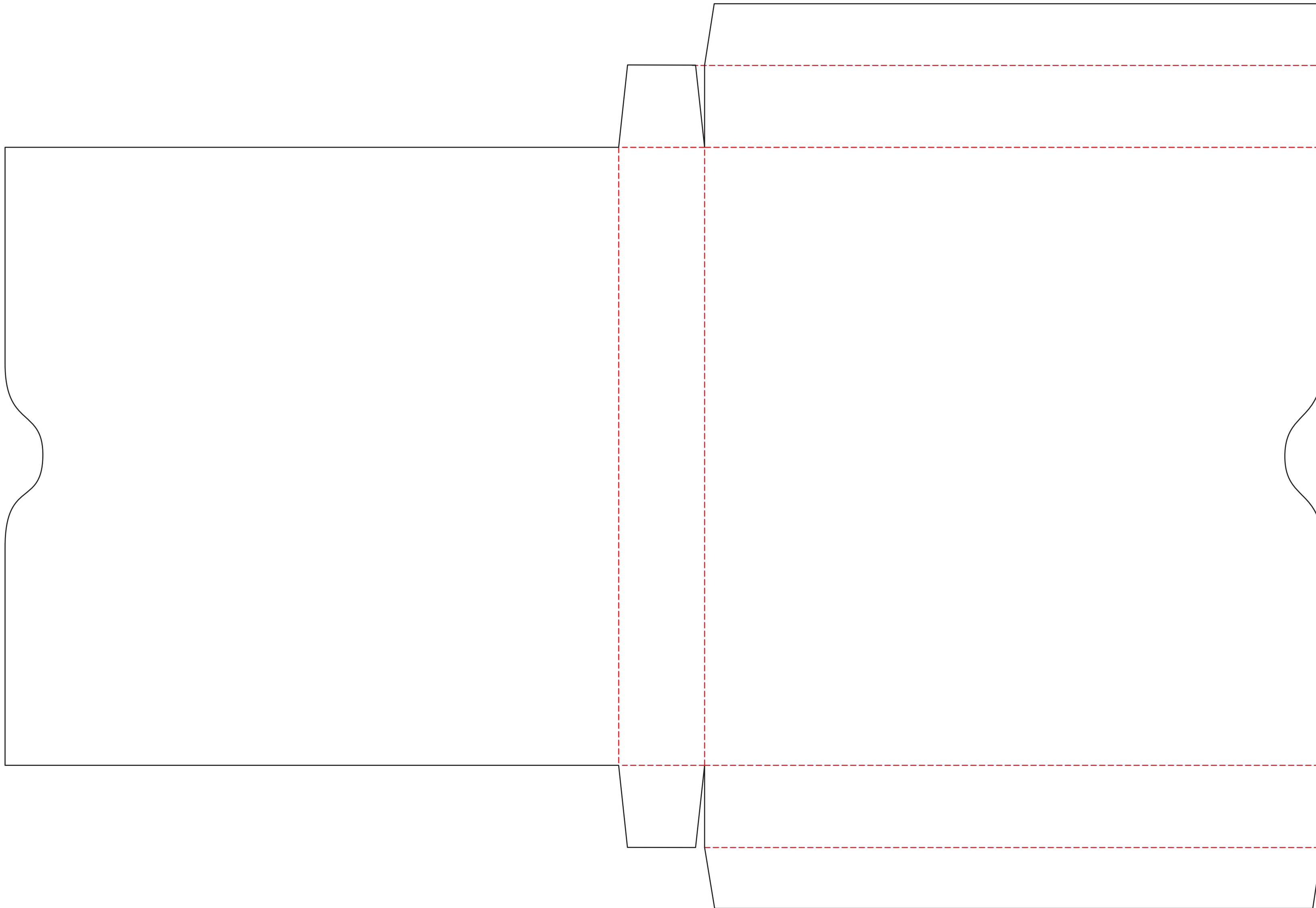


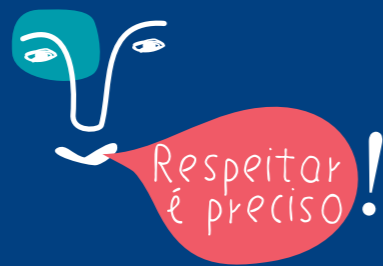
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

RESPEITAR É PRECISO!  
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS







# Diversidade e Discriminação

E D U C A Ç Ã O E M D I R E I T O S H U M A N O S

E D U C A Ç Ã O E M D I R E I T O S H U M A N O S



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
EDUCAÇÃO  
DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA









# Democracia na Escola

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
EDUCAÇÃO  
DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA







# Sujeitos de Direito

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
EDUCAÇÃO  
DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA







# Respeito e Humilhação

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
EDUCAÇÃO  
DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA









EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Respeitar  
é preciso



São Paulo | dezembro de 2015



Prefeitura de São Paulo

**Fernando Haddad**

Secretaria Municipal de Direitos Humanos  
e Cidadania de São Paulo

**Eduardo Suplicy**

*Secretário executivo*

**Rogério Sotilli**

Coordenação de Educação em Direitos Humanos  
*Coordenador geral*

Eduardo Bittar

*Coordenador adjunto*

Jonas Waks

*Assessores*

Aline Vicentin

Pedro Peruzzo

Secretaria Municipal de Educação  
de São Paulo

**Gabriel Chalita**

*Diretoria de Orientação Técnica  
da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo*

**Joane Vilela Pinto**

Instituto Vladimir Herzog

**Ivo Herzog**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Respeito na Escola: Orientações Gerais: educação em direitos humanos /  
Vlado Educação - Instituto Vladimir Herzog . --  
2. ed. -- São Paulo : Instituto Vladimir  
Herzog, 2016. -- (Projeto RESPEITAR É PRECISO!)

Bibliografia

1. Cidadania 2. Educação em direitos humanos  
3. Educação inclusiva I. Vlado Educação - Instituto  
Vladimir Herzog. II. Série.

15-10817

CDD-370.115

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Educação em direitos humanos 370.115

**Vlado Educação**

*Direção educacional*

Ana Rosa Abreu

*Coordenação educacional*

Neide Nogueira

*Equipe educacional*

Ana Lúcia Catão

Celinha Nascimento

Maria da Paz Castro

Maria Paula Zurawski

*Consultoria*

Cristina Vicentin

Flávia Schilling

Maria Victoria Benevides

*Produção participativa*

Professores, funcionários, gestores, técnicos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo e membros das comunidades escolares que participaram dos cursos Respeitar é Preciso!, realizados em 2014 nos Centros de Educação em Direitos Humanos, em São Paulo (SP)

*Revisão de texto*

Jandira Queiroz

*Projeto gráfico*

S,M&A Design | Samuel Ribeiro Jr.

*Ilustrações*

Lúcia Brandão

Este material tem autorização para franca multiplicação, respeitados os direitos de autor e citadas adequadamente as fontes.





## Sumário

Prólogo, <i>Gabriel Chalita</i>	5
Prólogo, <i>Joane Vilela</i>	7
Prefácio, <i>Eduardo Matarazzo Suplicy</i>	9
Prefácio, <i>Rogério Sottili</i>	11
Apresentação, <i>Eduardo Bittar e Jonas Waks</i>	13
Carta para os educadores e as educadoras, <i>Vlado Educação</i>	15
<b>PARTE I. Sobre o Projeto Respeitar é Preciso!</b>	
1. Uma proposta para toda a escola	21
2. Objetivos do Projeto	24
3. Processo de desenvolvimento do Projeto	25
4. Atores para o desenvolvimento do Projeto	27
5. Encontros: espaços e tempos	28
6. Antes de começar...	30
<b>PARTE II. Uma escola respeitosa para todos</b>	
<b>Etapa 1. Respeito e Direitos Humanos</b>	35
1. Café com Respeito: começando juntos	35
2. Direitos Humanos: do que estamos falando?	38
3. Respeito é bom e eu gosto	42
4. Educação em Direitos Humanos	44
<b>Etapa 2. Um pacto pelos Direitos Humanos</b>	55
1. Mapa dos sonhos para a escola	55
2. Pacto pelo respeito mútuo	57
3. Fazendo valer as experiências anteriores	59
<b>Etapa 3. Mapeamento: um olhar cuidadoso para a escola</b>	75
1. Navegar pela escola	76
2. O mapeamento: identificando problemas e potencialidades	79





<b>Etapa 4. Plano de ação: é hora de agir</b>	<b>105</b>
1. Agir com prioridades	105
2. Do pensamento à ação	108
3. O plano entra em ação	111
<b>PARTE III. EDH para todas as idades</b>	
<b>Orientações para a Educação Infantil</b>	
I. Educação em Direitos Humanos na Educação Infantil	117
II. Educação em Direitos Humanos nos Centros de Educação Infantil	119
III. Educação em Direitos Humanos nas Escolas Municipais de Educação Infantil	127
<b>Orientações para o Ensino Fundamental</b>	
I. Educação em Direitos Humanos no Ensino Fundamental	139
II. Educação em Direitos Humanos no Ciclo de Alfabetização	160
III. Educação em Direitos Humanos no Ciclo Interdisciplinar	166
IV. Educação em Direitos Humanos no Ciclo Autoral	172
<b>Bibliografia</b>	
1. Direitos Humanos	184
2. Educação em Direitos Humanos	194
3. Métodos e experiências sobre democracia, processos participativos, diálogo e conflitos na escola	201



## PRÓLOGO

Caros educadores,

**Q**uando falamos em Educação em Direitos Humanos, referimo-nos aos direitos fundamentais que marcam a trajetória de uma pessoa. Ao direito à vida, à liberdade, à educação e ao trabalho. Direito de ter voz. E vez. E de ser diferente. Direito à dignidade, enfim. E o ponto de partida para a garantia desses direitos é priorizar e disseminar valores como igualdade, solidariedade, dignidade, justiça, amizade e respeito.

Respeito! Respeito é uma palavra de origem latina, *respectus*, que significa “olhar outra vez”. Ou seja, algo que seja digno de um segundo olhar merece respeito. Merece consideração, apreço, deferência. Não somos únicos, precisamos uns dos outros. Somos seres sociais. Vivemos em sociedade. Uma sociedade diversa, rica e arlequina, que exige respeito na arte de conviver.

E a escola é um espaço potencial de convivência. Nela, trabalhamos nossas habilidades e aprendemos a lidar com a riqueza da diversidade. E, quanto mais harmonioso for o ambiente, mais efetivo será o desenvolvimento dos aprendizes. Dessa forma, a Educação



em Direitos Humanos impõe-se como conteúdo indispensável nas escolas, construindo e disseminando valores profundos em cada uma de nossas crianças, em cada um de nossos jovens. Valores que levarão consigo por toda a vida, tornando-os seres mais generosos, éticos, respeitosos e capazes de abarcar a natureza humana em sua pluralidade. Enfim, seres mais felizes.

Esta segunda edição de *Respeitar é Preciso! Educação em Direitos Humanos* reforça esse importante papel, apresentando novas práticas e vivências dos direitos que fazem do diálogo, da justiça e da tolerância os protagonistas de uma luta que deve ser contínua e propagada por toda a sociedade em nome de uma harmoniosa convivência. Se não respeitamos e acolhemos a diversidade, corremos o risco de fomentar as desigualdades.

Para ter uma cidade, um país, um mundo mais tolerante e gentil, é preciso que, juntos, compreendamos que somos peças-chave da engrenagem de uma sociedade que se pretende mais humana e mais justa. Somos todos responsáveis pela construção de um mundo solidário, fraterno, harmonioso.

**Gabriel Chalita**  
Secretário Municipal de Educação



## PRÓLOGO

Caros profissionais municipais da educação,



colhemos esta iniciativa de impressão e multiplicação da segunda edição do material pedagógico *Respeitar é Preciso! Educação em Direitos Humanos* como parte integrante do Programa Mais Educação São Paulo e política pública voltada à formação humana, social e cidadã, essencial para a transformação positiva dos valores e das práticas na Rede Municipal de Ensino, considerando os desafios de ensinar e aprender em contextos de violências, desigualdades e discriminações.

A recente conquista do Município, trazida pelo Plano Municipal de Educação (PME), inscreve a Educação em Direitos Humanos como uma das Diretrizes da Educação Municipal, e este material encontra-se à frente, consolidando iniciativas na implementação, nos entendimentos, nas práticas e nos desafios contidos no PME, entre eles, a formação de uma cultura de respeito à pessoa humana, independentemente de quaisquer condicionantes, e da promoção de valores que fortaleçam o convívio humano pacífico, livre, justo, diverso, equilibrado, solidário, cidadão.

O material pedagógico *Respeitar é Preciso! Educação em Direitos Humanos* surgiu da consulta e do trabalho conjunto e participativo de inúmeros atores e profissionais da Secretaria Municipal de Educação (SME), como iniciativa



da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e do Instituto Vladimir Herzog (Vlado Educação).

Estamos avançando nesta nova edição para ampliar os propósitos iniciais do Projeto, atender e alcançar o maior número de escolas interessadas, manifestadas por adesão, segundo levantamento das Diretorias Regionais de Educação.

Que a Rede Municipal de Ensino de São Paulo possa receber o material pedagógico como apoio importante para as práticas de ensino sobre valores dos Direitos Humanos.

Boa leitura a todas e todos!

**Joane Vilela Pinto**  
Diretor de Orientação Técnica  
da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo





## PREFÁCIO

Caros profissionais municipais da educação,

A segunda edição do material pedagógico original da Rede Municipal de Ensino de São Paulo revela a conexão, a coerência que o processo participativo de elaboração propôs desde o início do Projeto e os resultados de legitimidade e acolhida recebidos pelos(as) parceiros(as) da iniciativa. A primeira edição foi gerada em vinte escolas que participam do raio de abrangência dos quatro Centros de Educação em Direitos Humanos e serviu como projeto piloto. Agora, já discutida, testada, experimentada, trabalhada, revista em conjunto com experiências formativas, passa a incorporar sugestões, críticas, opiniões, seja das Diretorias Regionais de Ensino (DREs), seja de integrantes do Grupo de Trabalho Intersecretarial de Educação em Direitos Humanos (GTI-EDH), da Diretoria de Orientação Técnica (DOT) da Secretaria Municipal de Educação (SME), dos membros do Núcleo de Educação em Direitos Humanos da SME, de diversos profissionais da educação, bem como de consultores especializados. O material nascido na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) ganha viabilidade na parceria com a SME, para ser um material de maior alcance na Rede Municipal de Ensino.

A principal característica deste material – diligentemente construído pelo Instituto Vladimir Herzog (Vlado Educação) – é que ele não foi “importado” de fora da experiência da Rede Municipal, para ganhar depois o “chão da





escola”, como se costuma dizer no jargão dos profissionais da educação. O processo foi invertido, ou seja, foi do chão da escola para as mentes dos profissionais da educação e, daí, se incorporou às práticas de inúmeras Unidades Educacionais, para se tornar um material de referência, agora, em escala maior, para uso e aplicação das escolas que aderirem ao interesse de integrar os propósitos contidos no material.

E quais são? Educar para os direitos humanos, colaborar para uma cultura de paz, desenvolver os potenciais da gestão democrática, disseminar categorias básicas para os desafios de lidar com violações de direitos, consolidar a cultura do respeito ao outro – independentemente de quaisquer condicionantes –, afirmar a importância da democracia, admoestar quanto ao passado político repressor, estimular a diversidade e o olhar para a alteridade, prevenir práticas de violências no cotidiano. É assim que os valores contidos nos direitos humanos começam a conquistar “mentes e corações”, como sempre faz questão de verbalizar a professora Maria Victoria Benevides.

**Eduardo Matarazzo Suplicy**  
Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania





## PREFÁCIO

Caros educadores da cidade de São Paulo,

**D**esde quando iniciamos o processo de preparação, produção, escrita, diálogo, escuta, debate e construção do material *Respeitar é Preciso! Educação em Direitos Humanos*, muitos passos foram dados. Esse processo remonta a 2013-2014, e, agora, em 2015, produzimos esta segunda edição, a ser multiplicada em escala maior Rede Municipal de Ensino de São Paulo, como material consolidado, respeitado e conhecido pelos profissionais da educação da Cidade de São Paulo. A parceria entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e o Instituto Vladimir Herzog foi de fundamental importância para este resultado. E não para por aí, pois o material vem se tornando referência em São Paulo e no Brasil, e queremos seu mais amplo alcance.

O que há de importante e de singular neste material é a sua origem, ou seja, a experiência se dá no âmbito dos quatro Centros de Educação em Direitos Humanos, criados na parceria entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria Municipal de Educação, visando exatamente consolidar espaços para produzir conhecimentos, disseminar temas de direitos humanos e construir iniciativas valiosas para toda a Rede. É assim que, aos poucos, viemos tornando a Educação em Direitos Humanos (EDH) uma realidade de ampla prática e, com



isso, consolidando as políticas públicas de EDH projetadas, formuladas e debatidas pela Coordenação de Educação em Direitos Humanos.

A luta por direitos humanos hoje, no Brasil, não é simples e não é fácil, especialmente considerando ameaças de retrocessos e uma cultura antiprogressista, que se torna infensa à consolidação da democracia no país. Por isso, a luta de educadores e educadoras se soma à luta de militantes, movimentos e idealizadores de políticas públicas, trazendo contribuições que são muito importantes para operar uma tarefa sem igual: promover uma revolução silenciosa na *consciência de todas e todas*, em favor da justiça, da diversidade, dos valores humanos, da cidadania, da igualdade, do respeito e da cultura dos direitos humanos.

Muito sucesso ao material, às ideias que projetar, bem como às práticas que dele puderem surgir!

**Rogério Sottili**  
Secretário Adjunto Municipal de Direitos Humanos e Cidadania



## APRESENTAÇÃO



produção da segunda edição do material *Respeitar é Preciso! Educação em Direitos Humanos* reflete a legitimidade da iniciativa e de sua construção democrática e participativa no âmbito da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Esse passo adiante faz com que o material, apoiado pela Secretaria Municipal de Educação (SME), em especial pela Divisão de Orientação Técnico-Pedagógica da Diretoria Regional de Educação (DOT-DRE), seja adotado em escolas que não foram aquelas do projeto piloto de formulação da primeira edição. Isso amplia a disseminação do material para o âmbito das 13 DREs, levando a proposta de forma mais ampla à Cidade de São Paulo, mas também amplia o desafio na recepção e no uso pelas Unidades Escolares. A metodologia nele incorporada e as falas dos profissionais da educação nele incorporadas permitirão sua absorção sem dificuldades, na medida em que a Educação em Direitos Humanos é agora um elemento constitutivo da forma como a Educação Municipal será desenvolvida, especialmente considerando o valor simbólico do Plano Municipal de Educação (2015).



Ademais, não deve estranhar às práticas de ensino que a transformação social, os direitos, os valores, o respeito, a dignidade humana, a democracia, o reconhecimento e a valorização das diferenças estejam a permear as atividades escolares, em seus diversos âmbitos. E é por essa construção que os vários espaços de trabalho conjunto entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e a Secretaria Municipal de Educação, como o Grupo de Trabalho Intersecretarial de Educação em Direitos Humanos e o Núcleo de Educação em Direitos Humanos, vieram se empenhando.

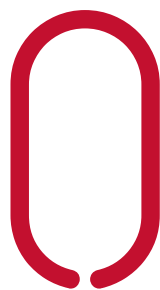
Esta segunda edição municipal se torna não somente um passo adiante no âmbito do projeto, mas, sobretudo, o resultado da incorporação de uma série de aprimoramentos e modificações de texto que são fruto do diálogo criador e participativo com os profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino, que não apenas aceitaram o desafio de trabalhar com o material, mas de fato abraçaram e incorporaram a Educação em Direitos Humanos como estratégia de transformação da realidade escolar, visando ao alcance de valores significativos para a escola e para a sociedade.

Temos, pois, essa iniciativa original como bem-sucedida, após longo processo de formação e elaboração, sabendo que o material veio se qualificando e construindo a sua própria história, em seu itinerário de formulação e reformulação, que ganha corpo para se expandir ao alcance de ainda mais profissionais da educação da Rede, apenas reforçando a proposta original de contribuir significativamente para a consolidação da Educação em Direitos Humanos na Cidade de São Paulo.

***Eduardo Bittar e Jonas Waks***  
Coordenação de Educação em Direitos Humanos  
da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania



## CARTA PARA OS EDUCADORES E AS EDUCADORAS



Projeto Respeitar é Preciso! veio para fazer história. Com a finalidade de implementar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos na Educação Básica (2013), esse projeto é um espaço para que todos possam experimentar e construir o caminho de cada escola para a implantação da Educação em Direitos Humanos (EDH).

Uma das frentes do Instituto Vladimir Herzog, o Vlado Educação atua na área educacional para promover a cultura dos Direitos Humanos e tem a satisfação de desenvolver esse projeto junto com todos os participantes.

Este material foi organizado para subsidiar a prática sem engessá-la. Cada escola fará o uso que considerar mais adequado a seu contexto, sua equipe, sua comunidade, sua história, enfim, suas condições humanas, materiais, de tempo e espaço. O Respeitar é Preciso! existe para orientar e “estar junto” nessa empreitada.



Além de suporte para as ações na escola, este material tem como objetivo orientar o processo de formação continuada, que, com a interlocução e a assessoria da equipe do Vlado Educação, buscará tematizar as práticas que serão desenvolvidas para a implementação da EDH.

Como é essencial que este material dialogue com a realidade das escolas do município, com todos os integrantes da comunidade escolar e com as especificidades dos diferentes segmentos da escolaridade (Educação Infantil e Ensino Fundamental), para a sua elaboração, utilizamos duas estratégias: 1) Realização de uma pesquisa qualitativa, na forma de grupos focais, com professores, alunos, gestores, familiares e funcionários; 2) Realização de três módulos do curso Respeitar é Preciso!, sendo dois voltados a todos os integrantes das comunidades escolares das regiões dos quatro Centros de Educação em Direitos Humanos (CEDHs) e um voltado aos gestores das escolas que integram o Projeto.

Isso nos permitiu compreender como as escolas municipais vivem hoje a questão do respeito mútuo, bem como pudemos submeter parte do material produzido à avaliação dos participantes dos cursos, o que nos possibilitou detectar, com o auxílio dos especialistas consultores do Projeto, os pontos fracos e fortes do que estávamos produzindo.

Esta segunda edição do material do Projeto Respeitar é Preciso! incorpora a experiência de sua realização nas escolas durante o ano de 2015, além de pareceres e troca com a Diretoria de Orientação Técnica da Secretaria Municipal de Educação (DOT-SME) e seus núcleos, das diferentes coordenações da SMDHC-SP e de contribuições de consultores especialistas, o que enriqueceu e aprimorou o texto e a organização gráfica para melhor cumprir sua função.

Esta publicação inclui cinco cadernos, complementares entre si: *o Respeito na Escola: Orientações Gerais* e mais quatro cadernos temáticos (*Respeito e Humilhação, Diversidade e Discriminação, Democracia na Escola e Sujeitos de Direito*).





O caderno *Respeito na Escola: Orientações Gerais* é composto de três partes. A parte I (“Sobre o Projeto Respeitar é Preciso!”) contém uma apresentação detalhada do Projeto, seus objetivos, como organizar e encaminhar as ações em cada escola. A parte II (“Uma escola respeitosa para todos”) propõe que os adultos educadores realizem uma sequência de atividades pensada para sensibilizar e para promover a reflexão sobre DH e EDH, o processo de adesão ao Projeto, o mapeamento das questões sobre respeito e desrespeito na escola até chegar à elaboração de um plano de ação. As atividades são entremeadas de textos de apoio para leituras complementares. Na parte III (“EDH para todas as idades”), há textos e atividades para dar suporte ao trabalho de EDH com os alunos na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, contemplando as especificidades de cada segmento da escolaridade.

Nos demais cadernos, vocês encontrarão a abordagem de quatro temas considerados importantes, também com textos e orientações de atividades como subsídios para a prática de EDH na escola.

Entendemos que, para que a escola se torne um espaço em que os Direitos Humanos sejam vivenciados, ela precisa se olhar, se pensar e se organizar com essa finalidade. Assim, a Educação em Direitos Humanos pressupõe o trabalho conjunto de toda a equipe escolar (direção, equipe gestora, coordenação, professores, profissionais de apoio, alunos e familiares) e um processo de formação intimamente ligado às próprias experiências vividas na escola, com a intenção de garantir vivências respeitadas para alunos e educadores de forma geral.

O percurso proposto nesse projeto foi pensado para propiciar aos participantes olharem e “reolharem” para as práticas na escola de maneira progressiva, de modo a chegar maduros e entrosados para a elaboração de um plano de ação. Esse percurso prevê momentos de trabalho individual, em grupo, para reflexões e ações, possibilitando a construção de um espírito coletivo que escuta, pensa, reflete, faz e celebra junto todas as suas conquistas.





Esse é o espírito que sugerimos que seja mantido, adaptando para cada realidade, fundindo, modificando, reduzindo ou ampliando as atividades aqui encontradas.

Fruto de um trabalho conjunto, esse projeto foi construído em processo. Convidamos a todos para continuá-lo, criando formas próprias de atuar.

Boa leitura e bom trabalho.

*Vlado Educação*





I | Sobre o Projeto  
RESPEITAR É PRECISO!





Parte I.

# Sobre o Projeto Respeitar é Preciso!

“Quando perdemos a capacidade de nos indignarmos com as atrocidades praticadas contra outros, perdemos também o direito de nos considerarmos seres humanos civilizados.”

*Vladimir Herzog*

**T**rabalhar com Educação em Direitos Humanos numa escola significa promover educação em valores desde a Educação Infantil, por meio de experiências de respeito que incluem todos que fazem parte da escola. Trata-se de fazer do convívio escolar e dos próprios processos de ensino e de aprendizagem ocasiões para vivenciar valores como liberdade, dignidade, solidariedade, igualdade, justiça e paz, que têm como pressuposto e condição essencial a prática do respeito entre todos na comunidade escolar.

## 1. UMA PROPOSTA PARA TODA A ESCOLA

A educação é um processo longo e complexo, que não se limita ao espaço da sala de aula, nem tampouco à relação entre os professores e os alunos. Podemos dizer que todo e qualquer sujeito envolvido na rotina escolar está comprometido com o fazer educativo e compõe com os demais uma grande rede de relações, sem a qual a ação educativa não acontece.



Dentro da escola, as ações educativas não se restringem àquelas desencadeadas pelos professores, orientadores e diretores. Todos os adultos, ao se relacionar com os alunos, exercem influência educativa pelo modo como exercem seu trabalho, pela forma como se relacionam entre si e com os alunos, pelos valores com que orientam suas práticas e suas atitudes.

Os porteiros da escola, por exemplo, demonstrarão respeito quando, ao viabilizar o acesso à escola, acolherem a todos cumprimentando, buscando resolver dificuldades, sendo solícitos, responsáveis, sem discriminar quem quer que seja, independentemente de suas condições, aparência, origem etc. E também atuarão com justiça ao não oferecer privilégios a determinadas pessoas, abrindo exceções ou colocando impedimentos para alguns.

### **Profissionais das escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo**

Agente de apoio, auxiliar técnico de educação (ATE), professor de Educação Infantil, professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, professor de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, professor orientador de sala de leitura (POSL), professor orientador de informática educativa (POIE), coordenador pedagógico, diretor de escola, assistente de diretor de escola e supervisor escolar.

Os profissionais encarregados da limpeza e da organização do espaço escolar, assim como as pessoas que se encarregam da sua manutenção (jardineiros, eletricitistas, pedreiros, entre outros), também estarão oferecendo aos alunos um modelo de atuação respeitosa à medida que se derem conta de que, por meio de seu trabalho, oferecem um ambiente limpo, organizado e agradável para que todos possam trabalhar e estudar em condições propícias.

Não menos importantes são os profissionais responsáveis pela alimentação dos alunos. Nesse setor da escola, podemos encontrar uma série de ações que contribuem com a educação, oferecendo a todos uma alimentação saudável, respeitando o gosto e a cultura de cada um, cuidando para a manutenção de um ambiente em que seja possível se alimentar de maneira tranquila.

O “lugar social” que esses profissionais ocupam na escola, a forma como são tratados pelos demais adultos, o valor atribuído ao seu trabalho, o atendimento de suas necessidades, o costume e as práticas cotidianas que definem sua participação na comunidade escolar dizem algo aos alunos sobre o relacionamento entre as pessoas, sobre igualdade e desigualdade, sobre respeito e reconhecimento da dignidade humana. E,



em algum momento, todos eles precisam tomar atitudes em relação aos alunos, atuar em situações que os envolvem, orientá-los etc. Portanto, essa influência educativa sempre acontece, quer se tenha ou não intencionalidade e consciência dela. Portanto, ao propor que a escola seja tomada como espaço da educação em DH, é essencial que esses educadores sejam incluídos na reflexão coletiva sobre como fazer isso, que saiam da invisibilidade ou mesmo da “coisificação” em que às vezes permanecem, como no caso em que não são sequer chamados pelo nome (“tia da limpeza”, “moço da portaria”...). É essencial que a dimensão educativa de sua participação seja reconhecida e que eles também sejam respeitados.

Construir e manter na escola um ambiente em que as relações são baseadas na justiça e na igualdade é uma tarefa que pressupõe o compromisso de cada um e de todos com a prática do respeito mútuo.

**Todos os adultos da escola são educadores, responsáveis, igualmente importantes e precisam estar juntos nessa jornada.** Portanto, a implementação do Projeto Respeitar é Preciso! tem de considerar os diversos lugares que esses adultos ocupam na instituição escolar, as relações que se estabelecem com base nesses lugares e o papel educativo de cada um deles.



Diretores



Coord. pedagógicos



Professores



Alunos



Famílias



Profissionais de apoio



Para que isso aconteça, é muito importante assegurar espaços coletivos de troca entre os educadores para que eles reflitam e analisem suas práticas, identificando obstáculos, reconhecendo potencialidades e encontrando formas de garantir a participação de todos os integrantes da comunidade escolar (além dos educadores, os alunos, seus familiares, seus responsáveis, os parceiros da escola etc.).

Esse é um projeto de toda a escola, a ser desenvolvido pelo coletivo. Mesmo quem não puder participar diretamente das atividades destinadas aos adultos educadores pode ser envolvido de alguma forma, por meio de representação e de instrumentos de comunicação (mural, boletins informativos, reuniões, entre outros) que permitam receber e dar contribuições para o processo.

Assim, todos crescem com o Projeto e dele se apropriam, e, mesmo que haja algumas mudanças na equipe, sempre haverá alguém em condições de assumir a organização das atividades e dar continuidade sem grandes rupturas.

**A proposta é que as atividades do Projeto sejam iniciadas com os adultos que trabalham na escola** e de modo que eles se preparem para o momento da inclusão dos alunos e familiares, a ser definido no processo e de acordo com o histórico e a realidade de cada local. Se já existe um grêmio estudantil, conselhos de escola e associações de pais e mestres (APMs) atuantes na escola, é importante que a integração destes seja simultânea às atividades propostas para os profissionais da escola.

## 2. OBJETIVOS DO PROJETO

Apresentamos aqui alguns dos seus principais objetivos:

- contribuir para a disseminação da cultura de Educação em Direitos Humanos em escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de São Paulo, visando à formação de sujeitos de direito, que respeitem e se façam respeitar;







- contribuir para o aprofundamento da compreensão do significado de Direitos Humanos (como uma exigência da democracia) e sua relação necessária com a educação desde a primeira infância, procurando esclarecer os equívocos do tema no senso comum;
- subsidiar formas de trabalho pedagógico preventivo e formas de intervenção necessárias para mediar situações de conflito, criando possibilidades concretas para que, com o tempo, sejam eliminadas quaisquer situações de violência entre os integrantes da comunidade escolar;
- contribuir para a adoção do respeito mútuo e do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, familiar, geracional, de condição de saúde física ou mental, de etnia, credo, gênero, sexualidade, origem, entre outros, como base da convivência e da integração no cotidiano escolar;
- orientar os educadores na análise e na reflexão sobre as diversas situações do convívio escolar para que tenham condições de identificar possíveis situações de desrespeito aos Direitos Humanos, enfrentando-as e buscando formas de superação, e para que incluam, de fato, a EDH nos seus projetos político-pedagógicos (PPPs).

### 3. PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A Educação em Direitos Humanos pressupõe um processo de formação que promova reflexão sobre as próprias experiências vividas na escola, com a intenção de garantir aos alunos vivências respeitadas.

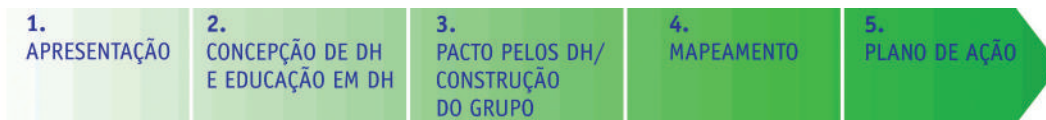
O Projeto Respeitar é Preciso! parte do pressuposto de que a legitimação dos Direitos Humanos está diretamente vinculada ao trabalho pedagógico. Não se trata apenas de ensinar e aprender *sobre* Direitos Humanos, não basta que os educadores saibam técnicas ou conheçam textos teóricos. É necessário ter disponibilidade para a autoanálise profissional, para assumir responsabilidades com a EDH e para a mudança, pois disso dependerá a desejada transformação do convívio escolar.



O Projeto tem início com os adultos da escola, que são todos educadores, se reunindo e se envolvendo num trabalho de sensibilização, reflexão e conscientização do que é Educação em Direitos Humanos e educação em valores e das questões do cotidiano escolar que expressam situações em que possa haver desrespeito, para que, posteriormente, seja delineado um plano de ações também junto aos alunos, aos familiares e responsáveis.

Aqui, propõe-se um processo formativo protagonizado pelos próprios participantes e que acontece por meio da realização das atividades apresentadas em etapas na parte II deste material. O trabalho coletivo, colaborativo e reflexivo é um contexto privilegiado para a formação, porque possibilita uma articulação imediata com a prática e também faz com que o grupo que trabalha junto construa um repertório comum, compreenda as diferenças que compõem sua diversidade e, com esses elementos, crie seu próprio projeto educativo.

A primeira etapa desse processo (“Respeito e Direitos Humanos”) introduz a discussão sobre o que são os Direitos Humanos e a Educação em Direitos Humanos e como estão relacionados com o respeito mútuo. Assim, é possível que todos partam da mesma concepção. A segunda etapa (“Um pacto pelos Direitos Humanos”) foca a reflexão sobre o envolvimento de cada pessoa e do coletivo da escola com a EDH. A terceira etapa (“Mapeamento: um olhar cuidadoso para a escola”) orienta atividades para a análise *do* e *pelo* grupo na escola, estimulando um olhar atento para as práticas, assim como a identificação do que precisa ser transformado. A quarta etapa (“Plano de ação: é hora de agir”) propõe a elaboração de um plano com base no mapeamento, elegendo prioridades e caminhos para a sua efetiva realização.



Como já foi dito anteriormente, essa é uma sequência de atividades proposta levando em conta um processo de apropriação de concepções relativas a EDH. Nesse sentido, é importante que as possíveis adaptações a serem realizadas em cada escola considerem também uma lógica de percurso de construção coletiva.

Para além do trabalho com os educadores (todos os adultos da escola), a parte III deste caderno traz reflexões, orientações e sugestões para intervir junto aos alunos



desde a Educação Infantil até o fim do Ensino Fundamental. Os demais cadernos subsidiam o enfoque em temáticas fundamentais para a EDH.

#### 4. ATORES PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Para que o desenvolvimento do Projeto Respeitar é Preciso! aconteça, é fundamental uma organização mínima que conte com a participação de alguns atores com funções específicas para garantir condições institucionais e de interlocução entre os participantes, o que constitui um espaço formativo importante deste trabalho.

**Diretores:** A participação do diretor é essencial desde o início do Projeto e em todo o seu desenvolvimento para promover e criar condições para a realização dos trabalhos. O diretor será um organizador das ações, apoiando e tomando decisões sobre questões essenciais para o andamento do Projeto, entre as quais se destacam a viabilização de espaços e tempos para que os educadores se reúnam e realizem as atividades do Projeto, o acompanhamento do Projeto pelo Conselho e o envolvimento do Grêmio.

**Coordenador pedagógico:** Nessa parceria necessária, o coordenador pedagógico é o responsável pela organização e pela coordenação das ações de formação e pela condução do desenvolvimento curricular nas escolas. Assim, a interlocução entre eles é essencial para que haja apoio mútuo na abertura de espaço na agenda de ações reuniões que já fazem parte da rotina da escola, mobilização de professores e planejamento das atividades em horários de Projetos Especiais de Ação (PEA), Jornada Especial Integral de Formação (Jeif) etc. Em muitas escolas, a mesma pessoa exerce essas duas funções.

**Mobilizadores:** É importante que cada escola participante indique um (ou mais de um) de seus integrantes para mobilizar a comunidade escolar e atuar junto com o diretor como organizador das ações do Projeto Respeitar é Preciso! Esses mobilizadores podem pertencer a qualquer um dos segmentos da comunidade escolar (coordenador pedagógico, professor, funcionário ou responsável pelo aluno).





Eles participam do Projeto como os demais, mas têm funções específicas: promover a integração do Projeto na escola, mobilizando a todos para a participação, organizar as ações, elaborar relatórios informativos e, principalmente, organizar a equipe escolar para a própria formação, colocando em prática as propostas do Projeto. Os mobilizadores também são o elo de ligação entre a escola e as secretarias parceiras, a equipe do Vlado Educação e as outras escolas participantes.

**Educadores do Vlado Educação:** As ações de formação são realizadas pelos educadores do Vlado Educação, experientes nos diferentes segmentos da escolaridade, que, por sua vez, terão o acompanhamento da coordenação do Projeto e de consultores especialistas. O educador é responsável pelo acompanhamento, pela assessoria e pela formação das escolas envolvidas no Projeto.

**Técnicos das DREs:** São importantes a interlocução e a proximidade com as Diretorias Regionais de Educação (DREs) para que seus técnicos, incluindo os supervisores escolares, acompanhem o desenvolvimento do Projeto, possam compreender, participar e apoiar as transformações que devem ocorrer, garantindo, assim, que a estrutura da rede de ensino possa se apropriar do trabalho.

**Consultores:** O Projeto conta com a colaboração de especialistas em Direitos Humanos, Educação em Direitos Humanos, educação em valores e análise institucional para contribuir com o processo formativo e o aprofundamento das questões que forem colocadas pelas escolas ao longo do processo.

## 5. ENCONTROS: ESPAÇOS E TEMPOS

Para esse projeto acontecer, é necessário dedicar-lhe tempos e espaços, como as atividades formativas apresentadas a seguir.





**Encontros do grupo dos mobilizadores:** Durante todo o trabalho, mantém-se uma sistemática de encontros com os mobilizadores e gestores, ação coordenada por educadores do Vlado Educação com o objetivo de orientar o trabalho e promover a troca de experiências entre as escolas. Os gestores (diretores e coordenadores pedagógicos) também são convidados para esses encontros, e sua participação tem um impacto bastante positivo no desenvolvimento do Projeto na escola.

**Encontros dos grupos/coletivo na escola:** É na escola que o Projeto se desenvolve de verdade, por meio de análises e de reflexões compartilhadas das situações vivenciadas, do levantamento das questões prioritárias, da identificação das potencialidades de ação e da busca dos melhores encaminhamentos. É possível realizá-las nos horários de Jeif, PEA, reuniões do Conselho e outros, assim como criar momentos específicos, de acordo com a realidade de cada escola. Qualquer que seja a opção, o fundamental é que haja sistematicidade, que essa organização possibilite o desenvolvimento processual do Projeto, uma vez que cada etapa cria as condições para a realização da etapa seguinte e as atividades se articulam entre si.

Assim, as escolas precisam criar grupos que envolvam os integrantes de toda a comunidade escolar. Esses grupos funcionam como espaços para os quais as questões vividas na escola e pela escola sejam trazidas para que sejam submetidas à reflexão conjunta e à tomada de decisões, sempre que necessário. Podem surgir demandas de encontros de grupos por função, (por exemplo, professores e profissionais de apoio) para amadurecer e discutir questões específicas, mas é sempre importante lembrar de fazer a integração com o grupo que representa toda a comunidade escolar.



**Encontro para assessoria local do Vlado Educação:** Para garantir sustentação ao Projeto e apoiar mudanças importantes nas práticas estabelecidas, é importante haver uma interlocução externa que ajude a ampliar o olhar e entender questões, tomar decisões, garantindo um forte elo de sentido entre o processo de formação e o contexto de atuação. Os educadores do Vlado Educação fazem o acompanhamento das especificidades do Projeto em cada escola.

**Encontros de interlocução com os técnicos das DRES:** Estão previstos encontros entre o formador do Vlado Educação e os técnicos de cada DRE envolvida no Projeto para análise do andamento do Projeto nas escolas, esclarecimentos, troca de informações e sugestões sobre eventuais ajustes e/ou ampliação das ações.

*Periodicidade sugerida para as ações formativas*

ATORES ENVOLVIDOS			
AÇÃO FORMATIVA	Participantes	Responsáveis	PERIODICIDADE
Encontro dos mobilizadores	Mobilizadores	Coordenação e formador do Vlado Educação	<b>Mensal</b>
Assessoria local (Vlado na escola)	Equipe da escola	Educador do Vlado Educação	<b>Mensal</b>
Encontros do coletivo na escola	Equipe da escola	Mobilizadores	<b>A critério da escola*</b>

\* A escola define a sistemática de suas atividades, quando e como se organizam, considerando a possibilidade de participação, os horários e a configuração dos grupos.

## 6. ANTES DE COMEÇAR...

O Projeto Respeitar é Preciso! é uma proposta de ação. Portanto, na parte II deste material, vocês vão encontrar atividades para reflexão, diálogo, interação, construção e atuação em conjunto por todos os envolvidos no convívio escolar. São situações



estruturadas em um conjunto que contém um parágrafo inicial apontando o sentido das atividades sugeridas, o que deve ser providenciado, o desenvolvimento delas, uma finalização e, posteriormente, orientações para a elaboração do que os participantes vivenciaram.

Essas situações podem e devem ser apropriadas e adaptadas pela escola para que a sua realização seja reflexo da história e do contexto de cada realidade.

Uma das questões mais frequentes é em relação ao tempo e aos espaços disponíveis para viabilizar o trabalho. Dependendo das prioridades e das condições de cada escola, é possível manejar localmente o tempo das atividades. Por esse motivo, não existe uma indicação precisa de duração para cada momento das atividades.

Vale lembrar que as atividades estão organizadas em etapas, numa lógica de processo. Portanto, **é importante considerar a sequência proposta.**

Indicamos aqui algumas sugestões que podem servir de inspiração para o desenvolvimento dos trabalhos:

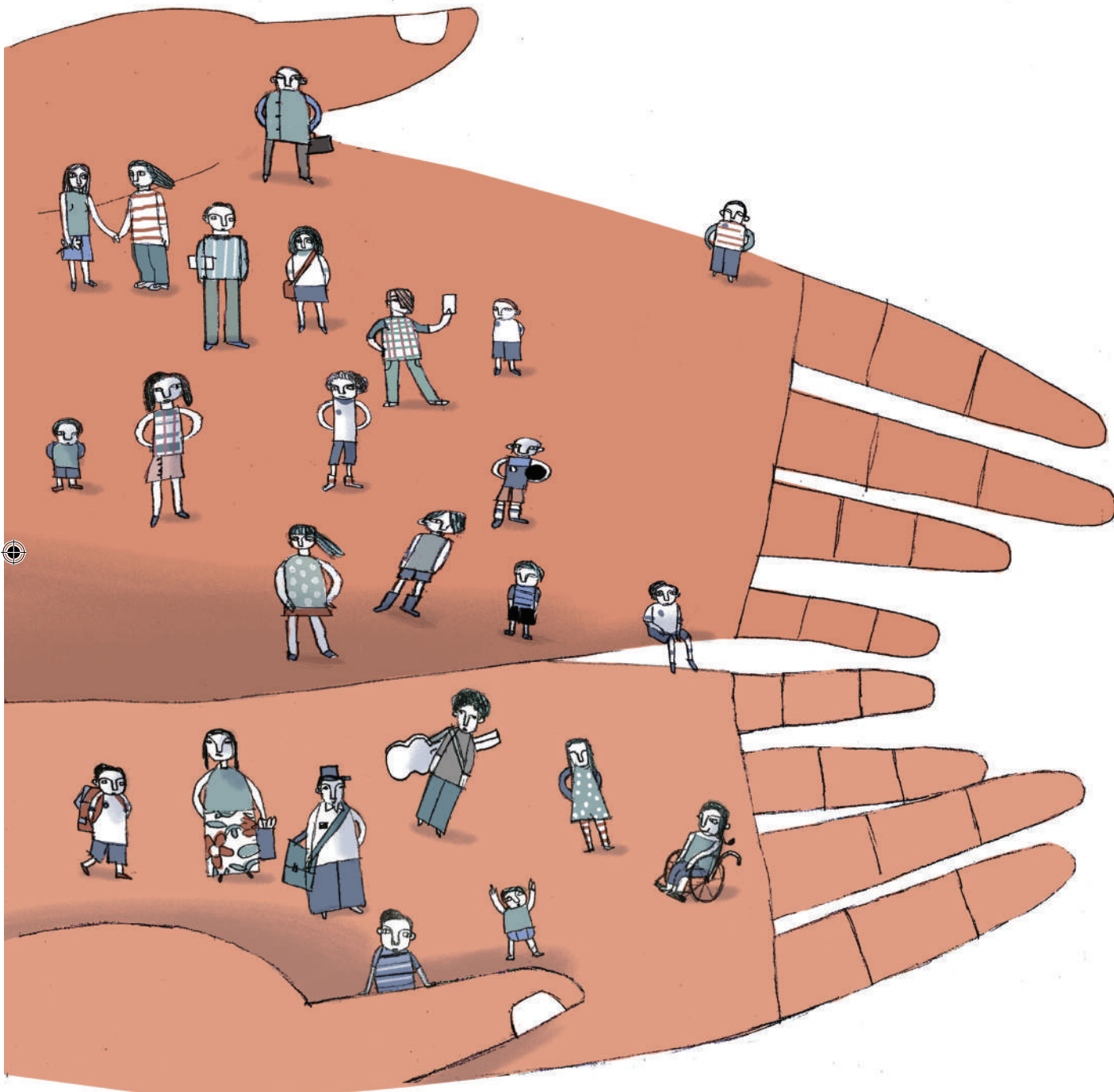
- Manter na escola um painel com notícias, reportagens e informações sobre o tema Direitos Humanos e sobre as ações que vão sendo realizadas no âmbito do Projeto para que toda a comunidade escolar tenha acesso e possa se informar sobre o que está acontecendo na escola.
- Organizar uma agenda de encontros para garantir os horários em que o maior número de pessoas possa participar.
- Organizar o espaço de acordo com o tipo de trabalho que será realizado. Como na maioria das vezes serão trabalhos em grupo, a organização da sala precisa propiciar a formação de uma roda de conversa e também a divisão dos participantes em subgrupos.



- Reservar um tempo antes ou depois da reunião para confraternizar é interessante. Todos sabem a importância de um lanche para tornar um encontro mais agradável e estreitar os vínculos entre as pessoas.
- Lembrar que, apesar de as atividades serem orientadas e os materiais estarem indicados em cada atividade, esse trabalho é de cada escola. Vocês podem e devem conferir aos trabalhos uma identidade própria da escola, e isso pode significar, por exemplo, inserir outros materiais, ampliar atividades e gerenciar o tempo conforme as necessidades de cada grupo.
- Registrar o desenvolvimento de cada atividade é uma prática interessante não só para sistematizar as reflexões e as ações, mas como documentação processual do trabalho.
- Garantir o exercício do diálogo o tempo todo é fundamental. Lembrar que a opinião de todos tem valor, que no diálogo construímos conhecimento juntos e nos desenvolvemos, que é comum mudar de ideia, transformar uma opinião. Assim, algo que sempre foi de um jeito pode ser de outro. Cada um pode olhar e entender a mesma questão de formas diferentes. A Educação em Direitos Humanos chama a todos para uma atitude flexível, em que a mudança deve ter espaço o tempo inteiro.
- Considerar que a adoção dos princípios dos DH é algo que muitas vezes vai contra o estabelecido, o que é rotineiro tanto nas relações cotidianas com os alunos quanto entre os adultos. Assim, é preciso não só buscar boas intervenções educativas, mas enfrentar dificuldades no sentido de se colocar “contra a corrente” e assumir uma postura diferente.



# II | Uma escola respeitosa para todos





Etapa 1.

# Respeito e Direitos Humanos

“Educação em Direitos Humanos é a prioridade das prioridades. É quando projetamos a possibilidade de evitar novas violações dos Direitos Humanos.”

*Paulo Vannuchi*



experiência de um convívio pautado pelos princípios dos DH propicia a legitimação de valores que, uma vez adotados, passam a orientar o posicionamento diante de problemas como a homofobia, a discriminação étnica e de gênero, a violência e o ódio social. Do mesmo modo, o estabelecimento de relações pautadas pelo respeito mútuo contribui para o afastamento da violência na vida dentro e fora das escolas. Essa é a finalidade da EDH.

## 1. CAFÉ COM RESPEITO: COMEÇANDO JUNTOS

Pensando em incentivar a participação de todos, é interessante apresentar o Projeto Respeitar é Preciso! em forma de celebração, comunicando, pela maneira de conduzir o encontro, que esse projeto é uma construção coletiva e que todos estão convidados a participar. Por isso, a proposta de um lanche e, se possível, de uma apresentação artística curta (declamação de um poema, canto de uma música etc.) é uma boa ideia para dinamizar a apresentação do Projeto para a comunidade escolar.



Direitos Humanos é uma prática de vida, um estado de espírito. E deve ser ensinado à criança desde a primeira infância.”

*Margarida Genevois*



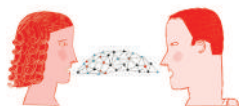
Sugerimos, então, convidar a todos para um café, mas um café diferente, o *Café com Respeito*, um encontro para apresentar o Projeto à comunidade escolar e convidar todos para participar.

*Festival Entretodos*  
Realizado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, o Festival de Curtas-Metragens em Direitos Humanos estimula a produção de filmes como meio educativo e promotor do debate sobre os Direitos Humanos.

### Providenciar

- O material do Projeto Respeitar é Preciso!
- Equipamento para reprodução de vídeo
- Lousa e giz ou folhas grandes de papel e canetas para registros coletivos
- Lanche (se não houver verba, propor um lanche comunitário)
- Fotos da escola, notícias e outras imagens interessantes e pertinentes ao tema, seleção de vídeos do *Festival Entretodos*, mais significativos para a comunidade escolar, para compor o espaço em que será servido o lanche

### Atividades



1. *O café* – Iniciar o encontro com a confraternização na mesa do café. Os vídeos selecionados podem ficar “rodando” durante o café e/ou ser apresentados como abertura do encontro.

2. *Cochicho* – Após o café e depois de os participantes se acomodarem no espaço, fazer como forma de aquecimento uns 5 minutos de cochicho (conversa rápida e em voz baixa) com o participante ao lado sobre “as ideias que me vêm à cabeça quando ouço falar em respeito”.

Então, algumas pessoas compartilham no coletivo as ideias que tiveram e aquelas que ouviram. É bem possível haver, nessa primeira coleta de impressões, queixas e relatos de desrespeito, uma vez que o desrespeito marca mais que o respeito.



3. *O que é esse projeto?* – Em seguida, quem estiver coordenando o encontro fala sobre as linhas gerais do Projeto e sobre como ele funcionará. As pessoas que já conhecerem algo do Projeto Respeitar é Preciso! podem falar sobre aquilo que consideram relevante a respeito da Educação em Direitos Humanos.

4. *Conhecer o material* – Esse é um bom momento para que todos olhem o material, conheçam como está estruturado, verifiquem os conteúdos, as ilustrações e o que ele propõe, numa leitura transversal. Isso pode ser feito em pequenos grupos. Então, certamente surgirão questões sobre o Projeto e sobre o que a escola já pensou a respeito do tema. É importante registrar a discussão para retomá-la durante as próximas ações do Projeto.

### Finalização

Compartilhar as impressões sobre o Projeto e a participação da escola e marcar os próximos encontros.

Certificar-se de que todos os segmentos estejam sabendo do Projeto e, caso necessário, definir quem se responsabiliza por disseminar a informação sobre o Projeto, convidando a participar dos próximos encontros.

### Elaboração da vivência

Fazer uma rápida reflexão para que os participantes tomem consciência do que estão levando desse encontro. Assim, cada um pode citar algo que tenha sido útil para si.

A ideia é começar a pensar e concretizar o sentido do Respeitar é Preciso! e do que ele trata.



## 2. DIREITOS HUMANOS: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Muitas vezes, o termo “Direitos Humanos” é visto como algo muito genérico, que não diz respeito a todos, mas àqueles que precisam... Quais direitos eu tenho? Esses direitos sempre existiram? Quem os criou? Nestas atividades, vamos refletir sobre o que são Direitos Humanos e conhecer os documentos oficiais que tratam deles.



### Providenciar

- Equipamento para reprodução de vídeo on-line ou baixado para exibição do vídeo “A História dos Direitos Humanos”, da United for Human Rights, 2009 (disponível em versão legendada em: <http://br.humanrights.com/home.html>)
- Lousa e giz ou folhas grandes de papel para registros coletivos
- Canetas coloridas



### Atividades



1. *Troca de ideias* – Para entender como os Direitos Humanos estão presentes no dia a dia. Olhando as placas a seguir, pensem e conversem sobre as perguntas: O que elas nos dizem? Quais direitos estão assegurando? Estas placas são respeitadas?

É vedada, sob pena de multa, qualquer forma de discriminação em virtude de raça, sexo, cor, origem, condição social, idade, porte ou presença de deficiência ou doença não contagiosa por contato social, no acesso aos elevadores deste edifício.

Lei 11995 - Decreto nº 36.434 de 04/10/96

Atendimento Preferencial e Prioritário para:



- idosos acima de 60 anos
- gestantes
- pessoas com deficiência
- pessoas com crianças no colo



Quais outros direitos podemos identificar em nosso dia a dia? E na escola? Que outros hábitos do cotidiano, dentro e fora da escola, marcam a presença ou a violação de direitos? De que direitos?

2. *Leitura e comentários* – Os Direitos Humanos são resultado de lutas históricas, nem sempre pacíficas, que aconteceram no decorrer da história da humanidade e continuam até hoje. Em determinado momento, vários países se reuniram e fizeram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, um marco muito importante que pode ser conhecido na leitura do texto a seguir, comentada pelos integrantes do grupo.

### ***Sobre os Direitos Humanos***

*Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que gerou pactos internacionais assinados e ratificados pelo Brasil e por muitos outros países – que abrangem os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de todos os cidadãos.*

*Em seus trinta artigos, a Declaração define que todos os seres humanos têm direito à vida e à liberdade; à proteção da Justiça e a seus direitos fundamentais; à presunção de inocência até que a culpa seja provada; à liberdade de locomoção e residência, bem como de entrar em seu país e dele sair; a asilo em outro país, exceto por crimes de direito comum; a casar-se e constituir família; à propriedade; à liberdade de pensamento, consciência e religião, de opinião e expressão, de reunião e associação; a participar do governo e a acesso aos serviços públicos.*

*A Declaração determina ainda que a base da autoridade do governo é a vontade do povo, manifestada em eleições livres; que todos têm direito à segurança pessoal e à escolha de emprego, com salários iguais para trabalhos iguais; à organização de sindicatos; ao repouso e lazer, com férias remuneradas; à saúde e ao bem-estar, com cuidado e atenção especiais à maternidade e à infância; e à instrução elementar e fundamental gratuita.*



*De outra parte, a Declaração Universal dos Direitos Humanos proíbe a escravidão e o tráfico; a discriminação; a tortura e os castigos cruéis; e interferências na vida privada, na família e no lar de todos, bem como ataques à sua honra e reputação.*

*Assim, os Direitos Humanos protegem todos nós, independente de quaisquer condicionantes de classe, gênero, raça, etnia, cultura, origem ou condição social; protegem a democracia, a nossa vida e a nossa liberdade.*

Saiba mais sobre a evolução histórica da luta por Direitos Humanos no site: <http://www.dhnet.org.br/direitos>.



3. *Leitura* – Os Direitos Humanos têm sido, muitas vezes, interpretados de modo restrito, como se não dissessem respeito a todos nós, à nossa vida concreta e fossem apenas “direitos de bandidos”. O cordel a seguir trata exatamente disso. É um poema escrito para ser lido em voz alta. Leiam e conversem um pouco sobre essas ideias.

### ***A Declaração dos Direitos Humanos em cordel***

Valdecy Alves

*O pai e o filho na sala  
Juntos viam televisão  
Noticiavam um crime  
Que causara comoção  
Diversas autoridades  
Ali davam opinião*

*Locutores revezavam  
Falando em crimes insanos*

*Dos praticantes do mal  
Através de maldosos planos  
Ao tempo que criticavam  
Os direitos humanos*

*O filho já rapazinho  
com tudo já concordava  
Dizendo: – Pai, é isso aí  
Onde esse povo estava  
Com seus direitos humanos  
Enquanto só se matava?*

*O tema central da mídia  
Que defendia em tom forte*





*Era a lei de talião  
Pro criminoso sem norte  
Pregavam só um caminho  
Que era a pena de morte*

*Perguntava assim o jovem:  
– Por que somente bandido  
Tem os direitos humanos  
Para si só garantido  
Ninguém no enterro da vítima  
Completamente esquecido?*

*O pai ficou admirado  
Com a jovem opinião  
Tratou logo da resposta  
Sem nenhuma hesitação  
Sentia ser importante  
Clarear a situação*

*(...)*

*– Direitos humanos, filho  
Não se resumem ao preso  
São muito mais complexos*

*Como painel de azulejo  
Dos mais variados direitos  
Não fique assim tão surpreso!*

*– Há os direitos civis  
Ir, votar, vir, opinar,  
O direito à igualdade  
Criar, pensar, se expressar  
Fundar associação  
De ter, de ser, de casar!*

*– Direito a educação  
Saúde, trabalho, lazer  
Segurança, previdência  
Direito a sobreviver  
Proteger o idoso, a criança  
Mesmo o direito de crê...*

*– Achar direitos humanos  
Tratar só do criminoso  
É pensamento restrito  
É só crê no duvidoso  
Ver-se apenas uma estrela  
No céu imenso, espantoso!  
(...)*



4. *Exibição do vídeo sobre a história dos DH* – O fato de todos termos esses direitos por sermos pessoas humanas foi conquistado ao longo da história, com lutas em muitos lugares do mundo. No entanto, essa luta ainda não acabou. Ela também faz parte da nossa vida. Assistir ao vídeo para conhecer essa história e conversar sobre a nossa responsabilidade em relação a ela.



### Finalização

O cordel dos DH e o vídeo tratam do que são esses direitos e da necessidade de que façam parte da vida de todos para que realmente existam. Se vocês pensarem criticamente no seu cotidiano escolar, quais são os desafios que precisam ser superados para a concretização desses direitos?

Fazer um registro coletivo dessa discussão, anotando os desafios e os direitos que podem ser mais bem assegurados na escola de vocês.

### Elaboração da vivência

Compartilhar algo que surpreendeu vocês nesta discussão.

## 3. RESPEITO É BOM E EU GOSTO

**Para realizar bem esse projeto, é preciso que todas as ideias acerca do respeito sejam expostas, discutidas e compartilhadas, para que cada participante possa confirmar algumas, abrir mão de outras, transformá-las, trocar impressões, fazer perguntas e ampliar os olhares sobre essa questão. Este talvez seja um primeiro passo a ser dado em direção a uma forma de educar que esteja firmemente pautada nos Direitos Humanos.**

.....

### Providenciar

- Folhas grandes de papel para registros coletivos
  - Folhas para registros individuais
  - Canetas coloridas
- .....



## Atividades



1. *Memória* – Para começar a falar sobre respeito e desrespeito, vamos individualmente recuperar experiências vividas e refletir sobre elas. A ideia é resgatar situações em que alguém tenha sido desrespeitado e também se perceber como ator de desrespeito, observando que isso acontece com todos... É importante perceber quais sentimentos surgiram nessas situações.

Lembrar e registrar:

- Uma situação na escola em que você foi desrespeitado por alguém. Como se sentiu. Como reagiu.
- Uma situação na escola em que você foi respeitado por alguém. Como se sentiu. Como reagiu.
- Uma situação na escola em que você respeitou alguém. Como se sentiu. Como reagiu.
- Uma situação na escola em que você desrespeitou alguém. Como se sentiu. Como reagiu.

O registro desta atividade precisa ser breve, utilizando palavras representativas e focadas em cada situação, nos sentimentos mobilizados e na sua reação. Esse registro será utilizado em um mapeamento que será feito posteriormente, como ponto de partida para pensar a elaboração do plano de ação. Para isso, esses registros precisam ser reunidos e guardados por um integrante do grupo.

2. *É hora de compartilhar. Quem começa?* – Lembrem-se de que estamos falando de algo que acontece de fato e que não devemos ter receio de externar isso. Vamos compartilhar essas questões com o grupo. As ideias que forem surgindo podem ser anotadas na lousa para que depois possam basear alguma conclusão, ainda que provisória.

3. *Razões que a própria razão desconhece* – Considerando o que foi lembrado e compartilhado anteriormente, pensar junto nas seguintes questões: O que leva uma pessoa



O que significa dizer que queremos trabalhar com Educação em Direitos Humanos? A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana por meio da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação dessa cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas.”  
*Maria Victoria Benevides*



a respeitar outra? O que leva uma pessoa a desrespeitar alguém? Importante aqui também é o registro coletivo. Tudo isso será utilizado em momentos posteriores, além de ser uma forma de documentar o processo do grupo.

### Finalização

No Projeto Respeitar é Preciso!, o respeito que será abordado é o respeito mútuo. Então, as questões importantes também são: quem eu respeito, por que eu respeito, quem me respeita e por que me respeita. Eu me respeito?

O objetivo desta etapa da atividade é compartilhar impressões, sentimentos e reflexões sobre o tema do respeito. É importante registrar em folhas grandes as falas que apareceram, que serão retomadas no momento do mapeamento.

### Elaboração da vivência

Compartilhar como foi refletir sobre situações de respeito e desrespeito. O que mobilizou em cada um?

## 4. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

*A Educação em Direitos Humanos vai além de uma aprendizagem cognitiva, incluindo o desenvolvimento social e emocional de quem se desenvolve no processo de ensino-aprendizagem.”  
Programa Mundial de Educação em DH, PMDE, ONU, 2006*

### Providenciar

- Lousa e giz ou folhas grandes de papel para registros coletivos
- Canetas coloridas



### Atividades



1. *Roda de conversa sobre um texto* – O texto a seguir traz as ideias centrais da concepção de EDH que orienta esse projeto, assim como os documentos oficiais brasileiros sobre o assunto. Uma leitura silenciosa orientada pela questão “O que é essencial buscar garantir na prática da EDH?” possibilita um mergulho nessas ideias. Depois, uma troca no grupo favorecerá o aprofundamento e a ampliação da compreensão.

*A Educação em Direitos Humanos parte de três pontos essenciais. Primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança. Terceiro, é uma inculcação de valores para atingir corações e mentes, e não servindo apenas de instrução meramente transmissora de conhecimentos. Acrescente-se, ainda, e não menos importante, que ou essa educação é compartilhada por aqueles que estão envolvidos no processo educacional (os educadores e os educandos) ou ela não será educação, e muito menos educação em direitos humanos. Esses pontos são premissas: a educação continuada, a educação para a mudança e a educação compreensiva, no sentido de ser compartilhada e de atingir tanto a razão quanto a emoção.*

Maria Victoria Benevides

2. *Leitura* – Em pequenos grupos (o ideal são grupos de até cinco pessoas), ler um trecho do texto a seguir sobre EDH, que pode ser dividido de acordo com o número de grupos. Nos grupos, discutir cada trecho e pensar sobre o que isso significa na prática na sua escola, especificar situações concretas do cotidiano escolar que permitem concretizar a EDH na escola e preparar uma apresentação com uma síntese dessa reflexão num painel para os demais grupos, de modo que todos possam refletir sobre o conjunto das ideias produzidas.



### ***EDH é uma educação em valores para a qual a experiência do respeito mútuo é essencial***

*O ensino e a aprendizagem de valores relativos aos Direitos Humanos têm como pressuposto e condição essencial a prática do respeito entre todos na comunidade escolar. Quem não se sente respeitado também não respeita. Assim, respeitar o outro e se fazer respeitar é questão central e permanente uma vez que a capacidade de se autogerenciar com base no respeito mútuo vai se tornando cada vez mais efetiva e refinada ao longo da vida e das experiências. Essa é a base da educação em valores.*

### ***EDH acontece na experiência vivida, e não apenas com base em saberes teóricos***

*Quando falamos em Educação em Direitos Humanos, falamos do ensino de valores na perspectiva da formação de sujeitos de direito, isto é, de pessoas que aprendam a afirmar esses direitos de modo autônomo e democrático; que saibam dos direitos seus e dos demais e que compreendam sua responsabilidade para com os direitos de todos. Que compreendam que esses direitos envolvem uma multiplicidade de deveres por conta da universalidade dos direitos, sua indivisibilidade, sua reciprocidade. Portanto, para criar e desenvolver o compromisso com os princípios que sustentam os Direitos Humanos, é importante ter a possibilidade de experimentá-los e de refletir com seus pares acerca da experiência, para, assim, adotá-los, por sua própria vontade, como princípios de vida. Em outras palavras, é preciso vivenciar para compreender em profundidade o seu sentido, e não apenas ter conhecimentos sobre os DH, mesmo sendo este um ponto muito importante, pois não há esse conhecimento no Brasil.*

### ***EDH pede protagonismo de quem aprende***

*Atuar como protagonista possibilita aprender a tomar decisões e a atuar coletivamente, reconhecendo seu papel e considerando o dos demais, e, com isso, construir uma imagem de si próprio como cidadão. Em outras palavras, o protagonismo promove o empoderamento (a crença na própria capacidade e possibilidades), necessário para atuar e*



*fazer valer os DH na sociedade. O trabalho educativo será orientado no sentido de proporcionar situações para que os princípios sejam colocados em prática, de modo que todos, adultos, crianças e adolescentes, se envolvam no planejamento e na realização de ações internas e/ou externas à escola, como promotores e defensores dos Direitos Humanos, visando às reais transformações em seus contextos de vida e/ou no convívio escolar.*

### **Na EDH, o trabalho coletivo é essencial**

*Ainda que seu aprendizado se inicie no âmbito familiar, valores e atitudes são produções sociais e são aprendidos em contexto social. Daí, a importância de priorizar atividades coletivas: o diálogo, o debate, a troca e a cooperação são contextos essenciais para a construção dos valores em questão. Pela mesma razão, na escola, na medida em que todos fazem parte de uma mesma comunidade educativa, todos os integrantes precisam estar envolvidos no processo de EDH. Portanto, é necessário cuidar especialmente das relações interpessoais que se dão nas diferentes instâncias da instituição e entre os diferentes participantes dela e também incentivar, valorizar, priorizar e planejar momentos educativos em que se aprenda a trabalhar coletivamente e de acordo com os valores que fundamentam os DH.*



### **EDH precisa contemplar a história da luta pelos Direitos Humanos**

*Outro elemento metodológico importante da EDH, que possibilita a compreensão aprofundada das questões da realidade atual, é a perspectiva histórica dos Direitos Humanos, das lutas para conquistá-los e para assegurar sua prática, como aquelas vinculados ao direito ao trabalho, ao direito a uma vida digna, ao direito à educação e à cultura da humanidade. É importante ter uma visão de que esses direitos constituem um conjunto em construção, que há situações em que ocorrem conflitos de direitos, que há lutas sociais para a sua garantia nos mais diversos países e momentos históricos e que é preciso não deixar que se repitam situações de desumanidade, como os períodos de morticínio dos indígenas brasileiros, da escravidão, da ditadura do Estado Novo e da ditadura iniciada com o golpe civil-militar em 1964. No âmbito internacional, acontecimentos*



*que, embora externos, impactaram a sociedade brasileira (como o Holocausto) também precisam ser conhecidos para que não se repitam. Essa perspectiva histórica deve estar em diversas situações coletivas de aprendizagem.*

### **EDH acontece ao longo da vida**

*Ninguém nasce justo, respeitoso, sabedor dos próprios direitos e dos demais. Aprendemos a sê-lo. E nos tornamos cada vez mais capazes de ser à medida que podemos praticar e conviver com quem pratica esses valores. Essa não é uma aprendizagem pontual nem simples. Demanda tempo, vivência e reflexão. As crianças, os adolescentes e os jovens vão construindo (ou não!) paulatinamente as capacidades para serem justos, para usar o diálogo na resolução de conflitos, para reconhecer a perspectiva do outro, para compreender a complexidade das situações, para gerenciar suas ações com base em princípios. Por isso, a EDH precisa ser pensada como um processo contínuo e permanente, ser realizada ao longo de toda a escolaridade, de modo que sua prática se torne parte intrínseca da tarefa educativa.*

### **EDH nos documentos oficiais**

*A discussão da Educação em Direitos Humanos não é novidade no Brasil. Podemos citar importantes documentos que, ao longo do tempo, deram sustentação e legitimação à luta pelos Direitos Humanos, buscando a cultura de Direitos Humanos na escola: o Programa Nacional de Direitos Humanos-3 (2009), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica – Direitos Humanos, homologada pelo Conselho Nacional de Educação em maio de 2012.*

**Você pode conhecer os documentos na íntegra visitando os sites indicados na bibliografia.** *Para o Projeto Respeitar é Preciso!, outros documentos da Secretaria Municipal de Educação (SME) são fundamentais, como o do Programa Mais Educação São Paulo, “Diálogos interdisciplinares a caminho da autoria” e o do Programa de Metas 2013-2016, da gestão Fernando Haddad, do Município de São Paulo (ver bibliografia completa na p. 184 deste caderno).*





3. *Painel* – Cada grupo apresenta a síntese da sua produção, e, ao final, todos são convidados a olhar o conjunto dos painéis e pensar o quanto já contemplam a natureza da Educação em Direitos Humanos e quanto mais podem avançar. Vale a pena registrar essa discussão.

### Finalização

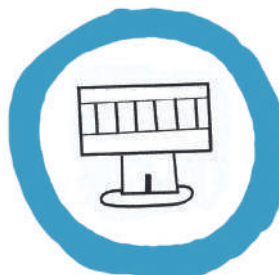
Ler conjuntamente o seguinte trecho das Diretrizes Nacionais para a EDH e abrir para comentários:

“As escolas assumem importante papel na garantia dos Direitos Humanos, sendo imprescindível, nos diversos níveis, etapas e modalidades de ensino, a criação de espaços e tempos promotores da cultura dos Direitos Humanos. No ambiente escolar, portanto, as práticas que promovem os Direitos Humanos deverão estar presentes tanto na elaboração do projeto político-pedagógico, na organização curricular, no modelo de gestão e avaliação, na produção de materiais didático-pedagógicos, quanto na formação inicial e continuada dos profissionais da educação”.

### Elaboração da vivência

Cada participante compartilha algo que aprendeu nestas atividades, citando um aprendizado em especial.

Levar consigo a seguinte reflexão: O que o Projeto Respeitar é Preciso! mobiliza em mim?





Texto de apoio

## EDUCAÇÃO EM VALORES

“Desde muito pequenas, as crianças devem ser mediadas na construção de uma visão de mundo e de conhecimento como elementos plurais, formar atitudes de solidariedade e aprender a identificar e combater preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem enquanto pessoas. Poderão assim questionar e romper com formas de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa, existentes em nossa sociedade e recriadas na relação dos adultos com as crianças e entre elas. Com isso, elas podem e devem aprender sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais, adquirir valores como os da inviolabilidade da vida humana, a liberdade e a integridade individuais, a igualdade de direitos de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade com grupos enfraquecidos e vulneráveis, política e economicamente. Essa valorização também se estende à relação com a natureza e os espaços públicos, o respeito a todas as formas de vida, o cuidado de seres vivos e a preservação dos recursos naturais.”

*Parecer CNE/CEB n. 20/2009 – Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – Princípios Éticos*

Será possível ensinar valores na escola? Para responder a essa pergunta, talvez a melhor forma seja fazer outra pergunta: Será possível **não** ensinar valores na escola?

É importante compreender que a educação em valores está profundamente ligada à escola como espaço de convivência e socialização, desde os primeiros anos de vida. Mesmo sem saber, ou sem querer, os educadores estão sempre ensinando e os alunos estão sempre aprendendo valores, seja por meio dos conteúdos das aulas, seja pela participação no convívio escolar, nas interações com todos os integrantes da comunidade escolar.



## Convívio escolar

Quando falamos de convívio escolar, estamos nos referindo a todas as relações e situações vividas em função da escola, de seu projeto político-pedagógico, não só em seus diversos espaços (solário, trocadores, banheiros, corredores, pátios, secretaria, sala dos professores, salas de aula, salas de leitura, laboratórios de informática educativa, cozinhas e refeitórios, piscina, quadra etc.), como também nos espaços educativos fora da escola (passeios, viagens de estudo de meio, saídas a teatros e exposições, espaços de parceiros etc.). No convívio escolar, destacam-se as relações vividas entre os diversos integrantes da comunidade escolar (alunos, diretores, coordenadores, professores, profissionais de apoio, famílias, parceiros, terceirizados etc.).

A comunidade escolar, então, precisa se qualificar como uma *comunidade de aprendizagem*, em que todos se dispõem a aprender: do aluno ao diretor, do funcionário da limpeza ao segurança, do parceiro da organização não governamental ao parceiro de outros equipamentos públicos, como os profissionais da Unidade Básica de Saúde ou da Guarda Civil Metropolitana. Todos precisam se entender como educadores e aprendizes. Essa abertura para o novo ajudará a fazer desse grupo um coletivo criativo.

Não se trata de formar “cidadãos bons”, dóceis, bem-educados, que tenham boas maneiras, que obedeçam à lei apenas como ato de submissão. Trata-se de uma formação ética fundada na construção da autonomia e que serve de base para uma vida cidadã. A proposta é formar cidadãos que adotem os valores e as normas deles decorrentes, por legitimá-los por meio de uma compreensão crítica, por acreditar que são bons para si e para os demais e não por serem obrigados a isso ou por controle externo. Essa é uma reflexão que mobiliza racionalidade e afetividade e que não é isolada, precisa se dar na relação consigo e com o outro, na vida pública, com a igualdade e com a diferença de cada um. E, aqui, é importante considerar pelo menos dois aspectos que interferem no processo educativo: a construção do autorrespeito e da capacidade reflexiva.




### **O autorrespeito, ou uma autoimagem positiva**

Os alunos precisam perceber os valores que queremos ensinar como algo bom, de que podem se orgulhar, que os valoriza diante deles próprios, de seus pares e dos adultos com quem convive (familiares, educadores ou outros). A autoimagem positiva ajuda os alunos a se acreditarem dignos de respeito. Nesse sentido, o pertencimento a determinado grupo (a escola, a comunidade, o time), a aceitação pelos demais, o sentir-se valorizado e o compartilhar realizações são fatores favoráveis tanto para a construção da autoimagem positiva quanto para a adoção dos valores desse grupo, podendo fazer com que *sejam desejados e façam parte da identidade pessoal do grupo*. De outro modo, situações de injustiça, humilhação e exclusão destroem o autorrespeito de quem as sofre e podem gerar sentimentos de depressão, reações de apatia ou agressividade e violência.

### **A capacidade reflexiva**

Se o que desejamos é autonomia (e não obediência), é preciso que os alunos aprendam a refletir sobre as normas que desejamos que cumpram para que possam compreender os valores que as orientam, compreender a sua finalidade, julgar a sua justiça e a sua pertinência e para construir outras normas que ajudem a organizar a vida comum na escola. Esse é um trabalho educativo valioso que possibilita atribuir sentido às regras, adotá-las de modo consciente e responsabilizar-se pelo seu cumprimento. O mesmo se aplica às decisões que os alunos precisam tomar no dia a dia: precisam aprender a pensar sobre os valores que estão em jogo, sobre as causas e as consequências de diferentes decisões possíveis, sobre as intervenções necessárias para fazer valer os princípios de justiça e solidariedade, considerando a perspectiva do bem comum. Se queremos que aprendam a respeitar ideias diferentes das suas, temos que ensiná-los a dialogar. Assim, é possível que essa capacidade e essa atitude de refletir e decidir com base em princípios se desenvolvam e se tornem cada vez mais potentes.

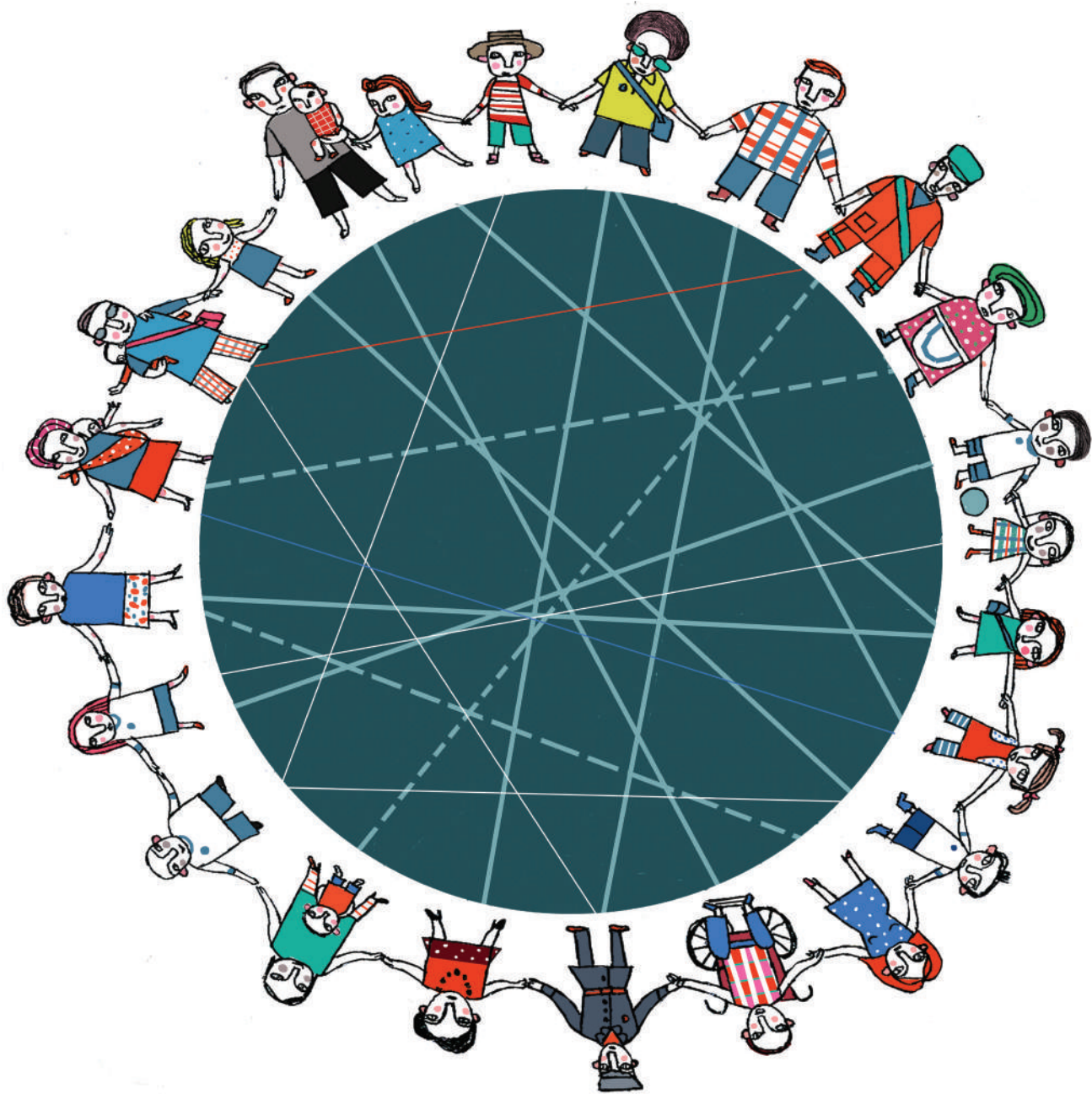




Outro aspecto muito importante no processo educativo no que se refere aos valores é a coerência entre o discurso e as ações dos adultos e educadores. Aí também se inscreve a questão das punições. É essencial refletir sobre sua função educativa, promotora da adesão aos valores, e não o contrário. Nesse quesito, estão em jogo a justiça e a correspondência entre a sanção e a transgressão praticada.

Quanto mais a sanção tiver relação com o ato praticado e com a reparação dele (física ou simbólica), maior a possibilidade de ser considerada justa e de proporcionar aos sujeitos envolvidos uma experiência alternativa ao papel de transgressor, favorecendo a formação de uma imagem de si como alguém capaz de respeitar e ser respeitado. Assim, ter a oportunidade de se responsabilizar pelo ato cometido e lidar com seus efeitos por meio de uma sanção justa (e não meramente vingativa) permite àquele que cometeu o ato se colocar como sujeito diante do outro. Dessa forma, a sanção será um ato educativo, como devem ser as práticas escolares.

**Segundo o Programa Mundial de Educação em DH (PMDE, ONU, 2006): “A educação em Direitos Humanos vai além de uma aprendizagem cognitiva, incluindo o desenvolvimento social e emocional de quem se desenvolve no processo de ensino-aprendizagem”.**





Etapa 2.

## Um pacto pelos Direitos Humanos

“O que não é, porém, possível é sequer pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projeto. (...) Na verdade, a transformação do mundo a que o sonho aspira é um ato político, e seria uma ingenuidade não ‘re-conhecer’ que os sonhos têm seus contra-sonhos.”

Paulo Freire, em *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*

**P**ara a Educação em Direitos Humanos acontecer, a adesão precisa ser pessoal e coletiva, pois exige o compromisso de cada integrante e a mobilização coletiva para implementar um processo de revisão das práticas educacionais no convívio escolar.

Nesse sentido, além de definir juntos a maneira de se relacionar, será tão ou mais importante compartilhar os desejos que movem cada um no Projeto e alinhar caminhos para definir onde se quer chegar.

### 1. MAPA DOS SONHOS PARA A ESCOLA

**A implementação do Projeto Respeitar é Preciso! aqui proposta vai percorrer um caminho que começa compartilhando valores e sonhos relativos ao respeito como algo que permeia o convívio escolar. Ao identificar esses sonhos, refletir sobre eles e buscar a integração de desejos de cada um, será possível estabelecer onde se quer chegar nesse processo de Educação em Direitos Humanos em cada escola e criar um coletivo de sonhos. Nesse projeto, é permitido sonhar...**



### Providenciar

- Fichas de papel, papelão ou cartolina em cores diferentes
- Canetas coloridas
- Pedaco de TNT do tamanho de uma lousa aproximadamente, ou outro material de suporte para prender as produções do grupo (fotos, registros, avisos etc.)
- Cola em spray, fita dupla face ou outro material para fixar, que permita mudar os itens de lugar para rearranjar o mural quando desejado
- Máquina fotográfica

### Atividades



1. Compartilhar sonhos que gostariam de ver realizados no cotidiano escolar para que a escola seja mais acolhedora. Se um sonho seu para a escola pudesse se realizar, qual seria ele?

2. *Coleta de sonhos* – Cada participante recebe duas fichas, cada uma de uma cor. A proposta é escrever, numa das fichas, o sonho de longo prazo para a sua escola. Nas fichas de outra cor, cada um vai escrever um sonho a curto prazo, o que é mais importante e que pode acontecer logo para incentivar o respeito mútuo no convívio escolar. (Tirar fotos das pessoas trabalhando nos seus sonhos.)

É interessante colar os sonhos num mural/painel na parede, desde que seja possível utilizar canetas ou giz. (Tirar foto do mural, para manter como registro. Esse registro será utilizado mais adiante, no momento da elaboração do plano de ação.)

3. *Estabelecendo relações entre os sonhos* – Depois da coleta dos sonhos e da confecção do mural, olhar as fichas e propor formas de agrupá-las por semelhança,





dependência, correspondência, prioridade etc., podendo traçar uma seta para unir os sonhos, indicando a relação entre estes. (Tirar fotos desse novo estágio do mapa.)

4. *Sonho coletivo* - Parar e olhar novamente o mural/painel. Esse é um mapa coletivo de sonhos dessa escola. **E agora, olhando para esse conjunto, é possível encontrar um sonho coletivo?** Debater e registrar o sonho coletivo no mapa coletivo de sonhos. (Tirar fotos de mais esse estágio do mapa.)

### Finalização

Definir dois ou três integrantes do grupo para fazer um painel com as fotos, abrangendo tudo o que foi produzido, de modo que o mapa final fique claro e legível.

### Elaboração da vivência

Falar uma palavra que resuma a sensação de compartilhar os sonhos e olhar para o mapa de sonhos.

Reflexões individuais: Há algum sonho que não tive coragem de assumir no coletivo? Qual é? Por quê? O que precisaria acontecer para me dar coragem de assumir esse sonho?

## 2. PACTO PELO RESPEITO MÚTUO

**Vamos dedicar um tempo para fazer um pacto entre os integrantes do grupo. Do que trata esse projeto? O que vai mudar no meu trabalho? O que vai mudar nas relações entre todos? Quais são os sonhos de cada um e do coletivo? Essa reflexão inicial permite o alinhamento de expectativas e facilita o diálogo ao longo de todo o desenvolvimento do Projeto, fortalecendo ou criando laços entre todos do grupo. É o momento de simbolizar o início das atividades, aproximar os participantes e envolver a todos numa tarefa comum.**



### PACTO DE ADESÃO

*Pacto de adesão aqui significa: uma tomada de decisão (pessoal e conjunta com os demais integrantes da comunidade escolar) de fazer Educação em Direitos Humanos na escola por meio da constituição de um coletivo com base em relações de respeito mútuo entre todos.*

A atividade proposta a seguir tem a função simbólica de iniciar os trabalhos, possibilitando que todos se sintam no grupo e com o grupo.

#### Providenciar

- Sala com bastante espaço livre, jardim ou pátio (de preferência um espaço aberto e integrado para visualizar a escola)
- Material para produzir um painel/mural e para enfeitá-lo

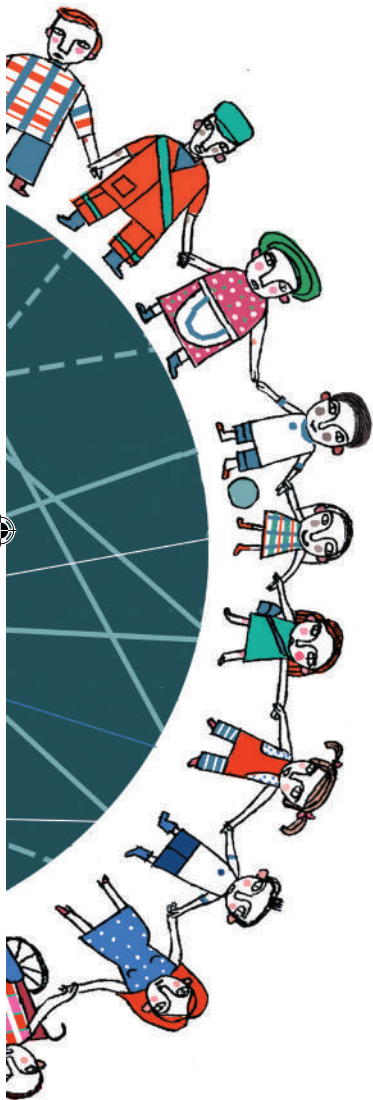
#### Atividades



1. *Realização do mural do Projeto Respeitar é Preciso!* – Juntar todos em torno do material para fazer um painel/mural, para divulgar todas as ações do Projeto, os avisos do que irá acontecer (dias de encontros, atividades, pesquisas etc.) e as notícias do que já aconteceu (os encontros, o que foi decidido, o que foi feito etc.). O painel pode conter texto, fotos e desenhos/ilustrações etc.

Definir:

- O tamanho do mural e os materiais que serão utilizados para a sua confecção. Vale tudo: pichação, grafite com frases ou poemas inspiradores etc.
- Quem será responsável pelo manejo do painel, se uma pessoa ficará encarregada ou se todos poderão afixar coisas nele.





**Observação:** Fixar o painel coletivamente num lugar visível e acessível da escola.

2. Quando o painel estiver pronto, cada escola decidirá como fazer um tipo de pacto como forma de expressar seu empenho no Projeto, cada participante pode manifestar um compromisso que pretende assumir para que ele aconteça.

Outra sugestão é a escrita coletiva de uma carta de intenções e alguns dizeres dos compromissos assumidos pelos membros da escola. Também é possível encontrar outras formas de marcar esse início de trabalho.

### Finalização

Finalizar o ritual do pacto de adesão por meio da leitura de uma carta de intenções, da declamação de poemas sobre os Direitos Humanos, enfim, como cada grupo decidir se expressar. Não vamos esquecer, no entanto, que esse pacto de adesão precisará ser continuamente reconfirmado ao longo do trabalho, não necessariamente em rituais, mas no compromisso com o Projeto. A cada obstáculo a ser superado, será preciso relembra e retomar esse pacto para reafirmar a vontade de todos de estar nessa empreitada e por que se comprometeram com ela.

### Elaboração da vivência

É um momento a ser festejado com comes e bebes, músicas e atividades culturais.

## 3. FAZENDO VALER AS EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

**Formado o grupo e ritualizado o início dos trabalhos, é hora de refletir sobre como o grupo vai funcionar, construir combinados, estabelecer canais de comunicação não apenas do ponto de vista formal, mas de como se darão as relações entre os membros do grupo, coerentes com os valores fomentados no Projeto. Todos já tiveram experiências anteriores de vivências grupais e aprenderam com**



elas. É importante trazer essas experiências e partir delas para enriquecer a vivência que se inicia com esse projeto.

### Providenciar

- Lousa e giz ou folhas grandes de papel para registros coletivos
- Folhas para registros individuais
- Canetas coloridas

### Atividades



1. Em grupos de três, compartilhar experiências positivas e negativas de grupo de estudos ou trabalho do qual já tenham participado. À medida que os participantes de cada grupo compartilham, registrar em poucas palavras o que contribuiu para que fosse uma boa experiência e o que determinou uma experiência negativa com base nas seguintes questões:

Como avaliar se uma experiência de grupo foi boa ou não?

Como o grupo foi organizado? Quais foram os principais combinados? Quais dinâmicas de trabalho foram eficazes?

Quais foram as atitudes das pessoas? O que pode ser trazido para esse projeto?

O que não funcionava bem no grupo? Que dinâmicas não foram eficazes? Quais foram os entraves? O que não gostariam de repetir nesse projeto?

Que valores foram contemplados no modo de funcionar da experiência positiva? Que valores faltou contemplar no modo de funcionar da experiência negativa?



2. Fazer um registro coletivo na lousa (ou em folhas grandes de papel) dos diferentes aspectos que surgiram (positivos e negativos). É muito importante poder recuperar essas experiências depois. Organizar o registro em duas colunas: “O que queremos repetir” e “O que não queremos repetir”.

3. No coletivo, definir o que é importante especificar nesse momento como combinado de funcionamento e organização, contemplando a discussão anterior e tendo em vista que as próximas etapas de trabalho serão o mapeamento e a elaboração de um plano de ação para a escola. Alguém do grupo escreve na lousa os tópicos.

Ao final, esses tópicos precisam incluir também aspectos mais objetivos, como tempos, horários, próximos momentos de encontro, mobilizadores, pessoas responsáveis.

Lembrar que algumas decisões serão tomadas no momento do planejamento do mapeamento e outras, no momento do planejamento do plano de ação. Nenhum combinado é fixo ou eterno.

### Finalização

Lembrar a data do próximo encontro. Combinar quem vai preencher o mural com os combinados de funcionamento, bem como quais combinados vão para o mural.

### Elaboração da vivência

Parar, pensar e compartilhar expectativas pessoais em relação ao desenvolvimento das próximas atividades no que diz respeito ao funcionamento do grupo. Identificar o que será fácil e natural e o que será preciso de um investimento extra para manter o funcionamento respeitoso durante as atividades planejadas.





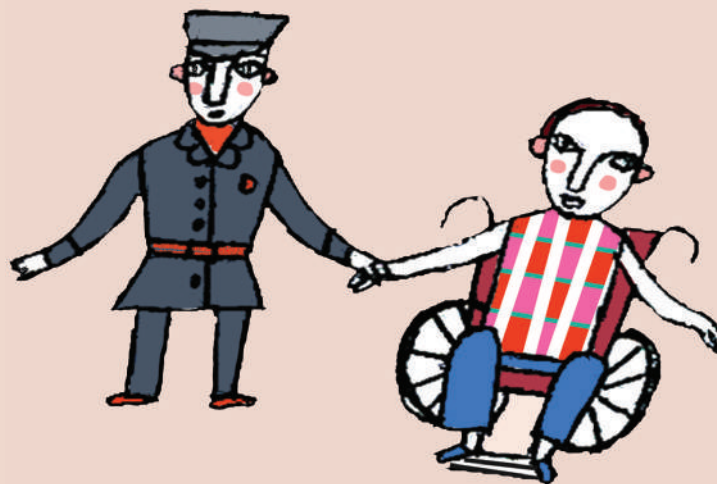
Texto de apoio

## **CUIDADOS PARA ABRIR ESPAÇOS DE DIÁLOGO**

Criar um espaço de diálogo pode parecer simples. Em princípio, bastaria definir um horário, um local, escolher um tema, fazer uma pauta, reunir todos no local escolhido e seguir a pauta. O que nem sempre é tão simples é fazer desse espaço um momento de efetivas trocas, de conhecimento, reflexões, percepções e sentimentos. Com frequência, os momentos coletivos dos educadores na escola acabam sendo momentos de desabafo, reclamações e defesa de pontos de vista. Momentos de muita fala e pouca escuta. Reuniões que poucas vezes conseguem dar conta de promover discussões e decisões coletivas.

O diálogo entre ideias e opiniões diferentes se apresenta como uma dificuldade. Não contrariar as vozes mais fortes e não expor as próprias ideias para evitar conflitos parecem ser maneiras usuais de lidar com as diferenças.

**Trocar implica que os sujeitos tenham histórias, repertórios, formas de pensar, experiências e saberes diferentes, e que, nas conversas, as diferenças sejam respeitadas, ressaltadas e exploradas.**



Ora, não parece espantoso pensar que numa escola não se saiba dialogar? Afinal, sem conversa, como gerar aprendizagem numa sala de aula? Sem diálogo, como trabalhar regras de convivência? Como planejar ações educativas sem trocar ideias e experiências? Como lidar construtivamente com conflitos sem escutar uns aos outros?

Diálogos podem ser considerados uma matéria-prima da tarefa educativa.

Numa conversa, todos os envolvidos são igualmente responsáveis pelo seu andamento. Ora, se um começa a desrespeitar o outro, este, ao se sentir desrespeitado, terá provavelmente a reação de se defender ou atacar, ou se defender atacando e desrespeitar o primeiro na medida da sua ofensa, do quanto se sentiu ofendido. E, assim, pode se iniciar um círculo vicioso. Na próxima ocasião que essas mesmas pessoas tiverem de conversar, é possível que esse histórico de desentendimento seja reavivado e atualizado... Talvez com novas ofensas, ou má vontade, ou desconsideração, ou surdez seletiva... Um grande desafio é buscar compreender o que faz o outro se sentir respeitado ou desrespeitado.

### **Conversas exigem disponibilidade e empenho**

Indicamos aqui alguns lembretes que podem ser úteis para ajudar a construir esse espaço de aprendizagem que são as rodas de conversa.

#### **1. É junto que se constrói conhecimento**

Para abrir espaço de diálogo ou conversa, antes de tudo é preciso estar convicto dessa ideia: construímos conhecimento *juntos*. A intenção precisa ser *construir com os outros*, e não *falar para os outros*.

É preciso estar aberto para o que vier, deixando de direcionar o rumo da conversa. Caso contrário, os participantes poderão interpretar como manipulação ou falta de abertura para novas ideias, e o resultado será o desinteresse ou até mesmo o boicote do encontro.



Também é preciso ter paciência para deixar a conversa fluir e derivar um tanto. A ansiedade que leva a querer chegar muito rapidamente a uma conclusão inibe participações e bloqueia o processo criativo.

É preciso acreditar na potência do grupo para encontrar caminhos novos, mesmo que eles pareçam, em alguns momentos, um tanto quanto sem sentido ou despropositados.

**Escutando e convivendo com as diferenças se ensina e se aprende a escutar e a conviver com as diferenças.**

Falar sobre conflitos, divergências, proposições e soluções requer a construção de um espaço de confiança. Todos precisam se sentir à vontade para falar sincera e abertamente. Por isso, é fundamental tomar certos cuidados, como: acolher, propor combinados, distribuir a fala, observar a dinâmica do grupo, fazer uma escuta qualificada e até ritualizar pode ser interessante.

**2. Acolhimento**

Uma boa acolhida passa por uma série de detalhes. A seguir, apresentamos uma lista que vocês podem incrementar ou reduzir, fazendo novos experimentos.

- Preparar o espaço (lembre-se de como você prepara a sua casa para receber os amigos).
- Oferecer água, pipoca ou bombons pode tornar a conversa mais gostosa (o prazer compartilhado cria um ambiente mais favorável ao diálogo).
- Sentar em roda (assim todos podem ver a reação dos demais enquanto falam, criando um ambiente de segurança para falar).





- Compartilhar com todos o roteiro previsto para a conversa (saber sobre o que se vai conversar e para que costuma reduzir a ansiedade e dar foco).
- Perguntar a todos se entenderam a proposta de conversa e convidar todos a participarem (verificando o entendimento e gerando comprometimento).
- Ao longo da conversa, validar a fala de todos, concordando ou não com ela.
- Respeitar o tempo que cada um necessita para decidir participar com suas colocações.

Ninguém pode ser obrigado a falar. A voluntariedade da participação na conversa precisa ser respeitada, pois cada pessoa tem seu próprio tempo para elaborar aquilo sobre o que se pretende conversar ou se está conversando. Ainda assim, é importante estimular a fala.

Validar a fala de todos talvez seja um dos exercícios mais difíceis: não rebater uma fala da qual se discorda. Escutar, reconhecer, validá-la como uma fala legítima e dar espaço para que cada um possa reconstruir suas próprias verdades com base nas verdades dos outros. Quando a pessoa que está organizando a conversa se mostra aberta a rever seus próprios conceitos, os demais participantes também podem se sentir à vontade para rever os seus.

Assim, vale lembrar: validar não significa concordar com tudo e com todos, mas, sim, viabilizar o direito de todos a ter participação e a se colocar. Com isso, as diferenças podem aparecer e ser trabalhadas no grupo e pelo grupo, sendo as conclusões fruto do diálogo. Desse modo, será possível traçar ações coletivas, mesmo que todos não pensem da mesma forma.

É essencial ter clareza de que, para trabalhar junto, não é necessário homogeneizar as ideias do grupo. Aliás, tanto melhor quanto mais ideias e experiências diversas houver. O mais importante é se deixar contaminar pelas ideias dos outros para criar



ações que contemplem o máximo de preocupações, pontos de vista, perspectivas de trabalho etc.

**Não é preciso que todos concordem com tudo para chegar a acordos sobre as ações a serem implementadas naquele momento ou contexto com aquelas pessoas.**

### 3. Combinados para a conversa

Os combinados que ajudam na organização dos momentos de conversa podem ser definidos de forma conjunta, com base na explicitação do que cada um precisa para se sentir seguro e à vontade para falar e para se sentir ouvido naquele espaço, bem como na explicitação do seu compromisso com as necessidades dos demais. Esses combinados também podem ser sugeridos e submetidos à aprovação do grupo.

Indicamos aqui algumas sugestões. Usando o bom senso, vocês intuirão quais desses combinados são bons para sua escola e quais, no seu contexto, podem ser descartados:

- Propor que *não se interrompam* as falas uns dos outros. Assim, a conversa flui melhor, e todos têm a oportunidade de falar.
- Propor que todos tentem escutar uns aos outros *sem julgamento*.
- Propor que *cada um fale por si*, explicando que isso ajuda a não se sentir invadido pelas verdades dos outros e facilita a escuta do que cada um tem a dizer.
- Propor que a fala de cada um seja *respeitada também fora daquele espaço* de conversa, para que as conversas não virem “fofoca no corredor”.
- Compartilhar com todos o tempo disponível para a conversa e ressaltar que, com esse tempo, se cada um falar no total durante “x” minutos, todos poderão falar e ser ouvidos.



Por que “propor” e não “dizer quê”? Porque se trata do convite para uma conversa a ser feita **junto** com os demais integrantes da comunidade escolar. Se os combinados forem impostos, terão poucas chances de serem cumpridos, mas, se forem propostos e acordados por todos (lembre-se de que é preciso verificar sempre a opinião do grupo), essa chance aumenta.

Suspensão do julgamento: A proposta de ouvir sem fazer julgamento tem o objetivo de facilitar a escuta do que cada um tem a dizer e deixar todos mais à vontade para falar o que pensam. Em muitos momentos, enquanto outras pessoas falam sobre determinado assunto, é de extrema importância ouvi-las atentamente, sem interromper e sem julgar o que estão falando antes mesmo de acabar de ouvir. A preocupação de julgar ou contradizê-las apressadamente, muitas vezes antes de ouvir tudo o que elas têm a dizer, pode bloquear a possibilidade de encontrar soluções novas para os problemas, e o apego a ideias prévias pode levar ao desrespeito, à estigmatização e à discriminação de quem pensa diferente. Assim, buscar conhecer e escutar o outro funciona como um antídoto para isso.

Isso não quer dizer que, ao final da conversa, o grupo não possa chegar a uma conclusão sobre seus objetivos comuns, o papel e o grau de envolvimento de cada um, o melhor a fazer diante do discutido etc. No entanto, isso certamente será mais rico e integrador se for antecedido por um diálogo genuíno.

Cada um fala por si: Em grupos de pessoas que trabalham juntas com uma finalidade comum, como é o caso da escola, é bastante frequente que as pessoas falem de maneira generalizante, usando, por exemplo, expressões como “a gente”, “nós”, “a escola” ou “a sociedade”. Se, em alguns casos, esse uso pode se referir ao coletivo, pode também ser uma forma de não se incluir pessoalmente na fala. Não raro, se atribui “à sociedade” os problemas da escola, se fala na “escola”





ou em “nós” para designar alguns sem nomeá-los claramente, se usa o termo “a gente” para indicar uma dificuldade pessoal sem se expor muito, e assim por diante. De outro modo, se cada um falar por si, será possível identificar melhor como cada um se situa em relação ao tema em questão, traçando uma ação coletiva com base nas diferenças que aparecerem.

#### 4. Distribuir a fala

Distribuir a fala significa estimular os que falam pouco a se expressarem e conter aqueles que falam muito.


Assim, algumas estratégias que podem ajudar são: perguntar o que os outros pensam sobre o tema quando alguém estiver monologando, perguntar o que pensam aqueles que ainda não falaram nada, lembrar o tempo combinado para a fala de cada um e explicitar a dinâmica das relações. Por exemplo, se houver insistentes conversas paralelas ou pouca participação, pode ser sinal de que algumas pessoas não se sentem bem para falar no coletivo (por questões hierárquicas, ou de temperamento, ou de classe, ou por dissidências etc.). Nesse caso, se a tentativa de melhor distribuição de fala ou de fazer valer o tempo combinado para cada um falar na sua vez não funcionar, pode ser interessante dividir o grupo em subgrupos, propondo discussões a serem coletivizadas num segundo momento, que podem ser na forma de relatoria ou nos subgrupos se visitando uns aos outros. Com isso, em outra reunião, é possível que as pessoas se sintam mais à vontade ou dispostas para falar no coletivo maior. Aos poucos, à medida que a confiança for se estabelecendo no grupo, todos vão participar.

**Tão importante quanto o que você fala é a maneira como você o faz.**

#### 5. Observar a dinâmica do grupo

O tempo todo é preciso ficar atento e observar como o grupo se organiza. Uns falam mais que outros? Estão acontecendo muitas conversas paralelas? Alguns parecem





desinteressados? Todos parecem apáticos? Todos falam ao mesmo tempo? Há alguns que nunca falam? Alguém parece especialmente angustiado e realmente precisar falar mais? Como os demais acolhem essa necessidade?

Em algum momento, um desses movimentos vai acontecer. O grupo é vivo, e, por mais que vocês façam sólidos combinados, as coisas se desorganizam e se reorganizam o tempo todo, o que é desejável. Regras seguidas muito à risca, durante muito tempo, podem ser sinal de que algo vai mal, de que a espontaneidade foi inibida. É importante que o grupo esteja sempre em movimento. Nesse caso, firmar novos combinados é fundamental. Isso contribui para a formação do espírito coletivo.

Além disso, é preciso considerar que essa dinâmica está estritamente relacionada às relações de poder vigentes entre os sujeitos presentes. Por exemplo, num grupo misto, ao perceber que alguns funcionários administrativos falam pouco, de maneira muito sucinta e olhando para o diretor ou algum professor (provavelmente marcando uma relação de submissão a essas autoridades), pode-se estimular a fala lembrando que aquele encontro reúne pessoas com diferentes funções na escola: que alguns são educadores porque são professores, outros são funcionários administrativos (e também educadores), outros são educadores familiares; ressaltando que, independentemente de hierarquias, do lugar ocupado ou da formação de cada um, todas as falas são importantes, todas são necessárias e que a riqueza está justamente em poder contar com essa diversidade. Explicitar essa dinâmica pode ser uma fonte de aprendizado para todos.

## 6. Fazer uma escuta qualificada

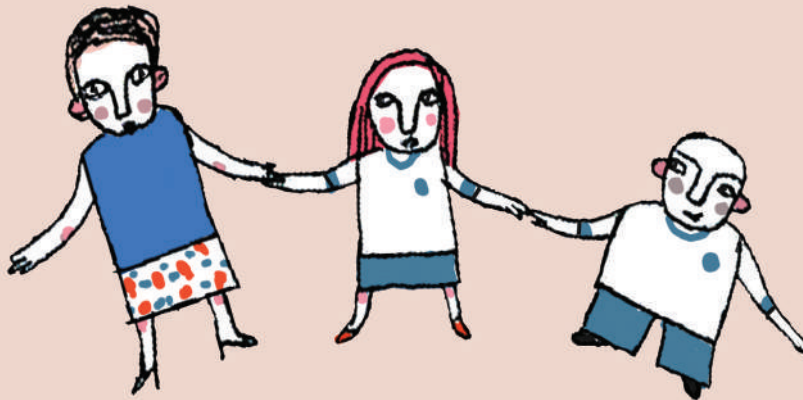
Escutar é diferente de apenas ouvir, pois exige sensibilidade para as nuances do outro.

Ao escutar, procuramos entender o que o outro está querendo dizer com base no lugar de onde fala. Ou seja, com base: na cultura de que faz parte (que pode variar de acordo com a nacionalidade, a religião, a raça, o bairro, a cidade, o Estado em


que mora ou de onde vem, o grupo social, a idade, a profissão que exerce etc.); na história pessoal (experiências que já teve na vida); no momento de vida; na situação de fala e no quanto está à vontade nela (situação de trabalho, de intimidade, familiar etc.); no humor do momento etc.

É muito comum que duas pessoas conversem em monólogos, sem uma efetiva troca. Cada um escutando muito mais a si mesmo do que ao outro. É o que acontece, por exemplo, quando alguém fala algo e, como interlocutor, já vai pensando na resposta (defesa ou ataque da pessoa ou da ideia que “imagina” que outro está defendendo) antes mesmo de o outro ter terminado seu raciocínio. Nesse caso, é comum que, quando existem perguntas, elas sejam espécies de armadilhas preparadas para uma “boa rebatida”, e não perguntas que buscam realmente conhecer o que o outro está procurando dizer.

Se estivermos conversando com o intuito de construir algo em comum, além de nos escutarmos mutuamente, precisamos qualificar essa escuta com perguntas que nos ajudem a sair de discursos generalizantes e nos façam pensar naquilo que estamos enfrentando concretamente. Numa conversa de escuta mútua, as perguntas indicam uma curiosidade pelo outro. Não uma curiosidade invasiva, mas uma curiosidade que visa entender o outro e suas ideias com base naquilo que ele está falando.



Por exemplo, quando alguém diz que há muita violência na escola, pode-se fazer perguntas que ajudem essa pessoa e o grupo a explorar de que violência se está falando: quem presencia; quem vivencia essa violência; quem a pratica; contra quem; como a escola contribui para essa situação; como cada um, nos diferentes espaços da escola, contribui para que ela aconteça; como a escola já atuou em



situações como essas; quais as experiências de cada um em situações semelhantes; o que deu certo; o que deu errado; o que cada um pode fazer para mudar isso; que estratégia coletiva será possível pensar para a transformação desse cenário.

Enfim, uma escuta qualificada envolve ações como: validar uma experiência; integrá-la numa história pessoal; recolocá-la no âmbito relacional, social e político; incluir a pessoa na própria fala (fazendo-a sair do discurso que coloca no outro a responsabilidade por tudo o que lhe acontece); transformar uma queixa num pedido ou numa ação (fazendo a pessoa sair de um lugar de passividade para outro mais ativo).

Resumir a fala de quem acaba de falar, verificar o entendimento e propor perguntas que ampliem seu olhar são formas de proporcionar uma escuta qualificada.

## 7. Ritualizar

Ritualizar é fazer algo para demarcar a passagem de um momento da vida, de um processo, de um costume. Fazer um ritual para delimitar o momento e o espaço de uma conversa sobre algo importante para o coletivo pode ajudar a dar contorno e a reforçar o sentido da conversa.

O ritual deve ser escolhido pelo grupo de acordo com o tema da conversa, o contexto, as pessoas envolvidas, a cultura local e dos participantes. Pode-se, por exemplo, iniciar todas as conversas colocando uma música escolhida pelo grupo como sua marca, fazendo uma prática corporal ou lúdica, repetindo a mesma frase para iniciar a conversa etc. O importante é que esse início da conversa faça sentido para todos e não se torne uma “mera burocracia”.

Um ritual de início pode levar os integrantes do grupo a se sentirem no grupo e com o grupo naquele momento, pode remetê-los a uma atitude de participação, mobilizando sua disponibilidade para o que o grupo fará em seguida.



Um ritual de encerramento pode fortalecer o momento de conversa que acabou de acontecer e favorecer a coesão entre as pessoas que dela participaram, mesmo que a conversa tenha sido difícil. Simbolicamente, sintetizando o que foi e lançando uma perspectiva de construção conjunta contínua, esse ritual deixa claro que mais um passo foi dado em direção à Educação em Direitos Humanos e dá ânimo para continuar a caminhada.

### 8. Construir uma relação de confiança

Os cuidados mencionados aqui ajudam a construir um espaço de confiança para que os participantes se sintam confortáveis em expor seus pontos de vista de maneira aberta e sincera e possam se comprometer com a proposta de EDH. Contudo, eles valem muito pouco se forem feitos de maneira mecânica e burocrática. Por isso, é preciso sempre ter em mente qual o principal objetivo desses cuidados: criar espaço de confiança para que o trabalho coletivo aconteça.

Indicamos aqui alguns caminhos para responder a duas questões importantes: O que é necessário para que todos se sintam dispostos a contribuir com reflexões e ações ao tratar de um tema delicado como a Educação em Direitos Humanos na escola, que exige rever a maneira como estão trabalhando os valores e como estão sendo garantidos ou violados os Direitos Humanos daqueles que pertencem à comunidade escolar? O que é necessário para que as práticas educativas e as posturas de educador sejam colocadas em questão?


Ter confiança de que o próprio ponto de vista vai ser escutado e considerado por todos.

Ter confiança de que as questões e ações colocadas pelos participantes serão discutidas com respeito.

Ter confiança de que é possível dizer o que se pensa sem ser julgado, atacado, repreendido ou socialmente penalizado por isso.







Ter confiança de que o grupo não vai minar as conversas, transformando os temas conversados e as falas de cada um em “fofocas de corredor”.

Ter confiança de que as exposições pessoais não serão feitas à toa, de que todos ali estão realmente dispostos a rever formas de fazer e a pensar estratégias de Educação em Direitos Humanos.

Ter confiança de que é possível trazer os incômodos em relação ao Projeto, além dos receios e das dificuldades pessoais, sem que seja estigmatizado como resistente.

Ter confiança de que as ações de cada um serão criticadas com respeito.

Em cada escola, de acordo com a cultura local, essa lista tende a ser um pouco diferente, mas, grosso modo, aí estão as principais questões pelas quais importa tanto cuidar para que os espaços de conversa sejam espaços de confiança.

É interessante que se retome a discussão dessa questão em diferentes momentos, para que fique claro se essa relação de confiança está sendo construída e em que ela se baseia. E, no caso de haver problemas, para que estes sejam analisados e superados.



Etapa 3.

## Mapeamento: um olhar cuidadoso para a escola

“(...) o ambiente educacional diz respeito não apenas ao meio físico, envolvendo também as diferentes interações que se realizam no interior e exterior de uma instituição de educação.”

*Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*

**A** EDH é um movimento de mudança cultural que visa transformar práticas muitas vezes naturalizadas no ambiente das escolas. Para isso, é preciso voltar-se para a própria Unidade Escolar com um olhar interessado em descobrir se, o quanto e como ela está comprometida com a promoção e a vivência do respeito mútuo, tomado aqui como base para a concretização dos Direitos Humanos. Assim, é essencial olhar a escola não só como um espaço físico, estático e aparentemente perene, imutável, como se poderia pensar ao olhar para a planta da escola ou para seus muros, mas compreendê-la como um espaço que funciona como um sistema de relações, entre tempos, afetos (percepções, sensações e sentimentos), pessoas, coisas...

Nesse momento do Projeto Respeitar é Preciso!, a proposta é levantar tanto as situações que nos apontam a existência do respeito mútuo quanto aquelas que nos preocupam nesse sentido e, por isso, precisam ser transformadas. É um levantamento que possibilitará iniciar uma análise da instituição do ponto de vista da qualidade das relações, o que é básico e essencial para o ensino de valores, para que depois haja a

formulação de um plano de ação que oriente para alcançar as mudanças desejadas. O instrumento para isso será um “mapa” da escola, construído com base nos olhares e nos sentimentos de todos os participantes do Projeto.

Naquelas escolas em que familiares e alunos já estiverem participando das atividades do Projeto, haverá uma contribuição muito interessante, pois, do lugar que ocupam, poderão olhar a escola numa perspectiva diferente daquela dos profissionais que lá trabalham, o que enriquecerá o mapeamento.

Realizar o mapeamento implica ter passado atentamente pelas etapas anteriores. É importante ter discutido bastante o conceito de respeito, seu significado nessa equipe e retomar o mapa dos sonhos, realizado na etapa 2.

## 1. NAVEGAR PELA ESCOLA: SENSIBILIZAÇÃO



### Fique de olho

*Antes de realizar as atividades de mapeamento, é importante ler as orientações específicas que dizem respeito ao trabalho de Educação em Direitos Humanos em cada um dos segmentos da escolaridade, que vão ajudar no olhar mais atento para as questões próprias de cada um deles.*

### Providenciar

- O mapeamento do território já realizado
- O registro das situações de respeito e desrespeito coletadas em atividades anteriores
- O mapa de sonhos já realizado
- Um desenho grande da planta baixa da escola

**Observação: O desenho da planta pode ser previamente preparado ou realizado**



na hora. A sugestão é desenhar uma planta grande para cada andar e incluir no térreo a área aberta da escola.



### Atividades



1. *À deriva* – É importante “re-conhecer” a escola, olhar com outros olhos e ver o que muitas vezes não vemos por causa de um automatismo cotidiano. Vale lembrar os registros das situações de respeito e desrespeito vivenciadas e coletadas em atividades anteriores e informações disponíveis sobre o território, coladas nas paredes da sala de aula.

A ideia é que o grupo de educadores (e, quando for o caso, os grupos de alunos) faça uma caminhada “à deriva” pela escola para uma primeira exploração, de modo que cada participante se perceba nos diferentes espaços e identifique:

- Quais espaços costuma frequentar mais e quais frequenta menos?
- *Como, para que e com quem* utiliza esses espaços?
- Que lembranças, sensações e sentimentos afloram em cada um desses espaços?

2. *Registro* – Cada participante escolhe três desses espaços e registra suas percepções:

- as sensações agradáveis e desagradáveis;
- o que a organização e o estado de conservação comunicam;
- como as pessoas circulam e interagem;
- as regras implícitas e explícitas que vigoram nesses espaços.



(...) é importante lembrar que, inerentes à convivência humana, os conflitos também se fazem presentes nas instituições de educação. (...)

Assim sendo, tais instituições devem analisar a realidade criticamente, permitindo que as diferentes visões de mundo se encontrem e se confrontem por meio de processos democráticos e procedimentos éticos e dialógicos, visando sempre ao enfrentamento das injustiças e das desigualdades. É dessa forma que o ambiente educativo favorecerá o surgimento de indivíduos críticos, capazes de analisar e avaliar a realidade a partir do parâmetro dos Direitos Humanos.”

*Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*



Quanto mais claro e rico for o registro dessas percepções, mais completo ficará o mapa coletivo do grupo, reunindo todas as impressões dos participantes para que se tenha um panorama dessas questões na escola. Os registros podem ser feitos por escrito, foto, desenho etc.

3. *Um primeiro mapa coletivo* – Colagem sobre a planta baixa da escola. Cada pessoa tem suas experiências, suas impressões, seus sentimentos e um olhar singular para o que acontece no dia a dia vivido nos espaços da escola. São esses espaços que compõem a escola real e que, ao serem explicitados e organizados, permitem que o grupo reflita sobre o que essa instituição comunica e sobre quais valores ela ensina na prática. Para essa reflexão, pode-se usar como apoio o desenho de uma planta baixa da escola, sobre o qual são colocados os registros feitos durante a caminhada “à deriva”. Isso dará visibilidade a esses espaços, permitindo que o grupo pense junto. Assim, os escritos, as fotos e os desenhos, colados ou reproduzidos na planta baixa, vão compor um “mapa” da escola. Além desses registros, vale a pena incluir as situações de respeito e desrespeito vivenciadas que foram coletadas nas atividades anteriores.



4. *Roda de conversa* – Com uma roda de conversa em volta do mapa, na qual sejam trocadas as lembranças e as observações feitas durante a caminhada pela escola, o grupo poderá construir uma representação coletiva, destacando as semelhanças e as diferenças, as potencialidades e os problemas sobre os quais vale refletir. Nesse momento, a comparação do que foi levantado por meio do mapa de sonhos possibilita a visualização do caminho necessário para que a escola real se torne a escola desejada pelo grupo.

### Finalização

Elencar as principais questões emergentes da conversa, pontuando tanto o que foi indicado como problema quanto aquilo que já existe de positivo na escola como fato ou como potencialidade.



**Observação:** Nesse momento, caso isso ainda não tenha acontecido, é possível discutir se já é o momento de incluir os alunos nas atividades do Projeto e analisar como seria possível que os professores propusessem uma atividade de construção do mapa com base na mesma proposta de circulação pela escola com o registro das percepções. Essas produções também podem ser afixadas no mural.

### Elaboração da vivência

Compartilhar a resposta para a seguinte pergunta: Como grupo, modificamos a visão que tínhamos da escola?

## 2. O MAPEAMENTO: identificando problemas e potencialidades

**Aquilo que foi levantado com base nas impressões e nas experiências pessoais durante a caminhada “à deriva” e na montagem do mapa precisa ser analisado do ponto de vista institucional para que a reflexão não fique restrita ao limite individual.**

Para tanto, a proposta é aprofundar o olhar sobre a escola focando os aspectos apresentados a seguir, organizados em cinco campos de análise:

Campo 1) **A REDE DE RELAÇÕES** – As relações que se estabelecem entre todos os integrantes da escola (alunos, profissionais de apoio, professores, diretores, coordenadores, adultos responsáveis, familiares etc.).

Campo 2) **QUEM NÃO SE COMUNICA...** – As formas de comunicação que existem na escola.

Campo 3) **DESACOSTUMAR PARA MUDAR** – As regras de convivência e funcionamento da escola.

Campo 4) **O ESPAÇO E O TEMPO** – A organização do espaço e do tempo escolar.



Campo 5) *O PATRIMÔNIO DE CONHECIMENTO QUE A ESCOLA POSSIBILITA CONSTRUIR* – Os conteúdos historicamente construídos, selecionados para o Ensino Fundamental e as experiências planejadas na Educação Infantil.

É possível que, por meio do mapa coletivo já realizado, o grupo identifique outros campos de análise interessantes para serem incluídos.

**Importante salientar que nenhuma das sequências de atividades aqui propostas esgota a complexidade de cada um dos campos eleitos. Elas apenas iniciam a prática de olhar a escola de modo analítico, que, para efetivar a cultura de EDH, precisa ser apropriada pela equipe e retomada sempre para se tornar permanente.**



#### Fique de olho

*Em razão da relevância dessas reflexões, é importante desenvolver as atividades em diferentes encontros para que se tenha mais tempo e todos possam pensar sobre os diferentes aspectos da vida escolar, seus problemas e suas potencialidades, produzindo um mapeamento que melhor a represente. Esse tempo e o número de encontros devem ser gerenciados de acordo com as possibilidades em cada local. Portanto, as atividades propostas para o mapeamento podem ser agrupadas em um, dois ou mais encontros.*

#### CAMPO 1) A REDE DE RELAÇÕES



Mesmo que os papéis e as funções de todos os que participam do dia a dia da escola estejam definidos de forma clara e minuciosa, as relações que se estabelecem entre as pessoas são bastante complexas e envolvem questões de poder, grau de intimidade e de reconhecimento do trabalho do outro, incluindo a história de cada escola, a capacidade de escuta mútua, entre tantas outras variáveis. São as relações dos adultos entre si (gestores, professores, profissionais de apoio, familiares), entre os adultos e os alunos,





dos alunos entre si, dos profissionais da escola com os familiares e responsáveis, da escola com sua comunidade.

Essas relações construídas entre os diversos sujeitos contribuem de forma decisiva para a construção e a sustentação de um ambiente de trabalho e estudo norteado pelo respeito mútuo.

Daí, a importância de um olhar atento, buscando detectar eventuais discriminações, sejam elas dissimuladas ou explícitas. Discriminações e preconceitos de etnia, origem, gênero, orientação sexual, idade, entre outras, são combustível para o desrespeito e para as violências simbólicas ou físicas entre os alunos e entre alunos e adultos. Do mesmo modo, o uso arbitrário do poder sobre o outro (lembrando que todos têm poder em alguma medida) e o autoritarismo nas suas múltiplas variações também são formas de violência. Por outro lado, é importante não deixar de evidenciar relações de solidariedade, acolhimento, reconhecimento respeitoso do outro, valorizando-as e tomando-as como referência de possibilidade.

O campo de análise das relações interpessoais que ocorrem na escola talvez seja aquele que mais vai tocar cada participante em suas atitudes e em seus sentimentos. Contudo, não se trata de identificar os responsáveis pelas situações (aquelas em que o respeito está presente, ou aquelas em que isso não acontece). O importante é observar como e por que acontecem.



### Providenciar

- Espaço para os participantes se organizarem em grupos
- Folhas grandes de papel para registro e confecção do quadro do mapeamento





### Atividades

1. *Narrativas* – Cada participante pode fazer uma rápida narrativa de como costuma ser o seu dia na escola, desde a sua chegada, tentando se lembrar das pessoas com as quais se encontra, o que diz a elas e com quem se relaciona indiretamente. Por exemplo: “Quando entro na escola, a primeira pessoa que costumo encontrar é \_\_\_\_\_. Vou à cozinha e tomo café feito por \_\_\_\_\_. Tomo a água que foi colocada por \_\_\_\_\_. Uso o banheiro que foi limpo por \_\_\_\_\_. Quanto entro na sala de aula, a primeira coisa que faço é \_\_\_\_\_. Durante o meu dia, me relaciono intensamente com \_\_\_\_\_”. Uma fala curta, mas que indique algumas das pessoas com quem cada um mais se relaciona e direcione o olhar para quem faz o quê.

2. *Situações cotidianas* – Em pequenos grupos, escolhe-se uma situação vivida na escola para analisar e depois dramatizar, como forma de compartilhar as reflexões com os outros grupos. É importante que seja uma situação considerada marcante ou exemplar de algo recorrente que costuma ser observado nas relações entre as pessoas.

Cuidar das relações entre os sujeitos é algo que vai além da cortesia, da “boa educação” e do bom humor. Trata-se de imprimir o respeito em cada uma das ações, estejam elas relacionadas à tomada de decisão, à mediação de conflitos ou à resolução de situações de emergência, considerando sempre o papel que os adultos cumprem na escola: a função de educadores.

### Para escolher a situação

Algumas questões para inspirar a escolha da situação:

- Vocês conseguem identificar pessoas (adultos ou alunos) que não se sentem respeitadas na escola? Quem? Em quais situações? O que provoca esse desrespeito?





- Que práticas presentes no cotidiano escolar vocês identificam como promotoras do respeito entre as pessoas?
- O que acontece quando alguém se sente desrespeitado? Como são encaminhadas essas situações? Os encaminhamentos são realizados de forma respeitosa?
- Que tipo de discriminação já ocorreu ou costuma ocorrer no ambiente escolar? Como isso acontece?
- Há situações de violência na escola? Que tipo de violência? Em que circunstâncias?
- Vocês conseguem falar o que pensam, colocar sua opinião mesmo que divergente da opinião da maioria? Sentem que sua opinião é considerada? Vocês conseguem ouvir uma opinião mesmo pensando diferente ou discordando dela?

### Preparação da encenação

Depois de escolher uma situação significativa, a ideia é montar uma cena incluindo os participantes, suas atitudes e seus sentimentos. Os integrantes do grupo definem quem vai representar cada “personagem”, suas falas, sua atuação e preparam uma dramatização para apresentar aos demais as questões a serem discutidas e provocar reflexões sobre os aspectos considerados essenciais.



#### Figue de olho

*Ninguém precisa ser “ator” ou “atriz”, o objetivo é trazer as questões para que sejam vistas e discutidas e não apresentar a melhor peça teatral. Para facilitar a dramatização, o grupo pode representar a situação escolhida em, no máximo, três cenas: contexto, clímax e desfecho.*

3. *Dramatização e debate* – Encenação das situações selecionadas, trazendo a complexidade da realidade representada.



Após as dramatizações de todos os grupos, segue-se um debate sobre a presença do respeito ou do desrespeito com base no que foi apresentado.

Algumas questões importantes para o debate:

- Essas situações acontecem com frequência? As pessoas da escola reconhecem já terem vivido ou presenciado situações como as que foram encenadas?
- Há consenso entre todos sobre o que é considerado manifestação de respeito e de desrespeito? Há contradições entre algo considerado respeito ou desrespeito? Por exemplo: O uso do bonê pelos alunos em sala de aula; chamar os professores de “sr.” ou “sra.”; falar palavrão; usar o cargo em vez do nome para se referir a alguém (“a tia da limpeza”, “a moça da cozinha”); sair no meio de uma reunião para fazer outra coisa; faltar ou atrasar sem avisar; comentar questões de caráter pessoal de membros do grupo em momentos coletivos (na classe, na reunião de pais).
- Há necessidade de mudanças? Quais?

### Finalização

Sistematizar o que foi trabalhado preenchendo coletivamente e de modo bem resumido o quadro a seguir e escrever numa folha grande para que possa ser retomada posteriormente.

*Síntese do mapeamento do campo 1*

A rede de relações	O que vai bem	O que precisa mudar
Nas relações entre todos os sujeitos		



## Elaboração da vivência

Refletir sobre como cada um poderia contribuir para realizar as mudanças indicadas como necessárias.

### CAMPO 2) QUEM NÃO SE COMUNICA...

O campo de análise da comunicação está intimamente interligado ao das relações interpessoais. A comunicação acontece por meio da fala, da escuta, da escrita, da leitura, do olhar, da postura, do gesto... Tão importante quanto falar, escrever e gesticular de modo a se fazer entender é dedicar esse cuidado também à escuta, à leitura e à observação. A comunicação envolve então uma via de mão dupla. Nesse sentido, a preocupação com nossos interlocutores deve ocupar um grande espaço nas situações de comunicação. Escutar o que o outro tem a nos dizer é, sem dúvida, condição para que ele se sinta digno, respeitado. O contrário, não ser ouvido nem levado em consideração, é sentido como desrespeito.

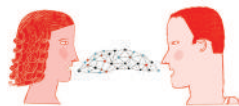


## Providenciar

- Folhas grandes de papel para registro e confecção do quadro do mapeamento



## Atividades



1. *Reflexão em grupo* – Estamos sempre nos comunicando, de diferentes maneiras em situações diferentes, mas é importante que a forma de comunicação seja sempre cuidadosa e permeada de respeito para que haja compreensão.



Algumas questões para refletir: Comunicamos tudo o que queremos? Acreditamos que podemos ser ouvidos e compreendidos? Ouvimos e buscamos compreender o que nos é dito?

Por meio dessas reflexões, o grupo poderá identificar como a comunicação entre as pessoas na escola acontece nas situações de respeito e desrespeito: Pela fala? Pelo tom de voz? Pelo gesto? Pelo olhar?

O que pesa mais? A palavra ou o tom de voz? A palavra ou o gesto, o olhar? O que uma palavra, um gesto, o tom de voz pode causar no outro?

Se essas reflexões tiverem sido feitas em subgrupos, é importante que sejam socializadas para todo o coletivo.

2. *Continuando a reflexão* – Muito importante a se considerar também em relação à comunicação, mas para além da via interpessoal, são os canais existentes na escola para que as informações e a expressão de opiniões possam circular.

A rede de comunicações de uma comunidade é construída não só pela existência de murais, jornal, entre outros, mas, antes de tudo, pela forma como essa comunicação se dá, como esses canais são utilizados.

Assim, é importante pensar: Quais são os canais existentes na escola? Quem organiza essa comunicação? Existem setores da escola para os quais o acesso à informação é difícil?

### Finalização

Outras perguntas que podem ajudar a mapear esse campo de análise:





- Os canais de comunicação existentes são suficientes? Atingem todos os que frequentam a escola (inclusive os que são analfabetos, aqueles que não têm e-mail, os pouco assíduos etc.)?
- As ideias, os problemas e as opiniões de toda a comunidade são compartilhados para contribuir com a sustentação do projeto político-pedagógico da escola?
- Todos os sujeitos envolvidos na rotina escolar sentem que são ouvidos e podem se colocar sempre que necessário e para as pessoas que precisam saber?
- É possível identificar desrespeito nas formas de comunicação no dia a dia?
- As diferenças de pensamento e opinião são objeto de diálogo?
- Há espaços de reunião com todos os segmentos que trabalham na escola?
- Há necessidade de mudanças? Quais?

Sistematizar o que foi trabalhado preenchendo, no coletivo e de modo bem resumido, o quadro a seguir, reproduzido numa folha grande, para que possa ser retomado posteriormente.

*Síntese do mapeamento do campo 2*

Quem não se comunica...	O que vai bem	O que precisa mudar
Na comunicação		

**Elaboração da vivência**

Refletir sobre as mudanças nas quais cada participante gostaria de se empenhar para concretizar.



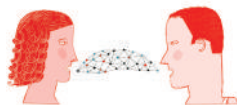
### CAMPO 3) DESACOSTUMAR PARA MUDAR

Num ambiente democrático, regras e normas são instrumentos para promover a igualdade de direito e o bem comum. Para isso, precisam ser justas, precisam ser conhecidas e legitimadas por todos os que participam do contexto em que se encontram vigentes. Em qualquer instituição, há regras e normas explícitas, e outras que são implícitas. No caso da escola, o Regimento Educacional expressa aquelas que são oficiais. Entretanto, muitas vezes, o cotidiano escolar é regido por normas não ditas, naturalizadas pelo costume e das quais não se sabe a origem nem a razão de ser. Elas estão “embutidas” nas práticas e podem ser muito sutis. Buscar explicitá-las ajuda a analisar: Quais são justas? É possível encontrar algumas que ajudam a reproduzir as injustiças sociais? Às vezes, são até mesmo contraditórias com o que está posto no Regimento.

#### Providenciar

- Folhas grandes de papel para registro e confecção do quadro do mapeamento

#### Atividades



1. *Debate sobre o Regimento* – Todas as escolas têm um regimento que deve expressar os anseios educacionais da comunidade escolar, por meio de seus princípios e suas regras de convivência. Assim, o Regimento é um instrumento educativo, que tem como finalidade organizar a vida da comunidade escolar, construído de modo participativo para que tenha legitimidade, e não apenas um documento formal. Não é algo fechado ou definitivo, sendo passível de mudanças para atender às questões da vida, sempre em movimento. O importante é que seja sempre discutido e acordado entre todos.





Pensando nisso, uma discussão com todo o grupo pode ajudar a explicitar o papel que o Regimento tem. Algumas perguntas contribuem com essa discussão:

- Todos os aqui participantes conhecem o Regimento da escola? E os demais profissionais da escola?
- Os alunos conhecem o Regimento? E os seus responsáveis?
- Vocês acompanharam a elaboração, ou gostariam de ter acompanhado?
- Seu conteúdo é efetivamente compreendido por todos?
- Vocês usam o Regimento? Em que situações? Que função ele tem?
- Há sanções previstas para o não cumprimento das regras e normas? Essas sanções (principalmente as que se referem aos alunos) foram pensadas e são efetivadas como parte do processo educativo e como forma de promoção do desenvolvimento da autonomia?
- Existe algo no Regimento que precisa ser revisto?

2. *Reflexão em subgrupos* – O que os participantes identificam como uma regra que não está no Regimento nem nunca foi discutida? Ao analisar a escola como espaço da Educação em Direitos Humanos, é fundamental fazer um esforço para iluminar as normas não ditas e avaliar se estão a serviço da promoção de relações de respeito ou se as atrapalham. A ideia é identificar costumes que impõem formas de funcionamento que nunca foram acordadas, costumes que, por exemplo, podem impedir alguns setores da comunidade escolar de usufruir de suas instalações, ou costumes que autorizam algumas pessoas a fazer algo que não é adequado para o convívio democrático. Por exemplo: Alguma regra ou costume impede alguém de ter acesso aos



livros, CDs e outros materiais da biblioteca, da sala ou do espaço de leitura? Se não é utilizada por todos, já foi analisado o porquê? O seu acervo (e como utilizá-lo) já foi apresentado a todos, incluindo os profissionais de apoio? Outro exemplo: Há escolha ou indicação de alunos para participar de eventos e passeios? Como essas escolhas são feitas? São sempre os mesmos alunos? Qual é, na prática, a regra para isso?

Outras questões para aquecer o levantamento do que pode ser mapeado:

- Alguém se sente desrespeitado por alguma regra? Privilegiam-se, sem motivo aparente, determinadas pessoas?
- O que alguns podem e outros não? Da fila na cantina ao uso do celular, as obrigações e proibições são justas para todos? Ou alguns podem coisas que outros não podem? Quando há necessidade de diferenças, elas se justificam (pela responsabilidade ou pela necessidade)?
- Há regras (ou costume) que separam os locais de refeição? Todos podem usar as mesmas dependências sanitárias?
- São consideradas justas? Alguém se sente desrespeitado com alguma delas? Privilegiam, sem motivo aparente, determinadas pessoas?
- Na implementação das normas, são consideradas as pessoas que, por algum motivo, se encontram em situação de desvantagem (pessoas com necessidades especiais, déficit intelectual, em situação de grande desvantagem social, entre outras)? Isso é colocado claramente para todos?
- Existe, ainda que nas entrelinhas, alguma regra que favoreça o desrespeito a alguém ou a algum dos Direitos Humanos ou definidos na legislação brasileira (Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Estatuto da Juventude etc.)?



- Há necessidade de mudanças? Quais?

### Finalização

Cada subgrupo apresenta para os demais grupos as conclusões a que chegou para que seja feito um registro único.

#### *Síntese do mapeamento do campo 3*

Desacostumar para mudar	O que vai bem	O que precisa mudar
Nas regras de convivência e no funcionamento da escola		

### Elaboração da vivência

É provável que estejam emergindo muitas diferenças no modo de pensar e sentir entre as pessoas do grupo. Assim, é importante compartilhar os sentimentos que essas diferenças provocam em cada um.

#### *CAMPO 4) O ESPAÇO E O TEMPO*

**O convívio escolar é organizado pelo tempo e pelo espaço, e estes podem contribuir para sustentar na escola um ambiente regido pelo respeito mútuo e pela soberania dos Direitos Humanos. A rotina da escola precisa ser organizada e mantida com recursos e regras que sejam respeitosos, considerando as necessidades educativas e de convivência para que tanto alunos quanto educadores se sintam respeitados e considerados, desde como é organizada a entrada e a saída da escola, o sinal para o intervalo, como são mantidos os ambientes agradáveis, valorizando, cuidando e fazendo o melhor uso possível desses espaços na prática educativa.**



### Providenciar

- Folhas grandes de papel para registro e confecção do quadro do mapeamento
- Materiais para colagem, canetas, tintas, revistas e outros

### Atividades

#### O espaço



1. *Análise em grupo* – O espaço comunica coisas diversas por meio da sua organização, o que inclui a disposição dos móveis, dos acessos, a luminosidade, os cheiros que exala, os sons que emite, a temperatura, as cores, o cuidado e o uso que se faz dele.

Olhar para os espaços utilizados todos os dias como se fosse a primeira vez é um exercício interessante para a observação de aspectos que passam despercebidos no dia a dia.

Assim, em grupos, os participantes podem pensar em alguns espaços, como sala de aula, pátio, diretoria, secretaria, refeitório, banheiro, biblioteca, espaço e sala de leitura, compartilhando como sentem esses espaços por meio de uma representação plástica utilizando colagem, canetas, tintas...

O importante aqui não é representar literalmente esses espaços, mas tentar “traduzir” a impressão que possuem deles e os sentimentos que esses espaços despertam.

2. *Exposição e discussão* – As representações são expostas para análise de todo o grupo, conduzindo para as seguintes reflexões:

- O que cada representação de espaço comunica? Esses espaços são organizados e ocupados adequadamente para garantir um clima de trabalho, estudo e lazer apropriado às suas finalidades e seguros? Todos têm a mesma forma de ver e sentir esses espaços?



- O espaço indica disponibilidade para a interação com a comunidade? As pessoas que chegam veem um local acolhedor?
- Como a questão da segurança está colocada no espaço escolar (tanto aquela relativa à integridade física das pessoas quanto a dos equipamentos)? A escola precisa de grades, portas de ferro, cadeados, policiamento? Se for o caso, o que isso provoca nas pessoas?
- É provável que existam espaços nas escolas que são muito bem cuidados e conservados e outros muito mal cuidados. Por quê? O que isso indica?
- O que falta em cada espaço para que ele possa cumprir sua função educativa e de convívio?

Cabe aqui uma reflexão sobre o que faz com que, fora da escola, determinados espaços também sejam cuidados e conservados, em detrimento de outros. Podemos lembrar da atenção e do zelo dispensados a alguns espaços públicos que indicam respeito aos cidadãos e a seus usuários (espaços culturais, metrô, entre outros) e do respeito com que esses mesmos cidadãos, em resposta, os utilizam. Por que isso acontece?

### 3. Outras perguntas que podem ajudar a mapear esse campo de análise:

- Que espaços têm merecido da comunidade escolar a atenção e os cuidados necessários? Quais os que não contam com isso?
- Há lugares em que se concentram problemas como brigas, vandalismo ou discussões desrespeitosas? Há outros em que “tudo vai bem”? Quais são eles?
- A sala de informática educativa, a sala e o espaço de leitura são abertos para a comunidade?



**“**  
 (Na direção da) *construção do currículo numa perspectiva crítica, democrática e emancipatória (surgem) os desafios de aprimorar os mecanismos de caracterização da comunidade escolar com a participação de crianças, jovens, adultos e seus familiares com a necessidade imperiosa de definir esse campo como a partida do trabalho curricular, por meio da educação escolar pública e da apropriação dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade como um legado que pertence a todos, enquanto instrumento de leitura crítica da realidade* (texto coletivo produzido pelos educadores da Rede Municipal de São Paulo depois de encontros e debates realizados pela Divisão de Orientação Técnico-Pedagógica da Diretoria Regional de Educação (DOT-P/DRE) e DOT Ensinos Fundamental e Médio).” Secretaria Municipal de Educação, *Diálogos interdisciplinares a caminho*

- Quem cuida da limpeza e da organização dos espaços? Apenas os profissionais da limpeza ou todos que os utilizam?
- A organização e o uso dos espaços da escola são decididos levando em conta as necessidades do coletivo? Quais necessidades são atendidas e quais não são?
- Há necessidade de mudanças? Quais?

Ao responder a essas questões, o quadro relativo ao “espaço” já pode ser preenchido.

Síntese do mapeamento do quadro 1 do campo 4

O espaço e o tempo	O que vai bem e precisamos ampliar	O que precisa mudar
Na organização do espaço		

#### O tempo

4. *Reflexão* – A forma como se usa o tempo está intimamente relacionada ao sucesso da tarefa educativa e pode também ser fator determinante nas relações que os alunos estabelecerão entre si e com o mundo na vida adulta. Todos precisam de tempo para que as relações aconteçam de forma saudável e respeitosa. Ainda que a rotina da escola seja bastante complexa e “atribulada”, no que diz respeito aos alunos, é preciso considerar as características das etapas de desenvolvimento em que se encontram, oferecendo o tempo necessário para que tirem real proveito das ações educativas propostas dentro e fora da sala de aula. Quanto aos adultos, é preciso promover práticas de colaboração entre todos para viabilizar o melhor uso possível do tempo de que o grupo dispõe, incluindo aí o cuidado consigo mesmo e com os colegas.

Considerando que o convívio escolar é importante, podemos refletir:



- Há tempo dedicado a conviver com os alunos, conversar com eles e saber sobre a vida deles?
- Há tempo para contato com familiares?
- O tempo do recreio é definido com base nas necessidades dos alunos e dos professores? Quais são elas?
- Qual o tempo dominante nos diferentes espaços da escola? O tempo rápido? Lento? Esses tempos estão de acordo com o que aí se faz?
- A organização dos tempos atende às necessidades de todos, em especial as necessidades educativas dos alunos?
- É possível pensar e elaborar planos de médio e longo prazos na escola ou só se pensa no “aqui e agora”?
- Há necessidade de mudanças? Quais?

*da autoria: elementos conceituais e metodológicos para a construção dos direitos de aprendizagem do Ciclo Interdisciplinar. São Paulo: SME/ DOT, 2015, p. 38).*

### Finalização

Dar continuidade ao quadro iniciado no momento anterior (quadro 1 do campo 4), sistematizando o que foi trabalhado.

*Síntese do mapeamento do quadro 2 do campo 4*

O espaço e o tempo	O que vai bem e precisamos ampliar	O que precisa mudar
Na organização do tempo		



### Elaboração da vivência

Modificar a organização do tempo e do espaço da escola mexe com a vida de todos. Compartilhar com os participantes do grupo o que cada um considera ser o maior desafio.

#### *CAMPO 5) O PATRIMÔNIO DE CONHECIMENTO QUE A ESCOLA POSSIBILITA CONSTRUIR*

O quinto campo de análise é bastante complexo e, como os demais, demanda olhares e debates constantes. Sua especificidade está em ser mais explícito, uma vez que está, em boa parte, escrito em documentos (o currículo, o PPP, o Plano Anual), sendo alvo de análises e discussões para planejamento e avaliação. No Ensino Fundamental, trata-se dos conteúdos das áreas a serem construídos pelos alunos e, na Educação Infantil, do “conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade” (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, 2010, artigo 3.º).

As atividades sugeridas a seguir não abarcam tudo o que é possível e necessário analisar nesse campo, mas possibilitam um olhar sobre essa questão, um exercício para iniciar a prática de analisar, coletivamente, os valores e as concepções que os alunos aprendem com aquilo que planejamos intencionalmente. Na função de educadores, precisamos refletir se o que os alunos aprendem é aquilo que a escola tem a intenção de garantir. Será que estamos realmente ensinando o que queremos ensinar? Será que os materiais, as atividades e a organização da sala de aula são coerentes com os princípios dos DH?

Nesse campo, é importante observar as especificidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, que se organizam de modo diferente. Para isso, a sugestão é que os educadores se agrupem conforme as turmas com as quais atuam.







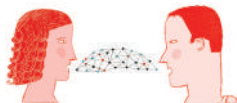
Para familiares, equipe gestora e administrativa, a sugestão é integrar os subgrupos conforme sua aproximação com as turmas de estudantes.

*A Orientação Normativa n. 1/2013 da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (Avaliação na Educação Infantil: Aprimorando os Olhares) recomenda que, nas unidades de EI, construa-se uma pedagogia para/com a infância, afirmando a ideia de criança “contextualizada em sua concretude de existência social, cultural e histórica, participante da sociedade e da cultura de seu tempo e espaço, modificando e sendo modificada por elas”. É, portanto, uma concepção de currículo que prevê, em seus próprios termos, uma participação ativa das crianças, reconhecendo-as e respeitando-as como sujeitos.*

### Providenciar

- O projeto político-pedagógico (PPP) da escola
- Os planejamentos anuais de cada classe
- Acesso à biblioteca, à sala de leitura ou ao acervo das classes
- Para o Ensino Fundamental, os livros didáticos utilizados na escola

### Atividades



1. *Reflexão* – É essencial um olhar para os conhecimentos que planejamos ensinar e para as ideias e os valores que ficam implícitos nas nossas escolhas, assim como nas nossas omissões, porque podem não ser aqueles desejáveis para a Educação em Direitos Humanos. Na Educação Infantil, mapear as experiências vividas pelas crianças no CEI e na

MEI significa reconhecer quais delas são realmente promotoras de descobertas e aprendizagens relacionadas à convivência e ao respeito. E, em todas as idades, os alunos aprendem tanto pelo que se ensina quanto pelo modo como se ensina.



Algumas questões que ajudam a fazer uma reflexão geral sobre as intencionalidades educativas da equipe a ser realizada no coletivo:

- O que gostariam que os alunos pensassem sobre os DH ao sair dessa escola?
- Quais os valores que essa escola quer ensinar?
- Quais atitudes gostariam que tivessem desenvolvido ao longo da escolaridade nessa unidade?
- Como educadores profissionais, que contribuição essa equipe quer dar à construção da democracia?

2. *Pesquisa* – Organizar a turma em grupos. Definir lugares e materiais que podem ajudar a analisar os conhecimentos trabalhados na escola sob a perspectiva da EDH. Algumas possibilidades para análise:

### **Sobre as práticas da Educação Infantil**

- Que momentos são os mais preciosos para que as crianças se sintam respeitadas e aprendam o que é serem respeitadas?
- Em que momentos as crianças podem viver experiências de respeitar o outro?
- Como se assegura às crianças essas experiências de respeito, a ponto de poderem reconhecê-las como direitos e poderem lutar por eles quando, porventura, não os tiverem reconhecidos?
- Em quais dessas práticas ainda é preciso avançar?



### **Sobre os livros didáticos do Ensino Fundamental**

- É possível observar neles os princípios vinculados à promoção dos DH e uma visão de mundo baseada em conceitos democráticos?
- A luta e a conquista de direitos são explicitadas nos livros didáticos? Situações em que houve violação dos Direitos Humanos são tratadas como tal? Os livros colocam foco nos DH, nos movimentos sociais e no papel da participação na vida pública, ou apenas tratam de heróis mitificados, como a princesa Isabel no caso da abolição?

### **Sobre os planejamentos (EI e EF)**

- O planejamento de aulas leva em conta tempos, espaços, necessidades mais urgentes do contexto e também a garantia de trabalho com um rol de conhecimentos sistematizados, seja nas aulas no EF, seja nas experiências da EI?
- As atividades promovem o protagonismo de professores e alunos e alimenta experiências nas quais a voz de todos é considerada?
- Os professores das diversas áreas ou grupos etários realizam projetos conjuntos, não só no espírito da interdisciplinaridade, mas também da educação emancipadora e democrática?
- Os professores orientadores de sala de leitura (POSL) e os professores orientadores de informática educacional (POIEs) participam de reuniões pedagógicas e outras com o objetivo de colocar seus espaços e tempos também em sintonia com a EDH? Realizam projetos especiais, participam da elaboração e de conteúdos à luz da EDH?



- Professores e profissionais de apoio discutem questões do contexto, sua relação com a sala de aula e o espaço escolar buscando manter na escola um clima de aprendizado constante em relação aos acontecimentos da atualidade que, muitas vezes, ainda não estão ou nunca estarão nos livros didáticos?

### Sobre o PPP da escola

- Os alunos e seus familiares conhecem o PPP? Podem opinar, debater, discutir e, especialmente, entender porque ele é escrito e debatido?
- O ideal (a lei) de escola laica é respeitado? Ou existem práticas religiosas?
- O calendário de atividades culturais é discutido com a Associação de Pais e Mestres (APM) e o Conselho Gestor? Qual tratamento é dado às datas comemorativas? Procura-se ensiná-las em sua dimensão histórica, política social ou apenas como um feriado para descansar?
- Os alunos são incentivados a participar de concursos, programas, projetos, atividades culturais que possam enriquecer seu perfil de cidadão e de estudante?
- A escola prevê cursos de extensão que aprimore conhecimentos e práticas de acordo com a EDH?

**Observação:** É importante ler a parte específica deste caderno, que tem orientações para a EDH nos CEIs, nas EMEIs e nas EMEFs, inclusive para o Ensino Fundamental, ajudando a analisar os conteúdos das diversas áreas curriculares.

3. *Socialização das pesquisas* – Apresentar o resultado da pesquisa, buscando relacionar o que foi analisado na biblioteca, no espaço e na sala de leitura, nos livros didáticos e nos espaços da escola, discutindo e buscando responder a questão: **Existe coerência entre os valores do que se deseja ensinar e o que efetivamente é realizado?**





Abrir o debate em plenária para análise, complementando, modificando e concluindo a pesquisa.

### Finalização

Incluir as questões levantadas na análise desse campo no quadro que apresentará os resultados de todos os mapeamentos.

#### *Síntese do mapeamento do campo 5*

O patrimônio de conhecimento que a escola possibilita construir	O que vai bem	O que precisa mudar
No que os alunos aprendem		

### Elaboração da vivência

Esse mapeamento fez com que você se desse conta de algo importante sobre a escola que você ainda não sabia ou sobre o qual não tinha pensado?

### Finalização do mapeamento

Expor o quadro completo no mural ou em um local em que todos possam ver, ler, analisar, comentar, sugerir. Esse quadro será retomado no próximo passo: o plano de ação.



Texto de apoio

## RESPEITO MÚTUO

No levantamento realizado no início do Projeto sobre a questão do respeito, embora muito desejado por todos, ele aparece como um valor muito pouco praticado em algumas escolas. As queixas de desrespeito vieram de todos os grupos da comunidade escolar (professores, alunos, diretores, profissionais de apoio, familiares). Nessa ausência, ficou evidente a seguinte relação de mutualidade: “Desrespeito porque não sou respeitado e só respeito quem me respeita”.

Se levado a ferro e fogo, isso cria um círculo vicioso de desrespeito que só poderá ser quebrado se tomarmos a decisão, como educadores que somos, de **respeitar sempre e a todos, independentemente de nos sentirmos ou não respeitados**. Esse é o primeiro e essencial passo da educação em valores. Tomar o respeito como princípio de vida e da atuação como educador é resultado de uma reflexão ética, de um desejo e de tomadas de decisão.

“Respeito” vem do latim *respectus*, que remete à ideia de “olhar outra vez”; prestar atenção a algo que merece um segundo olhar. Assim, **respeitar tem a ver com a disposição de conhecer, de prestar atenção e levar em consideração**.

Aqui, o respeito mútuo não está sendo proposto como mera prescrição, mero dever ser, mas como algo que permeia, por princípio, as relações estabelecidas pelos sujeitos, em toda e qualquer situação. O respeito mútuo implica reconhecimento de si e do outro como igual e diferente, porque o outro é igualmente digno de respeito, porque humano, independentemente da diferença de função, idade, raça, classe social etc., mas também porque único, singular.



## E como se fazer respeitar? Respeitando a si mesmo e ao outro

Os alunos esperam reciprocidade e negociação justa na relação com os adultos, sendo necessário construir compromissos com eles, confirmando a autoridade dos adultos nesse ato. Uma das demandas recorrentes entre os alunos para se sentirem respeitados é a de serem ouvidos e levados a sério. Trata-se de um pedido de reconhecimento como sujeitos que se dá pelo cumprimento do trato de respeito mútuo, de estima social.

Se isso vale para a relação aluno-professor, vale também para a relação adulto-adulto. O respeito mútuo é fundamental para a vida em comum, para sedimentar na escola uma comunidade escolar.









Etapa 4.

## Plano de ação: é hora de agir

“(...) a ideia de um ambiente educacional promotor dos Direitos Humanos liga-se ao reconhecimento da necessidade de respeito às diferenças, garantindo a realização de práticas democráticas e inclusivas, livres de preconceitos, discriminações, violências, assédios e abusos sexuais, dentre outras formas de violação à dignidade humana.”

*Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*

C

omo toda educação, a EDH exige que os educadores concretizem suas intencionalidades em ações. E essa não é uma tarefa individual, isolada. Educar é prática coletiva.

Uma vez realizado o mapeamento proposto na parte IV, chegou o momento de a escola planejar os próximos passos para concretizar as mudanças que almeja. Esse momento será o de definir prioridades com base no que foi analisado até aqui, criar estratégias, atividades e se organizar para fazer com que o respeito mútuo se instaure como um valor nas diferentes instâncias da vida escolar.

### 1. AGIR COM PRIORIDADES

**O quadro construído no mapeamento traz, em cada campo de análise, as potencialidades que a escola tem e o que precisa mudar. É fundamental que todos tenham tido a oportunidade de olhar para o mapeamento e refletir sobre ele para que este seja a base do plano de ação. Agora é hora de cruzar as informações do**



## mapa dos sonhos com a realidade explicitada no mapeamento para construir o percurso do Projeto Respeitar é Preciso!



### Fique de olho

*É importante considerar as características do segmento que a escola atende, seja da Educação Infantil ou do Ensino Fundamental. Para isso, ver a parte VI deste material, que apresenta subsídios para a elaboração do plano de ação.*

O trabalho feito até aqui certamente já dá uma ideia do caminho a ser seguido nos diferentes campos mapeados (relações, regras, tempos e espaços, comunicação, conteúdos). Mesmo assim, é necessário se deter sobre o que foi produzido e definir quais são, neste momento, as prioridades que a escola quer eleger, pois não será possível fazer “tudo ao mesmo tempo agora”.

Durante esta atividade, é importante expor o mapa dos sonhos e os quadros com o registro do mapeamento dos cinco campos de análise.

### Providenciar

- Lousa e giz ou folhas grandes de papel para registro coletivo
- Canetas coloridas
- O mapa dos sonhos
- Os quadros com a síntese dos campos de análise (mapeamento)

### Atividades



1. *Eleição de prioridades* – Organizar os participantes em sub-grupos compostos por pessoas que atuam nas diferentes funções da comunidade escolar. Num primeiro momento, cada



subgrupo retoma um dos campos de análise para, entre os itens da coluna “O que precisa mudar”, eleger aqueles que considerar mais importantes e urgentes. Depois dessa escolha, organiza a argumentação expondo as razões que tornam esses itens importantes e urgentes para apresentar aos demais grupos, de modo que o conjunto dos educadores tenha subsídios para eleger juntos quais serão incluídos no plano de ação. Responder às perguntas a seguir enquanto se visualizam os itens do quadro com a síntese do mapeamento pode ajudar na realização dessa tarefa.

Do ponto de vista da EDH: O que é mais importante? Por quê? Para quem?

É interessante que a eleição de prioridades considere o grau de urgência, por serem aspectos mais graves e/ou mais sérios, na perspectiva da EDH, e também as reais possibilidades de transformação do ambiente escolar. Atenção para que muitas prioridades não sejam eleitas ao mesmo tempo, senão deixam de ser prioridades.

### Finalização

Compartilhar com o grupo todo as prioridades propostas em cada campo, organizando um registro comum que todos consigam visualizar ao mesmo tempo (num mural, na lousa, em folhas grandes de papel). Ao anotar as propostas, indicar as repetições, de modo a evidenciar que o item repetido representa uma meta significativa para aquele grupo.

Abrir o debate para eleger, no máximo, duas prioridades para cada campo, considerando as reais possibilidades da escola neste momento. Embora haja talvez muitos itens importantes, é necessário fazer escolhas na medida do possível para que o plano de ação tenha êxito.



#### Fique de olho

*Deixar visíveis aquelas prioridades que não forem consensuais (não apagar) para que se mantenham na memória e possam ser retomadas e discutidas posteriormente.*



### Elaboração da vivência

Conversar no grupo sobre as expectativas, as certezas e as dúvidas pessoais que cada um tem a respeito do que foi decidido.

## 2. DO PENSAMENTO À AÇÃO

**Uma vez definidas as prioridades, o desafio é planejar as ações para dar conta de concretizá-las. No entanto, isso não é tão imediato assim. Um plano de ação para a escola requer a tomada de decisões importantes.**

### Providenciar

- Lousa e giz ou folhas grandes de papel para registro
- Cópias do registro das prioridades eleitas para distribuir a todos do grupo
- Canetas coloridas
- O mapa dos sonhos
- Os quadros síntese dos campos de análise (mapeamento)
- Quadro do plano de ação em tamanho grande para ser exposto em local visível
- Fichas grandes para compor o quadro (ou papel recortado no tamanho necessário)

### Atividades



1. *Pensar nas ações* – Em subgrupos diferentes daqueles formados anteriormente, pensar em três ações que permitam contemplar cada uma das prioridades. Essas ações podem ser atividades dos educadores entre si, dos educadores com os alunos, com os familiares e com a comunidade do entorno.



Para ajudar na elaboração dessas ações, lembrar que elas precisam ser bem concretas e viáveis no contexto da escola, considerando algumas perguntas:

- Como enfrentar a questão colocada em cada prioridade?
- Que ação ou ações podem ser realizadas para atender a cada prioridade?
- Quais obstáculos ou problemas vamos encontrar ao intervir nessa questão?
- O que pode facilitar a nossa ação?
- O que já fazemos e poderemos articular a essas prioridades?
- É possível pensar em ações específicas que impliquem as diferentes instâncias participativas da escola, como o Conselho, a APM e o Grêmio?
- O PPP da escola já inclui algo sobre as decisões tomadas? Será necessário fazer mudanças? E no Regimento educacional?
- Quem serão os responsáveis pelas ações?
- Em quanto tempo será possível realizar essas ações?

É necessário propor ações que sejam viáveis para que se possa viver a experiência de mudança. De nada vale um plano que não é passível de realização. Muitas vezes, pequenas mudanças podem ter grandes efeitos, principalmente quando são abraçadas por todos.

2. *Definição das ações* – Em plenária, com base no que cada grupo propôs, eleger as ações consideradas mais viáveis, mais interessantes e que permitam provocar as mudanças desejadas, indicando-as como de curto, médio ou longo prazo. Essas ações devem ser registradas e copiadas para que todos as tenham em mãos e também em



fichas, com as palavras-chave, para ajudar a elaborar o quadro do plano de ação, apresentado a seguir. Para isso, é importante:

- Que haja ações a serem realizadas por pessoas dos diferentes grupos (gestores, profissionais de apoio, familiares) e que essas ações atinjam a todos os integrantes da comunidade escolar.
- Caso os alunos ainda não estejam participando do Projeto, deverão necessariamente ser incluídos e atuar como protagonistas no maior número possível de ações do plano.
- Atentar para a viabilidade, de modo que, no curto prazo, já se consiga realizar ações com êxito.
- Considerar uma variedade de atores responsáveis (alunos, educadores das diferentes funções, familiares), de forma que a responsabilidade pela execução do plano seja distribuída e não sobrecarregue ninguém.

O modelo a seguir indica o que precisa ser considerado para elaborar o plano de ação.

#### *Plano de ação*

O que fazer (ação)	Como fazer	Quando fazer	Quem fará (responsáveis)	Com que recursos	Parceiros possíveis	Prazo

Uma sugestão é fixar no quadro as fichas com as ações de cada campo, de modo que possam ser substituídas quando se ponderar que algo deve mudar e, assim, ajudarão o grupo a ir tomando as decisões.





### Finalização

Definir a sistemática de trabalho dos responsáveis pelas ações, planejar os encaminhamentos, o cronograma de trabalho e a forma de divulgação das discussões.

### Elaboração da vivência

Pedir para alguns dos participantes dizerem, com uma única palavra, o que levam desse encontro. Como dizia Paulo Freire: “Mudar é difícil, mas é possível”.

## 3. O PLANO ENTRA EM AÇÃO

**Ainda que o Respeitar é Preciso! seja para toda a comunidade escolar, é possível que nem todos tenham podido tomar parte efetivamente do processo. Nesse momento, vale retomar com todos o plano de ação elaborado. Agora, é preciso fazer novamente uma apresentação para todos da comunidade, desta vez, destacando o plano de ação elaborado.**

Sugerimos que essa apresentação do plano de ação seja feita, primeiro, ao Conselho de Escola (legitimando a instância de representação) e, depois, para toda a comunidade escolar (lembrando dos familiares), para a Diretoria Regional de Educação e outros parceiros da escola, convidando-os a aderirem e ajudarem a realizar as ações do plano. Isso merece uma comemoração, repetindo, por exemplo, a atividade “Café com Respeito”, que deu início aos trabalhos.

É fundamental tomar como referência a parte deste caderno que aborda as especificidades de cada segmento e os cadernos temáticos, que vão ajudar nessa nova fase da implementação do Projeto.

É possível manter todos sempre informados do andamento dos trabalhos (seja por meio do mural atualizado, do grupo no WhatsApp ou do boletim).





Texto de apoio

## UM PROCESSO DE MUDANÇA NO COLETIVO

Como assim “processo de mudança”? Afinal, não se trata meramente de trabalhar com Educação em Direitos Humanos na escola? Será que, para isso, não seria suficiente reforçar para as crianças pequenas a importância de respeitar os amigos, lembrá-las de agradecer, pedir por favor ou desculpas? Garantir a participação dos familiares nas festas e nas comemorações do Centro de Educação Infantil (CEI) ou da escola, ou, no caso dos adolescentes, introduzir uma disciplina sobre ética no currículo escolar ou promover discussões temáticas nas diversas disciplinas?

Se você e sua comunidade escolar estão envolvidos no Projeto Respeitar é Preciso!, é muito provável que estejam movidos por um desejo de mudança na vida escolar. Talvez reduzir a violência, talvez reforçar princípios e valores que precisam ser esteio de toda ação educativa, talvez focar aspectos da convivência escolar, ampliar participação, enfim... Uma série de mudanças que implicam não apenas eventuais ajustes no currículo, mas principalmente mudanças de hábitos, de formas de fazer no dia a dia escolar, formas de se relacionar consigo, com o outro, com a comunidade escolar e com o mundo.

É provável ainda que a mudança seja vista e vivenciada de modo diferente e particular pelos participantes. Alguns incorporam as mudanças mais rapidamente, outros, mais lentamente. Assim, durante toda a implementação desse projeto, será essencial compreender uns aos outros, aceitar e lidar com essas diferenças, pensar coletivamente qual será o papel de cada um, quais serão as necessidades a serem atendidas para que seja possível trabalhar junto, como retomar a conversa para refazer combinados quando as coisas não derem certo ou quando alguém fizer algo diferente do combinado e repactuar etc.





### Comunidade escolar: um coletivo criativo

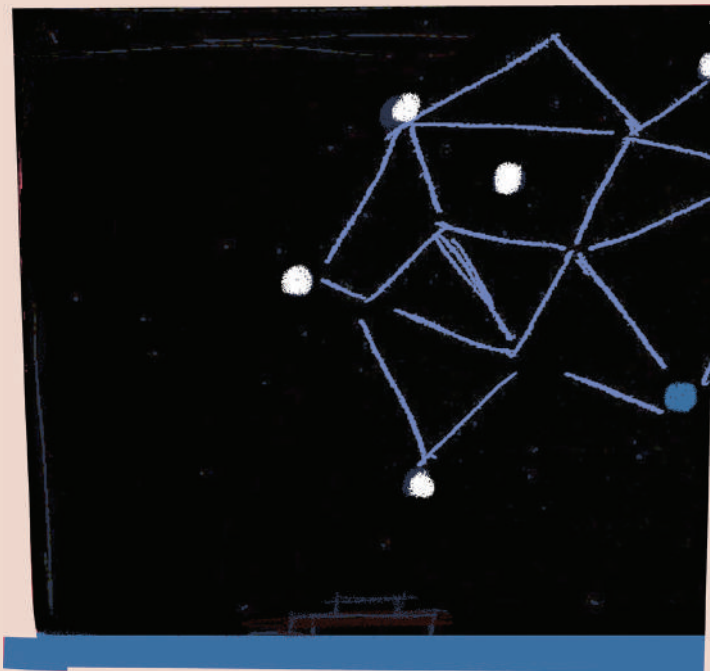
Trata-se aqui de lidar com um coletivo: a *comunidade escolar*. Entretanto, em algumas escolas, ainda não se pode falar da existência de um coletivo, mas apenas de um agrupamento de pessoas diversas que convivem em um mesmo espaço com tarefas e funções relacionadas entre si.

Se esse for o caso na escola de vocês, transformar esse agrupamento em uma comunidade será uma das tarefas do Projeto.

**Produzir um coletivo e criar um espaço de comunidade implica estar atento às diferenças de cada um, aceitá-las, incluí-las e lidar com elas, articulando-as em torno de um objetivo comum.**

Diferentemente de uma massa amorfa em que todos aparentemente concordam em tudo e caminham juntos, o que significa muitas vezes a presença de um mecanismo de opressão (mesmo que subliminar), ou mesmo de um conjunto de sujeitos que caminham cada um para uma direção apenas com a interdependência de algumas funções; trata-se de um complexo, uma miríade, que compõe uma figura, mantendo a diversidade interna, com potencialidades para caminhar em várias direções, sem decompor a figura, mas, sim, tornando-a complexa e cheia de contornos.

Um coletivo criativo e capaz de empreender um projeto comum será aquele que conseguir abrir espaço para as singularidades se manifestarem e atuarem, imprimindo um norte comum a todos. **É importante que o Eu e o Nós estejam presentes.**





Para que isso aconteça, todos precisam abrir disponibilidade para escutar as perguntas e os anseios dos demais. Se as respostas e até mesmo as eventuais críticas forem automaticamente tomadas como oposição ou sinal de resistência, má vontade etc., a tendência será perder oportunidades de compor um coletivo criativo e o resultado será uma baixa adesão ou uma adesão meramente formal (sem engajamento).

Em resumo, tanto para um primeiro momento de adesão quanto para a continuidade desse projeto, as tensões e **os conflitos precisam aparecer**, de forma que, por meio deles, se possa criar algo novo. A questão será abrir conversas em que essas tensões apareçam, num clima de respeito mútuo, sem destruir a possibilidade do coletivo.



# III | EDH para todas as idades

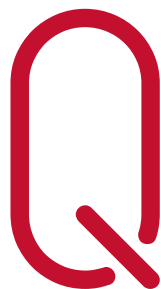




# Orientações para a Educação Infantil

“(...) o educador em direitos humanos na escola sabe que não terá resultado no fim do ano (...). Trata-se de uma educação permanente e global, complexa e difícil, mas não impossível.”  
*Maria Victoria Benevides*

## I. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL



Quando se fala em Direitos Humanos, é importante lembrar que estes incluem a criança desde o momento do seu nascimento e até mesmo antes dele. Podemos, então, compreender que o Centro de Educação Infantil (CEI) e a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) são espaços onde as crianças pequenas vivenciam formas de ser e estar no mundo que sejam marcadas pelo respeito e onde também deve se dar a garantia plena de seus direitos.

### Introdução

As crianças começam a frequentar o CEI ainda bebês. Contudo, nem sempre se tem a clareza de que o bebê é um sujeito de direito: ele tem direito a ser amamentado, tem direito a que cuidem bem dele, tem direito à sua integridade física, psíquica e moral, tem direito à saúde e à cultura, entre tantos outros.

Do nascimento aos 5 anos de idade, as crianças passam por experiências fundamentais para a construção de valores. E é de fundamental importância que a equipe





de educadores de CEI e EMEI conheçam o desenvolvimento infantil e o valor de proporcionar, aos pequenos, boas experiências de convivência e aprendizagem, que respeitem as formas de conhecer e de se relacionar da criança pequena, mediando-as de modo afetivo, sempre considerando a perspectiva do *cuidado humano*.

Na Educação Infantil, a vivência de situações em que os direitos das crianças são respeitados depende, necessariamente, da forma como essas situações são encaminhadas. As dimensões do cuidar e do educar estão presentes desde as primeiras relações no ambiente escolar, sendo marcadas pela dependência das crianças em relação aos adultos, sem esquecer que, mesmo muito pequenas, elas não são passivas: já interagem e também modificam o ambiente em que convivem. Um bebê pode influenciar e modificar o entorno com seu movimento, suas expressões, suas risadas, suas dificuldades, suas fragilidades de saúde, seus choros e suas reações emocionais às diferentes situações que vive na escola, como na primeira separação de sua família quando começa a frequentar o CEI.

Conforme vão crescendo, elas podem interagir de forma diferente, desenvolvendo sua competência oral, além de formas de se relacionar e de se adaptar à rotina escolar. As crianças pequenas também trazem novas questões para a relação entre os responsáveis e a escola. Os educadores nem sempre reagem de forma positiva a crianças cujas famílias não correspondam à imagem do que seria uma “família ideal”, muitas vezes com julgamentos, culpabilização, sentimentos de rejeição ou até mesmo de compadecimento, o que certamente influencia na relação família-escola-criança. Esse é apenas um exemplo do quanto, também no cotidiano escolar, as relações são permeadas por valores, julgamentos e preconceitos, que podem prejudicar o desenvolvimento social e individual das crianças. Questões como esta precisam ser refletidas pelos educadores.

De acordo com o que preconiza o documento “Ensinando Direitos Humanos”, da Organização das Nações Unidas (ONU, 2004), a proposta da Educação em Direitos Humanos (EDH) para as crianças pequenas não deve sobrecarregar o já complexo





trabalho dos educadores, mas, sim, ajudá-los a pensar como introduzir as questões relacionadas aos Direitos Humanos nas experiências que as crianças pequenas vivem diariamente nos CEIs e nas EMEIs.

São tratadas, a seguir, as especificidades dos CEIS e das EMEIs, mas vale lembrar que, apesar de suas particularidades, as crianças seguem um processo contínuo de desenvolvimento, sem rupturas, e que os educadores devem considerar os mesmos pressupostos e princípios educacionais, seja no CEI, na EMEI ou na EMEF.

## II. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Da perspectiva dos Direitos Humanos, bebês e crianças de 0 a 3 anos de idade que frequentam os CEIs têm direito a uma educação infantil de qualidade, gratuita e lúdica. Já a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef, 1959), preconiza que “a criança deve desfrutar plenamente de jogos e brincadeiras, os quais deverão estar dirigidos para educação; a sociedade e as autoridades públicas se esforçarão para promover o exercício desse direito”.

### EDH nos CEIs

Num ambiente repleto de crianças pequenas, cuja principal forma de comunicação se dá pelo movimento e pela expressão corporal e facial, pelo choro (alto ou baixinho), pela grande capacidade de mobilizar o outro por meio da emoção, nem sempre é fácil identificar situações de desrespeito aos direitos das crianças, principalmente quando não se tem um olhar desenvolvido para isso. Para ajudar a desenvolver esse olhar, apresentamos aqui um panorama, um pano de fundo, por meio do qual é possível identificar a situação atual e promover a Educação em Direitos Humanos nos ambientes em que convivem crianças de 0 a 3 anos e seus educadores.





Com frequência, surge a pergunta “É possível ensinar Direitos Humanos para crianças tão pequenas?”. Sim, é possível, mas, evidentemente, de forma adequada a essa faixa etária, respeitando seu desenvolvimento, considerando o tipo de aprendizagens e conquistas das crianças e a relação com os adultos, e não simplesmente transpondo situações didáticas desenvolvidas com crianças maiores para o contexto dos berçários e de minigrupos.

{ Abordagens contemporâneas de cuidado e educação de bebês e crianças até 3 anos de idade apontam para a ideia de uma criança protagonista, que, mesmo muito pequena, é potente, ativa e capaz de se colocar no mundo à sua maneira. }

Na verdade, em qualquer momento da escolaridade, a Educação em Direitos Humanos se fará principalmente na *vivência* e na *valorização* verdadeiras e cotidianas desses direitos. Entretanto, na Educação Infantil, essa experiência se faz ainda mais significativa, à medida que se reconhece que a forma como as crianças pequenas pensam e estão no mundo tem uma especificidade: crianças pequenas estão sempre imersas nas situações que vivem, sem distanciar-se delas a ponto de conseguir interpretá-las, como as crianças maiores já podem fazer.

Uma das experiências mais significativas que se pode proporcionar às crianças pequenas na creche é a oportunidade de conviver num ambiente em que a reconheçam e no qual suas características, suas singularidades e seus desejos sejam conhecidos e respeitados.

O documento “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças” (MEC/SEB, 2009) aponta, entre eles, o direito à brincadeira, o direito a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante e o direito a uma alimentação saudável.

Mais ainda, além do direito de frequentar CEIs que respeitem os seus direitos fundamentais, as crianças têm o direito à experiência de estar em grupo, que certamente







será qualificada pela atuação de seus educadores, pela atenção e pela sensibilidade desse olhar, traduzidas no modo como os ambientes do CEI são organizados, possibilitando o movimento das crianças e suas interações (que nessa faixa etária são marcadamente físicas, tendo em vista as intensas explorações de objetos e espaços e as interações que envolvem contato físico, como as brincadeiras).

De outro lado, as relações que os adultos estabelecem cotidianamente entre si e com as crianças também têm forte influência educadora. As crianças aprendem valores ao ver como seus educadores interagem com elas no encaminhamento de conflitos, procurando mediá-los por meio do diálogo, buscando ser justos, ou ao ver como demonstram real respeito, por exemplo, pela diversidade étnico-racial ou pela consideração da igualdade entre meninos e meninas. As crianças são muito sensíveis e observadoras das relações que os próprios adultos travam entre si: como os educadores se relacionam, como conversam com os profissionais de apoio, como recebem as famílias no momento de chegada ou partida no fim do dia. Afinal, numa faixa etária em que a expressão corporal e o olhar são tão importantes, os olhares, as expressões e os comentários cotidianos em diferentes tons, bem como seus significados, não escapam à observação das crianças.

Portanto, o melhor modo de colocar em prática a Educação em Direitos Humanos com os pequenos é, antes de tudo, proporcionar a eles a vivência de um contexto de respeito aos seus direitos e aos direitos de todos os que convivem no ambiente escolar.

### Como intervir em situações cotidianas?

No cotidiano escolar, há pontos a serem contemplados que fazem toda a diferença para promover a Educação em Direitos Humanos. Tratar as crianças com dignidade e proporcionar a elas experiências significativas são um primeiro e importante passo. Por exemplo: que diferença existe se um educador realiza a troca de um bebê mecanicamente, em poucos minutos, sem olhar em seu rosto, interagir ou conversar com ele, ou se o faz com calma, aproveitando a oportunidade para tocá-lo



**Princípio X – A criança deve ser protegida contra as práticas que possam fomentar a discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra índole. Deve ser educada num espírito de compreensão, tolerância, amizade entre os povos, paz e fraternidade universais e com plena consciência de que deve consagrar suas energias e aptidões ao serviço de seus semelhantes.”**

*Declaração Universal dos Direitos das Crianças (Unicef, 1959)*





Confiar nas crianças, sem deixar de cuidar delas, é uma forma de respeitá-las como seres humanos e ensiná-las a ter confiança e a gostar de si mesmas.

carinhosamente e convidá-lo a participar desse momento de cuidado, explicando o que está fazendo? Do ponto de vista da Educação em Direitos Humanos, faz toda a diferença, pois a oportunidade de apropriação corporal pelo bebê e de construção da sua identidade e da sua autoestima será garantida por meio da segunda experiência. Esses fatores são essenciais para a construção do autorrespeito (condição para o respeito aos outros) e, assim, para a possibilidade de participar de uma relação de respeito mútuo.

Nesse sentido, alguns cuidados e atitudes dos adultos proporcionam experiências profundamente ligadas à vivência dos Direitos Humanos, como, por exemplo, a retirada das fraldas: respeitar a individualidade das crianças; não determinar que todas tirem a fralda ao mesmo tempo; procurar identificar os “sinais” das crianças que iniciam o processo de retirada das fraldas; respeitar seu tempo, seu ritmo e suas necessidades (mais privacidade para algumas, mais tranquilidade para outras, presença ou não do educador com a criança no banheiro etc.).

Assim, é possível ensinar a criança a conhecer, se apropriar e gostar do próprio corpo, a se movimentar com liberdade e segurança, a gostar de cuidar de si própria, a saber expressar o que gosta e o que não gosta: condições básicas importantíssimas de reconhecimento de si e de suas necessidades, que serão fundamentais em situações em que, por exemplo, seja necessário expressar sua opinião ou se manifestar contra opressão ou maus-tratos.

Quando os adultos conhecem o desenvolvimento das crianças pequenas, sabem a importância de não as deixar esperando durante muito tempo entre uma e outra atividade, de priorizar espaços em que elas possam se movimentar com liberdade, de intervir nos conflitos buscando que as crianças se percebam e se conheçam e que, respeitando as características da faixa etária, elas possam, pouco a pouco, reconhecer o outro e compreender que a agressão física não é a melhor atitude.





Todas as experiências promovidas, pensadas e organizadas pelos educadores do CEI precisam ter um olhar cuidadoso, sabendo que, em alguns momentos, a intervenção do educador se faz necessária e, em outros, não.

Da mesma forma, um ambiente escolar que respeita a criança como sujeito de direito valoriza a aprendizagem dos pequenos de fazer escolhas, de saber esperar a vez e de dividir brinquedos, experiências necessárias para a vida em sociedade. É importante perceber o quanto essas e tantas outras aprendizagens estão intrinsecamente relacionadas à forma como os educadores intervêm em situações cotidianas, que ocorrem o tempo todo com as crianças, e não apenas nas atividades planejadas.

### Atividades nos CEIs

As unidades educacionais constroem e elaboram seus projetos ao longo dos anos, respeitando suas realidades, ouvindo e dialogando com suas crianças. Sendo assim, é necessário que a Educação em Direitos Humanos aconteça nesse cenário, transite nas práticas do cotidiano e não de forma fragmentada.

Alguns momentos vividos com as crianças na rotina dos CEIs possibilitam especialmente a EDH e a vivência do respeito mútuo. Apresentamos aqui algumas sugestões de como intervir em atividades que já são realizadas para favorecer esse tipo de experiência. A ideia é dar visibilidade para situações em que a educação em valores acontece.

#### Leitura de histórias

As vivências das crianças podem ser enriquecidas pela oportunidade de ouvir histórias lidas por seus professores ou por outros adultos educadores. É importante contar não apenas histórias so-





bre os Direitos Humanos de forma direta, mas histórias em que sejam vividos valores como a justiça e o respeito. Por exemplo: histórias que apresentam situações de igualdade e de não discriminação racial ou sexual, que mostrem às crianças situações em que as meninas são fortes e heroínas e em que os meninos possam ficar tristes e chorar; histórias que apresentem configurações familiares que não apenas de famílias idealizadas (branca e de classe média alta); histórias em que as mulheres trabalhem e em que os homens realizem tarefas domésticas (como lavar, passar e cozinhar) e também cuidem de seus bebês.

Esses são exemplos de boas histórias a serem apresentadas às crianças. No entanto, é importante observar que não só o texto deve espelhar esses valores, mas também as imagens dos livros que as crianças manuseiam.

### Cantigas, acalantos e brincadeiras

Ser cuidados, embalados e desfrutar momentos de prazer e ludicidade com o educador e o grupo, ao mesmo tempo que seu repertório cultural se amplia, é uma oportunidade privilegiada no CEI. Assim, é essencial conhecer cantigas, trovinhas, brincos (aqueles delicados “mimos”, como “Dandá pra ganhá vintém”, “Serra, serra, serrador” e “Janela, janelinha”), acalantos e brincadeiras de diferentes procedências, brasileiras ou de outros países. É possível fazer um levantamento das canções infantis cantadas pelas famílias da comunidade e mantê-las no repertório do CEI. Essa é uma forma de reafirmar o pertencimento a uma cultura e dizer às crianças que os saberes das suas famílias são considerados e apreciados na escola.

### Atividades culinárias

Assim como as canções e o repertório musical, as atividades culinárias são uma experiência afetiva e de grande importância para a construção da identidade das crianças. Desse modo, compartilhar e preparar receitas vindas das diferentes famílias, saboreá-las com o grupo e convidar os familiares para participar desses momentos são formas de demonstrar às crianças o quanto elas são queridas e res-





peitadas na sua cultura e no seu modo de vida. Esses também são momentos preciosos para o exercício da alteridade e da percepção de que todos são igualmente importantes na comunidade.

### Brinquedos

No CEI, é preciso cuidar e estar atento para a aquisição e a manutenção dos brinquedos e materiais lúdicos utilizados pelas crianças. Por exemplo, a valorização de características étnico-raciais e a representação positiva dos diferentes grupos étnicos podem ser incentivadas pela presença de bonecos e bonecas de diferentes etnias. Nesse sentido, também podem ser pesquisados e incentivados jogos de diferentes procedências, de outros países e culturas, sinalizando para as crianças a valorização e o respeito às diferenças, princípios básicos para a compreensão dos Direitos Humanos. Assim, atitudes permanentes de interesse e valorização das diferentes culturas se mostram mais didáticas que os projetos que se propõem a estudar determinadas culturas em particular.

### Atividades com imagens e fotografias

Atividades que contemplam fotos das crianças, de seus familiares e de sua vida são comuns nos CEIs. A presença e a inclusão dessas imagens nos espaços da escola e na própria constituição do ambiente escolar (nas paredes, em móveis, ampliadas e coladas em caixas com as quais as crianças podem brincar ou usar para empurrar, empilhar ou construir) revelam cuidado humano e interesse pelas crianças e por suas histórias. Vale a pena refletir sobre o que essas atividades significam do ponto de vista da Educação em Direitos Humanos e de seus valores.

Apresentamos aqui algumas sugestões de atividades a serem desenvolvidas com as crianças pequenas utilizando imagens e fotografias.

- *Conversas*





Conversar sobre as fotos trazidas pelas crianças e sobre quem está nelas é uma forma de compartilhar fatos, sentimentos e lembranças, fazendo com que as crianças se sintam protagonistas e valorizadas. Saber que suas histórias são interessantes e importantes para os outros é um aprendizado que contribui para a construção da identidade e para a autoestima de cada uma delas. É possível transformar as fotos em temas de histórias com base nos lugares em que foram tiradas, usando-as em sorteios ou marcando “lugares-surpresa”, em ocasiões em que se queira “misturar” as crianças nas brincadeiras e outras atividades.

- *Construção do ambiente escolar*

Utilizar as fotos e as imagens trazidas pelas crianças para compor murais, móveis, tapetes, luminárias e outros objetos pode ser uma nova possibilidade de que essas fotos façam parte do ambiente escolar, fortalecendo o sentimento de pertencimento das crianças e o seu acolhimento na escola, espaço construído pelas histórias de todos.

- *Jogos e quebra-cabeças*

Confeccionar jogos de memória ou de percurso que tenham as crianças como personagem e utilizem suas histórias como tema é algo encantador para elas. No caso dos jogos de percurso, desenhos das crianças e cópias reduzidas de suas fotos podem ser transformados em pequenos peões para caminhar sobre as casas.

### Artes: pintura, desenho, massinha

Atividades com materiais como massinha, argila, areia, água e misturas diversas (de farinha ou maisena, por exemplo) possibilitam às crianças pequenas uma oportunidade de conhecer e manipular esses materiais plásticos, expressando, por meio de símbolos, os sentimentos intensos que experimentam nesse momento.





Esses materiais podem ser oferecidos em atividades de exploração, com o objetivo principal de estimular as crianças a mexer nesses materiais, se sujar e experimentar as sensações da tinta ou das misturas no corpo, mas também deixar as suas primeiras marcas, como no desenho e na pintura. As primeiras produções das crianças podem ser aproveitadas na composição do ambiente do CEI, sendo expostas nas paredes ou organizadas em mostras. Reconhecer essas produções e perceber que são valorizadas e comentadas são experiências fundamentais para a construção da identidade e da autoestima das crianças pequenas.

### III. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Desde muito pequenas, as crianças devem ser mediadas na construção de uma visão de mundo e de conhecimento como elementos plurais, formar atitudes de solidariedade e aprender a identificar e combater preconceitos que incidem sobre as diferentes formas de os seres humanos se constituírem como pessoas. Poderão assim questionar e romper com formas de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa, existentes em nossa sociedade e recriadas na relação dos adultos com as crianças e entre elas. Com isso, elas podem e devem aprender sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais, adquirir valores como os da inviolabilidade da vida humana, a liberdade e a integridade individuais, a igualdade de direitos de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade com grupos enfraquecidos e vulneráveis política e economicamente. Essa valorização também se estende à relação com a natureza e os espaços públicos, o respeito a todas as formas de vida, o cuidado de seres vivos e a preservação dos recursos naturais.”

BRASIL. *Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*, Parecer CNE/CEB n. 20/2009

#### EDH nas EMEIs

Não existe um salto de desenvolvimento das crianças dos CEIs em relação às das EMEIs. A educação é um processo contínuo que avança abrindo possibilidades diferentes de interação com o mundo, com seus colegas e adultos. No decorrer do





tempo, suas experiências se tornam mais complexas e elaboradas, as crianças desenvolvem mais consciência de si mesmas, de seus desejos e sentimentos, que conseguem nomear e explicitar. Seu grande desafio é aprender a conviver, escutando e respeitando os desejos, os sentimentos e as opiniões dos outros. Dessa forma, cresce seu interesse pelos jogos de regras, de tabuleiro e de mesa, que podem simbolizar situações de conflito e levar as crianças à experiência de encontrar soluções, bem como de ganhar e perder, tão importantes para a vida em sociedade. O maior domínio da linguagem verbal amplia a sua experiência de participação nas rodas de conversa diárias, nas quais a vida e as decisões do grupo são reguladas, levando as crianças a aprender que aquilo que elas sentem, dizem, pensam e escolhem é importante para o convívio na escola. Nesse período em que estão nas EMEIs, não só acontece a intensificação de jogos simbólicos, mas também avanços na construção da escrita e da leitura, quando as crianças passam a distinguir imagens de textos. Isso tudo cria outra possibilidade de se relacionar e de interagir, abrindo um leque maior de atuação também para a EDH.

### Como intervir em situações cotidianas?

Da mesma forma que nos CEIs e em toda escolaridade, a Educação em Direitos Humanos na EMEI se fará principalmente na vivência e na valorização reais desses direitos. Assim, os princípios que pautam as intervenções cotidianas do educador dos CEIs permanecem inalterados. Entretanto, como as crianças de 4 e 5 anos já são capazes de se expressar de maneira mais autônoma, sua participação nas atividades vai mudando, e elas podem colaborar em projetos comuns de toda a turma, enfrentando, nas brincadeiras e na vida cotidiana, os primeiros desafios da ética e da necessidade de reconhecer e respeitar as diferenças.

Por isso, é necessário que os educadores permaneçam abertos à discussão de experiências e conflitos em todos os momentos, demonstrando, com suas atitudes, que a solução de qualquer problema pode ser encontrada, mas que só se encontra a solução de um problema pensando sobre ele. E não se trata apenas de conflitos que envolvam







brigas ou o contato físico, já que, nessa idade, o confronto de opiniões e ideias, bem como a necessidade de tomar decisões coletivas, são muito comuns.

Indicamos aqui algumas sugestões de interferência do educador que podem ajudar as crianças a desenvolverem o interesse de conversar para buscar a resolução de possíveis problemas:

1. Se surgir algum problema, é importante identificá-lo e reconhecê-lo. Se houver briga ou uma discussão acalorada, o educador deve interromper qualquer atividade e pedir às crianças envolvidas para conversar em conjunto sobre o que aconteceu e sobre o comportamento delas.
2. Pedir às crianças uma descrição do que aconteceu. Perguntar aos envolvidos e a quem esteja por perto sobre os acontecimentos que ocorreram. Dar a todos uma oportunidade de falar sem interrupção. Incentivos positivos, como um toque ou um abraço, se for o caso, também podem aliviar sentimentos de raiva ou culpa. No entanto, é essencial manter a neutralidade sempre.
3. Explorar uma variedade de soluções. Perguntar às crianças diretamente envolvidas no problema como ele pode ser resolvido. Se as crianças não conseguirem sugerir soluções, o educador pode oferecer algumas ideias.
4. Ponderar as soluções. Apontar que, muitas vezes, pode haver mais de uma solução justa. Incentivar as crianças a pensar nas consequências físicas e emocionais dessas soluções. Relembrar com elas experiências semelhantes vividas anteriormente pelo grupo.
5. Escolher um modo de agir. Buscar um acordo mútuo com base em uma das soluções apresentadas.
6. Cumprir o que foi acordado e acompanhar o grupo relembrando e incentivando todos a fazerem o mesmo.



Em casos de comportamentos discriminatórios, as soluções não são tão fáceis de encontrar. Desse modo, não podemos esquecer que o racismo, o xenofobia e o sexismo, assim como outros, normalmente já estão presentes em crianças muito pequenas, por imitação do que é vivenciado. Em geral, nem a criança insultada nem a criança que insultou têm uma compreensão clara do que seja *discriminação*.

Assim, as ações do educador são especialmente importantes nessa situação. Primeiro, ele deve se posicionar fortemente diante do comportamento discriminatório (sem acusar, agredir ou ofender quem discriminou) e deixar claro que essa atitude é inaceitável. Depois, o educador pode apoiar claramente a criança que foi objeto da ofensa, sendo firme, ainda que compreensivo, com a criança envolvida no comportamento discriminatório. Também é preciso ajudar as crianças vítimas a perceber que reações negativas a gênero, aparência, deficiência, língua, raça ou outros aspectos acontecem por causa de preconceitos. As questões em jogo devem ser analisadas com as crianças envolvidas, bem como com aquelas que testemunharam a situação. Se necessário, é importante discutir e incluir esses incidentes nas pautas de reunião com os pais, os profissionais de apoio e os membros da comunidade local.

Atuar dialogando é um grande passo para a criação de uma cultura em que os problemas são discutidos abertamente e em que as crianças se sentem seguras e acolhidas pelos adultos, que sempre estão por perto para ajudá-las a compreender e encaminhar conflitos. É desejável que essa cultura se instaure em todos os níveis de ensino, bem como na crítica a situações fora do ambiente escolar, quando se trata da erradicação de comportamentos discriminatórios.





A igualdade pode ser vivenciada pelas crianças por meio da distribuição, da organização ou da ocupação da sala de aula. A organização de meninos e meninas exclusivamente em grupos separados, por exemplo, ainda é uma prática comum em nossas escolas, o que pode reforçar a discriminação e também alguns preconceitos como “atitudes naturais”. A escola é o lugar adequado para quebrar essas formas de organização e propor outras, integrando as crianças, incentivando a cooperação, o respeito e o desenvolvimento de capacidades por todo o grupo.

É possível que novas formas de organização gerem desacordo ou dúvidas entre as próprias crianças. Assim, é fundamental que isso seja discutido e que o grupo construa, se houver necessidade, regras para equalizar a situação e quebrar ou impedir comportamentos preconceituosos e discriminatórios. Essas regras tornam-se desnecessárias à medida que os valores da igualdade e do respeito são aprendidos e passam a fazer parte do cotidiano de todos.

Pode-se perceber o quanto o papel mediador do educador é importante não apenas na roda de conversa, mas em outros momentos de interação, seja ele professor, profissional de apoio ou qualquer outro integrante da comunidade escolar. Todos os adultos da escola devem facilitar as amizades entre as crianças, bem como a consciência de que as diferenças são naturais. São eles que ajudarão as crianças nesse aprendizado.

Contudo, muitas vezes situações discriminatórias são tratadas como se fossem naturais. Desse modo, os educadores precisam estar cientes de que eles também podem trazer consigo atitudes discriminatórias, devendo se esforçar para reconhecê-las e superá-las. Nesse sentido, é preciso cuidado para que não seja o próprio educador a apresentar o discurso discriminatório para as crianças, pois nessa idade é muito provável que elas não tenham clareza da sua própria atitude discriminatória.

Ser educador de crianças pequenas exige, portanto, um exercício cotidiano de avaliar seus próprios valores e crenças, pois nessa faixa etária idade as crianças costumam ser “taxadas” e estigmatizadas por características apresentadas em algumas situações.





Entretanto, não se pode afirmar que uma criança que frequenta uma EMEI “é violenta”, “não sabe escutar” ou “não respeita ninguém”.

### Atividades nas EMEIs

Da mesma forma que nos CEIs, para manter um cotidiano rico de experiências em EDH, não é preciso abrir novos espaços ou criar atividades especiais: a Educação em Direitos Humanos se dará durante atividades diversificadas, nas rodas de conversa, na leitura de histórias, na organização das crianças nos momentos de brincadeiras tradicionais ou de jogos, durante as refeições e os cuidados pessoais, no parque ou nos espaços internos da escola. Os aspectos mais relevantes na condução dessas experiências são a intencionalidade dos educadores e a forma como deixam claros os valores colocados nas atividades.

Indicamos aqui algumas estratégias e sugestões de atividades para trabalhar, na Educação Infantil, questões ligadas à EDH.

### Rodas de conversa

Na Educação Infantil, a roda de conversa é uma excelente atividade para tratar de questões relacionadas aos Direitos Humanos. Em roda, as crianças podem ser ouvidas e os temas de interesse do grupo podem vir à tona. Do ponto de vista do desenvolvimento da linguagem verbal, o objetivo da roda de conversa é aprender a dialogar: ouvir, respeitar a opinião dos outros, argumentar e saber expressar a sua própria opinião e também ponderar e ceder.

Assim, nada melhor que praticar o exercício do diálogo utilizando temas que fazem parte da vida do grupo, como decidir que lugar visitar no passeio semestral, a qual filme gostariam de assistir, e tantos outros surgidos dos anseios e das necessidades das crianças. Nessas conversas, podem surgir situações interessantes para discutir como se sentem quando são discriminados por um colega, que as meninas podem





jogar futebol tanto quanto os meninos, colocar para o grupo que uma criança pode se sentir ofendida porque outra não quer se sentar a seu lado ou brincar com ela por algum motivo.

Em geral, nos ambientes de Educação Infantil, não há o costume de inserir as crianças em discussões que envolvem discriminação, conflitos e distinção de atividades “para meninos” e “para meninas”. No entanto, podemos nos surpreender se dermos voz às crianças, perguntando como elas se sentem, o que pensam sobre determinados assuntos ou problemas e o que sugerem fazer para solucionar uma situação difícil.

O educador deve estar atento para, quando surgir uma oportunidade, não deixar de dar a merecida relevância.

### *Leitura e escrita*

A relação com a leitura e a escrita se intensifica nessa faixa etária, e o contato com livros e histórias mais longas e elaboradas é mais frequente. A escolha de histórias a serem lidas ou contadas e a seleção dos livros que estarão à disposição das crianças podem ser feitas pensando em narrativas que provoquem o pensamento das crianças sobre temáticas relativas aos Direitos Humanos. É importante contemplar histórias variadas, que apresentem personagens de ambos os sexos como personagens multiculturais, ativos e não estereotipados. Nesse sentido, alguns livros possibilitam o contato com uma grande diversidade de culturas, como: contos de fadas



em que a mocinha quer encontrar um príncipe, junto com outras histórias em que a mulher tem vida própria; histórias da cultura popular das diferentes regiões brasileiras; histórias africanas e de outros lugares do mundo.

Uma sugestão é a elaboração de livros nos quais as crianças possam falar de si mesmas e de suas histórias, garantindo o espaço para a expressão e a valorização de características, preferências e experiências de cada criança, bem como a divulgação delas para o grupo, reforçando a autoconfiança e o reconhecimento e valorizando suas famílias e suas histórias. Atividades como essa promovem a construção do autorrespeito e do respeito ao outro, contando com o importante papel do educador no sentido de orientar e organizar essa vivência.

#### *Artes visuais e participação na construção dos ambientes da EMEI*

Do mesmo modo que sentir que suas ideias, histórias, opiniões e produções são valorizadas pelo grupo, o fato de contribuir para o ambiente estético da sua escola, em que suas produções podem “fazer a diferença”, favorece a construção do autorrespeito pelas crianças dessa faixa etária. Nas atividades e nas oficinas nos ateliês de artes, as crianças podem ser convidadas a confeccionar imagens, objetos, desenhos e outras produções que venham a fazer parte do ambiente. Valorizar e expor essas produções garante um espaço de expressão dos jeitos de ser e dos desejos de cada uma, mas traz também uma dimensão estética, que é a de interferir no espaço da escola com seus estilos pessoais.

Nesse sentido, é possível, por exemplo, oferecer a cada criança um pedaço de barbante que represente sua própria vida e estendê-lo na sala para que cada uma pendure desenhos, histórias e objetos que se relacionem a momentos importantes vividos por elas. Isso pode ser feito em ordem cronológica ou em qualquer outra ordem sugerida pela criança. Essa atividade pode contemplar ainda as expectativas e os desejos em relação ao futuro. É particularmente interessante a ideia de que essa linha seja composta ao longo do ano letivo, aproveitando a oportunidade de convi-





vência do grupo para conversar sobre o que cada criança escolheu para colocar na sua linha.

A atividade de contornar o corpo das crianças é bem conhecida na Educação Infantil, e sabemos o quanto está ligada ao conhecimento de si e à formação pessoal e social. No contexto da EDH, essa atividade adquire ainda mais significado. A proposta dessa atividade é, mantendo as crianças deitadas sobre folhas grandes de papel, contornar com giz a silhueta delas, marcando o contorno do corpo no papel. Depois disso, pode-se pedir a elas para desenhar ou pintar detalhes físicos e, em seguida, escrever em volta dos desenhos alguns dados e características (como nome, altura, peso, o que a criança mais gostaria de aprender ou fazer na escola ou na vida adulta). É interessante fixar os papéis na parede, deixando-os expostos para que todas as crianças se conheçam, se reconheçam e aprendam mais umas sobre as outras, bem como sobre si próprias.

Outra sugestão é propor às crianças a confecção de uma família de bonecos, incluindo a si mesmas. Esses bonecos podem ser muito simples, feitos com recortes de papelão colorido e colados em palitos, ou feitos de argila, ou de pano. Pode-se ainda pedir às crianças que identifiquem e nomeiem esses bonecos, explicando umas às outras quem são eles. Ou pode-se também sugerir às crianças que criem uma situação (um teatro, um casamento ou uma festa, por exemplo) com seus bonecos, para apresentar aos outros do grupo. A família de bonecos pode ser complementada com outras pessoas que sejam próximas. E as crianças podem usar esse material criado por elas mesmas para brincar e dramatizar no cotidiano. Essa coleção de bonecos pode incluir ainda indivíduos de qualquer lugar no mundo, dando novos sentidos à brincadeira.

### *Jogos e brincadeiras no parque*

Os espaços externos da escola, em especial o pátio, são lugares onde as crianças podem brincar juntas, explorar seu corpo e seus movimentos, conhecer e participar de brincadeiras tradicionais. O contexto do pátio oferece oportunidades privilegiadas de





relação dos adultos com as crianças e entre elas, em que é possível aprender sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais. A vivência de jogos e brincadeiras pode ser enriquecida por propostas desafiadoras e que também estimulem as crianças a pensar sobre o cuidado humano, as diferenças e o respeito.

Uma boa experiência é brincar em duplas nas quais uma das crianças é vedada e guiada pelo braço pela parceira. Certifique-se de que a criança “líder” não vai abusar do poder para liderar, pois a ideia é alimentar a confiança, e não destruí-la. O “líder” do par deve tentar fornecer uma ampla variedade de experiências possíveis, como deixar o parceiro “cego” sentir as coisas com os seus pés ou os dedos, liderar com orientações vocais ou até mesmo jogar outro jogo. Os papéis podem ser invertidos e pode-se repetir o processo para que o “líder” seja agora o que foi liderado, e o parceiro “cego” seja o único a enxergar.

Ao final, as crianças podem falar sobre essa experiência, como se sentiram não apenas como parceiros “cegos”, mas também sobre seus sentimentos de responsabilidade como “líderes”.

Essa atividade tem um sentido metafórico: não é o andar com olhos vendados em si que favorece a EDH, mas essa é uma forma de criar uma situação para que os alunos experimentem e reflitam sobre a vida para as pessoas com dificuldades visuais (ou auditivas), assim como sobre a confiança e o respeito.

Outra sugestão é desenvolver jogos e brincadeiras, como brincar de se agrupar e reagrupar, trocando de lugar de acordo com algumas características (por exemplo, “quem está usando cinto”, “quem está usando camiseta vermelha”). Aqueles que compartilham uma ou outra característica devem trocar de lugar, ensinando às crianças que a formação de grupos pode seguir diferentes critérios, e que estes podem ser semelhantes e diferentes de muitas maneiras.







Enfim, existem muitas brincadeiras que podem trazer à tona questões importantes para a EDH.

### *Jogos de mesa e de tabuleiro*

Importantíssimos para a aprendizagem das crianças no que diz respeito à compreensão e ao exercício das regras e sua aceitação, à experiência de ganhar ou perder, sabendo que os resultados podem ser diferentes a cada dia, dependendo da situação, os jogos de mesa e tabuleiro oferecem às crianças a possibilidade de atuar de maneira autônoma. As situações simbólicas trazidas pelos jogos muitas vezes ajudam as crianças a se fortalecerem como sujeitos, aprendendo a lidar com a frustração e com a alteridade (considerar o lugar do outro), capacidade fundamental para a construção do respeito.

Por isso, é recomendável que seja organizada uma ludoteca com jogos desafiadores para a faixa etária, de modo que as crianças possam jogar durante atividades diversificadas ou mesmo em momentos de transição entre uma atividade e outra. Algumas sugestões de jogos de percurso são: “*Serpentes*”, “*Escadas e escorregadores*”, “*Ludo*” e “*Jockey*”. Esses são jogos clássicos, mas as crianças também podem inventar e confeccionar seus próprios jogos, com seus desenhos, suas pinturas e suas colagens, com base em situações vividas no grupo ou mesmo em suas histórias preferidas.

**Serpentes e Escadas e escorregadores** – Jogos clássicos montados em um tabuleiro quadrado e quadriculado, dividido em dez linhas com dez casas cada uma, numeradas de 1 a 100. Os jogadores jogam um dado, andando o número de casas correspondente, sempre avançando para a casa final, obedecendo a obstáculos descritos durante o percurso.

**Ludo** – Jogado por quatro jogadores que devem controlar quatro peões de cor correspondente à parte do tabuleiro de onde partirem (azul, amarelo, vermelho ou verde). Cada jogador lança um dado e faz avançar um dos seus peões de acordo com o número de casas indicado.

**Jockey** – jogo de percurso com quatro ou cinco trilhas paralelas, representando uma corrida de cavalos. As peças são cavalinhos, que podem ser modelados em argila pelas próprias crianças.







# Orientações para o Ensino Fundamental

## I. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

### 1. CARACTERÍSTICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

#### Educação formal e avaliação

**N**o Ensino Fundamental (EF), os processos educacionais são marcados pela ampliação de possibilidades dos alunos para interagir entre si, com os adultos e com os conteúdos curriculares.

Programa Mais Educação São Paulo tem afirmado a necessidade de transformar a estrutura tradicional de ensino, marcada, entre outras coisas, pela fragmentação dos conteúdos, pela preponderância do ensino sobre a aprendizagem, pelas avaliações formais (provas).

A reorganização curricular desse programa para o Ensino Fundamental se orienta em três ciclos de três anos cada: Ciclo de Alfabetização (1.º, 2.º e 3.º anos), Ciclo Interdisciplinar (4.º, 5.º e 6.º anos) e Ciclo Autoral (7.º, 8.º e 9.º anos). A proposta dos ciclos busca romper com a visão seriada, criando um foco comum para diferentes momentos da escolaridade, sem rupturas no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.





Essa perspectiva educacional é construída no decorrer do tempo, com base nas experiências realizadas e aprendidas nas escolas. A escolaridade fundamental é marcada pela ampliação do compromisso com aprendizagens que surgem de forma mais estruturada, por assim dizer. É também nesse período da escolarização que os processos de avaliação vão se tornando mais presentes e evidentes para os educandos, que, aos poucos, vão atribuindo sentido e se responsabilizando por esses processos. Assim, o EF demanda encorajamento no desafio da vivência escolar.

A avaliação é um instrumento importante para o processo educacional, tanto para o professor ajustar sua ação quanto para o aluno orientar suas aprendizagens, e deve acontecer ao longo do tempo, não apenas em provas pontuais.

Muitas vezes, ainda que aconteça de forma processual, a avaliação é vivida pelos estudantes como uma situação difícil e passível de julgamentos. Se o estudante vai bem, é porque estudou, é comportado e a família o apoia, se vai mal, é porque tem dificuldades, não presta atenção e a família não o apoia. Para fugir dessa rede assustadora, muitas vezes, os estudantes assumem uma postura do tipo “Não estou nem aí” ou “Eu não consigo mesmo”. De outro modo, os professores também podem ser julgados pelos estudantes e pelas famílias.

Para os familiares, também é difícil: ou “Meu filho foi muito mal porque tem problemas, não estudou, não prestou atenção”, ou “A professora está perseguindo meu filho e sendo injusta”.

Assim, é criado um campo de tensão que gera culpabilização e crise de autoridade, podendo levar a situações de desrespeito.

### Os conteúdos

Outra marca do EF é a presença de conteúdos que são apresentados de forma mais sistemática e organizados de um modo diferente do que acontecia nos anos da





Educação Infantil, levando os estudantes a construir uma nova postura, o que nem sempre acontece de maneira tranquila.

Como alterar essa situação? Os ciclos de aprendizagem servem justamente para rever a organização das práticas pedagógicas e dos tempos de aprendizagem para que os estudantes possam seguir seu próprio percurso nos processos de aprendizagem.

A discussão atual na Rede Municipal de Ensino de São Paulo sobre reorganização curricular é um momento importante para rever critérios de seleção de conteúdos escolares pela sua relevância na formação dos estudantes.

O ensino e a aprendizagem dos conteúdos, a avaliação, o livro didático, as lições de casa, entre outros aspectos, permeiam as relações escolares, em especial as relações entre estudantes, professores, familiares e responsáveis, e podem gerar situações conflituosas na comunidade escolar.

### É preciso considerar as diferenças

Não podemos deixar de considerar e respeitar a individualidade e as características de cada uma das crianças. Num mesmo espaço (que pode ser a sala de aula ou não), é possível encontrar crianças que, embora tenham a mesma idade, não realizam as mesmas conquistas ao mesmo tempo. É verdade também que a interação entre elas cumpre um papel determinante para que avancem nas aprendizagens.

Viver em um ambiente permeado pela diversidade (de idade, competência escolar, condição social, orientação sexual, cultura, origem, religião, déficit intelectual ou qualquer outro tipo de deficiência), compartilhando o mesmo espaço, as mesmas regras de convivência e os mesmos objetivos, é fator determinante para que, desde cedo, as crianças construam, com base nas situações do dia a dia, uma postura de respeito ao outro e de se fazer respeitar na igualdade de serem todos humanos.





### Convivência em muitos espaços

Com idade entre 6 e 14 anos, os alunos do Ensino Fundamental têm independência para transitar pela escola, permanecendo longe dos olhos dos educadores e vivenciando uma série de situações que nem sempre são acompanhadas ou conhecidas pelos educadores. Para entender o comportamento dos alunos dessa faixa etária, algumas questões são importantes: Como os alunos se relacionam? Como lidam com situações adversas? Como resolvem seus conflitos? O que os diferentes espaços proporcionam ou impedem?

Muitas vezes, são os profissionais da limpeza, da cozinha ou o porteiro que interagem com os alunos em situações muito peculiares, nos corredores, no pátio e no refeitório, escutam discussões, queixas ou até mesmo presenciam brigas e situações de humilhação, cuidando de intervir para resolvê-las. Ao mediar conflitos, acolher e ouvir, esses profissionais ocupam, portanto, o papel de educadores. Contudo, nesse contexto, algumas perguntas se colocam: Eles reconhecem e são reconhecidos nesse papel tão importante? Participam de reflexões e orientações sobre essas questões? Eles têm oportunidade de analisar, junto com os demais educadores, o que ensinam nessas situações?

### O cuidado faz parte do Ensino Fundamental

Infelizmente, muitas vezes, a dimensão do “cuidado”, mesmo tendo espaço na Educação Infantil, quase desaparece no Ensino Fundamental. As crianças do Ensino Fundamental, se, por um lado, não precisam mais do apoio do educador para ir ao banheiro ou se alimentar, por outro, necessitam de outros cuidados nem sempre palpáveis, como o acolhimento nos momentos de atrito entre os colegas, a compreensão de suas fragilidades (seja nas aprendizagens, seja nas relações interpessoais), a atenção às situações da sua vida familiar que acabam refletindo em comportamentos na escola. Assim, é preciso lembrar que, mesmo sendo crianças do EF, os alunos do EF ainda estão aprendendo a se colocar no mundo e que precisam da atenção e do cuidado dos adultos.





## 2. AS CONQUISTAS QUE O CRESCIMENTO TRAZ

As crianças do Ensino Fundamental passam por um importante momento de desenvolvimento, permeado de conquistas cognitivas, que resultam nas possibilidades de pensar e agir de maneira cada vez mais autônoma.

Nessa faixa etária, é possível perceber uma série de competências que vão se construindo aos poucos com base na organização e na condução de atividades e situações, mas principalmente com base nas atitudes dos educadores.

Por exemplo, as crianças constroem cada vez mais a possibilidade de rever algumas de suas atitudes que percebem não ser adequadas e tentar modificá-las. Assim, elas persistem na busca de conquistas que, num primeiro momento, não tiveram sucesso ou tentam retomar uma situação, buscando compreendê-la melhor. A capacidade de considerar a existência do outro, que pensa e sente de forma diversa, também se amplia, e isso nos oferece uma série de possibilidades de criar situações ricas para a reflexão e a vivência do respeito e da tolerância no ambiente escolar.



Uma situação de conflito que pode ser solucionada por meio do diálogo mediado por um adulto pode ser uma aprendizagem a ser transferida para outras situações, constituindo uma forma de resolução de conflitos.

**Todos têm a capacidade de dialogar e se posicionar**

Desde que aprendem a falar as crianças desenvolvem sua competência oral e no Ensino Fundamental esse avanço amplia em muito a





possibilidade de interagir e pensar sobre suas interações. Os estudantes cada vez mais conquistam a possibilidade de explicitar o que sentem e o que pensam a respeito do que acontece e do que é dito para eles. Portanto, o diálogo é uma importante situação que todos podem e devem vivenciar frequentemente.

Assim, o ambiente escolar deve garantir a todos a certeza de que podem ser ouvidos e respeitados como seres pensantes, diferentes e ativos. Isso é condição para que também aprendam a ouvir o outro, a considerar outros pontos de vista e respeitá-los, mesmo que diferentes do seu. Respeitar a opinião do outro não é o mesmo que concordar ou se omitir. Quanto mais oportunidades as crianças tiverem de desempenhar os papéis de falantes e ouvintes, maiores e mais consistentes serão as conquistas nesse sentido, o que contribuirá de forma efetiva para a construção da cultura do diálogo e da troca de opiniões.

Além da atitude acolhedora dos adultos, é importante que a escola construa e mantenha canais de comunicação efetivos e práticas participativas por meio das quais essas capacidades (de dialogar e se posicionar) se concretizem, dando a todos a segurança de serem ouvidos e considerados.

### Novas formas de agir, falar e ouvir

É importante observar que nem sempre as conversas e as trocas de opinião, tanto entre as crianças quanto entre crianças e adultos, serão tranquilas. Desse modo, é comum observar que, em situações em que se sentem injustiçadas ou “atacadas” (com ou sem razão), as crianças ficam indignadas, se posicionam, reivindicam o que acreditam ser os seus direitos e passam a construir justificativas para suas atitudes, mesmo que isso não aconteça de forma clara. Por vezes, isso acontece mesmo quando são elas que cometem injustiças e podem ser criticadas. É muito comum também observar que, nessa faixa etária, as crianças questionam os adultos, duvidam deles e os enfrentam com posições contrárias e críticas, colocando em xeque a autoridade dos educadores.







Assim, é preciso considerar que, na condição de alunos, essas crianças estão aprendendo a dialogar e a se posicionar, mas nem sempre serão capazes de explicitar seus sentimentos e suas indignações de forma clara e adequada. Contudo, essas primeiras vivências são oportunidades ricas para a atuação dos educadores no sentido de oferecer aos alunos um bom modelo ao ouvir, considerar suas falas e os ajudar a agir com respeito nas diferentes situações do cotidiano escolar. Para poder oferecer essa ajuda, é necessário que os educadores tenham com os alunos uma relação de autoridade legítima, construída por suas atitudes e posturas nas mais diversas intervenções.

### Protagonismo

Com todas essas possibilidades de aprendizagem, o protagonismo é uma condição da qual nenhuma criança, adolescente ou jovem pode abrir mão, pois estimula a construção da autonomia, favorece o aprendizado da participação e do compromisso social, trazendo contribuições importantíssimas para o desenvolvimento pessoal, tanto deles próprios quanto das suas comunidades.

Nesse sentido, é importante lembrar que, embora nem sempre sejam utilizados, há alguns canais de participação já instituídos (como assembleias, escolha de representantes de classe e grêmios estudantis), que podem favorecer a atuação educativa para a conquista e o exercício desse protagonismo. Além de ser incentivado por meio dessas formas de participação, o protagonismo pode e deve ser um princípio orientador das práticas escolares cotidianas (nas atividades de estudo em sala de aula, na organização dos espaços, na distribuição de responsabilidades pelos cuidados com pessoas e objetos) e de outras ações, como na relação com parceiros e visitantes, quando os alunos assumem o papel de representantes da escola.

Algumas atividades comumente realizadas em sala de aula que se valem de princípios democráticos como as rodas de conversa, os combinados e o estabelecimento de contratos didáticos, oferecem oportunidades para que os alunos assumam a responsabi-





lidade pela sua organização e condução, com ou sem ajuda do professor, de acordo com as possibilidades de cada um. A ideia é que os alunos sejam desafiados a atuar do nível máximo de suas possibilidades, construindo a consciência de sua própria capacidade enquanto aprendem a como atuar em cada situação.

### 3. ÁREAS CURRICULARES E EDH

**As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, em seu artigo 4.º, definem a EDH como “processo sistemático e multidimensional, orientador da formação dos sujeitos de direitos através do desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados”.**

A proposta curricular, os materiais didáticos e a abordagem dos conteúdos durante as atividades em sala de aula representam uma grande contribuição para a formação cidadã e em valores. Assim, essa formação precisa ser revisitada e redirecionada para um olhar sobre como os Direitos Humanos estão sendo abordados no cotidiano escolar. Desse modo, é necessário analisar a proposta curricular apresentada no projeto político-pedagógico da escola, os materiais didáticos utilizados (que muitas vezes desconsideram a proposta curricular) e o que de fato acontece na sala de aula: o currículo real, que nem sempre é coincidente com o currículo oficial, nem com os materiais. Tudo isso precisa ser olhado do ponto de vista da EDH.

As diretrizes para a EDH trazem a perspectiva da transversalidade, isto é, a necessidade de que os DH estejam presentes em todas as áreas curriculares sempre que for adequado, assim como no convívio escolar.

Tendo em vista que as áreas do conhecimento são campos férteis para fomentar a discussão sobre Direitos Humanos, indicamos aqui algumas sugestões de abordagem pedagógica para que cada área curricular possa trabalhar de forma adequada as questões relacionadas à EDH.





## Geografia

Estudar os conteúdos de Geografia é entrar em contato com as formas com as quais o homem se relaciona com o espaço, o que abrange alguns princípios norteadores da Declaração Universal dos Direitos Humanos, como o direito a moradia, a um ambiente sustentável e saudável, a um endereço, a uma nacionalidade.

Entre tantos conteúdos, podemos citar: o estudo da geografia humana e o direito à terra, à cidade, às formas de vida tradicionais de povos indígenas e quilombolas, à urbanidade, a questão das fronteiras e a imigração; o estudo de geografia física e as questões que envolvem o meio ambiente, a sustentabilidade, as ocupações irregulares, os mananciais, a utilização de matérias-primas, lembrando que a sustentabilidade socioambiental é um dos princípios das diretrizes para a EDH.



No cotidiano dos alunos, as aulas de Geografia contemplam atividades de mapeamento da escola e de seu entorno, o estudo das paisagens do bairro e da cidade, a mudança das paisagens de acordo com o crescimento econômico e social. Conhecer, de fato, o espaço que se ocupa no território é fundamental para a participação cidadã. Eventos como os “rolezinhos” ou as campanhas contra instalação de metrô em áreas nobres da cidade podem e devem ser temas de discussão nas aulas de Geografia e na abordagem da EDH.

## História

A disciplina de História fornece um arsenal notável para a reflexão sobre temas relacionados à EDH, pois trata da tensão constante entre o homem e seu destino político. A história da humanidade é basicamente marcada pelas lutas que se travaram em prol de conquistas, da queda de braço entre fortes e fracos, entre liberdade e aprisionamento, entre a democracia e os regimes ditatoriais.





Nessa área, o estudo das formas de exploração e de suas injustiças contempla assuntos como a escravidão dos negros, o genocídio dos povos indígenas, as imigrações e os refugiados. O estudo da Revolução Industrial, por exemplo, pode levar à discussão e à análise sobre as causas e as consequências do trabalho infantil. Da mesma forma, conhecer o período da ditadura civil-militar no Brasil e as violações dos Direitos Humanos nesse período explica, em grande parte, a estrutura repressiva e a naturalização das violações da dignidade humana ainda vigentes no nosso país.

No ensino de História, as versões são cruciais. Portanto, nessa área do conhecimento, revisões e novos estudos, novas reflexões e novas análises sempre são possíveis e aconselháveis. Por exemplo: Será mesmo que um dia uma princesa decidiu abolir a escravidão no Brasil? Teria sido simples assim ou foi uma luta de muitos anos e muitos mártires? Negros foram torturados, sofreram violências físicas e morais, mas isso está nos materiais didáticos?

Como triste herança da escravidão, temos o preconceito e a discriminação, que permanecem até os dias de hoje como um traço nefasto desse passado. Portanto, não se trata apenas de ter conhecimento dos fatos, mas de entendê-los amplamente, fazendo relações entre o passado e o presente.

A própria história da conquista dos DH, o estudo sistemático da formação do povo brasileiro, do papel da mulher e do jovem na história e as datas comemorativas na escola são conteúdos férteis para a EDH e não podem ser deixados para trás.

Mais que tudo isso, os alunos precisam aprender que estamos fazendo história todos os dias da nossa existência e que, com as nossas ações, nossas tomadas de decisão e até mesmo com o nosso silêncio, somos todos agentes e sujeitos da história da humanidade.





## Ciências

O estudo de Ciências coloca os alunos em contato com a compreensão da dinâmica do planeta que ocupamos. Essa compreensão resulta num maravilhamento sem limites e também nas polêmicas sobre o avanço do homem no domínio e na extrapolação de seus limites. Assim, os conhecimentos científicos são arma poderosa para qualquer sociedade, tanto para a paz quanto para o surgimento de novos conflitos, tendo em vista que as pesquisas com átomos levaram à invenção da bomba atômica, por exemplo. Portanto, ter pleno acesso a esses conhecimentos faz parte da EDH.

Para ajudar os alunos a refletir sobre esse potente campo de intersecção entre a ciência e os Direitos Humanos, apresentamos aqui três exemplos de temas que fazem parte do cotidiano e que podem ser trabalhados em sala de aula:

- O estudo da saúde e do corpo humano como direito de saber mais e melhor sobre as condições de vida e o cuidado que todos devem ter com a sua saúde e a do outro.
- A produção de alimentos e o direito à nutrição sadia.
- A ciência e os limites da genética, nas últimas décadas, com efervescentes discussões sobre a ética e o destino das pesquisas; as pesquisas e experimentações em laboratórios como direito ao conhecimento científico e sua relação com a sobrevivência da espécie humana; o limite ético para a busca desenfreada de novas descobertas.

Assuntos e conteúdos relacionados ao meio ambiente (como o direito à água, sua distribuição e os limites de recursos naturais) também devem ser levados para sala de aula e problematizados sob a perspectiva de uma sociedade mais justa e mais equilibrada, podendo ainda ser trabalhados de forma transversal com outras disciplinas.



### Língua Portuguesa

No estudo de Língua Portuguesa, a luta pelos Direitos Humanos está presente em situações bem marcadas: nos preconceitos linguísticos que ainda existem num país de modos de falar bem característicos e diversos; nas novas maneiras de se relacionar com o idioma presentes na comunicação da atual geração de jovens; na formação de grupos e coletivos com linguagens e até dialetos próprios; na existência palpável de um valor elitizado das normas cultas; no direito a uma alfabetização plena para o também pleno exercício da cidadania.

É importante conhecer as diferentes formas de falar de cada localidade como legítimas e afastar o preconceito linguístico, muito presente em nossa sociedade.

Um importante professor chamado Antonio Candido afirma que a literatura também é um Direito Humano, pois ela nos torna mais humanos e nos dá condições de nos aproximarmos dos mais variados tipos humanos.

Além do estudo da Língua Portuguesa, a literatura aparece como forte aliada na abordagem dos DH. Ao ler uma obra literária, é possível entrar em contato com diversas maneiras de pensar, de agir, de estar no mundo: personagens, épocas e lugares transmitem valores que podem ser descobertos e problematizados. Assim, pode-se concluir que é por meio da literatura, do contato com o outro e da possibilidade de estabelecer diálogos entre tempos, espaços e gerações inteiras que se dá o exercício de DH nas Letras. É importante ressaltar ainda o quanto a luta por bibliotecas públicas, salas de leitura, acervos ricos e diversos, tem contribuído de forma eficaz para que o exercício da leitura (e, portanto, esse contato com o outro) seja constante. Nesse sentido, a formação de clubes de leitura que possam dar voz aos leitores e a discussão do que se lê representam algumas das possibilidades para o ensino de língua e literatura numa abordagem voltada para a EDH.

### Matemática

O estudo de tabelas, infográficos, gráficos, diagramas e demais ferramentas alimentadas pela Matemática pode ser um instrumento potente para a abordagem da EDH. O trato com as questões numéricas pode sugerir que esses conhecimentos sejam



prontos e acabados, palpáveis e concretos, mas sabemos que não é assim. Números são manipuláveis. O uso da matemática, da estatística, de índices e indicadores deve ser aliado para aprimorar a leitura e a compreensão da realidade.

Em nosso cotidiano, vemos que cálculos matemáticos fazem parte de atividades importantes da vida: o orçamento familiar é um bom e importante exemplo; o cálculo dos gastos feitos e a previsão dos gastos futuros; a possibilidade de economizar dinheiro para a realização de um sonho; o valor real dos salários e de tudo o que consumimos; o cálculo de juros e sua relação com a política econômica e social.

Nesse sentido, algumas perguntas podem ser colocadas: Como são realizados os cálculos que definem a divisão em classes sociais baseada no poder aquisitivo de cada uma, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e na renda *per capita*? Entender como esses números todos influenciam a ideia da sociedade que temos é de fundamental importância e pode gerar discussões muito interessantes em sala de aula.

### Artes

De acordo com o artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todo o homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de fruir de seus benefícios”.

Durante muito tempo, predominou a ideia de que as artes eram um monopólio das elites que tinham acesso a ela. Felizmente, hoje ninguém mais acredita nisso. Cada vez mais, a arte tem sido estudada, discutida e debatida entre todos. O acesso a museus, salas de concerto, exposições variadas, teatro, cinema e dança está sendo cada dia mais frequente, sendo a bandeira de luta das escolas que inovaram também em seu currículo, estudando cada vez mais a arte como manifestações do povo, fazendo com que os alunos sejam produtores de arte, e não só consumidores.



Em todos os seus formatos, a arte é a mais rica forma de expressão, podendo manifestar sentimentos diversos, como indignação, denúncia, sensibilização ou identificação. Nos últimos tempos, tem-se falado na arte “engajada” como manifestação de uma preocupação com o destino humano. A abrangência das manifestações artísticas é quase infinita, tendo em vista que novas modalidades continuam surgindo e as apropriações dos discursos e dos materiais não parecem se esgotar.

Em geral, os jovens se mostram muito atentos com as manifestações artísticas, porque são uma maneira de eles mostrarem sua criatividade e de expressar dúvidas, alegrias, temores, certezas e as mais variadas ideias. Daí, a necessidade de abrir espaço na escola para o hip-hop e o funk, a pichação e o grafite nas artes visuais, a arte e o cinema digitais por meio do aparelho celular, que ganham cada vez mais espaço entre os jovens. E também abrir espaço para as bandas que se formam em garagens, pátios de escola e gravam seus CDs facilmente graças à apropriação das tecnologias.

Assim, ocupar painéis, paredes, muros, bancos e quadras com trabalhos dos alunos significa dizer que os espaços são democráticos e devem ser ocupados. Do ponto de vista educativo em Direitos Humanos, significa também criar boas oportunidades para refletir sobre liberdade de expressão e respeito à dignidade. Não podemos esquecer também que, com o apoio de grêmios e associações de pais e mestres (APMs), a escola pode incentivar a participação dos pais e de toda a comunidade escolar na vida artística da cidade por meio de







festivais, saraus, exposições e visitas a museus como forma de aprimorar o conhecimento de todos.

### Educação Física

A prática do esporte como fator de integração e aproximação possibilita a vivência de valores no exercício de jogos e práticas comuns, nos jogos cooperativos, nos treinos e exercícios para a garantia de boas atuações e resultados e também nas brincadeiras tradicionais de infância. Todos esses são exemplos de atividades que aproximam a Educação Física das questões que permeiam o cuidado com a vida coletiva. Portanto, garantir a todos o direito de participar em igualdade de condições, incluindo os alunos com necessidades especiais, formar grupos e não adversários, pensar em atividades que garantam que o talento individual esteja a serviço do coletivo são os principais pontos a serem observados na Educação Física para atender às diretrizes para a EDH.

**As sugestões apresentadas aqui são apenas alguns exemplos de como a Educação em Direitos Humanos já está presente na sala de aula, necessitando apenas de professores atentos para propor situações nas atividades que desenvolvem com seus alunos.**

## 4. COMO INTERVIR EM SITUAÇÕES COTIDIANAS

A EDH não será garantida apenas por meio dos conteúdos escolares. Para que seja implementada, ela precisa do compromisso com a construção de um ambiente ético e justo no espaço escolar, o que pode nos levar a pensar em situações corriqueiras no cotidiano escolar, como brigas, desavenças, dissimulações, agressões, opressão de grupos sobre indivíduos, atitudes discriminatórias, exclusões, violências físicas, conflitos e furtos, além de outras situações de caráter educacional e disciplinar. No entanto, uma pergunta se faz necessária: Será que esses problemas são “naturais”?





A escola é um espaço permeado de diversidade, e as relações que se travam dentro dela são muitas e muito diferentes: amizade, disputa, admiração, preconceito, rai-va, inveja, amor, hierarquia, animosidade, competição, aversão (sentimentos que permeiam as relações o tempo todo). Ainda que sejam situações bastante difíceis e complicadas, são também oportunidades de intervir, no papel de educador, criando oportunidades para que os alunos reconheçam aqueles sentimentos e procurem a melhor forma de lidar com eles. Aqui a questão é: Como intervir para que os alunos avancem na qualidade dos relacionamentos e no respeito mútuo?

### Situações delicadas

Vale a pena pensar no exemplo de situações de furto. Na verdade, é bastante difícil dizer por que um aluno toma para si algo que não lhe pertence. Os motivos podem ser muitos: o desejo de possuir determinado objeto, os sentimentos de repulsa, exclusão, inferioridade ou mágoa, inveja, a identificação com o dono do objeto etc. Difícilmente se saberá, mas, talvez, o mais importante seja buscar uma maneira de intervir que contribua com a formação, não só dos envolvidos diretamente na situação, mas do conjunto dos alunos.

Nesse caso, há vários aspectos sobre os quais é importante pensar e agir. O primeiro deles é a necessidade de oferecer a esse aluno a oportunidade de reparar seu erro e o desconforto que causou ao colega de quem subtraiu algo, devolvendo (ou repondo) e se desculpando. Esse tipo de atitude, além de reparar o dano causado ao outro, é essencial para que o aluno que furtou tenha a oportunidade de analisar e rever sua atitude.

Outra questão muito importante é que o fato de se apossar de algo que não lhe pertence não faz desse aluno um “ladrão”, nem aponta “falhas de caráter”, ou autoriza quem quer que seja a responsabilizá-lo por outras situações de furto que podem vir a acontecer na escola. A questão é que ser visto como “ladrão” pode ser humilhante e revoltante, colocando esse aluno num lugar do qual talvez seja muito difícil sair.





Assim, a escola pode ser um espaço propício para que situações como essa sejam resolvidas de forma clara, rigorosa e, ao mesmo tempo, segura e protegida. Nesse sentido, a forma como os adultos encaminham essas situações são determinantes para a formação dos alunos. Isso não quer dizer que não se deva nunca lançar mão de nenhum tipo de punição. Com certeza, é importante que toda e qualquer ação que prejudique alguém (seja ferindo, subtraindo algo, ofendendo, magoando ou constringendo) tenha, sim, algum tipo de consequência, mas é fundamental também que essas consequências ou punições tragam impressas a marca pedagógica (e não policialesca) da reparação.

Esses mesmos princípios podem ser considerados para intervir em situações de furto e em situações que envolvem conflitos e geram perda e desvantagem a algum dos envolvidos.

### E quando houver agressão física?

Para intervir de forma adequada em momentos de agressão física, é importante lidar com essas situações visando à compreensão do que resultou na agressão, buscando o diálogo e, sobretudo, a reparação, que, nesse caso, pode ser efetivada de forma concreta, como apoiar o colega agredido, buscar gelo para diminuir a dor, ajudar a fazer um curativo ou qualquer tipo de ajuda que possa ser prestada.

Assim como acontece nas situações de furto, caracterizar a criança como aluna agressiva não vai ajudar. Ainda que sejam momentos bastante difíceis, é possível transformar essas situações em oportunidades de aprendizado, refletindo sobre novas formas de relacionamento que incluam a resolução de problemas por meio do respeito e da solidariedade, e não da agressão.

### Os maiores da escola

Já mais fortes e marcados por suas individualidades e experiências de vida, os adolescentes vivem de maneira mais intensa as relações em seus grupos de convívio, e



A liberdade e a democracia não abrem mão da autoridade, e ela precisa existir em todos os momentos, ainda mais quando os limites foram extrapolados. Portanto, violência não pode ser entendida como comum ou aceitável. Mas não pode ser, também, vista como um crime sem remédio.”

*Maria Victoria Benevides*



muitos deles mostram uma necessidade grande de se afirmar, sobretudo em situações extremas. Nesses casos, não se trata mais de brigar por causa de um lápis ou do lugar para sentar na sala de aula, por exemplo. Muitas vezes, há brigas pela posição de liderança no grupo, por disputa amorosa, por frases e fotos que foram trocadas nas redes sociais e tantos outros motivos. A urgência em resolver acaba não escolhendo lugar, e é na sala de aula, no pátio ou corredor que a briga começa e pode envolver alunos que nada tinham a ver com os motivos que geraram o conflito, pois todos acabam escolhendo um lado.

Além do que já foi dito, as situações de agressão e conflitos mais graves devem necessariamente ser objeto de discussão do próprio grupo que as originou. Nesses casos, o processo de escuta se faz ainda mais importante.

Representantes de classe, coordenação pedagógica e educadores devem tomar para si o trabalho de escuta e a tentativa de promover a resolução da questão. Para isso, é importante buscar conhecer os princípios da justiça restaurativa, adotar o diálogo e sanções condizentes com a idade do aluno transgressor e a complexidade da questão, como estratégias que trazem resultados satisfatórios para o restabelecimento do convívio respeitoso. Mais que isso, a comunidade escolar toda precisa se responsabilizar pela resolução de problemas e pela divisão de tarefas na educação e na reeducação de quem transgrediu alguma norma.

É importante que toda a equipe conheça os alunos e possa ajudá-los a cuidar de si e de seus amigos. Devemos lembrar que, quanto mais velhos, mais “soltos” os alunos ficam na escola e em menor proporção são observados, pois não possuem um professor fixo o tempo todo, capaz de desenhar um perfil mais fiel de comportamento para auxiliar nos momentos de conflito.

Por último, mas não menos importante, é preciso dizer que o trabalho com a Educação em Direitos Humanos não contribui apenas com a formação dos alunos. Antes de tudo, a EDH tem como objetivo a criação de uma rede





de proteção e manutenção da vida e da dignidade humana, que deve se estender por toda a comunidade escolar, incluindo sobretudo os educadores, que têm aí uma oportunidade única de viver, conviver, ensinar e aprender num ambiente em que as relações sejam permeadas pelos princípios da justiça e do respeito.

## 5. ESCOLA, FAMÍLIA E RESPONSÁVEIS

### Uma relação delicada e conflituosa

A relação entre escola e família nem sempre é das mais tranquilas, e isso merece nossa total atenção. Do ponto de vista da escola, existe uma expectativa de que as famílias participem dos projetos pedagógicos e culturais, acompanhando a vida escolar e o desenvolvimento de seus filhos.

No entanto, a maioria dos pais dos alunos ou seus responsáveis trabalha fora e não tem tempo de acompanhar todas as atividades que acontecem na escola, porque a vida é muito corrida, a cidade é muito grande e nem sempre os padrões são compreensivos. De outro lado, a família também espera que a escola dê conta de cuidar dos seus filhos, de educá-los em uma série de aspectos.

Nesse sentido, cabem aqui duas perguntas: Quem educa? Quem ensina? Todos já ouviram frases como “Seu pai não te deu educação?” ou “Você não é minha mãe pra mandar em mim”. Na atualidade, observamos a existência de um terreno pantanoso e uma falsa crença de que ensinar e educar são dois processos estanques. O fato é que a criança se desenvolve, constrói conhecimentos, adota valores e se posiciona no mundo por meio do que ela aprende em todos os espaços que frequenta, e a escola é um espaço muito importante.

A escola tem a responsabilidade de garantir condições para que as crianças aprendam conteúdos específicos e curriculares, mas também valores e atitudes. E isso não quer dizer que a escola deve assumir mais responsabilidades, porque, na verdade, já os





ensina mesmo que não tenha clareza disso. Cada gesto, cada fala e cada reação de um adulto repercutem nas crianças e na sua formação, seja na escola, seja na família, mesmo sendo espaços de convívio muito distintos e em que as inter-relações são muito diferentes. Portanto, vale investir numa boa relação entre escola e família, aproveitando as oportunidades de participação que as escolas podem oferecer.

### Cuidados quando as crianças crescem

A relação dos familiares com a escola se modifica bastante à medida que os filhos crescem. No período da adolescência, os meninos e as meninas passam a demandar uma nova ordem de cuidados e atenção, pois se trata de uma fase permeada de mudanças muito marcantes, tanto de natureza física quanto emocional. Nem sempre, porém, é possível para as famílias estar presentes e acompanhar de perto esse processo. A relação entre a família e os educadores, até então mais próxima, mesmo que em encontros casuais no portão da escola, aos poucos se transforma e muitas vezes não mais acontece, e os problemas ocorridos na escola nem sempre são relatados aos responsáveis.

Os cuidados dos educadores com os adolescentes e os canais de comunicação com as famílias precisam ser fortalecidos para que os responsáveis não sejam chamados apenas em situações de emergência.

Merece atenção ainda o fato de que, nessa fase, os alunos circulam com mais liberdade pela escola e muitas vezes estabelecem contato afetivo e relação de confiança também com professores auxiliares e outros profissionais que atuam na escola, como monitores, porteiros, entre outros. Daí, a importância da integração não só de professores e famílias, mas de toda a comunidade escolar no sentido de estreitar e fortalecer esses laços. Desse modo, todos cuidam de todos.



#### **Pense nisso**

*Atividades em sala de aula que solicitem a participação dos familiares podem ajudar a aproximá-los da escola em todos os ciclos, inclusive no Ciclo Autoral.*





### A solução é integrar e respeitar

Cada família tem sua história, que precisa ser respeitada e valorizada pela escola para poder estabelecer uma parceria na educação das crianças e dos adolescentes.

A integração entre a escola e a família passa pelo exercício contínuo da participação. Não é fácil. É importante lembrar que nem todos os familiares e responsáveis podem se ausentar do trabalho para participar de reuniões e atividades na escola. Já começa aí a dificuldade dessa integração. Além disso, muitos pais nunca tiveram experiência de participação democrática nas instituições de que fizeram ou fazem parte. Então, para muitos deles, a escola dos filhos é a única oportunidade e o único lugar em que esse direito é possível, mas eles nem sempre se sentem à vontade para isso.

Contudo, essa integração não é difícil somente para os familiares, mas também representa um desafio para a escola, que, em geral, não tem a prática de considerar a presença e a contribuição dos familiares. Assim, respeito e generosidade são necessários para garantir que estes entrem na escola sem medo e acreditem que serão escutados e compreendidos, sem receio de passar por qualquer tipo de constrangimento ou ser alvo de algum tipo de preconceito. Nesse processo, a escuta é essencial, pois nada acontece sem que essa atitude seja plenamente adotada.

Para efetivar essa integração com a escola, as famílias precisam ser convidadas para todas as atividades do calendário escolar: culturais, sociais, participações mais inovadoras como assistir aulas coletivas, conhecer o trabalho dos filhos, realizar passeios conjuntos, utilizar as bibliotecas (que por lei são comunitárias) e outras atividades que a unidade escolar puder promover.

Além disso, tradicionalmente, as APMs e os conselhos escolares podem se reunir para discussões de questões mais complexas (como o currículo e a gestão da escola) até questões mais cotidianas, e não menos importantes (como o calendário festivo, a merenda e o cuidado com a organização do espaço escolar).





*Seria possível elaborar cronogramas e arranjos para que mais professores tivessem contato com os pais dos alunos? Seria possível um calendário de reuniões com as famílias unindo uma atividade cultural interessante e uma posterior conversa sobre currículo, avaliação e outras questões do projeto político-pedagógico da escola?*

## II. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

### 1. CARACTERÍSTICAS DO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

Como já apontado anteriormente, o ingresso no Ensino Fundamental é marcado por uma série de mudanças, tanto no que diz respeito à escola (rotina, aprendizagens, estrutura, exigências) quanto ao desenvolvimento das crianças, começando pelas relações estabelecidas com o professor: se antes as crianças o tinham como a principal referência do espaço escolar, agora elas passam a considerar de forma muito mais intensa os colegas e as amigadas, identificando-se cada vez mais com eles. Desse modo, o professor passa a ocupar um espaço diferente, como uma figura permeada de autoridade na promoção da aprendizagem, ainda que continue mantendo com todos um vínculo forte de afeto e confiança. Podemos dizer que, ainda que continuem (por muito tempo) a ser crianças, no Ciclo de Alfabetização do Ensino Fundamental, elas passam a fazer parte de outra categoria: mais autônoma, mais vinculada ao mundo das outras crianças e mais preparadas para encarar os desafios que a aprendizagem lhes impõem.

#### Os novos desafios da aprendizagem e a alfabetização

A orientação para o Ciclo de Alfabetização incorpora fortemente as dimensões do brincar, da alfabetização para o letramento e da autoria, assim como compreende que as práticas pedagógicas e as decisões do educador devem ser orientadas pelas demandas dos estudantes. No que diz respeito à aprendizagem, são muitas também as transformações que ocorrem nessa faixa etária (dos 6 aos 8 anos).





Um dos maiores e mais importantes desafios enfrentados pelas crianças nesse primeiro ciclo é o processo de alfabetização, que possibilita ampliar o acesso à cultura e às informações a que todos têm direito na sociedade, contribuindo de forma significativa para a construção da condição de cidadão.

Assim, a escola vai ganhando um significado mais amplo para os alunos. O sentimento de pertencimento à comunidade escolar leva as crianças a rever e reconstruir sua postura com base nas situações que vivenciarem juntas e nas experiências compartilhadas. Por isso, promover situações em que os alunos sejam convocados a interagir munidos de um objetivo comum (compartilhar saberes e dificuldades, pedir e oferecer ajuda) pode incrementar um processo de construção compartilhada de conhecimento e de atitudes de solidariedade.

## 2. SUGESTÕES DE ATIVIDADES NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

As atividades propostas aqui são situações que foram planejadas almejando a construção e a manutenção dos princípios que devem permear todas as relações que se estabelecem dentro da escola: justiça, respeito, equidade, cuidados, solidariedade e democracia. Na verdade, são situações “disparadoras”, que têm como passo inicial uma atividade baseada nos princípios citados anteriormente, que poderá se estender e fazer parte da rotina dos alunos, que estarão, assim, implantando, no espaço e no dia a dia da escola, uma cultura baseada na soberania dos Direitos Humanos.

### Cuidando dos colegas em pequenos acidentes

Uma ideia é construir coletivamente um “Guia de primeiros socorros de pequenos acidentes” para orientar os alunos no momento em que algum de seus colegas se machucarem, contemplando perguntas como: O que fazer quando um colega se cortar? Como fazer quando um colega bater a cabeça? E quando for picado por um inseto? Como proceder quando alguém cair da escada? E quando desmaiar? Em todos esses casos, um adulto deve ser chamado, mas é preciso que as crianças saibam tomar algumas providências básicas.



Outra possibilidade é confeccionar cartazes e avisos para evitar acidentes na escola e em casa. Os alunos que começam no ciclo da alfabetização também devem ser desafiados a escrever nesses cartazes. Ainda que não sejam capazes de fazê-lo da forma convencional, eles podem lançar mão de desenhos explicativos com pequenos textos. Um texto do tipo instrucional, contendo uma pequena lista de procedimentos, sem frases elaboradas, é uma produção possível, contribuindo com o processo de aquisição da escrita. O trabalho pode ter início nas salas de aula, para depois reunir as indicações em um produto único e coletivo, que pode ser um mural a ser exposto num espaço de grande visibilidade, cartazes espalhados pela escola ou um folheto explicativo a ser distribuído para toda a comunidade.

Uma variação dessa atividade pode ter como foco campanhas de saúde, como prevenção da dengue, higiene, economia de água, cuidado com o lixo, ou outras que estejam em pauta.

**O importante é que a ideia do cuidado com o outro esteja presente e constitua um valor na comunidade.**



#### Fique de olho

*É interessante que os alunos possam ter contato com médicos e enfermeiros na comunidade escolar (pais de alunos, parentes de professores e profissionais de unidades de saúde das redondezas) que possam ser entrevistados pelos alunos. As perguntas devem ser elaboradas e escolhidas com antecedência.*



#### Pense nisso

*Cuidar do outro é respeitar. Ser cuidado é ser respeitado. Esse é um valor a ser afirmado para que as crianças dessa faixa etária reconheçam sua importância, adquirindo a noção de responsabilidade coletiva e a ideia de comunidade.*



### Mural de boas-vindas e dicas para receber novos colegas

Essa é uma sugestão para os alunos do 2.º ano (com 7 ou 8 anos de idade) que chegam à escola no ano anterior e que receberão os novos alunos que estarão ingressando na comunidade. Com isso, pode-se fortalecer a autoestima desses alunos, que poderão atuar como “experientes” e conhecedores da rotina da escola. Vale ressaltar também a oportunidade que eles terão de revisitar as situações difíceis que viveram ao entrar no Ensino Fundamental e reconhecer seu processo de adaptação.

Nesse sentido, esperar e ser esperado, receber e ser bem recebido são situações que colocam em jogo, antes de mais nada, a ideia da solidariedade que, nesse caso, se encontra no cuidado e na ajuda prestada ao outro e na identificação com a dificuldade que o outro está enfrentando.

Pensando em fazer da escrita um desafio presente nesse momento de alfabetização, a produção de um mural de boas-vindas para os novos colegas pode ser uma proposta interessante. O mural pode contemplar não só mensagens de boas-vindas, mas também dicas de orientação espacial, horários, nomes e funções dos profissionais de apoio da escola etc. Nesse processo, é importante incluir a leitura do mural para os recém-chegados que ainda não são leitores. Essa proposta pode ser realizada em outras situações, como a chegada de um aluno novo na sala no meio do ano letivo, a apresentação da escola a visitantes, reformas no espaço escolar etc.



#### **Fique de olho**

*É importante que todos os alunos possam se colocar, dando dicas e orientações aos novos colegas, e não somente aqueles que têm mais facilidade de comunicação. Nesse processo, todos devem se sentir autores.*





### Pense nisso

*É fundamental criar um sentimento de comunidade entre os alunos, algo que os aproxime, que não seja artificial. Afinal, estamos ensinando a ler e a escrever e também cultivando valores.*

### Campanha de limpeza no espaço escolar

O objetivo desse tipo de campanha é fazer com que os alunos se apropriem do espaço escolar e se responsabilizem por ele por meio dos cuidados e da manutenção, lembrando que essas são atitudes de respeito para com o outro e para consigo mesmo. Também aqui a escrita pode estar presente. Dessa vez, as crianças podem ser convidadas a escrever pequenos bilhetes ou lembretes para os colegas, que podem ser deixados nas carteiras das salas (para os alunos do turno seguinte), no mural da escola, nos espaços de recreio ou até mesmo no banheiro.

Primeiro, é importante fazer um trabalho de conscientização sobre a importância desses equipamentos e espaços da escola, o que significam para todos, para que servem. Depois, identificar como podem cuidar e divulgar para todos essa iniciativa, inclusive para os profissionais de apoio e a direção da escola, que podem ajudar com algumas iniciativas conjuntas.

Essa ideia também pode ser aproveitada em outras situações de cuidados com a escola, como a de potencializar os espaços que a escola oferece para proporcionar mais e melhores momentos de convivência e incrementar atividades interativas no pátio ou no refeitório.



### Fique de olho

*Essas campanhas devem ser fruto de discussões com a classe, e as propostas devem vir dos alunos depois de um processo de compreensão e de pesquisa em materiais já existentes.*





### Brincando com segurança

Outro tipo de campanha sugerida para essa faixa etária é sobre cuidados com a segurança ao usar os brinquedos do pátio. O grupo de alunos pode circular pela escola e, depois de identificar possíveis riscos de acidentes, pode organizar uma lista de perigos sobre os quais todos da escola precisam ser alertados.

Para esse tipo de campanha, podem ser feitos murais e cartazes propondo cuidados e atenção. Os brinquedos do pátio da escola podem receber pequenas placas contendo orientações para utilização com segurança de cada um deles. O ideal é que os alunos escrevam com letras grandes e que as placas sejam plastificadas para que resistam ao tempo e ao ambiente externo. Nessa atividade, é importante que todos possam atuar como escritores, e não somente aqueles mais competentes nesse sentido.



#### Pense nisso

*Todos os desafios relacionados à escola podem ser mais potentes para a aprendizagem das crianças se enfrentados de forma que os alunos possam discutir e colocar em jogo suas próprias hipóteses.*



#### Fique de olho

*Aqueles alunos que não conseguirem ou não quiserem escrever podem participar de outras formas, ajudando a decidir o que deve ser feito. Todos devem ser incluídos de alguma forma nessas atividades, que representam contextos de aprendizagem do valor e da atitude de respeito e cuidado com os outros.*



### III. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CICLO INTERDISCIPLINAR

#### 1. CARACTERÍSTICAS DO CICLO INTERDISCIPLINAR

Já mais crescidas e capazes (com idade entre 9 e 11 anos), tanto do ponto de vista das aprendizagens quanto no que se refere à capacidade de se relacionar, dialogar, ouvir o outro e considerar o meio social, as crianças a partir do Ciclo Interdisciplinar (4.º, 5.º e 6.º anos) podem ser desafiadas a olhar para o mundo de forma mais ampla, autônoma e singular. A leitura e a escrita têm cada vez mais um papel determinante na vida de todos, como um importante procedimento de trabalho, estudo e fruição.

Mesmo com um número maior de áreas de conhecimento e de professores, é possível estabelecer relações entre os temas e os objetos tratados em cada uma dessas áreas. Nesse ciclo, o 4.º e o 5.º anos contam com a possibilidade de abordar conteúdos por meio do trabalho com projetos. E, a partir do 6.º ano, os professores especialistas podem atuar de forma a compartilhar a docência de uma mesma classe.

Aos poucos, os alunos percebem que o mesmo assunto pode ser observado, tratado e investigado de diversos pontos de vista. Pode-se oferecer aos alunos, por exemplo, a possibilidade de lidar com o tema da discriminação da cor de pele por meio do estudo das Ciências Humanas, abordando questões históricas que podem elucidar aspectos geradores, como a dominação de um povo pelo outro, a escravidão, a colonização e algumas guerras.

Entretanto, é importante que a ciência também os apresente às diversas composições de características físicas de diferentes povos, esclarecendo que não é possível classificá-las como melhores ou piores, apenas como diferentes. Esse tema pode ser abordado ainda por meio da arte, tomando como objeto de estudo, por exemplo, a produção de artistas de diferentes etnias.



Quanto mais frequentes forem essas abordagens interdisciplinares, maior será a possibilidade de os alunos aprenderem a estabelecer relações para a compreensão de questões complexas.

Elaborar ideias (hipóteses, proposições) acerca dos assuntos tratados na escola e compartilhá-las com os colegas são oportunidades que devem fazer parte da rotina dos alunos com muita frequência.

Nesse momento, torna-se possível algum tipo (mesmo que incipiente) de organização de grupos unidos de objetivos comuns, como campanhas e reivindicações coletivas, no ambiente escolar, contando com a orientação e o monitoramento dos adultos. Essas são experiências iniciais de organização que terão repercussão nas etapas posteriores da vida escolar e social.

## 2. SUGESTÕES DE ATIVIDADES NO CICLO INTERDISCIPLINAR

Apresentamos a seguir algumas atividades para promover a construção e a manutenção de princípios dos Direitos Humanos que almejamos manter vivos na escola. Trata-se de situações que, em alguns casos, inauguram a ação e a reflexão acerca de questões relacionadas aos Direitos Humanos e à ideia de respeito mútuo. São propostas de atividades marcadas pela interdisciplinaridade, uma das principais características desse ciclo do Ensino Fundamental. É importante lembrar que os DH devem permear as atividades culturais e os demais eventos realizados pela escola.

### Planejando uma nova comunidade ou um novo país

Uma proposta de atividade muito interessante é sugerir aos alunos que definam regras de convivência, direitos e combinados para reger um país imaginário (ou uma escola, uma sala de aula, uma rua). Esse exercício é uma oportunidade de reflexão e discussão que pode contribuir de forma significativa para a compreensão dos direitos



de cada um e de todos, aproximando-os das questões inerentes à convivência e à vida em grupo.

Assim, ao imaginar uma situação ideal, fica evidente o que não vai bem, o que precisa ser mudado. Por isso, mais importante que fazer uma lista de direitos e



### Fique de olho

*Os alunos devem enumerar aquelas regras e direitos que realmente consideram importantes. Muitas vezes, as crianças enumeram regras e combinados de forma a reproduzir os valores e ditos dos adultos. Aqui, a ideia não é chegar a um consenso, mas seguir pensando sobre o tema.*



### Pense nisso

*Não cabe a nós, educadores, avaliar ou atribuir importância maior ou menor àquilo que foi exposto pelos alunos. Nossa função é promover momentos de fala e de escuta que contribuam com a resignificação constante das ideias.*

## Apresentando a Declaração Universal dos Direitos Humanos

Abordando conceitos que permeiam as relações dos grupos de toda a comunidade escolar, a apresentação da Declaração Universal dos Direitos Humanos é uma proposta que pode atravessar todas as áreas e todas as situações da vida escolar.

Há muitas versões lúdicas e ilustradas da Declaração, editadas especialmente para o público infantil. No entanto, basta uma breve explicação acerca da história desse documento, pois, nesse momento, o mais importante é que as crianças entrem em contato com os direitos explicitados na Declaração e com a ideia de que eles existem para a proteção de todas as pessoas, para garantir a todos o direito à vida e à dignidade. As discussões podem incluir a temática da efetivação desses direitos, tanto no que compete ao Estado quanto à responsabilidade de todos para com o direito de todos.



**Fique de olho**

*O conhecimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos não deve se tornar, para as crianças, mais um conteúdo a ser estudado. As ideias contidas na Declaração devem, aos poucos, fazer parte do dia a dia do grupo.*

**Pense nisso**

*Podemos propor às crianças que levem o tema para casa antes de apresentar o documento à classe. Assim, cada uma chegará à escola trazendo algumas ideias que podem ser compartilhadas e dar início a conversas e discussões.*

**Os direitos das crianças**

Uma prática comum dos professores é promover, em sala de aula, conversas sobre as formas de resolver conflitos sempre que eles surgem. Assim, pode ser interessante os alunos conversarem também sobre os seus próprios direitos, muitas vezes reivindicados por eles. Para encorajá-los a procurar por esses direitos, é possível propor que façam uma pesquisa sobre direitos da infância e da juventude em diferentes fontes (livros, internet, entrevistas). Certamente, eles encontrarão informações sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança, que pode ser investigada nas suas origens e conhecida por todos. A sugestão é que a pesquisa seja feita de maneira detalhada, sem que seja preciso determinar um prazo para sua conclusão.

**Fique de olho**

*Para evitar que o assunto se esgote rapidamente, pode-se convidar todos para fazer um mural na sala de aula ou no pátio da escola com notícias que revelam desrespeito aos direitos das crianças. Sugerir ainda que os alunos convidem diferentes pessoas para conhecer o mural e conversar com eles sobre o assunto.*





*Apresentar aos alunos os filmes:  
MUDAR O MUNDO (animação da Agência Canadense para o  
Desenvolvimento Internacional)  
DIREITOS HUMANOS PARA CRIANÇAS (animação de Fernando  
Rabelo)*

### Produção de um jornal

Convocar nossos alunos a fazer o papel de “pequenos jornalistas” pode fazer com que a questão dos Direitos Humanos esteja sempre presente e viva entre todos, passando a permear todas as relações, conversas, conflitos e estudos de alunos, professores, profissionais de apoio e demais adultos ligados às crianças.

Trata-se de uma proposta interdisciplinar, uma vez que diversas áreas do conhecimento podem ser abordadas e oferecidas à análise das crianças. Além da Língua Portuguesa, que está presente como procedimento fundamental para a produção do jornal, é possível abordar, por meio das notícias, diversas áreas do conhecimento, como: Ciências da Natureza (apresentando aos alunos e convidando-os a escrever matérias sobre o desmatamento e as consequências dele, por exemplo); Ciências Humanas (denunciando um caso de violência nas ruas ou nas escolas); Matemática (analisando gráficos e comparando dados que apresentam, por exemplo, a queda do nível de água de uma represa).

Antes de dar início à produção, é preciso que o jornal passe a ser um veículo de comunicação familiar para as crianças. Para isso, é necessário que o professor traga jornais para a sala de aula, sempre munido de um propósito: mostrar uma matéria interessante, comentar uma notícia ocorrida no fim de semana, deixar clara sua indignação com notícias de desrespeito aos direitos de alguém, entre outros. São muitas as possibilidades: jornal da classe, da escola, de uma determinada série escolar ou de qualquer outro grupo que possa ser formado na comunidade (esportistas, alunos da aula de dança etc.). O importante é que todos sejam convidados a



produzir textos que possam interessar à comunidade e ser lidos pelo maior número de pessoas possível.

Para adquirir fluência na produção textual, os alunos precisarão de um apoio efetivo por parte dos professores. Portanto, esse projeto pode fazer parte do planejamento dos anos e dos ciclos do Ensino Fundamental. Não podemos deixar de considerar, porém, que os alunos se encontram em diferentes etapas e momentos de seus processos de formação como leitores e escritores. Assim, é importante que todos possam contribuir com aquilo que são capazes de fazer. Se, de um lado, alguns alunos se mostram prontos para escrever textos relativamente longos ou complexos, de outro, é possível propor que outros alunos produzam as legendas das imagens que acompanham as notícias. Outros, ainda, poderão se responsabilizar pela tarefa da revisão dos textos.

A produção de um jornal oferece aos alunos a oportunidade de explorar diferentes tipos de texto: notícias, reportagens, legendas, entrevistas, informações precisas (previsão do tempo, filmes em cartaz etc.), artigos de opinião. Esses são textos que apresentam diferentes graus de complexidade de produção, favorecendo a aprendizagem de todos. Pode-se escolher entre fazer um jornal em cada uma das classes, mas também pode ser muito interessante e produtivo para todos se a escola puder produzir um único jornal, feito por todos, de acordo com as suas possibilidades. É possível ainda optar por um jornal mural, caso não seja possível a impressão de muitos exemplares.





### Fique de olho

*As notícias de dentro da escola são sempre compreendidas com mais facilidade pelas crianças. Assim, é essencial garantir o espaço delas no jornal.*



### Pense nisso

*A aprendizagem das crianças será mais efetiva se elas puderem trabalhar sempre em parcerias, contando com a troca de ideias e o confronto de hipóteses.*

## Participação na escola e campanhas pelos Direitos Humanos

Assim como os alunos do Ciclo de Alfabetização elaboram campanhas sobre temáticas relativas ao convívio na comunidade escolar e sobre Direitos Humanos, os alunos do Ciclo Interdisciplinar devem continuar essa prática, ampliando e aprofundando os temas e envolvendo outros integrantes da comunidade escolar, incluindo seus familiares.

Essas são atividades para os alunos aprenderem mais sobre o funcionamento da escola, se integrando a esse espaço e tomando posse do espaço que é também deles. Pela sua própria natureza, essas atividades fomentam o protagonismo e a atitude de participação, identificando questões e buscando transformações.

## IV. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CICLO AUTORAL

### 1. CARACTERÍSTICAS DO CICLO AUTORAL

De acordo com a reorganização curricular do município, o Ciclo Autoral tem como principais características a pesquisa em todas as áreas do conhecimento, o estímulo à autoria, o compartilhamento e a emancipação para a participação social e cidadã dos alunos.



Assim, é um momento em que os alunos vivenciam um processo de ampla formação político-social, criando asas para voar fora dos muros da escola e também de casa. Nessa faixa etária (dos 12 aos 14 anos), os alunos estão mais expostos a questões diversas e mais complexas que se apresentam na sua vida pessoal e social, como as primeiras relações amorosas, a sexualidade, as drogas, a violência, o desconforto em relação à autoridade dos pais, a preocupação com o mundo do trabalho, a necessidade de se impor diante de amigos e colegas, a preocupação de não ser discriminado pelo grupo.

Todos sabemos como a sociedade se mostra cruel e o quanto exige dos jovens: um cenário de consumismo desenfreado, no qual todos precisam se mostrar *de bem com a vida* e conectados todo o tempo.

Para os alunos dessa faixa etária, a rua apresenta fortes atrativos. Na verdade, a rua é sempre atrativa, seja para brincar, seja para fazer amigos e namorar. No entanto, é nessa fase da vida que essa “demanda” pela liberdade da rua se mostra mais forte e incrivelmente evidente. Grupos e turmas se fortalecem e também se desentendem na mesma proporção, podendo criar situações de muita violência, amargamente vivenciadas por todos.

Contudo, em contraponto a esse cenário de adversidades, os alunos do Ciclo Autoral podem experimentar a participação de maneira mais ampla, podem encontrar espaços variados para falar e exteriorizar suas preocupações, suas angústias, suas ideias e seus projetos. Eles podem participar de fóruns de discussão e de trabalho, colocando-se com toda a criatividade e a vitalidade que estão à flor da pele. Então, esse é um momento certo de abordar os Direitos Humanos em toda a sua complexidade.

O estímulo à autoria e a emancipação político-social são condições importantes para que os alunos do Ciclo Autoral realizem atividades e projetos com outras turmas, com a comunidade escolar e possam exercer toda a sua liberdade na interação com pessoas





que estejam dispostas a ouvir, a compartilhar saberes e questionamentos, a construir uma convivência fraterna, solidária e intensamente cativante. Assim, atenção especial precisa ser dada ao uso dos espaços da escola e à possibilidade de atuações externas, na mesma medida que às áreas de conhecimento. Por isso, as atividades propostas aqui buscam se comunicar com esses espaços e essas áreas.

## 2. SUGESTÕES DE ATIVIDADES NO CICLO AUTORAL

Tendo em vista a dimensão da EDH que trata da “formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, cultural e político” (item III, artigo 4.º, Diretrizes Nacionais para a EDH), é essencial apresentar aos estudantes do terceiro ciclo esse vastíssimo mundo de belezas e possibilidades, proporcionando o exercício de sua participação.

Bem conhecidos, mas pouco praticados, os grêmios estudantis, as assembleias e os fóruns de discussão são instâncias de participação dos alunos, que podem fazer parte oficialmente da organização das escolas. Essas formas de inclusão e participação dos alunos são abordadas no caderno temático *Democracia na Escola*.

Aqui, sugerimos atividades que podem ser propostas no dia a dia da escola, além daquelas já sugeridas para os ciclos anteriores e devidamente adaptadas para os desafios do Ciclo Autoral.

### Intercâmbios e trocas

É importante valorizar e estimular a possibilidade de aprender com jovens do mundo inteiro por meio das novas tecnologias, em especial as da internet. Por meio de projetos com professores orientadores de informática educacional (POIEs) ou por outras instâncias, os alunos podem se comunicar e discutir questões de Direitos Humanos com jovens de outras localidades por meio da internet, da visita in loco de proje-





tos e atividades afins, da pesquisa em jornais. O fundamental é tecer uma rede de discussão que envolva outros alunos, de outros bairros, de outras cidades, Estados ou países, tornando a discussão sobre DH uma questão local e global, delineando igualdades e diferenças.

### Conhecimento e discussão dos documentos que fundamentam a participação cidadã e os Direitos Humanos

Esta é uma atividade essencial: conhecer os documentos que orientam e regem os Direitos Humanos.

Esses documentos ajudam os jovens a compreender não só seus direitos, mas também seus deveres. Criar situações de estudo e discussão dos documentos é uma atividade que proporciona momentos de debate e reflexão, colocando esses documentos num importante lugar de resultados de lutas e estudos, e não apenas como um amontoado de leis que parecem ter nascido prontas.

Os principais documentos para promover a reflexão sobre Direitos Humanos são:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), documento-base do Projeto Respeitar é Preciso!
- Constituição Federal (1988), em especial os artigos que tratam da educação.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).
- Estatuto da Juventude (assinado em 2013 e pouco conhecido da maioria do público jovem).
- Regimento Escolar, importante documento que deve estar à disposição de toda a comunidade escolar.



- Projeto político-pedagógico da escola, que também deve estar disponível para leitura e conhecimento de toda a comunidade.

O Conselho Nacional de Juventude foi criado em 2005 e tem, entre as suas atribuições, a função de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre organizações juvenis nacionais e internacionais.

Em 2014, Malala Yousofzai, uma jovem paquistanesa de 17 anos, ganhou o Prêmio Nobel da Paz por sua luta pelo direito de meninas e adolescentes frequentarem a escola no seu país.

### A escola e os jovens para além dos muros

Para colocar em destaque o protagonismo e a solidariedade, é preciso propor atividades em que os muros não sejam impeditivos. Com a ajuda dos educadores e de seus familiares, os alunos poderão ir muito além do que normalmente esperamos deles.

Para essa abordagem, algumas atividades potentes são:

- ajudar os outros a aprender: criar comunidades de aprendizagem por meio da formação de grupos de estudo com outros estudantes (dentro ou fora da escola);
- participar de ONGs ou de movimentos sociais que possuam ações ligadas aos DH, como os que atuam no seu território ou para além dele, por meio da internet. No mundo todo, há muitas organizações desse tipo em atividade. No Brasil, temos, por exemplo, o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), e em São Paulo, o Projeto Juventude Viva, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;
- manter grupos de estudo sobre temas relacionados aos DH, como história da juventude e sua atuação, história dos DH, história política;
- conhecer jovens que se mobilizam em todas as partes do mundo com temas ligados aos DH, como questões políticas, guerras civis, trabalho infantil, homofobia, preconceitos, além de questões de mídia, fenômenos virais da internet, tecnologia.





### TCA em Direitos Humanos

**De acordo com a Nota Técnica n. 6 do Programa Mais Educação São Paulo, o Ciclo Autoral (7.º, 8.º e 9.º anos) “se caracteriza pela construção de conhecimento a partir de projetos curriculares comprometidos com a intervenção social e se concretiza com o Trabalho Colaborativo de Autoria (TCA), elaborado pelo aluno e acompanhado sistematicamente pelo professor orientador de projeto. (...) Os projetos curriculares visam à participação com autoria e responsabilidade na vida em sociedade de modo que, ao intervir no âmbito das experiências do grupo familiar e escolar, o aluno possa tornar mais justas as condições sociais vigentes. A educação, como constructo humano, é pensada como forma de intervenção no mundo”.**

Os trabalhos colaborativos de autoria (TCAs) podem ser realizados com temas relacionados aos Direitos Humanos, encontrando nesse eixo uma sólida concretização daquilo que é proposto como compromisso com a comunidade. Os professores do terceiro ciclo podem propor o início dos trabalhos no começo do ano, para que os alunos possam acompanhar as atividades que estiverem acontecendo na escola e no entorno, nos grupos de trabalho e no Projeto Respeitar é Preciso!

Os alunos podem ser organizados em grupos de acordo com os subtemas que queiram estudar e, durante o ano letivo, realizar momentos de verificação e troca de material sobre os temas escolhidos, sendo também essencial que façam visitas, entrevistas, trabalhos de campo e outras tarefas que os auxiliem a qualificar e enriquecer o TCA.

Os TCAs sobre DH podem ter como “padrinho” algum adulto, da escola ou não, interessado no tema, que acompanhe a confecção dos trabalhos ao longo do ano e ajude no processo, para que os alunos não deixem tudo para o último ano, para que não tenham que fazer tudo com muita pressa e pouco acompanhamento.





### Atividades culturais sobre Direitos Humanos

Em todos os cantos da cidade, atividades culturais ocorrem a todo momento, e é preciso se inspirar nelas. São muitos os materiais que são produzidos e ficam disponíveis nas bibliotecas, nas salas de informática, na internet e em outros espaços da comunidade, como as bibliotecas comunitárias, os CEUs e outros equipamentos culturais e sociais.

Muitas dessas atividades, tanto as realizadas pelo poder público quanto aquelas de iniciativa de diferentes grupos artísticos, surgiram com o tema dos Direitos Humanos.

A escola pode favorecer o acesso a elas e fomentar a realização interna de outras atividades culturais. Indicaremos aqui alguns bons exemplos de atividades culturais a serem promovidas pela escola.

#### *Cinema*

O Festival Entretodos apresenta filmes curtos sobre Direitos Humanos que podem ser assistidos em sessões de cinema com toda a comunidade, incluindo a possibilidade de um debate posterior com a mediação de um educador da escola que se sinta à vontade para fazê-lo (professor ou outro).

Além de fazer parte do público, os alunos podem ser criadores de pequenos filmes usando recursos muito simples como aparelhos celulares. O importante é que tenham espaço e orientação para discutir o conteúdo, planejar o roteiro, avaliar o público-alvo e a forma de atingi-lo. Esse tipo de atividade é muito apreciado pelos jovens para refletir sobre as questões que envolvem o seu dia a dia e questões sociais e políticas que afetam seus direitos e o dos demais.





### *Saraus*

Tradicional no passado, os saraus foram revisitados e revitalizados e têm se espalhado pela cidade.

É bem provável que exista um sarau próximo da escola, acontecendo na rua, no mercado, na laje ou no quintal de um vizinho, pois é assim que eles acontecem, nos mais diversos espaços.

Justamente pelos saraus terem renascido nas periferias da cidade, a temática dos Direitos Humanos aparece fortemente na leitura de poetas revolucionários e políticos, na leitura de manifestos e na arte que se faz a serviço de uma humanidade mais solidária.

Assim, a escola também pode ser um local para a realização de saraus organizados pelos pais e alunos, com a participação de toda a comunidade. Uma ótima sugestão para essa atividade é convidar poetas do bairro ou da região, muitas vezes desconhecidos do grande público.

### *Arte nas ruas*

Pichar muros? Fazer grafite? E por que não com a temática dos DH?

Em cada bairro, os jovens podem buscar paredes e muros que sejam disponibilizados para fazer esse tipo de intervenção artística. Hoje, esses espaços são reconhecidos e podem ser aproveitados de maneira exemplar, tendo em vista que a ocupação artística pode valorizar o espaço e alegrar a cidade.

Assim, cabe pensar que essa ocupação dever ser feita de maneira bastante reflexiva e criativa. O que se quer pichar, dizer, expressar? Para quem é a mensagem? O local é o mais adequado? Qual texto e qual imagem serão colocados? Discutir essas questões





é um exercício excelente para os alunos entenderem a dinâmica da cidade e o direito de se apropriar do espaço público, mas também estudarem sobre qual comunicação querem fazer e para qual público. De outro modo, a intervenção pode passar despercebida pelo olhar da população.

Em geral, fotografia é um gênero muito apreciado, e atualmente podem ser feitas muitas fotos com o aparelho celular. Ensaios fotográficos pelo bairro e pela cidade podem servir para flagrar situações positivas e negativas na temática dos DH e criar bons e reveladores debates e fóruns de discussão sobre temas correlatos com toda a comunidade. Pode-se também preparar uma intervenção ou exposição fotográfica com que as fotos ampliadas e espalhadas por espaços do bairro e da escola.

#### *A palavra escrita: escrever e compartilhar saberes sobre DH*

O Ciclo Autoral tem na autoria um forte apelo pedagógico. Assim, o pleno domínio da leitura e da escrita no fim dessa fase (9.º ano) é objetivo a ser atingido. Daí, a importância de potencializar atividades que coloquem essas práticas em uso social.

Nesse sentido, os alunos podem criar sua própria revista (impresa ou virtual), que pode ter um conselho de redação, receber colaboração de toda a comunidade e se tornar um veículo importante de comunicação. Talvez uma revista do bairro exigisse um grande intercâmbio entre os alunos da mesma escola e de escolas próximas e proporcionasse ganhos essenciais.

Numa revista, além dos textos, que podem ser de variados gêneros (notícias, artigos, reportagens, literatura), pode-se abusar das ilustrações. Cartunistas, chargistas e ativistas do mundo da arte se utilizam de seus traços para denunciar todo tipo de privação de direitos. É possível conhecer o trabalho desses artistas por meio de pesquisas e do contato com seus ateliês. Muitos desses artistas participam das redes sociais, visitam escolas e gostam imensamente de falar com o público jovem.





Atualmente, existem muitas revistas feitas por jovens que trazem cartuns, tiras e quadrinhos especialmente criados sobre temas sociais. Esse é um mundo fantástico e que pode inspirarvos alunos a produzir sua própria revista.

Apresentamos a seguir o relato de uma atividade cultural e pedagógica como exemplo do esforço de reunir toda a comunidade escolar.

### *20 de novembro: todas as consciências*

Com a proximidade do feriado de 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), uma escola resolveu comemorar fazendo um trabalho não só com os alunos. Assim, foram pensadas diversas tarefas para que toda a comunidade escolar participasse, mas que não fosse um evento (pois “é-vento” sopra, passa). O que a escola desejava é que todos estivessem afiadíssimos na data, sabendo muito e podendo compartilhar muitas descobertas. Ou seja, teve trabalho e aprendizado para todo mundo.

Assim, coube ao grêmio estudantil organizar um painel com notícias e reportagens divulgadas durante a quinzena de 10 a 25 de novembro. Todas as mídias (tevê, rádio, jornal, internet) eram válidas, e o material foi bem cuidado para que não apresentasse somente notícias, para que tivesse consistência, poesia e discussão política, sendo objeto de leitura e discussão antes de ir para o painel. Também foi responsabilidade do grêmio convidar os pais dos alunos para uma sessão de tribuna livre.

A APM realizou uma discussão política e convidou um representante do bairro para falar com os pais, propondo que, juntos, elaborassem um cardápio especial para os alunos na semana da comemoração, com pratos da cultura afro-brasileira, mas pedindo para não incluir feijoada, prato muito conhecido. A APM se comprometeu a dar total apoio para a pesquisa e, numa reunião noturna, exibiu um filme sobre o tema e promoveu um bate-papo.





A turma do 9.º ano foi dividida em dois grupos para a realização de dois importantes trabalhos:

- Grupo 1: Fazer a leitura das matérias jornalísticas que comparam o filme *12 ANOS DE ESCRAVIDÃO* com a vida do abolicionista Luís Gama, personagem importante da história brasileira, muitas vezes relegado ao esquecimento e com trajetória parecida com a de Solomon Northup, líder afro-americano retratado no filme. Fazer uma análise com o texto do livro didático que trata da questão da escravidão.
- Grupo 2: Estudar a notícia que trata dos cinquenta anos do fim do apartheid norte-americano e tecer comparações com o Brasil. Esse estudo deve ser feito por meio de debates abertos.

Já os alunos do 8.º ano ficaram responsáveis por dividir a turma em dois grupos para a realização de dois importantes trabalhos:

- Grupo 1: Fazer a pesquisa junto aos POIES sobre a vida da escritora Maria Carolina de Jesus, cujo centenário foi comemorado em 2014.
- Grupo 2: Fazer a pesquisa de outros brasileiros escolhidos numa lista tríplice organizada por alunos e professores. Depois de concluir as pesquisas, socializar as informações com os alunos do 7.º ano e também divulgar no painel do grêmio.

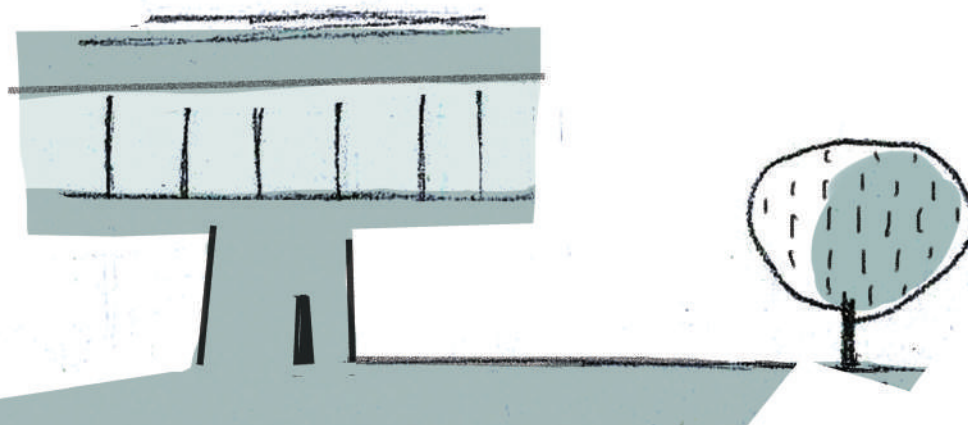
Aos estudantes do 7.º ano, coube fazer a leitura de contos tradicionais de matriz africana, especialmente dos autores Reginaldo Prandi e Heloisa Pires Lima, especialistas e militantes das causas dos afrodescendentes. Para isso, foi necessário fazer uma parceria com o professor orientador da sala de leitura e preparar uma forma de contar as histórias lidas para os alunos do 6.º ano. Além disso, essa turma ficou responsável por indicar aos alunos da escola que visitem o site desses autores e façam perguntas, comentários e observações sobre as obras lidas.





A turma do 6.º ano ficou incumbida de preparar para seus familiares uma sessão de leitura ou narrativa de contos tradicionais de matriz africana escolhidos entre os que foram contados pelos alunos do 7.º ano ou outros, lidos independentemente. Além dos familiares, convidar também os profissionais de apoio da escola para ouvir as histórias lidas ou narradas nessa quinzena especial.

Para finalizar, queremos reiterar que as atividades aqui sugeridas para o Ensino Fundamental são exemplos que apontam possibilidades de como a Educação em Direitos Humanos pode fazer parte do projeto político-pedagógico das escolas transversalmente, dando sentido social e político à vida escolar dos alunos e dos seus educadores.



# Bibliografia

## 1. DIREITOS HUMANOS

### Documentos

- Declaração Universal dos Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas (ONU), 1948.
- Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Assembleia Geral da ONU, 1965. Ratificação pelo Brasil, 1968.
- Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
- Convenção dos Direitos da Criança. Assembleia Geral da ONU, 1989.
- Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069/1990.
- Parâmetros Curriculares Nacionais, Temas Transversais. Brasília: Ministério da Educação e Cultura/Secretaria da Educação Fundamental, 1996.
- Programa Nacional de Direitos Humanos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2010.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica: Direitos Humanos. Resolução n. 8/2012.
- Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: Princípios Éticos. Parecer CNE/CEB n. 20/2009.





- *Crêterios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*. Maria Malta Campos e F lvia Rosemberg. 6.ed. Brasília : MEC/SEB, 2009.

### Programas

- Programa Estadual de Direitos Humanos. Direitos Humanos: Educando para a Democracia. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. São Paulo, 1998.
- Teaching Human Rights: Practical Activities for Primary and Secondary Schools. Organiza o das Na es Unidas. Genebra, 2003.
- Programa de Educaci o para el Ejercicio del Derechos Humanos (Eduderechos). Ministerio de Educaci o Nacional. Col mbia, 2010.

### Sites sobre Direitos Humanos

- Biblioteca virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo  
<http://www.direitoshumanos.usp.br>  
Acervo muito amplo com documentos nacionais e internacionais, materiais didáticos etc.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em: [www.sdh.gov.br](http://www.sdh.gov.br).
- Conectas Direitos Humanos  
<http://www.conectas.org>  
Site com artigos e reflexões sobre os DH na atualidade.
- DHnet  
<http://www.dhnet.org.br/direitos>  
Site de consulta com informa es diversas sobre os DH no Brasil e no mundo.



- Declaração Universal dos Direitos Humanos  
<http://www.dudh.org.br>  
Site com informações, vídeos, notícias e um sistema internacional de denúncias de violações.
- Human Rights  
<http://br.humanrights.com/home.html>  
Site com relatórios e vídeos sobre DH, incluindo o vídeo apresentado no módulo 1 do curso Respeitar é Preciso!
- Instituto Vladimir Herzog  
<http://vladimirherzog.org>  
Site do Instituto Vladimir Herzog, instituição que visa contribuir para a reflexão e a produção de informação que garanta o direito à justiça e o direito à vida, que promove ações em defesa dos Direitos Humanos, da democracia, da liberdade e da justiça social, promove exposições, debates e ações educativas, além de publicações que recuperam a memória e a história da ditadura e da luta pelos Direitos Humanos no Brasil.
- Memorial da Resistência  
<http://www.memorialdaresistencia.org.br>  
Site do Memorial da Resistência de São Paulo, instituição dedicada à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano (de 1889 à atualidade). Divulga testemunhos, exposições, debates e ações educativas ligados aos Direitos Humanos.
- Núcleo de Violência da USP  
<http://www.nevusp.org>  
Site com pesquisas e artigos sobre violência e DH.
- Memoria Abierta  
<http://www.memoriaabierta.org.ar>



Em espanhol, o portal da Memoria Abierta, ação coordenada de organizações argentinas de Direitos Humanos, reúne informações sobre o trabalho realizado pelas 27 instituições que formam a rede latino-americana de lugares de memória e consciência. Inclui um catálogo de materiais, exposições e publicações desenvolvidas pelos membros da rede e também uma agenda coletiva que difunde as atividades vinculadas ao trabalho pela memória na América Latina.

- Memórias da Ditadura

<http://memoriasdaditadura.org.br>

Realizado em parceria pelo Instituto Vladimir Herzog, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), esse portal reúne informações sobre o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Com áreas de interatividade e conteúdos multimídia, possibilita uma visão ampla dos fatos ocorridos no período sob os pontos de vista político, social e cultural, sempre sob a ótica da importância dos Direitos Humanos, da memória e da verdade. Além disso, a área “Apoio ao educador” traz sugestões de trabalho pedagógico.

### Direitos Humanos no cinema

- Cine Direitos Humanos

[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/noticias/?p=162501](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/noticias/?p=162501)

Iniciativa da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), o Cine Direitos Humanos leva sessões gratuitas de filmes com temática de Direitos Humanos ao Espaço Itaú de Cinema do Shopping Frei Caneca, na região central da cidade, todos os sábados, às 11h. Basta retirar o ingresso na bilheteria. Curadoria de Francisco Cesar Filho.

- CurtaDoc

<http://curtadoc.tv/tema/direitos-humanos>



O CurtaDoc é um espaço dedicado a documentários latino-americanos. O projeto nasceu no Brasil, em 2009, como um programa para a Sesc TV e, desde 2011, mantém um acervo on-line. Um dos acervos disponíveis na internet é sobre a temática dos Direitos Humanos. Na Sesc TV, a série CurtaDoc é exibida toda terça-feira às 21h, com reprises durante a semana. Os episódios são temáticos e os convidados especiais fazem uma leitura crítica dos documentários apresentados. Há sempre entrevistas com diretores e com profissionais de várias áreas da produção audiovisual.

- Entretodos

<http://www.entretodos.com.br>

Realizado pela SMDHC e pela Secretaria Municipal de Cultura, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, e organizado pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o Festival de Curtas-Metragens em Direitos Humanos Entretodos tem como objetivo fomentar a cultura de Direitos Humanos e estimular a produção audiovisual como meio educativo e gerador de debates acerca dos Direitos Humanos.

- Mostra de Cinema Direitos Humanos

<http://www.mostracinemaedireitoshumanos.sdh.gov.br>

Realizada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em parceria com o Ministério da Cultura, a Mostra é uma produção da Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio do Departamento de Cinema e Vídeo, com apoio da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), do Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), do Centro Técnico Audiovisual (CTAv) e da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), com patrocínio da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

## Filmes

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO. *Acesso à terra*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2011.



\_\_\_\_\_. *Direitos Humanos e povos indígenas*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2010.

\_\_\_\_\_. *Direitos Humanos, cidades e desenvolvimento*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2010.

\_\_\_\_\_. *Direitos Humanos*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2007.

\_\_\_\_\_. *Discriminação, minorias e racismo*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2008.

\_\_\_\_\_. *Educação e cultura dos Direitos Humanos*. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2009.

Longas-metragens: *Batismo de sangue* (Brasil, 2007), *Entre os muros da escola* (França, 2008), *Sobral, o homem que não tinha preço* (Brasil, 2013) e *Hoje eu quero voltar sozinho* (Brasil, 2014).

Documentários: *Pro dia nascer feliz* (Brasil, 2006), *Muito além do peso* (Brasil, 2012) e *Tarja branca: a revolução que faltava* (Brasil, 2014).

Curta-metragem: *O dia em que Dorival encarou a guarda* (Brasil, 1986).

### Literatura juvenil que aborda temas dos Direitos Humanos

ALVES, Valdecy. *Declaração dos Direitos Humanos em cordel*. Fortaleza: Editora Tupynanquim, 2009.

AZEVEDO, Jô; HUZAK, Iolanda; PORTO, Cristina. *Serafina e a criança que trabalha: histórias de verdade*. São Paulo: Ática, 1999.



BENNETT, William J. (org.). *O livro das virtudes para crianças*. Trad. Claudia Roquete Pinto, Ricardo Silveira, Luiz Raul Machado, Lia Neiva, Carlos Alves e Sofia Sousa Silva. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

FILIPOVIC, Zlata. *O diário de Zlata*. Trad. Antônio de Macedo Soares e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FILIPOVIC, Zlata & CHALLENGER, Melanie (orgs.). *Vozes roubadas: diários de guerra*. Trad. Augusto Pacheco Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

OLIVEIRA, Rui de. *Três anjos mulatos do Brasil*. São Paulo: FTD, 2011.

PHILBRICK, Nathaniel. *A vingança da baleia: a verdadeira história do baleeiro* Essex. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PIQUEMAL, Michel & LAGAUTRIERE, Philippe. *Fábulas filosóficas*. Trad. Irami B. Silva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2012.

RIBEIRO, Darcy & ALVES PINTO, Ziraldo. *Noção de coisas*. São Paulo: FTD, 1995.

### Literatura infantil que aborda temas dos Direitos Humanos

COLASANTI, Marina. *A moça tecelã*. São Paulo: Global, 2004.  
(Contos que valorizam as mulheres.)

DAVIS, Aubrey. *A sopa de botão de osso*. Trad. Gilda de Aquino. São Paulo: Brinque-Book, 1998. (Conto popular da tradição judaica sobre a cooperação. Com temática bastante atual, mostra como solidariedade e cooperação podem nos fazer sair bem de situações das quais não conseguiríamos individualmente.)



FETH, Monica. *Quando as cores foram proibidas*. Trad. Dieter Heidemann e Maria de Lourdes Porto. São Paulo: Brinque-Book, 1998. (Livro sobre justiça e responsabilidade.)

LEITE, Márcia. *Olívia tem dois papais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Livro sobre novas configurações familiares. A autora escreve sobre as configurações familiares de homossexuais.)

MACHADO, Regina. *O violino cigano e outros contos de mulheres sábias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (Histórias coletadas na tradição oral de vários países e povos. Protagonizados por mulheres, os contos apresentam uma série de heroínas corajosas. Com astúcia, perseverança e sabedoria, elas enfrentam desafios e provações, seguindo tortuosos caminhos em busca da felicidade plena.)

MUTH, Jon J. *As três perguntas: baseado numa história de Leon Tolstói*. Trad. Monica Stahel. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. (Livro sobre escolhas e decisões.)

SEDH; MEC; UNESCO. *Os Direitos Humanos*. Ilustrações de Zivaldo. Brasília, 2008. (Comenta os DH, com foco na vida cotidiana das crianças.)

TOLSTÓI, Liev. *De quanta terra precisa um homem?* Tradução, adaptação e ilustração de Cárcomo. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2009. (Livro sobre justiça.)

### Matérias de jornal sobre DH

DE LUCENA, Eleonora. Páginas de sangue: os livros pensam a violência urbana. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 29/7/2012.

MAISONNAVE, Fabiano. Escravidão no mundo atinge 30 milhões. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 17/10/2013.



MENDONÇA, Ricardo. Carta faz 25 anos com 112 temas à espera de uma lei: várias normas previstas em 1988 ainda não foram aprovadas pelo Congresso. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 5/10/2013. (Caderno especial sobre o aniversário da Constituição.)

SCHWARCZ, Lilia Moritz & MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Um pouquinho de Brasil: por que deveríamos nos reconhecer nas cenas de “12 anos de escravidão”. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 2/3/2014.

SCHWARTSMAN, Hélio. Genealogia da moral: o debate sobre a tortura mostra quão pouco sabemos de nós mesmos. *Folha de S.Paulo*, 3/3/2013.

SPINELLI, Evandro. Integrar as pessoas da cidade coíbe a violência: entrevista com o arquiteto José Armênio de Brito Cruz. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 4/6/2012. (Entrevista sobre a questão da arquitetura social.)

### Textos teóricos sobre Direitos Humanos, democracia e cidadania

ADORNO, Sérgio. *Os primeiros 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU*. Universidade de São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência, 1999. Disponível em: [http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com\\_content&task=view&id=887&Itemid=122](http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=887&Itemid=122). Acesso em: 19 nov. 2014.

BENEVIDES, Maria Victoria. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991. v. 1.

\_\_\_\_\_. Cidadania e direitos humanos. Em CARVALHO, José Sérgio (org.). *Educação, cidadania e direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 43-65.

\_\_\_\_\_. *Desafios para a democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Cedac/Oikos, 2005. v. 1.





BENEVIDES, Maria Victoria & SOUSA JUNIOR, José Geraldo. O eixo educador do Plano Nacional de Direitos Humanos. *Revista Direitos Humanos*, v. 5, p. 22-25. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.

CARBONARI, Paulo César (org.). *Sentido filosófico dos direitos humanos: leituras do pensamento contemporâneo*. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2006.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2005.

COSTA, Paulo Sérgio Weyl A. (coord.). *Direitos humanos em concreto*. Curitiba: Juruá, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 2004.

DE LA TAILLE, Yves. *Crise de valores ou valores em crise?* Porto Alegre: Artmed, 2009.

\_\_\_\_\_. *Formação ética: do tédio ao respeito de si*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v. 65, p. 71-94. São Paulo: Cedec, 2005.

\_\_\_\_\_. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-43. Universidade de São Paulo, Anpocs, 2008.

\_\_\_\_\_. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2. Campinas: Unicamp, 2010.



MULLER, Jean-Marie. *O princípio da não violência: uma trajetória filosófica*. Trad. Inês Polegato. São Paulo: Palas Athena, 2007.

SCHILLING, Flávia (org.). *Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas*. São Paulo: Pró-Reitoria de Pesquisa USP/FEUSP/Cortez, 2005.

SCHILLING, Flávia. O direito à educação e a educação como um direito humano: tensões e possibilidades em torno da ideia de Justiça. Em NALINI, José Renato & CARLINI, Angélica (orgs.). *Direitos humanos e formação jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 2010, v. 1, p. 89-99.

\_\_\_\_\_. O direito à educação: um longo caminho. Em BITTAR, Eduardo C. B. (org.). *Educação e metodologia para os direitos humanos*. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 273-283.

VIOLA, Solon. *Direitos humanos e democracia no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Unisinos, 2008.

## 2. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

### Documentos

- Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Coordenação de Herbert Borges Paes de Barros e Simone Ambros Pereira; colaboração de Luciana dos Reis Mendes Amorim *et al.* Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Ministério da Educação, 2006.
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Resolução CNE/CP n. 1, de 30 de maio de 2012.
- Proposta de Programa de Reorientação Curricular e Reestruturação Organizacional da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Secretaria Municipal de Educação



de São Paulo, 2013. Disponível em: [http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Regionais/109200/Documentos/minuta\\_doc\\_consulta\\_publica.pdf](http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Regionais/109200/Documentos/minuta_doc_consulta_publica.pdf). Acesso em: 8 dez. 2014.

- Programa de Metas 2013-2016 do Município de São Paulo (gestão Fernando Haddad), que inclui a EDH. Disponível em: [http://ww2.prefeitura.sp.gov.br//videos/AF\\_FolhetoProgramaMetas.pdf](http://ww2.prefeitura.sp.gov.br//videos/AF_FolhetoProgramaMetas.pdf). Acesso em: 8 dez. 2014.
- Nota Técnica 21 do Programa Mais Educação São Paulo, publicada em 10/10/2013. Disponível em: [maiseducacaosaopaulo.prefeitura.sp.gov.br/documentos](http://maiseducacaosaopaulo.prefeitura.sp.gov.br/documentos). Acesso em: 19 nov. 2014.
- Decreto n. 54.454, de 10 de outubro de 2013, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, que fixa diretrizes gerais para a elaboração dos regimentos educacionais das unidades integrantes da Rede Municipal de Ensino, bem como delega competência ao Secretário Municipal de Educação para o estabelecimento das normas gerais e complementares que especifica.
- Orientação Normativa n. 1/13. Avaliação na Educação Infantil: aprimorando os olhares. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2013.
- O que é importante lembrar no “Dia do Índio”: subsídios para a discussão da história e da cultura indígena. São Paulo: Núcleo de Educação Étnico-Racial da Secretaria Municipal de Educação, 2014.
- O que não pode deixar de ser dito sobre o 13 de maio de 1888? Subsídios para a discussão da história e da cultura afro-brasileira e africana. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2014.



- Diálogos interdisciplinares a caminho da autoria: elementos conceituais e metodológicos para a construção dos direitos de aprendizagem do Ciclo Interdisciplinar. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2015.
- Educação de Jovens e Adultos: princípios e práticas pedagógicas. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2015.
- Indicadores da Qualidade na Educação Infantil Paulistana. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2015.
- Somos Todos Migrantes: educação e migrações na cidade de São Paulo. Curso optativo de formação continuada. São Paulo: Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes/Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania/Secretaria Municipal de Educação/Serviço Franciscano de Solidariedade, 2015. No prelo.

### Programas

- Ética e Cidadania no Convívio Escolar: uma proposta de trabalho. Brasília: MEC/Secretaria da Educação Fundamental, 2000.
- Ética e Cidadania: construindo valores na escola. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2007.
- Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos. Nova York/Genebra: ONU, 2006.
- Programa Mais Educação São Paulo: subsídios para a implantação. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2014.



### Sites sobre Educação em Direitos Humanos

- DHnet (item sobre EDH)  
<http://www.dhnet.org.br/educar/index.html>  
Site com diversas informações sobre EDH e que deve lançar em breve uma enciclopédia de EDH para dar apoio a planos de ação.
- Portal de EDH da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo  
<http://portaledh.educapx.com>
- Observatório de Educação em Direitos Humanos em Foco  
<http://observatorioedhemfoco.com.br>  
Site com material pedagógico e indicações multimidiáticas.

### Matérias de jornal sobre escola e DH

BALMANT, Ocimara. Construção da escola influencia aprendizado. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 2/5/2011.

BEDINELLI, Tatiana & REWALD, Fabiana. Escolas se intrometem no que aluno faz em rede social: casos de ofensa e exposição negativa de colégios e estudantes são punidos. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 19/6/2011.

CADERNO ESPECIAL Quem educa os educadores? *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 4/8/2013.

CANCIAN, Natália & SARRES, Carolina. Violência ou educação? *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23/11/2011. (Matéria sobre a Lei da Palmada.)



CANCIAN, Natália & TUROLLO JÚNIOR, Reynaldo. Escolas excluem alunos de passeio cultural. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 21/11/2012.

EZABELLA, Fernanda. A arte da paz. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 25/4/2011. (Matéria sobre um professor norte-americano e seu projeto.)

FRAGA, Érica. Educação explica 100% da desigualdade de renda: entrevista com o economista Alexandre Rands. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 17/6/2013.

GOIS, Antônio. Finlândia na favela. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 19/5/2011. (Notícia sobre escola municipal do Rio de Janeiro que obteve excelentes resultados.)

\_\_\_\_\_. Premiar e punir. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 24/5/2010.

MANDELLI, Mariana. Alunos de baixa renda recebem menos conteúdo. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 29/8/2011.

\_\_\_\_\_. Localização da escola influencia desempenho do aluno, revela pesquisa. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 2/7/2011.

SHINODA, Alessandro & GALLO, Ricardo. Julia quer ir à escola. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 31/8/2012. (Matéria sobre crianças sem teto que querem estudar.)

SOARES, Pedro. 58,4% ainda têm carências sociais, apesar de melhora. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 29/11/2012.

TRINDADE, Eliane & VINES, Juliana. Lição de desrespeito. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 30/4/2013. (Matéria sobre episódio de violência sexual envolvendo alunos.)



### Textos teóricos sobre Educação em Direitos Humanos e escola

ARAÚJO, Ulisses F. (coord.). *Temas transversais, pedagogias de projetos e mudanças na educação*. São Paulo: Summus, 2014. (Coleção Novas Arquiteturas Pedagógicas.)

ARAÚJO, Ulisses F. & AQUINO, Julio Groppa. *Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal*. São Paulo: Moderna, 2001.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Educação em direitos humanos: de que se trata?* *Convenit Internacional/USP*, v. 6, p. 43-50, 2001.

\_\_\_\_\_. Educação para a democracia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v. 38, p. 223-237. São Paulo: Cedec, 2004.

BROCHADO, Mariá; ABREU, Décio; FREITAS, Natália (orgs.). *Educação em direitos humanos: uma contribuição mineira*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG/Proex, 2009. (Coleção de artigos elaborada pelo Projeto Integrando Ações de Educação em Direitos Humanos em Minas Gerais, uma parceria entre o Fórum Mundial de Direitos Humanos e a Universidade Federal de Minas Gerais. Órgão fomentador: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.)

BURATTO, Ana Luiza Oliva; DANTAS, Maria Coelho; MARCÍLIO DE SOUZA, Maria Thereza Oliva. *A direção do olhar do adolescente focalizando a escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

BUSQUETS, Maria Dolores *et al.* *Temas transversais em educação: bases para uma formação integral*. Trad. Cláudia Schilling. São Paulo: Ática, 1997.

CANDAU, Vera Maria F. & SACAIVINO, Susana B. (orgs.). *Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas*. Petrópolis: DP&A, 2008.



CLAUDE, Richard Pierre. Direito à educação e educação para os direitos humanos. *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 2, n.2. São Paulo, 2005.

DUSSEL, Inés. A transmissão cultural assediada: metamorfoses da cultura comum na escola. Trad. Neide Luzia de Rezende. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 137, maio/ago. de 2009.

MARINHO, Genilson C. *Educar em direitos humanos e formar para cidadania no Ensino Fundamental*. São Paulo: Cortez, 2012. v. 1.

ORGANIZACION DE ESTADOS IBEROAMERICANOS para la Educación, la Ciencia y la Cultura. *Educación, Valores y Democracia*. Madri, 1998.

PONCE, Branca Jurema. Educação em valores no currículo escolar. *Revista E-Curriculum*. v. 5, n. 1. São Paulo, 2009.

RESENDE, José Manuel & GOUVEIA, Luís. As artes de fazer o comum nos estabelecimentos de ensino: outras aberturas sociológicas sobre os mundos escolares. *Fórum Sociológico*, n. 23, p. 10. Lisboa, 2013.

SACAVINO, Susana B. *Democracia e educação em direitos humanos na América Latina*. Petrópolis: DP&A/Novamerica, 2009.

SAVATER, Fernando. *Ética para meu filho*. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. *Política para meu filho*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SCHILLING, Flávia. *Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas*. São Paulo: Cortez, 2011.





\_\_\_\_\_. Igualdade, desigualdade e diferenças: o que é uma escola justa? *Educação e Pesquisa, Revista da Faculdade de Educação da USP*, v. 39, p. 31-48. São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Indisciplina, violência e o desafio dos direitos humanos nas escolas*. Brasília: MEC/Programa Ética e Cidadania, 2007.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DE DIREITOS HUMANOS. Os jovens, a escola e os direitos humanos. *Relatório de Cidadania II*. São Paulo: NEV, 2002.

YUS, Rafael. *Temas transversais: em busca de uma nova escola*. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

### 3. MÉTODOS E EXPERIÊNCIAS SOBRE DEMOCRACIA, PROCESSOS PARTICIPATIVOS, DIÁLOGO E CONFLITOS NA ESCOLA

GVive (Ginásio Vocacional Vive em nossa mente e coração)

<http://gvive.blogspot.com.br>

Blog disseminador de notícias e mensagens da GVive sobre educação, experiências educacionais, eventos e conteúdos da GVive, dos Ginásios Vocacionais e do Serviço de Ensino Vocacional.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Carpeta Latinoamericana de Materiales Didacticos para Educacion en Derechos Humanos*. Instituto Interamericano de Derechos Humanos/Centro de Recursos Educativos. Uruguai, 1995.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Dicionário de gestão democrática: conceitos para a ação política de cidadãos, militantes sociais e gestores participativos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1.

BOHM, David. *Diálogo: comunicação e redes de convivência*. Trad. Humberto Mariotti. São Paulo: Palas Athena, 2005.





CECCON, Cláudia *et al.* *Conflitos na escola: modos de transformar. Dicas para refletir e exemplos de como lidar.* São Paulo: Cecip/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

STONE, Douglas; PATTON, Bruce; HEEN, Sheila. *Conversas difíceis: como argumentar sobre questões importantes.* Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2011.

VAN DEN BOSCH, Eduardo Rombauer. *Métodos e atitudes para facilitar reuniões participativas.* Coordenadoria do Orçamento Participativo da Prefeitura de São Paulo/Fundação Friedrich Ebert/ILDES, 2002.







EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

é  
preciso



São Paulo | dezembro de 2015



Prefeitura de São Paulo

**Fernando Haddad**

Secretaria Municipal de Direitos Humanos  
e Cidadania de São Paulo

**Eduardo Suplicy**

*Secretário executivo*

**Rogério Sotilli**

Coordenação de Educação em Direitos Humanos

*Coordenador geral*

Eduardo Bittar

*Coordenador adjunto*

Jonas Waks

*Assessores*

Aline Vicentin

Pedro Peruzzo

Secretaria Municipal de Educação  
de São Paulo

**Gabriel Chalita**

*Diretoria de Orientação Técnica*

*da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo*

**Joane Vilela Pinto**

Instituto Vladimir Herzog

**Ivo Herzog**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Democracia na escola : caderno temático / Vlado  
Educação - Instituto Vladimir Herzog . --  
2. ed. -- São Paulo : Instituto Vladimir Herzog,  
2016. -- (Projeto RESPEITAR É PRECISO!)

Bibliografia

1. Democracia 2. Democracia na educação  
3. Educação em direitos humanos 4. Educação  
inclusiva I. Vlado Educação - Instituto Vladimir  
Herzog. II. Série.

15-10829

CDD-370.115

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Educação em direitos humanos 370.115

**Vlado Educação**

*Direção educacional*

Ana Rosa Abreu

*Coordenação educacional*

Neide Nogueira

*Equipe educacional*

Ana Lúcia Catão

Celinha Nascimento

Maria da Paz Castro

Maria Paula Zurawski

*Consultoria*

Cristina Vicentin

Flávia Schilling

Maria Victoria Benevides

*Produção participativa*

Professores, funcionários, gestores, técnicos da Rede  
Municipal de Ensino de São Paulo e membros das comu-  
nidades escolares que participaram dos cursos Respeitar  
é Preciso!, realizados em 2014 nos Centros de Educação  
em Direitos Humanos, em São Paulo (SP)

*Revisão de texto*

Jandira Queiroz

*Projeto gráfico*

S,M&A Design | Samuel Ribeiro Jr.

*Ilustrações*

Lúcia Brandão

Este material tem autorização para franca multiplica-  
ção, respeitados os direitos de autor e citadas adequa-  
damente as fontes.





## Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>5</b>
<b>1. Democracia: autoridade e responsabilidade</b>	<b>9</b>
<b>2. Gestão democrática</b>	<b>13</b>
<b>3. Regras de convívio: o Regimento Escolar</b>	<b>25</b>
<b>4. Prática escolar democrática</b>	<b>27</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>33</b>







## APRESENTAÇÃO

Caros educadores,

**E**ste caderno, intitulado *Democracia na Escola*, faz parte do conjunto de publicações do Projeto Respeitar é Preciso! que busca compartilhar orientações, subsídios e sugestões para implementar a cultura de Educação em Direitos Humanos nas escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo.

Além de ações de formação, esse projeto conta com cinco publicações (*Respeito na Escola: Orientações Gerais*, *Sujeitos de Direito*, *Diversidade e Discriminação*, *Respeito e Humilhação* e *Democracia na Escola*) que, em seu conjunto, abarcam as principais questões relativas às práticas educacionais de respeito aos Direitos Humanos, identificadas na interlocução com os participantes do curso Respeitar é Preciso!, realizado em 2014. O caderno *Respeito na Escola: Orientações Gerais* aponta caminhos principalmente para os adultos da escola, todos considerados educadores, e para a entrada gradativa dos alunos, dos familiares e da comunidade do entorno. Os demais cadernos tratam de questões importantes que perpassam todo o Projeto. Um tema e outro se entrelaçam, mas a organização em ca-

denos faz com que seja possível “colocar uma lente” em aspectos diferentes para uma reflexão mais focada.

O olhar para as questões da vida democrática e da formação para o exercício da cidadania ativa, essenciais para a promoção dos Direitos Humanos, está presente em todo processo do Projeto Respeitar é Preciso!

Os educadores da Rede Municipal de Ensino já tratam desse assunto, e muitas práticas importantes têm sido feitas, como se pôde ver nas três edições do Prêmio Municipal Educação em Direitos Humanos da Cidade de São Paulo. O objetivo deste caderno é contribuir para a articulação da reflexão teórica e das práticas pedagógicas de orientação democrática, com a intenção de subsidiar os educadores na construção da escola como espaço da Educação em Direitos Humanos.

Boa leitura e bom trabalho.

*Vlado Educação – Instituto Vladimir Herzog,  
Secretaria Municipal de Educação e  
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo*

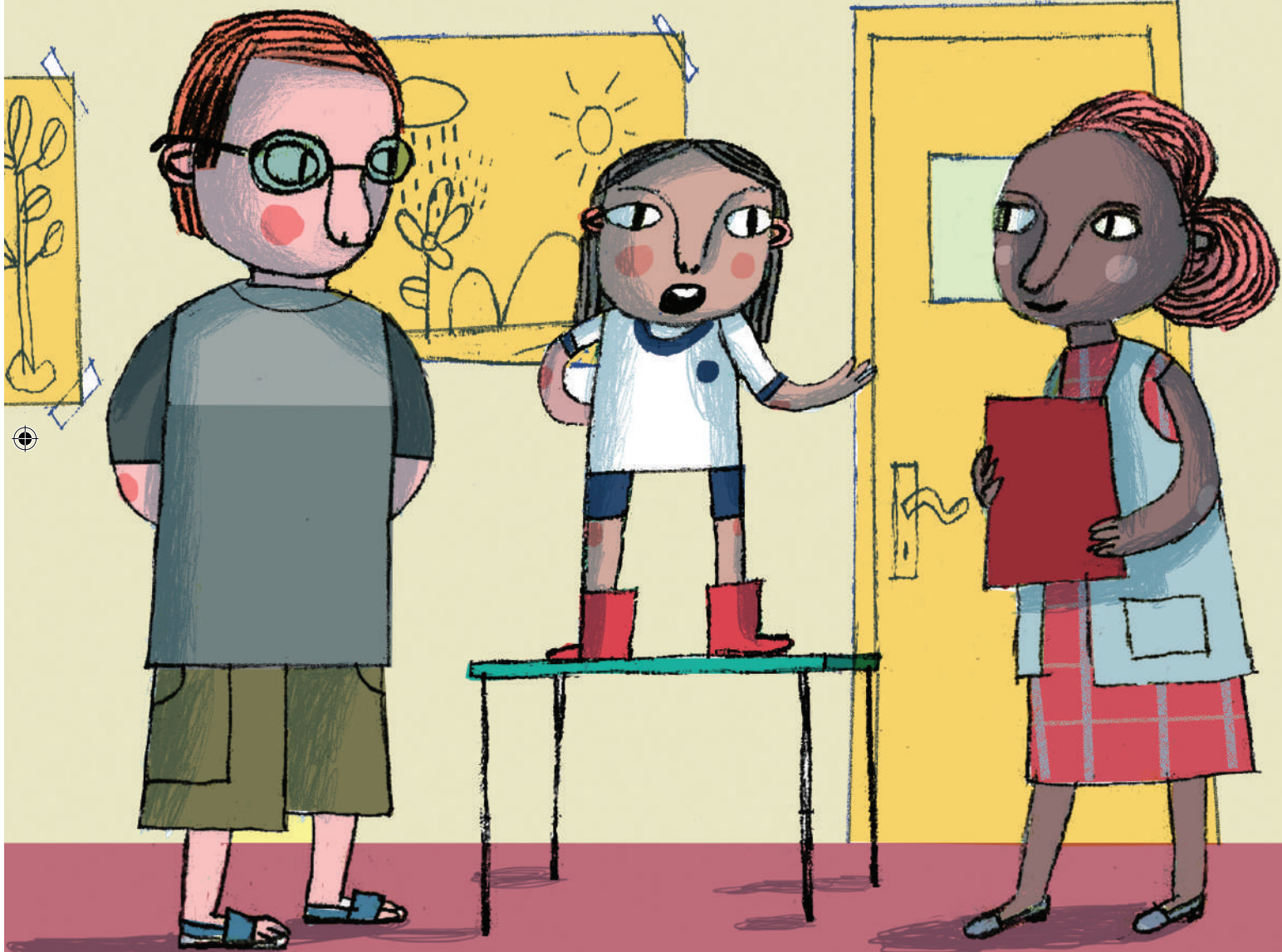


“

*A democracia, o desenvolvimento e o respeito pelos  
Direitos do homem e pelas liberdades fundamentais  
são interdependentes e reforçam-se mutuamente.”*

Conferência de Direitos Humanos, Viena, 1993







# Democracia na Escola

## 1. DEMOCRACIA: AUTORIDADE E RESPONSABILIDADE



democracia é um conceito político que se baseia no conjunto de direitos que todos devem ter, o que inclui o compartilhamento do poder, os deveres e as responsabilidades de cada um de acordo com a sua fase na vida e suas funções sociais. Fundamentalmente, democracia significa *autogoverno*: a crença (por vezes, tida como ideal) de que grupos, associações, sociedades e Estados têm a capacidade de governarem a si próprios e resolverem seus próprios problemas, de forma coletiva e participativa.

Quando pensamos em democracia, *pensamos politicamente*, não importa em que ambiente. E, à medida que pensamos politicamente, ganhamos mais ferramentas para pensar o que é *justo*, o que é *necessário*, o que deve ser mantido e o que deve ser mudado radicalmente em nossa sociedade. Faz parte da história que novos direitos, novos personagens e, conseqüentemente, novas demandas entrem em cena, conforme as sociedades se transformam. E é pela escolha e pela ação políticas que as sociedades se transformam.





A democracia é um regime de governo e também um “modo de vida” que se orienta pelo respeito mútuo, pelo diálogo e pela participação solidária em prol do bem comum, em todas as relações sociais cotidianas. O exercício da política, no sentido aqui adotado, é parte intrínseca da vida de todas as pessoas. Assim, ela implica não só o diálogo, mas a tomada de decisões por parte de comunidades. Fazer política em uma democracia é um modo prazeroso (embora demande trabalho) de resolver problemas, em que o *processo* é valorizado tanto quanto os efetivos *resultados*.

Então, como educadores, a questão a enfrentar é como criar condições para “aprender democracia”, aprendizado que ocorre coletivamente, pois “se aprende” por meio das atitudes e das práticas.

**Fique de olho: As democracias se consolidam de maneiras complexas e podem sofrer abalos terríveis. No período da ditadura militar, por exemplo, tivemos não só um abalo, mas uma verdadeira ruptura no campo da liberdade, que vinha sendo construída a duras penas desde a ditadura Vargas, que teve outro desenho em outro contexto, com consequências também perversas. Nos terríveis “anos de chumbo”, sofremos uma extrema censura aos professores, aos educadores, aos artistas e pensadores, aos escritores e filósofos, uma verdadeira cultura do medo e do silêncio, além, evidentemente, dos crimes hediondos e da tortura. Portanto, a escola tem um papel importante de fazer conhecer, de tornar cada vez mais pública a história contada por todos os atores, inclusive e especialmente aqueles que foram silenciados. Lembremos que a escola é a peça principal do tabuleiro da justiça de transição.**

### **Autoridade e responsabilidade**

No ambiente escolar, no entanto, existe um poder instituído, uma hierarquia que expressa níveis de responsabilidade educativa, da qual a escola não pode abrir mão. O diretor, por exemplo, responde por toda a escola, por tudo o que acontece no seu





âmbito. Ou seja, os cargos e as funções mais altas na estrutura hierárquica pressupõem maior responsabilidade, não no sentido de importância, porque, numa escola, a responsabilidade de todos é igualmente importante, mas no sentido de sua abrangência e da prestação de contas à sociedade e ao poder público.

DECRETO N. 54.453, DE 10 DE OUTUBRO DE 2013, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

Do Diretor de Escola

Art. 4.º – A função de Diretor de Escola deve ser entendida como a do gestor responsável pela coordenação do funcionamento geral da escola, de modo a assegurar as condições e recursos necessários ao pleno desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, na perspectiva de favorecer o constante aprimoramento da proposta educativa e a execução das ações e deliberações coletivas do Conselho de Escola, observadas as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação e a legislação em vigor.

Os adultos são os responsáveis pela vida na escola: pelo ensino e pela aprendizagem, pela manutenção do espaço, pela segurança e pela qualidade do convívio, entre tantas tarefas que fazem parte da função da escola. Para exercer essa responsabilidade, os adultos necessitam de autoridade.

A autoridade é necessária e não se opõe à prática democrática. Contudo, a autoridade necessária à democracia não é apenas formalmente instituída, precisa ser legitimada, e essa legitimação implica que seja exercida na perspectiva da **garantia dos direitos e da execução das decisões coletivas**.

Dessa perspectiva, ter autoridade não é ser autoritário, não é mandar no outro, não é passar por cima dos direitos dos demais. A autoridade se baseia no reconhecimento e no respeito mútuo: tem autoridade quem é respeitado e é respeitado quem respeita.



Respeito, por sua vez, não é obediência nem medo. Desse modo, a autoridade não é obtida pelo uso da força ou de qualquer tipo de violência.

Entre professores e alunos, a autoridade é permeada pelo processo de construção de conhecimento, assimilado e transformado pelo aluno com a mediação do professor. Por isso, o respeito que recebe dos alunos e, conseqüentemente, sua autoridade dependem, em grande parte, de sua dedicação profissional, isto é, do quanto se dedica à formação dos alunos, incluindo aqui não apenas a criação de situações de aprendizagem, mas também suas atitudes no convívio. Entretanto, a escola não se resume à sala de aula, e os outros espaços são igualmente essenciais para a atuação educativa e para a prática democrática. Por isso, a democracia na escola pede o reconhecimento da autoridade, não só de professores, coordenadores e diretores, mas também dos demais funcionários e dos familiares dos alunos, como educadores que são.

Todos eles constroem sua autoridade quando, do seu lugar de poder diferenciado, optam por se respeitar e respeitar os alunos, por buscar ser justos, por se dedicar às suas responsabilidades com empenho e profissionalismo, quando optam pelo compromisso que demonstram com suas atitudes.







## 2. GESTÃO DEMOCRÁTICA

### Declaração Universal dos Direitos Humanos

#### Artigo 20

- I) Todo o homem tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.
- II) Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

#### Artigo 21

- I) Todo o homem tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

A Constituição brasileira define que o ensino será ministrado com base em vários princípios, entre os quais a gestão democrática (art. 206, inciso VI), o que se desdobra nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas dos Municípios. Ou seja, desde 1988, a gestão democrática escolar é uma exigência constitucional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) também ressalta, em seu artigo 3.º, um dos princípios que regem a educação escolar: “VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. Portanto, é necessário compreender o significado de *gestão democrática* e de *gestão escolar democrática*.

A palavra “gestão” é frequentemente usada como sinônimo de administração, muitas vezes associada a formas mais ou menos autoritárias de chefia, mando, decisões unilaterais e não transparentes. “Administração” se refere aos processos mais técnicos e específicos de execução e controle sobre o fluxo contínuo do cotidiano escolar, como serviços de secretaria e tesouraria, atendimento a alunos e famílias, zeladoria e segurança.

Entretanto, nas palavras da professora Maria Victoria Benevides, a gestão tem também um sentido mais amplo, político e relevante, pois inclui a “orientação valorativa de



objetivos e metas, com os processos decisórios e normativos pertinentes e as responsabilidades daí decorrentes. A gestão escolar democrática é um processo em construção permanente, sempre referente às características próprias de cada escola e da realidade social e cultural de seu entorno. Tem um caráter pedagógico e emancipatório, no sentido da formação de personalidades democráticas em direção à cidadania ativa”.

Nesse processo, os alunos e os demais integrantes da comunidade escolar aprendem na prática, pela vivência, o que é participar e atuar num contexto democrático, eles aprendem o que é conviver num ambiente no qual o diálogo e o respeito entre todos é a realidade. Essas são experiências que formam personalidades democráticas.

Algumas bases e exigências para a gestão escolar democrática são:

- participação ampliada (interna e externa à escola) nos processos decisórios de interesse da comunidade escolar, com corresponsabilidade, diálogo, respeito mútuo, colaboração, solidariedade;
- clareza sobre os objetivos, os direitos e os deveres relativos a todas as funções e tarefas desenvolvidas no âmbito escolar;
- criação e consolidação de mecanismos e espaços de reuniões, deliberações e tomada de decisões, com liberdade de palavra e voto para todos, com respeito às divergências, com estímulo à criatividade e com destaque à participação das famílias;
- conhecimento constantemente atualizado da realidade socioeconômica e cultural dos alunos e da comunidade escolar, assim como das condições de trabalho de docentes, técnicos e profissionais de apoio;
- disponibilidade para questionar práticas tradicionais estabelecidas, visando a mudanças mais eficazes e mais éticas para os fins pretendidos;



- transparência dos processos administrativos e pedagógicos, garantindo o acesso à informação e a legitimidade de fiscalização;
- formação gradual e constante de sujeitos políticos, capazes de julgamento crítico, de identificação dos problemas, dos diferentes interesses e demandas, assim como de colaboração em trabalho coletivo.

O exercício da gestão democrática na escola se faz, portanto, com base nos princípios políticos da liberdade, da igualdade de direitos, da solidariedade e por meio da *participação*.

## Participação

Participar da gestão democrática significa gerir a vida coletivamente, e cabe a quem participa decidir *o que importa* ser discutido, *o que precisa* ser objeto de regras e quais são elas. Assim, participar não se resume a votar e envolve decisão e compromisso.

Da perspectiva educacional, trata-se de **aprender a participar**, o que envolve, além do exercício do respeito mútuo, a compreensão recíproca, a solidariedade e a cooperação nas práticas cotidianas e especialmente nas situações de conflito. Assim, é importante incentivar os alunos e **criar condições** para que eles assumam progressivamente responsabilidades para com a vida escolar.

Desde a Educação Infantil e durante todo o Ensino Fundamental, o exercício da democracia requer insistência, atenção e cuidado. Como os adultos, algumas crianças gostam de falar e de dar suas opiniões, outras acham que suas opiniões são sempre as mais importantes, algumas falam alto e não escutam os outros, outras quase nunca se colocam. A intervenção mediadora dos educadores é essencial para que todos aprendam a ouvir, falar, respeitar opiniões, argumentar, rever suas posições, negociar. Além disso, a própria metodologia educacional pode proporcionar situações de aprendizagem que envolvam o protagonismo dos alunos e o trabalho colaborativo e que propiciem o de-

Outro conceito muito importante quando se fala de democracia é o de cidadania. Os membros do coletivo escolar são, antes de tudo, cidadãos e têm direito de exercer a cidadania na escola e por meio da escola, exigindo o cumprimento de direitos, propondo medidas para melhorias, apresentando demandas e propostas de solução, como projetos desenvolvidos junto à comunidade do entorno, por exemplo.



envolvimento de atitudes e competências fundamentais para a participação democrática. Da mesma forma, atividades que se valem dos princípios democráticos (como as rodas de conversa, os “combinados” sobre as regras da escola e outras propostas colaborativas) são bastante produtivas nesse sentido e podem ser realizadas desde a Educação Infantil.

*Além da participação direta, não podemos esquecer do papel e da importância da representação. O papel do representante é um traço fundamental da democracia representativa.*



### Fique de olho

*Cabe aos representantes – e na comunidade escolar temos vários: representantes de classe, conselheiros, entre outros – compreender que estão falando em nome de um coletivo, o qual devem ouvir, envolver, manter informados e prestar contas regularmente. Alguns questionamentos podem ser feitos constantemente, não só àqueles a quem é dada a tarefa de representar, mas também àqueles que são representados, para manter a legitimidade. O que de fato se representa: grupos de pessoas, ideias, coletivos? O representante consegue falar em nome de todos? Consegue ter escuta ampla e generosa e traduzir e organizar os anseios de todos?*

É muito importante lembrar que a participação envolve o **compromisso** com aquilo que é decidido coletivamente em relação à vida escolar. Os alunos precisam aprender, e os adultos precisam ensiná-los a cumprir esses compromissos. Na EMEI, por exemplo, depois de uma atividade atribulada no parque, em que os alunos se envolveram em alguma discussão ou conflito físico, de volta à sala, o professor pode reuni-los para uma conversa sobre o ocorrido, colocando algumas questões, como: “Vocês se lembram que combinamos não bater? Que a gente poderia conversar em vez de brigar quando estivesse acontecendo algum problema? O que vocês acham que está acontecendo?”. Da mesma forma, com alunos maiores do Ensino Fundamental, é importante provocar a reflexão sobre o que motivou um conflito, destacar as regras já combinadas sobre como resolvê-los, avaliar as razões por que não foram cumpridas e





as consequências disso, elaborar alternativas para superar o problema e para reparar eventuais danos. Perguntar e dar voz aos alunos, resistindo à tentação de discipliná-los pela autoridade do adulto, e implicá-los na reflexão sobre seus problemas e as possíveis formas de resolvê-los é, em primeiro lugar, respeitá-los, pois isso evidencia que suas questões e seus problemas são importantes.

### Canais de participação

A participação tem uma dimensão pessoal que envolve **tomar para si a responsabilidade para com o coletivo**, mas, para torná-la possível, permanente e intrínseca à instituição escolar, são necessários instrumentos objetivos. Para isso, já existem fóruns de discussão e participação que são reconhecidos oficialmente, como os conselhos escolares, as associações de pais e mestres, as reuniões de pais, os representantes de classe e os grêmios estudantis, que criam o alicerce das práticas democráticas na escola.

No que se refere à participação dos familiares, é comum que educadores expressem, nos seus relatos, a existência de alguma tensão no relacionamento, por diferentes motivos. A ausência dos familiares na escola talvez seja o principal deles. Sabemos que esse distanciamento não se dá por escolha ou negligência: a dinâmica da vida moderna que impede que se ausentem do trabalho (*a lei está mudando, veja no texto ao lado*); a distância, horários disponíveis para reuniões ou insegurança na maneira de participar formam um mosaico de motivações e explicações para essa ausência da família. Muitas vezes, as situações em que os familiares se relacionam com a escola não são integradoras, colaborativas nem de efetiva participação, no sentido aqui tratado. Para criar desejo e disponibilidade de participação, é interessante envolver os familiares em atividades culturais, sociais e em participações mais inovadoras, como aulas coletivas para que possam conhecer o trabalho dos filhos, passeios conjuntos, utilização das bibliotecas e outras atividades que a unidade escolar puder realizar. É preciso garantir que os familiares entrem na escola confiantes de que serão escutados e compreendidos, sem receio de passar por qualquer tipo de constrangimento ou ser alvo de alguma forma de preconceito.

Instaurado em setembro de 2015, o Colegiado Regional de Representantes dos Conselhos de Escola (Crece) é fruto de uma luta que teve início nos anos 1980, se define pela implementação de um colegiado, de caráter deliberativo, que ampliará e fortalecerá os processos democráticos já existentes em cada unidade educacional, levando as ponderações do grupo para as diferentes instâncias decisórias, com o objetivo de promover melhorias na qualidade social da educação. Em cada Diretoria Regional de Educação (DRE), o Crece será composto por dois representantes da DRE e dois membros de cada Conselho de Escola, sendo, preferencialmente, um servidor público e outro membro da comunidade.



No CEI e na EMEI, a adaptação dos alunos pode ajudar a criar vínculos fortes entre a família e a escola. Nesse momento, as crianças podem estar frágeis e inseguras diante da experiência num espaço desconhecido, e os familiares podem estar preocupados em deixar os alunos pela primeira vez na escola. Compreender esse momento é fundamental para acolher e tranquilizar ambos. Assim, preparar um lugar especial onde os familiares possam permanecer enquanto os alunos se familiarizam com o ambiente é uma atitude que revela que eles têm um lugar no processo e que a escola reconhece isso – o que é um bom ponto de partida para essa relação e convida à participação futura.

### Conselhos escolares

Os conselhos escolares são regidos por estatutos e são obrigatórios. Representantes de todos os segmentos da comunidade escolar participam desses conselhos: familiares, alunos, professores, gestores e profissionais de apoio. No texto do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, o Ministério da Educação orienta que “cabe a eles deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola, participar da elaboração do projeto político-pedagógico; analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões; acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação, como prevê a legislação”.

Assim, quando os membros de um conselho desenvolvem uma articulação consistente, a escola se fortalece, atendendo às expectativas da comunidade ou sabendo responder melhor às demandas ainda não atendidas.





## Associação de Pais e Mestres

A Associação de Pais e Mestres (APM) é uma das mais antigas formas de participação da comunidade. O surgimento das APMs nas escolas brasileiras data de 1928. Elas são um canal de participação aberto a todos que possibilita promover desde discussões complexas, como sobre o currículo e a gestão, até assuntos mais simples e não menos importantes, como o calendário festivo, a merenda e o cuidado com a organização dos espaços.

### Reunião de pais

Talvez a forma mais comum de participação dos familiares, a reunião de pais é comumente pouco valorizada e, muitas vezes, acontece em horários inviáveis para a maioria dos familiares.

Em um número significativo de escolas, normalmente as reuniões são realizadas para informar os familiares sobre o comportamento, as notas do boletim escolar e os problemas que os alunos estão enfrentando. Com isso, infelizmente, muitas vezes são colocadas questões de natureza pessoal (para o que seria mais interessante lançar mão de entrevistas) e perde-se a situação coletiva como oportunidade de compartilhar objetivos e possibilidades educacionais, reconhecendo que familiares e mestres são educadores que compartilham a educação dos alunos, cada um no seu âmbito, em seu papel e sua função.

As reuniões de pais podem ser momentos de troca de experiências e de discussão dos temas educacionais da escola, momentos de conhecer melhor as famílias, suas demandas e expectativas, e de conhecer mais o cotidiano da escola. Reuniões podem ser convocadas para abordar o que vai bem, em vez de falar sempre do que vai mal. Essas reuniões precisam ser bem preparadas, contar com materiais que fundamentam o que se quer discutir e também com momentos de descontração do grupo e de acolhimento. Acolher é ação que, por vezes, leva tempo e todas as reuniões precisam ter itens que favoreçam esta atividade.



Projeto de Lei do Senado (PLS n. 620/2011) acrescenta “o inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para permitir a ausência do trabalhador ao serviço por um dia a cada seis meses para comparecimento às reuniões escolares dos seus filhos, mediante comprovante de comparecimento à escola”.

### Representantes de classe

Eleger um aluno para ser a voz da turma e seu representante é construir um elo entre a sala de aula e a equipe gestora. Cada escola define as atribuições que cabem ao representante de classe segundo as demandas de cada projeto político-pedagógico, não havendo rigidez ou legislação sobre isso. É um recurso de cada escola para suas necessidades, um exercício de participação que promove a capacidade de organização e a compreensão do que seja a *representação* e se mostra muito eficaz na experiência democrática e na formação de líderes na escola.

### Grêmios estudantis

Trazendo a ideia de coletivos de estudantes que tomam para si a corresponsabilidade pelos destinos de sua escola, os grêmios estudantis são o começo da participação política e representam um espaço de debates, luta pela liberdade de opinião e expressão, atuação e presença, fortalecimento de vínculos e um espírito de colaboração intensa entre todos.

No Ensino Fundamental, o grêmio estudantil é um espaço para que os alunos se vejam dentro da comunidade escolar e aprendam a pensar com autonomia as suas questões e também para debater aspectos mais amplos da sociedade. Sob a orientação de educadores, os alunos estabelecem suas regras, elegem seus dirigentes e podem atuar nas mais diferentes áreas: esporte, cultura, processo pedagógico, política, gestão escolar. Além de ser uma instância que favorece o protagonismo coletivo e o entusias-





mo, os grêmios possibilitam o convívio, o senso de responsabilidade e cooperação e a busca de uma autonomia cada vez maior.

Por tudo isso, é importante e necessária a presença de educadores que se disponham a orientar os alunos na criação e na gestão dos grêmios. O ideal é que os alunos de todas as escolas de Ensino Fundamental possam ter essa experiência.

### Assembleias na escola

As assembleias são fóruns em que se pode refletir coletivamente sobre as questões da vida da escola, levando à melhor interpretação dessas situações e à definição de prioridades e estratégias. Contudo, essas assembleias precisam ser bem preparadas, com pautas definidas com antecedência e de conhecimento de todos, devendo ser orientadas pelos educadores para que os alunos participantes preparem e apresentem propostas, argumentem e contra-argumentem com respeito, ainda que discordem das ideias uns dos outros. O uso da palavra e da escuta e a busca de argumentos justos e fiéis à questão discutida são essenciais para esse exercício de participação.

Com a participação dos alunos e de toda a comunidade escolar, as assembleias possibilitam discutir e resolver conflitos e problemas do cotidiano, buscando a intervenção de todo o coletivo, encontrando formas de responsabilização pelos fatos e avaliação de suas consequências, numa abordagem democrática que inclui questões como o uso de boné, brigas, desentendimento entre torcidas, alguma regra considerada abusiva. Muito utilizadas para a busca de uma cultura de paz nas escolas e para a consolidação de uma escola justa, as assembleias também podem ser realizadas em sala de aula, com os alunos menores, que, desde pequenos, vão aprendendo a participar delas.



### Projeto Comissão de Mediação de Conflitos

A Lei n. 16.134, de 12 de março de 2015, criou a Comissão de Mediação de Conflitos (CMC) nas escolas da Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo (CEIs, EMEIs e EMEFs), com o objetivo de atuar na prevenção e na resolução de conflitos que prejudiquem o processo educativo e envolvam educandos, professores, profissionais de apoio e familiares ou responsáveis dos educandos, visando à construção de práticas mais justas baseadas no diálogo, na colaboração e na gestão dos conflitos. Participam da Comissão representantes da equipe gestora, do corpo docente e profissionais de apoio, além de representantes dos familiares ou responsáveis pelos educandos e também os próprios educandos.

### Canais de participação extraescolar

Para além dos limites da escola, há espaços de participação que demandam atenção e valorização por parte de todos os cidadãos. Para se firmar não só uma escola democrática, mas uma sociedade democrática, há de se ocupar esses espaços de maneira incisiva. Ocorre que, muitas vezes, a sociedade civil não consegue garantir seu direito a voz e voto por desconhecimento desse direito de participação ou até mesmo por descrença e pessimismo.

Alguns importantes espaços a serem ocupados são:

- *Os conselhos*

A partir da Constituição de 1988, foram criados vários conselhos gestores de políticas públicas, cuja importância está no fortalecimento da participação democrática da população no governo. Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conse-



lhos são o principal canal de participação popular nas três instâncias de governo: federal, estadual e municipal.

Entre eles, merece destaque aqui o **Conselho Municipal de Educação**. Instituído desde 1988, o Conselho Municipal de Educação de São Paulo inclui representantes da sociedade civil politicamente autônomos, isto é, independente de filiação partidária. O Secretário de Educação pode comparecer às sessões, mas sem direito a voto. Entre outras atribuições, o Conselho promove congressos e seminários de professores e assessora a Secretaria Municipal de Educação. Uma das mais recentes contribuições do Conselho foi a emissão de pareceres sobre o Regimento Escolar das escolas municipais. Algumas escolas já submeteram seu Regimento à apreciação do Conselho, e vale a pena conhecer os pareceres feitos sobre eles, disponíveis na internet e na página do Conselho.

- *Sistema de garantia de direitos: Rede de Proteção*

De acordo com as definições do Estatuto da Criança e do Adolescente, criou-se um sistema de garantia de direitos que incorpora instituições voltadas para a tarefa de proteção a crianças e adolescentes. Chamado de Rede de Proteção, esse sistema prevê a participação social na execução de programas e projetos governamentais e não governamentais e busca articulação entre ações dos órgãos públicos, como a Vara da Infância, os Conselhos Tutelares, as Unidades Básicas de Saúde, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, os Conselhos Gestores de Habitação e outros serviços públicos locais e organizações não governamentais.

Seguindo a proposta de reorganização curricular do município, a integração das escolas a essa rede de proteção tem muito a contribuir para potencializar a ação de todos. O primeiro passo é certamente conhecer as ações e as instituições que atuam no território, estabelecer um diálogo com elas, se dispôr a participar de suas propostas e abrir espaço para a sua participação na escola. Isso cria possibilidades para que os encaminhamentos de alunos a essas instituições possam ter um caráter



de cuidado e atenção compartilhados e sejam feitos de modo colaborativo e permanente, conforme as atribuições de cada uma delas.



### Fique de olho

*A existência de espaços de participação de toda a comunidade escolar traz o sentimento de acolhimento e acompanhamento constantes. Não se trata de tarefa fácil, pois respeitar e acolher a diversidade de ideias e pontos de vista diferentes que esses coletivos apresentam e trazem à tona exige um posicionamento generoso, uma escuta atenta e propositiva. Falar, escutar, propor, discutir, debater, aceitar e recusar são verbos da ação democrática que não refletem uma disputa em que alguns saem vitoriosos e outros não. Ao exercitar a participação, todos podem ganhar com a discussão e o aprimoramento das ideias. Assim se aprende a participar: trabalhando a qualificação e a emancipação política dessa participação, da qual ninguém deve ser excluído.*





### 3. REGRAS DE CONVÍVIO: O REGIMENTO ESCOLAR

“Entende-se por regimento educacional o conjunto de normas que define a organização e o funcionamento da unidade educacional e regulamenta as relações entre os diversos participantes do processo educativo, contribuindo para a execução do seu projeto político-pedagógico.

Farão parte dos Regimentos Educacionais: organização das etapas, modalidades e duração do ensino; gestão escolar; Conselho de Escola; instituições auxiliares, como as associações de pais e mestres (APMs); a organização do processo educativo, contemplando currículo, projeto político-pedagógico, ciclos de aprendizagem e desenvolvimento; Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio; o processo de avaliação (a avaliação institucional e a avaliação do processo educativo); as normas de convívio, contemplando direitos e deveres dos alunos, deveres da equipe escolar, participação dos pais ou responsáveis, medidas disciplinares; calendário de atividades, matrícula, classificação e reclassificação, recuperação; apuração da assiduidade, compensação das ausências, promoção; entre outros.”

Nota Técnica n. 21, Programa Mais Educação São Paulo, Secretaria Municipal de Educação

O Regimento é um documento bastante amplo que abrange todas as ações da escola, incluindo o seu projeto político-pedagógico. No Regimento, estão contidos os valores, os limites e as normas que indicam o horizonte que a escola deseja alcançar como instituição educativa. Nesse sentido, defini-los coloca luz sobre o papel das normas e das regras na vida democrática, que devem servir de parâmetro para a garantia de direitos e a justiça, com base nos princípios da igualdade e da equidade.

As regras de convívio podem ser estabelecidas por meio de contratos ou podem ser impostas. Podem simplesmente estar inscritas numa placa, ser tacitamente consensuais ou o resultado de um processo coletivo e decisório transparente. Para organizar



a escola de modo democrático, a participação coletiva na elaboração dessas regras é essencial e, portanto, demanda a criação de processos de discussão e decisão abertos a todos os participantes da comunidade escolar. Com isso, atende-se à necessidade de as regras sociais serem legitimadas para que sejam seguidas, pois, da mesma forma que os educadores, o Regimento precisa ser respeitado por todos os integrantes da comunidade escolar.

**O Regimento pode ser compreendido como um processo**, uma vez que pode e deve ser sempre reavaliado e revisto. Ele é um documento formal, mas não rígido, pois pode ser reescrito, repensado e rediscutido para acompanhar as necessidades e as novas demandas que vão surgindo.

Na elaboração do Regimento, pode-se ter como ponto de partida as práticas já existentes, mesmo que não sejam regras escritas, como: os horários de funcionamento da secretaria, da cantina e da merenda; os horários do diretor e da coordenação; quem e quando pode entrar na sala de direção e para quê; quais assuntos são tratados com quais profissionais; quais são as pessoas responsáveis por quais tarefas. Para tanto, é necessário fazer uma reflexão sobre o sentido das regras, sobre o quanto elas são justas e expressam ou não o respeito por todos e, principalmente, sobre *o que os alunos aprendem com elas*. As sanções para o descumprimento das normas de convívio pelos alunos também precisam ter caráter educativo, isto é, para defini-las, é necessário refletir sobre o que os alunos precisam aprender e qual sanção pode ajudá-los nessa aprendizagem. Ou seja, um simples castigo, sem nenhuma relação com a transgressão da regra, não cumpre essa função.

Questões ligadas à organização relacionam-se diretamente com o cuidado. A limpeza, por exemplo: a participação de todos nos cuidados com a escola e no zelo por ela está incluída nas regras de convívio. A infraestrutura do espaço escolar também. Assim, é preciso avaliar questões como: Na escola, há cadeirantes? Suas especificidades estão contempladas? Os espaços comuns são respeitados e bem aproveitados? As salas de coordenação e direção convidam ao diálogo ou afastam?





Na construção do Regimento, é muito importante que as decisões e as regras de convívio fiquem bem claras e sejam referendadas por todos: gestores, professores, familiares, alunos, profissionais de apoio, ou seja, por toda a equipe escolar. Além da garantia e da responsabilidade de que o Regimento se baseie na discussão democrática, é necessário que ele seja “popularizado”. Isto é, seu conteúdo não pode ser segredo e seu acesso deve estar disponível a todos.

## 4. PRÁTICA ESCOLAR DEMOCRÁTICA

### O constante exercício da escuta do outro

Em reuniões ou encontros informais na escola, são comuns queixas do tipo: “Ninguém me ouviu mesmo. Não adianta falar”. O primeiro passo para atender a essa questão é escutar, ainda que nem sempre as solicitações feitas possam ser, de fato, atendidas da maneira como são trazidas por alunos, familiares, professores e equipe administrativa. A tensão constante entre os desejos e os anseios de grupos numerosos, e nunca homogêneos, faz com que nem sempre todos saiam felizes desses embates e debates por terem suas ideias e seus desejos atendidos a contento. No entanto, o acolhimento e a escuta fazem com que todos se sintam respeitados, favorecendo a disponibilidade para compreender o fato de as razões do coletivo serem colocadas antes de questões individuais. Portanto, a escuta é o mais importante de tudo, pois nada acontece sem ela, é condição para que o debate aconteça e que as ideias avancem.

### Formação e participação dos profissionais de apoio

Todos os educadores, incluindo os profissionais de apoio precisam de formação constante: de novos aprendizados e de novas maneiras de pensar sobre velhos problemas. Contudo, não é só isso: muitos e novos desafios surgem todos os dias. Geralmente, a formação de professores é garantida pela Secretaria de Educação e por outras instituições parceiras. Os profissionais de apoio, em especial



os terceirizados, ficam à mercê de seus sindicatos, que garantem cursos em áreas específicas, mas que nem sempre vinculam essas áreas à educação. Eles também são educadores e precisam estar atentos para as questões que envolvem suas tarefas e para sua ação educativa. É muito diferente, por exemplo, ser porteiro de edifício e porteiro de escola, merendeira de hospital e de escola.

Para incluí-los nas atividades formativas escolares, é preciso que cada um deles sinta que a sua tarefa faz parte do processo educativo. Nesse sentido, algumas considerações são importantes:

- É necessário criar condições para que os profissionais de apoio participem dividindo saberes, alegrias e desafios.
- Sempre chamar os profissionais de apoio para participar das atividades da escola, ouvir palestras, participar de eventos, atividades culturais e sociais: isso também é formação em serviço.
- Independentemente da empresa e do sindicato ao qual pertencem, em especial os funcionários terceirizados, as suas condições de trabalho precisam ser bem cuidadas.
- A preocupação com a escuta e o direito à voz inclui os profissionais de apoio, que assim aprendem, como os demais, a se relacionar democraticamente na comunidade escolar. Do Conselho Escolar, devem participar representantes dos diversos espaços escolares: portaria, limpeza, segurança e cozinha.

## Parcerias

É importante divulgar a ideia de que a escola participa de uma rede de instituições, que tem como finalidade a garantia dos Direitos Humanos e da cidadania. Assim, pequenas ações podem ajudar a fortalecer essa ideia, como:





- Utilizar os espaços da escola para reunir representantes das instituições parceiras (Unidades Básicas de Saúde, conselhos e outros fóruns de participação do bairro e até mesmo da cidade) e organizar discussões com familiares, educadores e alunos, aproximando-os. Um exemplo é o Projeto Vem Cuidar de Mim, um dos vencedores do 1.º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos da Cidade de São Paulo (2013), indicado na bibliografia.
- Em mural, cartazes, jornal etc., divulgar ações dessas instituições em local visível aos profissionais da escola e aos familiares, para que a ideia de rede se fortaleça e chame a atenção da comunidade.
- Conhecer, ainda que minimamente, as regras e normativas que regem as instituições parceiras.

Proposta de item do Regimento Educacional, elaborada durante o curso Respeitar é Preciso!

“DEMOCRACIA e Apuração da Assiduidade:

A prática utilizada para garantir, sondar, avaliar e auxiliar a assiduidade dos alunos que se ausentarem a partir de 10 dias consecutivos sem comunicação prévia será: Entrar em contato com a família por meios de comunicação (telefonemas, carta registrada) em primeira instância. De acordo com a repercussão, a escola aciona/toma medidas como: grupo de apoio escolar que visita a família e juntos buscam alternativas para resgatar o aluno. Caso não haja resultado, a terceira medida é acionar o Conselho Tutelar, partindo para as medidas burocráticas.

O objetivo real é **fazer com que o aluno não atinja os 25% de ausência** para evitar problemáticas que vão além do rendimento escolar, como questões emocionais, psicológicas e sociais.”



## Atividades com os alunos

Nunca é demais enfatizar a importância do clima democrático na sala de aula. Para isso, as sugestões e as opiniões dos alunos são essenciais. No entanto, não se pode esquecer que os alunos estão aprendendo a viver democraticamente, o que é um desafio e tanto. Para possibilitar esse aprendizado, além de tudo o que já foi proposto, é fundamental promover situações intencionalmente planejadas para que eles avancem. São bons exemplos: atividades que permitem evidenciar valores, como a análise de notícias e de situações conhecidas; debates sobre textos com base em perguntas mobilizadoras; a discussão de dilemas éticos; a análise de situações de conflito com a proposição de diferentes soluções, dos valores em que cada uma delas se baseia e das respectivas consequências. Fazendo essas atividades, os alunos podem aprender a refletir sobre as questões com distanciamento, considerando sua complexidade, o que é necessário à prática democrática. Também necessária é a capacidade de participar da vida coletiva com direitos e responsabilidades, como no exemplo apresentado a seguir.

### Um projeto para a criação de regras do grupo na sala de aula

As atividades apresentadas aqui são sugestões, sendo possível adequá-las aos diferentes segmentos de escolaridade e faixas etárias.

A finalidade é criar situações em que os alunos reflitam sobre a natureza do convívio social, compreendam o sentido e a relação que as regras guardam com a garantia dos direitos de todos, se apropriem de sua responsabilidade para com elas e exercitem a prática democrática de defini-las coletivamente.

#### *As necessidades do grupo*

Há várias maneiras de criar regras para a sala de aula, como: numa tempestade de ideias (comparando os resultados numa discussão subsequente); em pequenos grupos que apresentam as suas conclusões para a sessão plenária com toda a classe; por



meio de sugestões individuais, que o professor reúne para apreciação posterior do grupo. Qualquer que seja a forma escolhida, a atividade pode ser desenvolvida em três etapas:

- Uma maneira interessante de começar é perguntar aos alunos quais são os seus desejos colocando questões imediatas: O que de legal acontece no convívio entre todos na sala de aula? Há algo que incomoda? O que acham importante para que todos convivam bem? O que precisa ser mudado ou organizado? A lista pode ser bem longa. No caso dos ainda não alfabetizados, o professor será o escriba, registrando numa primeira lista tudo o que os alunos disserem.
- Com esse primeiro levantamento em mãos, pedir aos alunos que escolham os itens que acham realmente relevantes. O resultado dessa seleção deve ser algo mais curto, selecionando o que for considerado essencial e relacionando esses pontos num cartaz com títulos como “As necessidades do nosso grupo”. Se houver alunos com alguma deficiência, será uma boa oportunidade para aprenderem a incluir suas necessidades no coletivo.
- Propor a escolha das necessidades que o grupo consegue identificar como “direitos”. Nesse sentido, podem ser feitas perguntas como: Quais dessas necessidades são direitos de todos do grupo? O que são direitos? Por que algumas necessidades são direitos e outras não? Depois, para concluir essa atividade, esses direitos podem ser relacionados num cartaz intitulado “Os direitos do nosso grupo”, perguntando aos alunos os motivos de suas escolhas.

### *Responsabilidades do grupo*

Para reforçar a relação essencial entre direitos e responsabilidades, o professor pode solicitar aos alunos que relacionem, para cada direito, as responsabilidades necessárias para que esses direitos sejam efetivados. Depois, pode-se confeccionar um novo cartaz com o título “As responsabilidades do nosso grupo”. Por exemplo: o tópico



“Todo mundo deve se sentir seguro nesta sala” pode ser relacionado a “Todo mundo tem a responsabilidade de não insultar ou ferir alguém, nem fisicamente, nem os seus sentimentos”.

#### *Viver com direitos e responsabilidades*

Uma vez que o grupo tenha concordado quanto à sua lista de direitos básicos e responsabilidades, é importante expor essas listas para que sempre possam ser identificados ou alterados, se necessário. Às vezes, o professor ou os alunos podem quebrar as regras, ou podem surgir situações que não estejam contempladas na lista, ou podem surgir conflitos quando as regras do grupo não forem compatíveis com as regras de outros professores ou com a administração da escola. Essas situações exigem discussão, uma cuidadosa consideração sobre as razões de cada questão colocada e, se necessário, alterações ou novos combinados. A qualidade da convivência alcançada pelos acordos coletivos, e não pelo simples controle, é sempre mais difícil de obter, e o processo de se chegar a eles requer compromisso e negociação cuidadosa.

Muitas outras atividades devem e podem ser incentivadas e realizadas com a comunidade escolar envolvendo prioritariamente os alunos, como: a organização dos grêmios; atividades em que os alunos possam discutir as questões da escola, como a elaboração de um jornal periódico (mensal, semestral ou anual), programas de rádio, peças teatrais e vídeos; palestras e oficinas sobre temas do convívio escolar e de outras questões da vida democrática, conduzidas por professores, familiares, especialistas ou pelos próprios alunos.



## BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Maria Lucia Miranda. *Jogos para pensar: educação em direitos humanos e formação para a cidadania*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BENEVIDES, Maria Victoria. Direitos Humanos, do que se trata? Em *DHnet: Boletim de Capacitação*, n. 1. Outubro de 2001. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br>. Acesso em: 12 jan. 2015.

BERNARDO, João. Dilemas da liberdade: uma incipiente nova ordem da sociedade. Em *Passa Palavra*. Dezembro de 2011. Disponível em: <http://passapalavra.info>. Acesso em: 12 jan. 2015.

BRASIL. Constituição Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 12 jan. 2015.

CARVALHO, José Sergio. *Reflexões sobre educação, formação e esfera pública*. Porto Alegre: Penso, 2013.

CATANI, Denice B. et al. (orgs.). *Universidade, escola e formação de professores*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COMUNIDADE EDUCATIVA CEDAC. *O que revela o espaço escolar? Um livro para diretores de escola*. São Paulo: Moderna, 2013.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO. *Pareceres sobre os Regimentos*. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/educacao/cme>. Acesso em: 12 jan. 2015.



CORDEIRO, Jaime P. A relação pedagógica. Em *A relação pedagógica*. Universidade Estadual Paulista. Caderno de formação: formação de professores, didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, v. 9.

FERNANDES, Florestan. *A formação política e o trabalho do professor*. Em Seminário Itinerante “Dependência Econômica e Cultural, Desenvolvimento e Formação de Professores”. Universidade de São Paulo, 1985.

FREI BETTO. *Paulo Freire, a leitura do mundo*, 1997. Disponível em: [http://novamerica.org.br/Revista\\_digital/L0114/rev\\_opinio.asp](http://novamerica.org.br/Revista_digital/L0114/rev_opinio.asp). Acesso em: 12 jan. 2015.

JUDT, Tony & SNYDER, Timothy. *Pensando o século XX*. Trad. Otacílio Nunes. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. *Educação em Direitos Humanos: memória e cidadania*. Curso realizado entre 16 e 20 de julho de 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Conselhos Escolares*. Disponível em: [http://mecsrv125.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12384:conselhos-escolares-apresentacao&catid=316:conselhos-escolares&Itemid=655](http://mecsrv125.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12384:conselhos-escolares-apresentacao&catid=316:conselhos-escolares&Itemid=655). Acesso em: 12 jan. 2015.

PROMENINO FUNDAÇÃO TELEFÔNICA. *Causos do ECA*. Disponível em: <http://www.promenino.org.br>. Acesso em: 12 jan. 2015.

PUIG, Josep Maria. *Ética e valores: métodos para um ensino transversal*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

\_\_\_\_\_. *et al. Democracia e participação escolar: propostas de atividades*. São Paulo: Moderna, 2000.



RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. Lisboa: Orfeu Negro, 2010.

SCHILLING, Flavia. *A sociedade da insegurança e a violência na escola*. São Paulo: Summus, 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. *Relatos de experiência*. 1.º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos. São Paulo, 2014.









EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

o que  
preciso



São Paulo | dezembro de 2015





Prefeitura de São Paulo

**Fernando Haddad**

Secretaria Municipal de Direitos Humanos  
e Cidadania de São Paulo

**Eduardo Suplicy**

*Secretário executivo*

**Rogério Sottili**

Coordenação de Educação em Direitos Humanos

*Coordenador geral*

Eduardo Bittar

*Coordenador adjunto*

Jonas Waks

*Assessores*

Aline Vicentin

Pedro Peruzzo

Secretaria Municipal de Educação  
de São Paulo

**Gabriel Chalita**

*Diretoria de Orientação Técnica*

*da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo*

**Joane Vilela Pinto**

Instituto Vladimir Herzog

**Ivo Herzog**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diversidade e discriminação : caderno temático /  
Vlado Educação - Instituto Vladimir Herzog . --  
2. ed. -- São Paulo : Instituto Vladimir Herzog,  
2016. -- (Projeto RESPEITAR É PRECISO!)

Bibliografia

1. Discriminação 2. Discriminação na educação  
3. Educação em direitos humanos 4. Educação  
inclusiva 5. Igualdade 6. Igualdade na educação  
I. Vlado Educação - Instituto Vladimir Herzog.  
II. Série.

15-10818

CDD-370.115

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Educação em direitos humanos 370.115

**Vlado Educação**

*Direção educacional*

Ana Rosa Abreu

*Coordenação educacional*

Neide Nogueira

*Equipe educacional*

Ana Lúcia Catão

Celinha Nascimento

Maria da Paz Castro

Maria Paula Zurawski

*Consultoria*

Cristina Vicentin

Flávia Schilling

Maria Victoria Benevides

*Produção participativa*

Professores, funcionários, gestores, técnicos da Rede  
Municipal de Ensino de São Paulo e membros das comu-  
nidades escolares que participaram dos cursos Respeitar  
é Preciso!, realizados em 2014 nos Centros de Educação  
em Direitos Humanos em São Paulo (SP)

*Revisão de texto*

Jandira Queiroz

*Projeto gráfico*

S,M&A Design | Samuel Ribeiro Jr.

*Ilustrações*

Lúcia Brandão

Este material tem autorização para franca multiplica-  
ção, respeitados os direitos de autor e citadas adequa-  
damente as fontes.





## Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>5</b>
<b>Introdução</b>	<b>9</b>
<b>1. Desigualdade, discriminação e Direitos Humanos</b>	<b>11</b>
<b>2. Educação em Direitos Humanos e discriminação na escola</b>	<b>14</b>
<b>3. Atuação no cotidiano da escola</b>	<b>28</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>37</b>







## APRESENTAÇÃO

Caros educadores,

**E**ste caderno, intitulado *Diversidade e Discriminação*, faz parte do conjunto de publicações do Projeto Respeitar é Preciso! que busca compartilhar orientações, subsídios e sugestões para implementar a cultura de Educação em Direitos Humanos nas escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo.

Além de ações de formação, esse projeto conta com cinco publicações (*Respeito na Escola: Orientações Gerais*, *Sujeitos de Direito*, *Diversidade e Discriminação*, *Respeito e Humilhação* e *Democracia na Escola*) que, em seu conjunto, abarcam as principais questões relativas às práticas educacionais de respeito aos Direitos Humanos, identificadas na interlocução com os participantes do curso Respeitar é Preciso!, realizado em 2014. O caderno *Respeito na Escola: Orientações Gerais* aponta caminhos principalmente para os adultos da escola, todos considerados educadores, e para a entrada gradativa dos alunos, dos pais e da comunidade do entorno. Os demais cadernos tratam de questões importantes que perpassam todo o Projeto. Um tema e outro se entrelaçam, mas a organização em cadernos faz com que seja possível “colocar uma lente” em aspectos diferentes para



O olhar para o preconceito, a discriminação e a humilhação está presente em todo processo do Projeto Respeitar é Preciso!

Existem muitos projetos focados em diferentes tipos de discriminação, como a discriminação étnico-racial, física, linguística, religiosa, política, socioeconômica, geracional, de gênero, a homofobia e a transfobia. De fato, a discriminação pode ser compreendida de vários ângulos como atitude de distinção, exclusão, restrição ou preferência violadora da dignidade e da igualdade de tratamento. Já existem materiais, cursos e programas que tratam dessas questões. No final deste caderno, podem-se encontrar, além de uma bibliografia geral, indicações bibliográficas sugeridas pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, de vídeos e sites que podem dar mais suporte ao trabalho a ser realizado.

A contribuição deste caderno é apresentar uma abordagem mais geral da discriminação de todo e qualquer tipo, do respeito ao outro e a si próprio, do convívio pacífico e, principalmente, da valorização da diversidade.

Boa leitura e bom trabalho.

*Vlado Educação – Instituto Vladimir Herzog,  
Secretaria Municipal de Educação e  
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo*

**“As profundas contradições que marcam a sociedade brasileira indicam a existência de graves violações destes direitos em consequência da exclusão social, econômica, política e cultural, que promovem a pobreza, as desigualdades, as discriminações, os autoritarismos, enfim, as múltiplas formas de violências contra a pessoa humana. Estas contradições também se fazem presentes no ambiente educacional (escolas, instituições de educação superior e outros espaços educativos). Cabe aos sistemas de ensino, gestores/as, professores/as e demais profissionais da educação, em todos os níveis e modalidades, envidar esforços para reverter essa situação construída historicamente. Em suma, estas contradições precisam ser reconhecidas, exigindo o compromisso dos vários agentes públicos e da sociedade com a realização dos Direitos Humanos.”**

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, Ministério da Educação



74







# Diversidade e Discriminação

## INTRODUÇÃO



há algum tempo, as discussões acerca das ideias sobre diversidade, desigualdade e diferença vêm ocupando um espaço significativo em certos setores da sociedade, incluindo aqueles voltados para a área da educação. Trata-se de uma discussão necessária, que vai em busca de uma cultura que preserve e valorize a igualdade de direitos, sem que as diferenças sejam anuladas ou desconsideradas.

A espécie humana (seja em um país, em uma cidade, em uma pequena vila, ou mesmo em uma escola) carrega em si a marca da diversidade. Ainda que seus membros sejam muito parecidos, todos apresentam características singulares que os diferenciam uns dos outros. As diferenças de caráter cultural, físico, social, intelectual, de gênero, faixa etária, entre tantas, estão presentes em todas as formas de agrupamento humano e, quando respeitadas, abrem caminho para a inclusão, o respeito e a vida democrática.

Essa discussão sobre diversidade e Direitos Humanos se inicia pela afirmação de que uma sociedade justa é aquela que valoriza as diferenças e se enriquece com





elas, promovendo igualdade de direitos, o que não significa atender a todos do mesmo jeito, mas considerar as necessidades e as singularidades de cada um, desenvolvendo políticas que atendam às necessidades dos diversos grupos sociais. Trata-se do princípio da equidade, que, na prática, consiste na criação de condições específicas para atender às necessidades e/ou às características de indivíduos que apresentam alguma deficiência de natureza orgânica, psíquica ou intelectual, ou se encontram em situação de desvantagem social. Exemplo claro sobre a aplicação do princípio da equidade é a existência dos assentos preferenciais no transporte público e de programas sociais para populações em qualquer tipo de vulnerabilidade. Para garantir a todos o mesmo direito, é preciso proporcionar condições diferenciadas àqueles que têm necessidades diferentes.

A diversidade não representa um obstáculo para a convivência, nem para a construção de um projeto coletivo. Pelo contrário, abre novas possibilidades, enriquece e atribui valor aos grupos. No entanto, muitas vezes, as diferenças são pretexto para a criação ou o reforço de desigualdades que violam os direitos fundamentais, desde o atendimento de necessidades básicas para uma vida digna até o acesso à justiça. Podemos citar como exemplo a discriminação étnico-racial. Sabemos que, em muitos países, incluindo o Brasil, pessoas indígenas ou negras são discriminadas, se não pela lei, por um preconceito historicamente arraigado. Com isso, essas pessoas têm seus direitos cerceados e vivem situações de constrangimento, ainda que a discriminação muitas vezes se manifeste de forma camuflada ou dissimulada, e mesmo assim não deixa de ser violência e humilhação.





## 1. DESIGUALDADE, DISCRIMINAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Ao longo dos séculos e em toda parte, a opressão exercida por determinados grupos nacionais, étnicos, religiosos ou políticos sobre outros, vistos como inferiores ou inimigos, representa, ao mesmo tempo, causa e consequência de genocídios, extermínios, “limpezas étnicas”, guerras, situações de domínio, com a consequente e inevitável violação dos Direitos Humanos. Ainda que existam organismos internacionais para a defesa dos direitos e da dignidade dos oprimidos, a supremacia dos opressores por meio da discriminação de alguns povos e grupos sociais é realidade mundial. Superar essa situação é um desafio permanente e fundamental para a comunhão dos povos e o respeito a todos pela simples condição de serem pessoas universalmente reconhecidas.

Compreender a diversidade com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é considerá-la aspecto soberano de qualquer tipo de vida social, o que demanda o respeito às diferenças entre os povos e os grupos, em vez de utilizá-las como critério de exclusão social e política.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é bastante clara quando inicia cada um de seus artigos com as palavras: “Todo ser humano tem direito a...”. A única condição para que um indivíduo seja considerado um sujeito de direito é que seja humano. (Ver caderno temático *Sujeitos de Direito*.) Trata-se de um princípio ético, filosófico, antropológico e jurídico: nenhuma característica física, intelectual, social ou política deve levar à privação dos direitos que são universais.

A discriminação acaba por gerar violência e outras ações justificadas pelo ódio ou pelo desprezo. As pessoas discriminadas, embora iguais a todas na sua humanidade, são consideradas “inferiores”. Muitas vezes, a simples existência ou a proximidade de grupos “diferentes” é vista como uma ameaça ao poder e ao padrão cultural estabelecido. Não são raras as manifestações explícitas, e quase sempre violentas,



### Artigo 2.º

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.”

*Declaração Universal dos Direitos Humanos*





de discriminação, que não se justificam, pois os discriminados não representam uma ameaça real: apenas incomodam os que se consideram “superiores”.

No Brasil, as manifestações violentas de homofobia e contra negros (em especial jovens), a segregação social em alguns espaços públicos e a descaracterização e o enxovalhamento de algumas religiões e cultos, entre outras formas de violência, acontecem com frequência preocupante. São exemplos de desrespeito que ferem os princípios básicos dos Direitos Humanos. São, portanto, comportamentos pessoais e coletivos inaceitáveis. Transformar essa situação não significa, porém, impor uma atitude apenas “tolerante” diante das diferenças, o que, inevitavelmente, colocaria o “tolerado” em condição de inferioridade, mas significa construir um novo olhar para a diversidade e a defesa da igualdade e da dignidade, na perspectiva do “reconhecimento”.

Um fator que permeia o preconceito e a prática da discriminação é o medo, que se apresenta de formas diversas, no sujeito que discrimina e naquele que é o foco da discriminação. No caso de quem discrimina, o medo surge como uma reação à insegurança causada pelo encontro com o que é diferente, desconhecido e, portanto, rotulado como “esquisito”, “estranho” e “ameaçador”. Assim, a falta de familiaridade e de conhecimento sobre o “novo” com o qual está se deparando gera na pessoa ou no grupo um movimento de repulsa e distanciamento, que, aparentemente, o protege da própria ignorância e dos confrontos que podem surgir com a proximidade do que desconhece e com o que não sabe lidar. Nesse sentido, criar a disposição para o encontro com o diferente é a primeira condição para superar a discriminação, depois conhecer, respeitar e valorizar.

De outro lado, a pessoa ou o grupo foco de discriminação carrega em si o medo da violência geralmente presente nas manifestações de discriminação, ainda que de forma simbólica. No ambiente escolar, essa situação pode ganhar contornos sérios e trazer consequências desastrosas para o desenvolvimento de cada um dos alunos envolvidos, assim como prejudicar a manutenção de um ambiente permeado de respeito e justiça, tão necessário nas escolas.





Como visto, o distanciamento e a ausência de conhecimento sobre as singularidades que causam discriminação são os principais fatores que geram o medo e a exclusão. Logo, a informação e o contato constante (não necessariamente presencial, mas por meio de leituras, pesquisas, notícias e redes de comunicação) com as diversidades humanas, com os diferentes modos de viver e de expressar valores são estratégias para o enfrentamento pedagógico das reações de discriminação no universo escolar.

Ainda que a construção de uma sociedade livre de preconceito seja tarefa das mais árduas e complexas (o que não justifica abrir mão dela), não podemos correr o risco de agir como se o preconceito fosse mera decorrência da vida em sociedade. Essa visão equivocada “naturaliza” a discriminação e contribui para a manutenção de privilégios para alguns.

Portanto, as diferenças compõem todo e qualquer grupo humano. Assim, a diversidade não pode ser tomada como adjetivo, qualidade ou defeito, mas, sim, como parte da condição humana. É na complementaridade dos diferentes que nos fazemos humanos. Ou seja, não existe sociedade sem diversidade. Mais que isso, diversidade é a condição para atribuir a qualquer organização humana o *status* de grupo, com sua identidade reconhecida.



## 2. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA

“ Para a sua consolidação, a Educação em Direitos Humanos precisa da cooperação de uma ampla variedade de sujeitos e instituições que atuem na proposição de ações que a sustentam. Para isso, todos os atores do ambiente educacional devem fazer parte do processo de implementação da Educação em Direitos Humanos. Isso significa que todas as pessoas, independente do seu sexo, origem nacional, étnico-racial, de suas condições econômicas, sociais ou culturais, de suas escolhas de credo; orientação sexual, identidade de gênero, faixa etária, pessoas com deficiência, altas habilidades/superdotação, transtornos globais e do desenvolvimento, têm a possibilidade de usufruir de uma educação não discriminatória e democrática.”

*Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos,  
Ministério da Educação*

Mais que um espaço permeado por diferenças, a escola é onde a discriminação e o desrespeito pelas diferenças podem e devem ser tratados desde os primeiros anos de vida dos alunos. Espaço marcado por relações, conflitos, vínculos e encontros, a escola apresenta-se como um espaço onde a intervenção educativa pode desencadear um processo de formação ética e de construção de um olhar para o outro, voltado para a justiça, a diversidade e a igualdade. É aí que reside o princípio gerador da Educação em Direitos Humanos, principal objeto de trabalho e foco de atenção e atuação do Projeto Respeitar é Preciso!

Muitos casos de violência, desrespeito e discriminação nas escolas têm sido divulgados pela mídia e, embora não reflitam a totalidade das relações dentro da escola, deixam claras a necessidade e a urgência de uma análise das causas e dos agentes geradores dessa situação, que devem resultar em ações.



A violência é algo que vai além da agressão física: ofensas, desprezo e desvalorização geram opressões psicológicas, emocionais, morais e afetivas, muitas vezes decorrentes da discriminação e do preconceito, e também são posturas e atitudes carregadas de um alto grau de violência quando dirigidas a crianças, jovens e adultos, todos sujeitos em formação e constante transformação.

Frequentar a escola é um direito de todas as crianças, desde seus primeiros anos de vida, assim como receber dessa comunidade tratamento digno e igualitário. Todo e qualquer aluno, independentemente de ser negro, índio, boliviano, ou de qualquer outra origem e religião, de ser lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual ou transgênero (LGBT), de ser filho de infratores ou simplesmente vir de família com baixa condição econômica e social, além dos que apresentam deficiência física ou intelectual, deve encontrar na comunidade escolar um espaço de acolhimento e respeito, para que possa usufruir da mesma formação e do mesmo aprendizado que seus colegas. Assim, todos devem ter garantidas as possibilidades de viver, agir e se expressar de acordo com suas singularidades e escolhas, além de ter esse direito garantido pela lei, pela ética e pelo conjunto de declarações e pactos internacionais dos Direitos Humanos, todos também reconhecidos pelo nosso país. Não é sempre, porém, que isso acontece.



Condição social e econômica, deficiência física, etnia, gênero, orientação sexual, religião, idade e cultura ocupam um espaço bastante significativo quando se trata de explicitar os contextos que geram discriminação na escola. Essas podem ser as situações mais comumente reconhecidas e discutidas, mas existem outras menos evidentes que também são focos de discriminação, como os estigmatizados “maus alunos”, os “estrangeiros” (provenientes de outros países ou de outras localidades do Brasil) ou as famílias com configurações consideradas “diferentes”.

Assim como os alunos, os adultos da escola (professores, profissionais de apoio, gestores, familiares ou responsáveis) são, em muitas situações, alvo de discriminação, tanto por parte dos alunos quanto de seus colegas.



## População negra

A população brasileira, apesar de contar com uma maioria de negros (composta de pretos e pardos, na identificação dos censos demográficos), ainda os discrimina, inclusive nos espaços escolares. Não são poucos os programas de enfrentamento do preconceito e de valorização da cultura afro-brasileira. Mas persistem as manifestações de racismo dentro da escola, reflexo da forma como a população negra é vista e tratada. Se a escola cumpre o papel de espaço de formação e construção de valores, é na ação educativa do dia a dia escolar que surgem as melhores oportunidades de lidar com essa questão.

Existe um discurso, muitas vezes presente quando se discute a desigualdade racial, no qual se coloca que “o problema não é racial, e, sim, social”. No entanto, em relação à questão racial, o problema social não exclui a possibilidade de um negro rico ser vítima de racismo.

Muitas vezes, a discriminação pode estar presente até mesmo no currículo, na forma como determinada questão é tratada nos livros didáticos. Por exemplo: em ilustrações estereotipadas que apresentam a pessoa negra em situações de inferioridade, em papéis subalternos ou desvalorizados, quando não em situações ligadas à contravenção e à criminalidade. Dificilmente encontramos uma ilustração em que o negro se encontra em posição igual ou superior à do branco. Cargos de poder e prestígio, exemplos de sucesso profissional, modelos de famílias são, na maioria das vezes, representados por pessoas de pele clara. De outro lado, encontramos também casos nos quais a população negra cumpre um papel de vítima, convocando os alunos para uma atitude “tolerante”. Não se trata de tolerância, mas de valorização e respeito.

É possível encontrar reflexos dessa situação nos corredores da escola e nas salas de aula quando alunos negros são alvo de diversas formas de discriminação, como apelidos preconceituosos.

**Para saber mais: *O que não pode deixar de ser dito sobre o 13 de maio de 1888? Subsídios para a discussão da história e da cultura afro-brasileira e africana. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2014.***





## Mulheres

A forma como as alunas são consideradas merece mais atenção por parte dos educadores. A desvalorização intelectual e a desigualdade salarial das mulheres ainda são constantes em nosso país, mesmo com uma mulher na Presidência da República. Na escola, essa situação é evidente desde muito cedo, começando pelos papéis atribuídos às meninas nas brincadeiras de faz de conta, quando os “pais” saem para trabalhar e as “mães” ficam em casa. Diferentemente do que ocorre com os meninos, as meninas são muitas vezes incentivadas a participar de brincadeiras “mais tranquilas” deixando para os meninos, os jogos mais ativos e competitivos. Em livros didáticos ou outros materiais, a discriminação fica evidente quando as ilustrações mostram as mulheres desempenhando papéis secundários, deixando para os homens os cargos considerados mais importantes. São os meninos também os mais valorizados quando se trata de estudo e profissionalização, restando às mulheres a possibilidade de se dedicar à família, em vez de construir uma carreira profissional.

Outro aspecto dessa questão é a valorização dos atributos físicos das meninas, em detrimento de outras características, como uma espécie de “passaporte” para que sejam aceitas. Situações como dirigir às meninas palavras desrespeitosas, olhar de forma constrangedora ou ofendê-las de diversas maneiras são situações muito frequentes nos corredores das escolas, mas pouco observadas e tratadas pelos adultos. Num país ainda marcado pelo machismo e pelo sexismo, essas situações continuam sendo vistas como normais, mais que isso, não é raro atribuir às meninas a responsabilidade pelas agressões que sofreram, sob a justificativa de agir de forma provocativa em relação aos meninos.

## LGBT

Não é difícil encontrar pelos corredores da escola, e até mesmo dentro das salas de aula, meninos e meninas vivendo situação de isolamento por parte dos colegas ou





sendo alvo de ofensas, agressões físicas, morais e psicossociais que causam constrangimentos ao demonstrar uma orientação sexual e afetiva em desacordo com uma visão mais tradicional, incorporada pela maioria nos grupos sociais. Além de ter sua vida social e seus processos de aprendizagem bastante comprometidos ao longo de toda a escolaridade, muitos acabam por renegar parte importante de sua constituição psíquica, o que pode prejudicar o seu desenvolvimento como pessoa.

Viver e lidar com a própria sexualidade de forma diferente daquilo que é considerado “normal” não pode ser considerado “falha na educação recebida da família”, “fraqueza de caráter”, “doença” ou “bizarrice”, como afirmam os homofóbicos. Não cabe a nós investigar as “causas”, uma vez que não se trata de um problema, mas, sim, da característica de algumas pessoas.

No contexto da Educação em Direitos Humanos, cabe aos educadores manter o respeito por todos, independentemente de suas singularidades. Uma criança ou um jovem que encontra na escola um ambiente hostil em relação à sua sexualidade terá seu desenvolvimento pessoal, social e psicológico comprometido e marcado pelo sofrimento, o que, em termos escolares, pode resultar em mau desempenho escolar ou evasão. A escola não deve permitir nem se omitir diante desse tipo de discriminação mais frequente do que muitos pensam.

## Religiões

Em muitos contextos, inclusive escolares, a religião tem sido motivo de discriminação, desde religiões praticadas por muitos, como as religiões de matrizes africanas, até aquelas que têm menos adeptos no país, como o budismo.

No caso das religiões afro-brasileiras, a discriminação pode estar relacionada ao fato de essas religiões serem seguidas, em sua grande maioria, pela população negra, historicamente marcada pelo estigma da escravidão.





Crianças e jovens que, na família, cultuam divindades de origem africana, além da desvalorização de sua cultura familiar, são alvo de ofensas, sendo denominados de “macumbeiros” ou “preto velho”, o que os coloca numa situação bastante conflituosa.

Outro exemplo de grupo por vezes discriminado são os protestantes evangélicos, mesmo que façam parte de comunidades hegemônicas. Assim, é importante que a escola construa um espaço de diálogo, respeito ecumênico e de convivência, em que as crenças das pessoas possam existir sem ferir os Direitos Humanos e a obrigatoria laicidade da escola pública. **Trata-se de garantir a liberdade de religião – e de não ter religião** –, assim como colocado na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

## Indígenas

As crianças e os jovens pertencentes a **comunidades indígenas** também sofrem discriminação étnica. O fato de ter características físicas e culturais singulares, como a alimentação, a língua falada, canções e crenças em suas divindades e mitos, faz com elas que se tornem alvo de exclusão, tendo de suportar o preconceito presente nas brincadeiras, nos apelidos e no distanciamento das outras crianças.

Contudo, não se pode deixar de considerar aqui a imagem que ainda hoje é predominante no caso dos povos indígenas, o que contribui muito para que sejam discriminados. Diferentemente do que ocorre na realidade, os povos indígenas continuam a ser representados pela figura do homem nu, ornado de cocares coloridos e pronunciando palavras incompreensíveis, ou portando armas, configurando um sujeito exótico potencialmente agressivo, o que acaba por afastá-lo da condição de sujeito de direito ou cidadão, assim como todos. Ocorre também de serem considerados “desajustados”, que se entregaram à bebida por conta da aproximação da “civilização”. Assim, o desafio é reconstruir essa imagem, considerando-os sujeitos de direito, dotados de capacidades como todos, dignos do direito de viver em qualquer lugar do país, autônomos em seus costumes, assim como o restante da população.

O Brasil é um país multiétnico. Na cidade de São Paulo, além das aldeias, localizadas nas zonas oeste e sul (Tekoa Ytu, Tekoa Pyau e Tekoa Itakupe, na região do Jaraguá, e Tekoa Tenondé Porã, Tekoa Krukutu, Tekoa Kalipetue, Tekoa Yy Rexaca, no bairro de Parelheiros), onde vivem mais de 800 indígenas, que tiveram seus territórios reduzidos pelo crescimento da cidade, há uma significativa população indígena distribuída por vários bairros, constituída por famílias que migraram de suas terras de origem para a cidade.





**Para saber mais: *O que é importante lembrar no “Dia do Índio”: subsídios para a discussão da história e da cultura indígena.* São Paulo: Núcleo de Educação Étnico-Racial da Secretaria Municipal de Educação, 2014.**

Nesses casos, não se pode deixar de considerar que, muitas vezes, essas são famílias nativas da região que tiveram suas terras ocupadas por um processo de crescimento desordenado das cidades, decorrente da expulsão de moradores dos centros para as áreas periféricas, onde hoje se encontram aglomerados em favelas. É importante que os colegas desses alunos não os considerem “vindos de outro lugar”, muito menos “de uma floresta longínqua”, pois são habitantes da cidade desapropriados de suas terras e tradições.

### **Os considerados “maus alunos”**

Toda sala de aula é composta por alunos com diferentes perfis também no que se refere ao desempenho escolar, alguns enfrentam tranquilamente os desafios da aprendizagem, outros precisam se dedicar mais às tarefas propostas nas aulas, outros ainda não se envolvem da forma esperada na vida escolar. Os motivos que explicam essa situação podem ser muitos: ritmos diferentes (sabemos que os tempos de aprendizagem são distintos de um aluno para outro); histórico de escolaridade irregular; situação desconfortável no grupo de colegas; entre tantos outros.

Ao longo de sua vida escolar, esses meninos e essas meninas correm o risco de ter suas imagens construídas de forma bastante negativa e descrente (tanto para si quanto para os outros), passando, aos poucos, a carregar o estigma de “alunos que não têm jeito”, “não nasceram para estudar”, “atrapalham as aulas” etc. No entanto, não se pode perder de vista que, antes de tudo, eles são nossos alunos e o fato de não conseguirem, por exemplo, ler um texto ou realizar uma operação matemática deve ser encarado como característica da vida escolar, e não como marca definitiva de sua identidade.





Com o tempo, é muito comum que esses alunos deixem de contar com o apoio dos adultos, que se sentem frustrados por não conseguirem alterar a situação, cristalizando, sem querer, uma descrença quanto às potencialidades desses alunos, o que compromete o seu desenvolvimento. Desacreditados, esses alunos quase sempre passam a ser discriminados de algum modo e ficam à margem de sua comunidade. Se o futuro dos alunos não depende exclusivamente da escola, sabemos do papel importante que a escola tem na formação de cidadãos seguros, conscientes e autônomos.

Na verdade, esses são os alunos que mais necessitam da atenção e do investimento, tanto do professor quanto dos outros agentes da comunidade. Não existem alunos fadados ao fracasso *a priori*, mas, sim, aqueles que, em algum momento de sua vida escolar, enfrentaram dificuldades de ordem pessoal, familiar ou, muitas vezes, advindas da própria escola que se tornaram obstáculos aparentemente intransponíveis. Talvez a ausência da crença na reversibilidade desse tipo de situação e a ausência de intervenções que tirem esses alunos desse lugar sejam as situações mais flagrantes e nocivas de discriminação dentro da escola.

Os colegas, e até mesmo os educadores, de forma sutil, seja com olhares, comentários ou atitudes, acabam por firmar esses alunos num lugar muito difícil de sair, assim como acontece com outros tipos de discriminação. Acreditar e reconhecer o potencial de todos, respeitando o percurso de cada um, são condições para que esses alunos sejam encorajados a aprender.

## Os mais pobres

Numa gama de possibilidades de discriminação na escola, também merece destaque aquela que se dirige aos mais pobres, aqueles com poder aquisitivo menor, que, as vezes, são vistos como inferiores, mesmo que sejam a maioria. São aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, não possuem bens de consumo como telefone celular com mais recursos tecnológicos, não usam as roupas de deter



minadas grifes nem materiais escolares sofisticados, entre outros pertences que dão *status* aos que os possuem e o tiram dos que não têm.

A pobreza também pode ser motivo de discriminação quando integrantes da escola segregam aqueles que moram em regiões de favela. Alguns, mesmo estando ao lado de favelas, se consideram superiores e se diferenciam explicitamente dos “favelados”, que são assim chamados como expressão de insulto e muitas vezes de xingamento.

Ninguém pode ser definido como superior ou inferior pelo seu endereço, pela roupa que usa, pelo corte de cabelo, pelos bens materiais que tem. Nada justifica um ser humano ser superior ao outro. Transformar essa visão é uma tarefa dos educadores, pois o consumismo é uma cultura social que materializa e justifica exclusões sociais.



### As “marcas das famílias”

Há ainda os casos de alunos pouco acreditados na comunidade escolar, cujas famílias (sobretudo os pais) já viveram situações relacionadas a violência, crimes, prisões e outros dramas que as colocam em evidência. O fato de ser filho de alguém que cometeu algum tipo de delito, por mais grave que possa parecer, não faz com que uma criança ou um jovem seja desprovido de capacidades, de caráter e, ainda mais importante, da condição de sujeito de direito. Nem os pais nem os filhos devem ser tratados dessa maneira. Devemos lembrar que é função dos educadores insistir na presença de cada um desses alunos na escola e garantir, por meio dos dispositivos educativos, um processo de escolaridade no qual eles possam contar com as mesmas oportunidades que seus colegas.

Outra característica familiar que costuma ser alvo de discriminação é o fato de estas serem formadas por casais em relação homoafetiva. Assim como acontece com as alunas lésbicas, os alunos gays, bissexuais, transexuais e transgêneros, os que são filhos de casais homoafetivos são discriminados e correm o risco de terem sua vida escolar muito prejudicada, inclusive no que diz respeito à participação dos pais nos



espaços de convivência da escola, às discussões e deliberações de assuntos da comunidade escolar (como os conselhos escolares), bem como à participação efetiva na vida escolar de seus filhos.

Outra situação que merece atenção e preocupação acontece nas famílias com menos recursos financeiros, sobretudo aquelas que vivem em favelas. Muitas vezes, essas famílias não são consideradas parte da comunidade escolar, nem sequer do bairro onde moram, ainda que as favelas estejam localizadas ao lado da escola ou até mesmo na região central do bairro.

### Os “estrangeiros”

O fato de o Brasil contar com uma rica diversidade cultural e também com um intenso movimento migratório torna muito comum o ingresso de alunos provenientes de diferentes regiões em nossas escolas ao longo de todo o ano escolar. Não é raro que a chegada dessas crianças seja acompanhada de dúvidas e, muitas vezes, descrença por parte da comunidade, principalmente quando se trata de regiões pouco favorecidas social e economicamente.

Ainda que, em alguns casos, seja necessário um tempo para se adaptar à nova rotina e à nova dinâmica escolar, esses alunos contam com as mesmas condições de aprender e viver em grupo que aquelas apresentadas para a grande maioria. Além disso, eles trazem conhecimentos inéditos para a comunidade escolar, fruto de processos históricos, culturais e sociais que devem ser valorizados, enriquecendo a formação de todos.

Desse modo, cabe à escola acolhê-los e valorizar suas potencialidades, derrubando barreiras linguísticas e culturais, oferecendo-lhes um ambiente que contribua para o desenvolvimento do aprendizado e a integração na cidadania. Vale a pena também chamar a atenção para aqueles cujas famílias, vindas de outros países em





busca de trabalho e melhores condições de vida, ou mesmo como refugiados, se deparam com uma situação hostil ou pouco receptiva, tanto no bairro onde se instalam quanto na comunidade escolar. “Gringo” e “cucaracha” são alguns dos apelidos de caráter discriminatório pelos quais são chamados os alunos nessa situação.

Outra dificuldade enfrentada é a língua falada. Assim, são necessários tempo e apoio constante dos professores, além de materiais didáticos bilíngue para que consigam se comunicar e sejam compreendidos, sem que isso seja motivo de brincadeiras ou discriminação. Nesse caso, o professor é o modelo mais próximo, e suas atitudes diante desses alunos definem a forma como serão tratados pela comunidade escolar.

### **Alunos em situação de liberdade assistida**

Além de ser alvo de discriminação, alunos em situação de liberdade assistida se encontram vulneráveis, uma vez que a possibilidade de viver em liberdade e na companhia da família e da comunidade também está relacionada às atitudes, ao comportamento e ao desempenho demonstrados no espaço escolar. Assim, esses alunos demandam da escola uma atenção especial, não só no que se refere aos cuidados e aos procedimentos inerentes à condição de liberdade assistida, mas no sentido de evitar que sejam discriminados por conta disso.

O fato de viver momentaneamente sob essa condição não é o bastante para permitir, da parte de colegas ou adultos, um tratamento pautado pelo distanciamento e pelo medo.

De outro modo, são esses alunos que precisam vivenciar, o mais intensamente possível, situações de convivência e interação com os colegas para reconstruir algumas de suas atitudes e posturas. Não se trata de “bandidos” ou “pequenos criminosos”, mas de jovens em formação que cometeram atos infracionais, que precisam, nesse momento, contar com todo o apoio da comunidade escolar. Assim, devem contar com o acolhimento e o respeito dos adultos da escola, que servirão de modelo para







que os outros alunos possam fazer o mesmo. É muito importante ainda evitar que sejam identificados apenas por essa condição, como “aquele aluno que está em liberdade assistida”.

## Alunos com deficiência

A presença de alunos que se encontram em situação de “desvantagem” nas mesmas escolas que a grande maioria das crianças vem sendo debatida, já há muito tempo. Esse debate teve início com a discussão acerca da pertinência da presença desses alunos nas escolas, mas hoje, vencida essa etapa, o foco é a busca de inclusão e da melhor maneira de atender à necessidade de cada um deles, tendo em vista as modalidades de deficiência (física, visual, auditiva ou intelectual).

Sujeitos de direito, assim como todos os seus colegas, as crianças que apresentam qualquer tipo de deficiência contam com um espaço cada vez maior nas escolas, conquista que pode ser atribuída a diversos fatores, como: a presença de professores de apoio; a possibilidade de fazer adaptações que viabilizam o acesso de todos, não só à escola, mas também aos conteúdos; salas de recursos multifuncionais; programas de formação de professores. Entretanto, para isso, foi determinante o fato de as crianças ingressarem nas escolas explicitando aos professores e aos outros educadores os verdadeiros problemas a serem enfrentados, suas (muitas) possibilidades de aprendizagem, as singularidades na forma de aprender e as necessidades específicas de cada uma, dando início a um rico processo de formação em ação dos professores. Hoje, num grande número de escolas, é possível encontrar alunos que apresentam diferentes formas de “desvantagem” e que usufruem do direito de estar onde todas as crianças estão: na escola.

O grande desafio para os educadores é fazer da escola um espaço inclusivo e diverso, onde a presença da diversidade seja o reflexo da comunidade, considerando as diferenças um dos fatores que contribuí com o processo formativo e humano. Contudo, não há outra possibilidade de construir esse olhar a não ser por meio da prática



escolar diária e da reflexão continuada a respeito das questões inesperadas que essa nova realidade traz.

A escola tem como função proporcionar condições de aprendizagem para todos os alunos, incluindo aqueles que se encontram em situação de desvantagem intelectual e têm direito de aprender os conteúdos escolares, almejando uma crescente autonomia intelectual.

Trata-se de uma tarefa bastante complexa, mas possível, se consideradas algumas ideias. A primeira delas diz respeito à crença nas possibilidades de aprendizagem desses alunos: certamente são capazes de aprender, ainda que não o façam da mesma maneira, ao mesmo tempo, e com os mesmos recursos e intervenções dispensados à maioria, carecendo de atendimento e acompanhamento especializados.

A segunda ideia que deve ser considerada é a necessidade de lançar para esses alunos um olhar focado nas suas potencialidades, e não naquilo que lhes falta. Saber que uma criança é portadora de alguma síndrome ou que traz consigo alguma outra característica que pode gerar dificuldades significativas de aprendizagem talvez seja apenas um primeiro passo (mas não o mais importante) para conhecê-la. Entretanto, mais do que isso, é essencial conhecer suas possibilidades de aprender com base no que já sabe, identificar os recursos necessários e planejar meios de viabilizar as aprendizagens.

Assim, é necessário trabalhar com a criança e pensar nela sempre do ponto de vista de sua positividade, ou seja, daquilo que nelas foi preservado e que oferece ao professor a possibilidade de intervir e gerar crescimento. De outro modo, focar o olhar na negatividade, considerando apenas as faltas que apresentam, significa desprezar aquilo que de fato poderá determinar algum avanço no processo de aprendizagem dessas crianças.

O ponto de partida para a construção de um plano de escolaridade é identificar aquilo que o aluno se mostra capaz de fazer, para, então, oferecer a ele propostas desafiadoras, mas possíveis de serem realizadas com certo esforço cognitivo, proporcionando avanços.



Uma questão do atendimento dirigido às crianças que apresentam deficiências é a forma como elas devem ser tratadas. Certamente, a grande maioria delas demandará do professor e dos outros adultos algumas intervenções de caráter individual, que não podem ser confundidas com privilégios, sobretudo pelos colegas. A atenção e a prioridade no atendimento em algumas situações devem acontecer apenas quando necessitam verdadeiramente. Dispensar a elas atenção e proteção especiais a todo momento, além de fixá-las no papel de “incapazes”, roubará delas as oportunidades de colocar suas capacidades em jogo, de se perceberem competentes para tomar iniciativas e de se aproximarem de seus colegas.

Por outro lado, alguns alunos podem se mostrar desconfortáveis na presença de colegas com deficiência. Isso acontece por causa da falta de familiaridade e convivência com esses alunos. Nesse sentido, mais que insistir num discurso de tolerância e compreensão, é importante oferecer oportunidades de conviver com os colegas com deficiência justamente em situações em que eles têm sucesso e não são marcadas pela impossibilidade e pela necessidade de ajuda, compartilhando momentos de aprendizagem e de brincadeiras, estabelecendo, desde muito cedo, relações e laços de afeto legítimos.

## Finalizando

O encontro diário com as singularidades de cada um é, antes de tudo, uma condição para oferecer a todos uma formação que promova a construção de um olhar questionador para a sociedade atual, substituindo o foco no mérito individual e a competição por uma formação em valores coletivos, vinculados à ética e à cidadania.

Assim, os alunos saberão reconhecer e considerar os direitos daqueles que não são exatamente como eles, olhando para o coletivo, enxergando de forma crítica a cidade em que vivem, buscando nela os sinais da inclusão social e lutando por ela sempre que se depararem com cenas de injustiça social e discriminação.



### 3. ATUAÇÃO NO COTIDIANO DA ESCOLA

Vista aqui como uma comunidade ampla, permeada por relações de hostilidade e discriminação, a escola deve lançar mão dos seus dispositivos educacionais para não permitir que isso aconteça. Para isso é importante trabalhar com os alunos e a comunidade escolar o respeito, a diversidade e a justiça, por meio de ações educativas respeitosas, como as discutidas neste projeto.

A formação dos indivíduos tem sua fase mais intensa e profícua nos primeiros anos de vida, quando já deve estar presente a convivência orientada pelo respeito mútuo e geradora de igualdade. Portanto, essas questões são importantes na escola desde o berçário, compondo um processo de atuação contínua, em que a ação do educador cumpre um papel mais importante que a simples exposição de ideias e o discurso. O que buscamos é uma mudança cultural, decorrente de um processo lento e ininterrupto de “ação-reflexão-ação”, que não busca apenas resultados pontuais no ambiente da escola, mas pretende implantar um processo de transformação direcionado aos Direitos Humanos.

A escola ensina valores o tempo todo, mesmo que os professores pensem que não o fazem. Cada gesto e cada decisão são ações educacionais que transmitem valores. Como combater a discriminação étnica expressa pelos alunos se ela está presente nos conteúdos curriculares, nos livros da biblioteca, entre outros espaços educativos? Ainda que sejam muitas e muito diferentes as situações de discriminação que ocorrem no espaço escolar, é possível pensar em algumas formas de intervir no momento em que elas acontecem e elaborar ações, de caráter permanente, que podem contribuir no sentido de evitá-las e de potencializar a formação dos alunos.

#### Atividades de caráter permanente

É importante que a ideia de que toda discriminação é inaceitável, dentro e fora do ambiente escolar, se torne um valor compartilhado por todos, de forma gradual e pactuada.





Isso vai acontecer de forma mais efetiva se os alunos puderem contar com o modelo dos adultos no dia a dia da escola, e não apenas com o discurso.

Quanto mais frequentes forem as situações de discriminação, maior será o espaço que o tema deverá ocupar na rotina da escola, em diferentes momentos e espaços, não se limitando apenas à abordagem de situações pontuais nem de caráter punitivo. Notícias de jornal, ocorrências divulgadas pela mídia e comentários sobre situações recentes no entorno da escola contribuem para que a discussão sobre a discriminação e o preconceito se mantenha na “ordem do dia”, evitando que venham à tona apenas quando a escola enfrenta problemas.

Trata-se de valores a serem construídos, e não de regras de etiqueta para determinadas situações. Discussões, tematizações e esclarecimentos devem acontecer como parte da formação ética de todos, pois fazem mais sentido e contribuem de forma mais efetiva na formação dos alunos se a atuação dos educadores no dia a dia corresponder às ideias divulgadas.

A forma de lidar com as situações cotidianas de discriminação, bem como a indignação dirigida a elas, será um modelo para crianças e adolescentes, sempre atentos à coerência entre o discurso e as atitudes dos adultos. Da mesma forma, o tratamento que os adultos dispensam àqueles que, por qualquer motivo (gênero, orientação sexual, deficiência, condição étnico-racial, idade, origem, condição socioeconômica, política, religiosa e cultural) são alvo de discriminação, estabelecerá parâmetros para a atuação dos alunos. Assim, é fundamental que os adultos dispensem a todos (sem exceção) o mesmo tipo de tratamento, reconhecendo os mesmos direitos para todos, oferecendo àqueles que mais precisam as condições necessárias para alcançá-los (o que não significa privilegiá-los, mas, sim, o exercício da equidade) e permanecendo atentos às situações que merecem intervenções mais efetivas.



## Discriminação silenciosa

Muitas vezes, a discriminação acontece de forma “silenciosa”. Mesmo assim, seus reflexos podem ser percebidos tanto na sala de aula quanto nos corredores da escola. Acolher e conversar com os alunos que sofrem a discriminação, sem solicitar a ajuda dos adultos, pode ser um primeiro passo, assim como fazer o papel de “ponte” entre ele e seus colegas, inserindo-o nas brincadeiras, nas rodinhas de conversa e nos movimentos do grêmio estudantil, criando situações de trabalho em equipe na classe ou organizando duplas de trabalho.

Num primeiro momento, a mediação do adulto pode ajudar. Contudo, não é produtivo contar com esse apoio sempre. O mais aconselhável é que, aos poucos, o aluno se fortaleça, descobrindo suas potencialidades nas situações de interação. Nesses casos, é preciso que o adulto incentive que o aluno siga sozinho. Prestar a esse aluno um atendimento superprotetor, seja por ter vivido recentemente situações de discriminação ou por apresentar alguma deficiência, pode imprimir nele o estigma da incapacidade, comprometendo sua vida escolar, além de despertar no grupo um sentimento forte de ciúme. Um aluno que sai sempre em busca de ajuda do adulto, fragiliza-se diante do grupo, tornando-se alvo ainda mais constante de ofensas. Dessa forma, ele corre o risco de ocupar esse lugar na classe para sempre. Contribuir com o fortalecimento desses alunos não significa deixá-los à própria sorte, e, sim, ajudá-los a perceber seus direitos e experimentar gradativa autonomia.

Intervenções que coloquem em destaque as competências dessas crianças e desses adolescentes dentro e fora da sala de aula podem contribuir de modo significativo para evitar que sejam estigmatizados. Nesse sentido, o professor pode convidar esse aluno a apoiar um colega que apresenta dificuldades em determinado assunto, solicitar e considerar as opiniões dele nas discussões coletivas.



## Discriminação explícita

Contudo, algumas situações de discriminação acabam se manifestando de forma agressiva, por meio de ofensas, do isolamento por parte do grupo e até de agressões físicas, exigindo dos educadores uma atuação mais direta e pontual. Uma vez que cumpre, em vários momentos, o papel de mediador e promotor do diálogo, a atuação do professor diante de situações de discriminação não deve ser diferente. Assim, um bom começo pode ser identificar a situação e dar voz às duas partes, sem julgar nenhuma delas, mediando um diálogo entre discriminador e discriminado. Nesse momento, é essencial que ambos possam se colocar, um diante do outro, explicitando como se sentiram e expressando seus desconfortos sem a censura do adulto.

Ainda que se faça necessária uma conversa mais direcionada com apenas uma das partes, é importante garantir esse momento juntos. Estar ao lado do aluno que sofreu discriminação nas situações de mediação não significa falar por ele nem representá-lo na discussão. Ele deve ser encorajado a se colocar, contando como apoio do professor apenas nos momentos em que se sentir ameaçado.

O educador pode e deve mostrar sua indignação. No entanto, por mais que a situação de discriminação seja inaceitável, é fundamental considerar que esse é um momento de diálogo e que a fala do colega que foi discriminado pode causar, nessa hora, um impacto mais transformador que o discurso do adulto. Com esse tipo de mediação, a indignação vai ganhando espaço nos grupos.

Por fim, sempre é possível e essencial dar a todos a oportunidade de reverter essas e outras situações. Assim, pode-se sugerir que, depois da conversa, os alunos (discriminador e discriminado) façam uma atividade juntos. Isso pode ajudar bastante os dois, proporcionando momentos de descoberta e valorização das potencialidades de ambos (sempre mais relevantes que as características que os diferenciam).





## Sugestão de atividades

### Atividades específicas para a Educação Infantil

Na Educação Infantil, a questão da discriminação deve ser tratada com especial atenção, já que é no CEI e na EMEI que as crianças viverão suas primeiras experiências em grupo. É muito importante que a equipe de educadores se empenhe em construir um ambiente de respeito e de valorização das diferenças entre as crianças. Afinal, conviver num ambiente em que o respeito e atitudes contra a discriminação são de fato vivenciados e observados é a melhor forma de educar as crianças, proporcionando a elas uma experiência diferente daquela que, muitas vezes, encontrarão fora da escola. Isso é a Educação em Direitos Humanos.

Conviver de verdade num grupo em que as características físicas de todas as crianças (cor de pele, cabelos, peso etc.) são valorizadas, e não representam motivo de segregação, ouvir histórias e participar de projetos que apresentem a cultura, as narrativas e a poesia de diferentes grupos étnicos, povos e países também são formas de estender os horizontes culturais das crianças e de ensiná-las atitudes de interesse e cuidado para com o outro.

O interesse e o movimento das crianças pequenas na direção do outro são evidentes e muito peculiares nessa faixa etária. Os bebês, por exemplo, se dirigem aos adultos e às outras crianças por inteiro, querem tocá-los, experimentá-los, conhecê-los com os olhos e com as mãos.

Na Educação Infantil, a abertura para os demais é marcada pela afetividade e pelas emoções, pelo predomínio do gesto e da expressão. Tendo isso em vista, é possível valorizar e estimular o interesse entre as crianças, organizando situações em que elas brinquem juntas e variando os agrupamentos dentro da sala, mas respeitando suas preferências e a possibilidade de fazer amizades.







No caderno *Respeito na Escola: Orientações Gerais* do Projeto Respeitar é Preciso!, há sugestões de atividades para a Educação Infantil que têm como foco a valorização das diferenças e a construção de atitudes não discriminatórias com os grupos de crianças.

### Atividades para o Ensino Fundamental

A atitude do professor para com seus alunos é uma fonte de inspiração, na medida em que pode ensiná-los muito sobre cuidado, justiça e responsabilidade. Portanto, diante das crianças, os educadores devem sempre buscar ser coerentes, ouvi-las atentamente em casos de conflito e pedir suas opiniões nos casos em que for preciso encontrar soluções para os problemas do grupo. Do mesmo modo, devem explicar o significado das palavras desconhecidas e ideias novas sempre que necessário.

Os educadores não devem deixar de informar, contextualizar ou aproveitar os eventos locais e as notícias da mídia para discutir com os alunos. O clima de antagonismo na época das eleições, as brigas envolvendo torcedores, a discriminação contra pessoas

ou grupos, a violência contra crianças noticiadas pela mídia interessam e muitas vezes angustiam as crianças, cujos sentimentos podem ser contemplados quando se conversa sobre esses fatos. Nesse sentido, é interessante comentar com os alunos sobre as conquistas, as resoluções, as medidas para a proteção e até mesmo as sanções impostas pela sociedade quando há violação de Direitos Humanos. Também no Ensino Fundamental, em função da crescente capacidade de compreensão e argumentação, os próprios conteúdos curriculares abrem ricas possibilidades de debates sobre preconceitos, discriminação e injustiça. (Ver caderno *Respeito na Escola: Orientações Gerais*.)





## Ideias que podem contribuir para a reflexão dos educadores

Educar para a não discriminação é uma tarefa que demanda sensibilidade. Assim, atividades reflexivas sobre o tema são importantes também entre os adultos.

### O que já sentiu ou viu

Em algum momento da vida, todo mundo já presenciou ou viveu alguma situação de discriminação. Uma boa maneira de iniciar uma reflexão sobre esse assunto é compartilhar com os colegas, relatando e comentando situações vivenciadas.

Nesse exercício, é interessante lembrar coletivamente as situações de discriminação presenciadas ao longo da vida escolar, dando destaque às intervenções dos adultos que mediaram a situação e aos sentimentos que surgiram no momento. Esses momentos revelam a todos como e há quanto tempo a discriminação está presente nas escolas, contribuindo também para a busca de estratégias e encaminhamentos que podem se mostrar potentes para o respeito à diversidade. Esse é um tema bastante complexo e delicado. Assim, a reflexão, o trabalho coletivo, a escuta e a possibilidade de expor dúvidas e desconfortos são essenciais para o sucesso da empreitada a que se propõe a prática da Educação em Direitos Humanos.

### O assunto sempre em pauta

Aos poucos, as situações vividas na escola, passam a ocupar um espaço importante nas conversas, sendo tematizadas e levando ao grupo a possibilidade de construir um repertório de experiências, que, registradas de alguma forma, podem oferecer subsídios para situações que envolvem intervenções ou tomadas de decisão. Trata-se de um material precioso, que pode ser feito virtualmente, num documento compartilhado com todos os interessados.





A manutenção das conversas, bem como a construção desse material de autoria coletiva, dependerá da determinação de um tempo para que os grupos se dediquem a essa questão, com certa regularidade, ainda que se inicie com 15 minutos ou aconteça no fim de reuniões pedagógicas, para socializar situações recém-vivenciadas e ouvir sugestões dos colegas. Levar para a apreciação coletiva artigos de jornais, livros, sites e biografias que abordam essas situações também contribui com o processo, sustentando a discussão.

O mural da escola também pode prestar grande ajuda se apresentar pelo menos uma notícia ou nota que aborde situações ou temas relacionados à discriminação. A sala dos professores, ou os outros espaços de grande circulação de adultos, pode ter um “cantinho”, ou um pequeno caderno, ao qual toda a comunidade de adultos tem acesso e no qual podem ser registrados casos de sucesso, “pedidos de socorro”, desfechos de casos que foram expostos etc. O importante é que o tema da discriminação esteja presente na vida da escola e que seja “encarado de frente” pelos educadores.

### Experimentando a discriminação

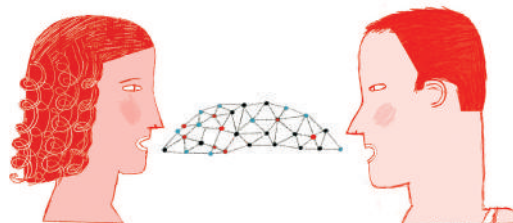
A proposta apresentada a seguir é a simulação de uma situação que envolve pessoas num contexto de discriminação. Nessa atividade, os participantes precisam se colocar no lugar do outro, seja ele o discriminado ou o que discrimina, buscando entender o que provoca atitudes desrespeitosas e qual o sentimento de quem é desrespeitado.

A sugestão é que os educadores desempenhem o papel de pessoas sujeitas à discriminação, aqui representadas por aqueles que têm algum tipo de deficiência física. Esse modelo de atividade pode ser utilizado em outros contextos ou outras situações de discriminação para sensibilizar e promover uma reflexão sobre o tema.



---

### Atividades



1. Esta é uma dinâmica que pode ser realizada durante um encontro do Projeto Respeitar é Preciso!, devendo ser encaminhada logo antes do intervalo ou café. Os dinamizadores do encontro solicitam que todos se organizem em duplas.

2. Os dinamizadores passam pelas duplas atribuindo os papéis de “pessoa com deficiência” ou “ajudante/acompanhante” para cada um dos componentes. Assim, um deles estará vivendo uma situação parecida com a de uma pessoa com deficiência, e o outro fará o papel de quem presta ajuda a ele.

3. Então, o organizador distribui vendas para os olhos, barbantes para amarrar as mãos uma à outra, impedindo os movimentos, e fita adesiva para que os pés sejam presos um ao outro. Dessa forma, cada dupla tem um integrante vivenciando uma deficiência física e outro como o acompanhante.

4. Depois dessa preparação, as duplas tomam o lanche oferecido no intervalo.

5. Após o intervalo, o grupo pode compartilhar suas experiências e sensações, tendo sempre como foco as dificuldades, a sensação dos olhares em volta, a comunicação com as pessoas ao redor e a atuação do ajudante. Em seguida, todos são convidados a estender a reflexão, considerando os outros que também são foco de discriminação.

---



## BIBLIOGRAFIA

ALBISSÚ, Nelson. *Semente antibullying*. São Paulo: Cortez, 2011.

BAPTISTA, Cláudio Roberto. *A inclusão e seus sentidos: entre edifícios e tendas*. Trabalho apresentado no 12.º Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Curitiba, 2004. Disponível em: <http://www.proinesp.ufrgs.br/files/palestras/palestraclaudio.pdf>. Acesso em: 15 jan 2015.

BRASIL. *Balanço da ação do MEC para a implementação da Lei n. 10.639/2003*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade/Ministério da Educação, 2008.

\_\_\_\_\_. *Contribuições para a Implementação da Lei n. 10.639/2003: Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: Grupo de Trabalho Interministerial/Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/contribuicoes.pdf>. Acesso em: 9 set. 2015.

\_\_\_\_\_. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2007.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão*. Organizado por Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros. Brasília: Secadi/Ministério da Educação, 2013.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne>. Acesso em: 10 jan. 2015.



\_\_\_\_\_. *Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. Resolução n. 4. Brasília: Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação, 2009.

\_\_\_\_\_. *Lei n. 10.639*. Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 15 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: Secad/Ministério da Educação, 2006.

\_\_\_\_\_. *Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional da Educação: Meta 4 (2011-2020)*. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência*. Decreto n. 7.612. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. *Resolução n. 1*, de 17 de junho de 2004. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 9 set. 2015.

CALISSI, Luciana; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. *Educação em direitos humanos*. Manual do professor. Livros 1, 2, 3, 4 e 5. João Pessoa: Grafiset, 2013.



CAVALLEIRO, Eliane dos S. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2002.

FREIRE, José Ribamar Bessa. A herança cultural indígena, ou cinco ideias equivocadas sobre os índios. Em *Cineastas indígenas: um outro olhar*. Guia para professores e alunos. Olinda: Vídeo nas Aldeias, 2010.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Legislação indigenista brasileira e normas correlatas. Brasília: Coordenação Geral de Documentação da Funai, 2003.

GENTLE, Ivanilda Matias; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; GUIMARÃES, Valéria Maria Gomes. *Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO. Ata final do 1.º Congresso Indigenista Interamericano, celebrado em Pátzcuaro, México, abril de 1940. México, 1948.

MACEDO, Lino de. *Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos?* Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso & COLLARES, Cecília Azevedo Lima. A história não contada dos distúrbios de aprendizagem. Em *Cadernos Cedes*, n. 28. Campinas: Papi-rus/Cedes, 1992.

MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. 2.ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma L. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006.



NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Brasília: Unesco, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. *Ensinando Direitos Humanos: atividades práticas para os Ensinos Fundamental e Médio*, 2004.

PUIG, Josep Maria. Aprender a viver. Em ARAÚJO, Ulisses F.; PUIG, Josep Maria; ARANTES, Valéria Amorim (orgs.). *Educação e valores: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2007.

RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; AREND, Sílvia Maria Fávero (orgs.). *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

SANTOS, Gislene (org.). *Negros e brancos na escola*. São Paulo: Terceira Margem, 2009. (Coleção Percepções da Diferença.)

SILVA, Dilma de Melo (org.). *Brasil: sua gente e sua cultura*. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

VIANNA, Walny. *Direitos humanos e cidadania: Ensino Fundamental*. Livro do professor. Volumes 1, 2, 3, 4 e 5. Curitiba: Base Editorial, 2011.





## Filmes e documentários

*Família Alcântara*. Direção: Daniel Solá Santiago e Liliam Solá Santiago. Texto: Luciene Cecília Barbosa. São Paulo: Núcleo de Educação Étnico-Racial/SME, 2005.

*Ganga Zumba*. Direção: Cacá Diegues. Brasil, 1964.

*Heróis de todo mundo*. Direção: Luiz Antonio Pilar. Brasil, 1964.

*Ori*. Direção: Raquel Gerber. Brasil, 1989.

*Quilombo*. Direção: Cacá Diegues. Brasil, 1984.

## Sites

[ceert.org.br](http://ceert.org.br)

[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

[midiaetnia.mci.net.br](http://midiaetnia.mci.net.br)

[www.usp.br/neinb](http://www.usp.br/neinb)

[mapadaviolencia.org.br](http://mapadaviolencia.org.br)

<http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/>

[www.acordacultura.org.br](http://www.acordacultura.org.br)

<http://pibmirim.socioambiental.org/como-vivem/brincadeiras>









EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

editar  
preciso



São Paulo | dezembro de 2015



Prefeitura de São Paulo

**Fernando Haddad**

Secretaria Municipal de Direitos Humanos  
e Cidadania de São Paulo

**Eduardo Suplicy**

*Secretário adjunto*

**Rogério Sotilli**

Coordenação de Educação em Direitos Humanos  
*Coordenador geral*

Eduardo Bittar

*Coordenador adjunto*

Jonas Waks

*Assessores*

Aline Vicentin

Pedro Peruzzo

Secretaria Municipal de Educação  
de São Paulo

**Gabriel Chalita**

*Diretoria de Orientação Técnica  
da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo*

**Joane Vilela Pinto**

Instituto Vladimir Herzog

**Ivo Herzog**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Respeito e humilhação : caderno temático / Vlado  
Educação - Instituto Vladimir Herzog . --  
2. ed. -- São Paulo : Instituto Vladimir Herzog,  
2016. -- (Projeto RESPEITAR É PRECISO!)

Bibliografia

1. Educação em direitos humanos 2. Educação  
inclusiva 3. Humilhação 4. Humilhação na escola  
5. Respeito I. Vlado Educação - Instituto Vladimir  
Herzog. II. Série.

15-10828

CDD-370.115

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Educação em direitos humanos 370.115

**Vlado Educação**

*Direção educacional*

Ana Rosa Abreu

*Coordenação educacional*

Neide Nogueira

*Equipe educacional*

Ana Lúcia Catão

Celinha Nascimento

Maria da Paz Castro

Maria Paula Zurawski

*Consultoria*

Cristina Vicentin

Flávia Schilling

Maria Victoria Benevides

*Colaboração*

Fermin Damirdjian e Francisco Eduardo Bodião

*Produção participativa*

Professores, funcionários, gestores, técnicos da Rede  
Municipal de Ensino de São Paulo e membros das comu-  
nidades escolares que participaram dos cursos Respeitar  
é Preciso!, realizados em 2014 nos Centros de Educação  
em Direitos Humanos, em São Paulo (SP)

*Revisão de texto*

Jandira Queiroz

*Projeto gráfico*

S,M&A Design | Samuel Ribeiro Jr.

*Ilustrações*

Lúcia Brandão

Este material tem autorização para franca multiplica-  
ção, respeitados os direitos de autor e citadas adequa-  
damente as fontes.





## Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>5</b>
<b>1. Humilhação e Direitos Humanos</b>	<b>9</b>
<b>2. Humilhação e autoritarismo</b>	<b>11</b>
<b>3. Humilhação e ações educativas</b>	<b>12</b>
<b>4. Intervenções no cotidiano</b>	<b>22</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>30</b>







## APRESENTAÇÃO

Caros educadores,

**E**ste caderno, intitulado *Respeito e Humilhação*, faz parte do conjunto de publicações do Projeto Respeitar é Preciso! que busca compartilhar orientações, subsídios e sugestões para implementar a cultura de Educação em Direitos Humanos nas escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo.

Além de ações de formação, esse projeto conta com cinco publicações (*Respeito na Escola: Orientações Gerais*, *Sujeitos de Direito*, *Diversidade e Discriminação*, *Respeito e Humilhação* e *Democracia na Escola*) que, em seu conjunto, abarcam as principais questões relativas às práticas educacionais de respeito aos Direitos Humanos, identificadas na pesquisa qualitativa, na interlocução com os participantes do curso Respeitar é Preciso!, realizado em 2014, e na prática desenvolvida nas escolas em 2015. O caderno *Respeito na Escola: Orientações Gerais* aponta caminhos principalmente para os adultos da escola, todos considerados educadores, e para a entrada gradativa dos alunos, dos pais e da comunidade do entorno. Os demais cadernos tratam de questões importantes que perpassam todo o Projeto. Um tema e outro se entrelaçam, mas a organização em



cadernos faz com que seja possível “colocar uma lente” em aspectos diferentes para uma reflexão mais focada.

A ideia de humilhação está intimamente relacionada a todo tipo de exclusão e discriminação e se opõe à ideia de respeito, o que justifica uma reflexão constante sobre o tema nos meios escolares. Colocar o outro em situação de inferioridade por meio de uma prática humilhante, intencionalmente ou não, fere a dignidade dos sujeitos e pode configurar uma situação de abuso de poder.

Neste caderno, o tema é tratado do ponto de vista das relações interpessoais e das práticas no cotidiano escolar, como elas acontecem e quais as consequências negativas, não apenas para cada indivíduo humilhado, mas para a escola. A escola perde com o isolamento e o possível ressentimento das vítimas, que podem desistir da participação no coletivo, e também perde quando o ambiente fica pesado ou insensível diante da recorrência de casos penosos. Contudo, há maneiras eficazes e respeitadas para o enfrentamento desses problemas.

*Vlado Educação – Instituto Vladimir Herzog,  
Secretaria Municipal de Educação e  
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo*



**“ A Educação em Direitos Humanos tem por escopo principal uma formação ética, crítica e política. A primeira se refere à formação de atitudes orientadas por valores humanizadores, como a dignidade da pessoa, a liberdade, a igualdade, a justiça, a paz, a reciprocidade entre povos e culturas, servindo de parâmetro ético-político para a reflexão dos modos de ser e agir individual, coletivo e institucional. A formação crítica diz respeito ao exercício de juízos reflexivos sobre as relações entre os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, promovendo práticas institucionais coerentes com os Direitos Humanos. A formação política deve estar pautada numa perspectiva emancipatória e transformadora dos sujeitos de direitos. ”**

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, Ministério da Educação







# Respeito e Humilhação

## 1. HUMILHAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

**E**xistem contextos sociais em que o desrespeito aos Direitos Humanos configura situações em si humilhantes, como a miséria, a fome, o abandono, a violência, a falta de moradia, de trabalho e de condições mínimas de vida e de justiça. Uma criança sem escola, uma família desabrigada, uma situação de fome, uma doença não tratada são evidências flagrantes de humilhação grave e passíveis de indignação. É bom lembrar que não basta uma vaga na escola para que seja garantido o direito à educação, as crianças precisam também encontrar na escola um ambiente propício para aprender e se desenvolver.

Neste caderno, a reflexão que se pretende fazer se encontra nas diversas situações em que a humilhação surge como resultado da desigualdade e dos preconceitos geradores de injustiça existentes na nossa sociedade de forma geral e, portanto, também na escola.

Da perspectiva educativa, a questão central é o fato de que, muitas vezes, as relações desrespeitosas entre as pessoas reproduzem, reafirmam ou exacerbam situações injustas e indignas. Hoje, podemos contar com as Diretrizes Nacionais para a Educação

C  
d  
C  
A  
s  
c  
a  
e  
o  
e



em Direitos Humanos, do Ministério da Educação, que orientam uma prática educativa voltada para o combate dessas situações.

A reflexão acerca da humilhação remete às ideias de respeito mútuo e desrespeito. As discussões sobre esse tema serão sempre mais ricas e consistentes se considerarem as relações que se pode estabelecer entre elas. Respeitar o outro significa, antes de tudo, considerá-lo sujeito de direito (ver caderno *Sujeitos de Direito*), condição de todo e qualquer ser humano, independentemente de suas características sociais e pessoais, e do que quer que tenha feito, preservando, assim, a sua dignidade, condição inerente a todo e qualquer ser humano.

Humilhar é o ato ou a atitude que se traduz em diminuir alguém, tornando-o inferior, no intuito de se sentir superior, mesmo que sob a desculpa de uma “brincadeira”. Agredir (moral ou fisicamente), insultar, expor fragilidades, ridicularizar, pressionar, constranger... São muitas e muito diferentes as formas como as situações de humilhação acontecem e também são muitos os contextos que as geram.

Qualquer pessoa pode se tornar alvo de humilhação, por diversas razões: pela diferença considerada negativa em certos grupos (como LGBTs, negros, mulheres, crença religiosa, condição social e identidade cultural), por ser alvo de inveja ou por apresentar alguma característica que lhe coloque em situação de desvantagem (como deficiência física ou déficit intelectual).

Infelizmente, são muito frequentes na escola situações de humilhação dirigidas àqueles alunos que pertencem, ou parecem pertencer, a um grupo social tido como inferior. Não possuir aparelho de telefone celular dos mais modernos (e caros), não vestir “a grife da hora” ou viver em um local considerado “pobre” são exemplos de situações que podem disparar atos de humilhação por parte dos alunos que, de alguma maneira, se sentem superiores quando munidos desses adereços. Esse tipo de ocorrência merece atenção dos educadores, considerando sempre que se trata de uma situação que tem sua origem numa sociedade que valoriza os indivíduos com base





no poder de consumo de cada um. Todas essas situações explicitam o preconceito gerado por uma visão de mundo que considera as pessoas pela sua aparência e trata as diferenças como alvo de discriminação.

As situações de humilhação, por definição, colocam (ou tentam colocar) o sujeito humilhado em condição inferior. No sistema educacional, isso pode acontecer nas relações interpessoais entre crianças, entre adultos e entre adultos e adolescentes, entre adultos e crianças, inclusive com crianças bem pequenas. Deixar um bebê com as fraldas sujas durante muito tempo, colocar apelidos pejorativos em crianças por causa de alguma característica física, gritar com as crianças ou castigá-las sem explicar o que fizeram para isso, expor o mau desempenho de uma criança ou um adolescente na frente de outros são exemplos de humilhação que ainda hoje ocorrem no âmbito da escola, caracterizando, assim, uma situação de desrespeito aos Direitos Humanos num de seus mais importantes princípios, que é a dignidade do ser humano.

## 2. HUMILHAÇÃO E AUTORITARISMO

A humilhação, infelizmente, é muito frequente nas relações hierárquicas contaminadas pelo autoritarismo como em diversos tipos de instituições que fazem parte de nossa sociedade: militares, políticas, de saúde, de educação, de serviços públicos em geral. O desafio de uma sociedade justa é garantir relações democráticas em que haja escuta e participação por meio de mecanismos de consulta e transparência. É nesse contexto e por meio dessas práticas que a autoridade (ver caderno *Democracia na Escola*) se legitima verdadeiramente, passando a cumprir o papel de organização e orientação, e não sendo apenas um poder instituído arbitrariamente.

Foco de maior interesse nesse projeto, a escola é composta por uma extensa e complexa rede de relações e tem sua organização marcada por uma estrutura hierárquica. Dessa forma, é terreno fértil para situações de humilhação, mas também para a socialização, a promoção da cidadania, a formação de atitudes, opiniões e o desenvolvimento pessoal na perspectiva da Educação em Direitos Humanos.





Encontrar na hierarquia uma forma de organização e distribuição de funções, mais do que um mero exercício de poder, é condição para que as relações entre os educadores aconteçam de modo respeitoso.

O espaço escolar é um lugar privilegiado no sentido de servir como cenário para a transformação voltada para a legitimação e a valorização dos Direitos Humanos em todas as relações, instâncias e atividades. Também se presta a nos oferecer elementos que permitem tanto uma análise proposital dos preceitos éticos quanto o cultivo de um ambiente em que a humilhação não encontra seu enraizamento facilitado.

### 3. HUMILHAÇÃO E AÇÕES EDUCATIVAS

Na escola, as humilhações ocorrem nos diversos níveis de relação, refletindo uma afirmação de poder sobre o outro, tendo como agentes tanto alunos quanto professores, funcionários, gestores e outros elementos da comunidade, seja como protagonistas, seja como vítimas.

As manifestações práticas da humilhação em uma instituição escolar são muito variadas, revelando-se, muitas vezes, no poder de julgamento dos adultos ao conferir notas ou no tratamento pejorativo, em agressões verbais e na exposição do aluno ao ridículo pelos colegas.



No caso da Educação Infantil, e mesmo de todo o Ensino Fundamental, a grande dependência da criança em relação aos cuidados do adulto a coloca numa situação vulnerável, pois está iniciando sua vida em grupo e ainda não tem condições de argumentar e se defender, ou estes recursos estão ainda em construção. Por isso, os professores, bem como todos os adultos educadores que atuam em CEIs, EMIs e EMEFs, devem considerar a importância de suas atitudes de cuidado, intervenção em conflitos e a organização dos ambientes de convivência das crianças. Quando a criança é atendida, ouvida e acolhida, ela acaba tendo apreço pelo outro e confiando nele (a criança como digna de valor, não como objeto).







De modo geral, tudo o que se faz e o que se diz em uma escola, se presta como ação educativa na transmissão de valores, o que justifica e responsabiliza a escola como espaço de formação de pessoas, bem como de consolidação de um coletivo moldado pelo respeito mútuo.

Atualmente, diversos tipos de agressão e violência que têm como fio condutor a humilhação ganham visibilidade (inclusive na mídia) e ocupam um lugar significativo nas pautas de discussão e nas preocupações sobre o convívio escolar. Isso aponta a urgência de uma atuação constante, que não se limite à pura e simples coibição e punição desse tipo de atitude (o que já se mostrou ineficaz), mas instaure na escola, gradativamente, uma nova cultura permeada pelo respeito.

A proposição de formas respeitosas de convívio devem escapar, obviamente, a uma cartilha de boas maneiras, procurando fundamentação ética que permeie as relações entre os diversos setores que compõem o corpo escolar (educadores, adultos responsáveis, alunos) e entre todos os indivíduos. Assim, propiciar um ambiente saudável, para além de uma proposição generalista da prática de bons tratos, significa incorporar em todos os âmbitos um olhar atento para a ocorrência de situações de humilhação e nele intervir.

O risco das orientações superficiais, como exigir que as crianças peçam desculpas automaticamente depois de algum conflito, pode cristalizar práticas estereotipadas se o cuidado e o respeito para com o outro não forem valores realmente vivenciados e observados por elas no cotidiano. Desculpas e agradecimentos podem se tornar expressões verbais, vazias de sentido, utilizadas apenas formalmente.

Se o exercício da violência moral ocorre de forma reiterada e com razoável frequência nas instituições escolares, é importante evitar uma interpretação simplista, atribuindo essa prática a um ou dois alunos “vilões” e sair em sua busca pelos corredores da escola. Mais produtivo, é olhar para a complexidade da situação e para os valores que são transmitidos pela escola e reproduzidos pelos alunos, expostos em muitos





contextos: nas escolhas curriculares e na forma de apresentá-las; nos instrumentos de avaliação; na maneira como os adultos se dirigem aos alunos; nos cuidados que demandam, tanto do ponto de vista da aprendizagem, quanto ao que se refere às relações interpessoais.

É preciso refletir sobre as práticas educativas, fazendo uma análise do que acontece e que pode desviar ou mesmo ir contra o objetivo de criar condições para que os alunos se desenvolvam com autoconfiança e autonomia.

### Situações de humilhação entre os alunos

Atualmente, no meio educacional e nas mídias, a prática do bullying (humilhação) tem sido muito comentada e analisada como demonstração de hostilidade moral e/ou física entre alunos. O bullying se refere a atitudes repetidas de opressão, agressão e dominação de pessoas ou grupos sobre outras pessoas ou grupos, por meio de posturas “valentes”, ameaças e atribuição de apelidos pejorativos, que amedrontam e trazem sofrimento, assim como ignorar e rejeitar colegas, ameaçar, furtar, ofender, discriminar e intimidar, tudo o que define uma situação de humilhação.

Palavra de origem inglesa, o bullying chega ao Brasil e traz uma concepção à qual devemos estar atentos. O Projeto Respeitar é Preciso! adota o termo “humilhação” para se referir a esse fenômeno e apresenta uma abordagem mais construtiva.

Muitas vezes, essas discussões seguem um caminho perigoso, que é identificar os que “fazem” e os que “recebem” bullying, criminalizando uns e vitimizando outros, como se essas atitudes agressivas e tão nocivas acontecessem por única responsabilidade dos envolvidos: sempre os alunos. O que vemos hoje é essa questão sendo tratada em âmbitos jurídicos, por meio da atuação de advogados “especialistas em bullying”, relegando a segundo plano o âmbito educacional desse fenômeno, bem como o espaço de resolução adequado e eficiente (que é a escola) e os agentes responsáveis (que são os educadores).

Nessa perspectiva, a atuação da escola frequentemente se limita a definir punições, que vão desde advertências até a expulsão de alunos, muitas vezes sem considerar o contexto em que as situações de humilhação ocorreram e que, no espaço educativo,





é preciso compreender, intervir, se responsabilizar por violências desse tipo e educar para combater o que de fato ocorre.

É possível observar um número grande de crianças e adolescentes com dificuldade para reagir a essas situações agressivas, mostrando-se intimidados, o que acaba acarretando contínuas transferências de escola (pois, muitas vezes, não conseguem suportar a pressão). Isso é tão equivocadamente considerado quanto considerar que a humilhação pode ser evitada com algumas ações específicas e localizadas, como se evita determinada praga de jardim. Não se trata disso, e, sim, de considerar a complexidade destas situações e trazer à tona a prática do respeito mútuo, fazendo com que todas as relações entre os sujeitos da escola a considerem condição de convívio.

Mesmo sendo uma situação entre alunos, portanto, em princípio entre iguais, existe uma relação explícita de poder abusivo num contexto de humilhação: quem humilha sempre exerce uma força sobre o outro que, por algum motivo, se sente atingido, constrangido e não pode se defender, assumindo, assim, o lugar do fraco. Esse lugar se consolida, ainda que se saiba que quem precisa humilhar também carrega um alto grau de fragilidade. Portanto, todos precisam de cuidado. Buscar compreender e acolher o que agride pode ser um caminho para proteger o que é agredido.

O Projeto Respeitar é Preciso! considera que esses comportamentos agressivos entre os alunos configuram violência, devendo levar os educadores a pensar no contexto em que esses comportamentos ocorrem, olhar quem são os envolvidos e as características pessoais dos que agredem e dos agredidos, compreender o que está motivando esses comportamentos, identificar seu papel como educador e responsável e, principalmente, pensar sobre as possibilidades de intervenção no ambiente escolar.

## Os educadores e os alunos

A reflexão sobre humilhação também implica pensar o lugar da autoridade e das relações de poder que são evidentes, mas nem sempre explícitas na escola. A prática





da avaliação é um exemplo. Recurso importante para regular as aprendizagens, a avaliação também pode determinar algumas situações de humilhação que impedem o desenvolvimento desejável dos alunos.

Muitas vezes, as notas alcançadas nas provas, nos trabalhos e em outras situações de avaliação são vistas pelos alunos (e também pelo professor) como um “retrato” da posição do aluno dentro e fora da classe e, principalmente, em relação aos colegas, atribuindo rapidamente uma imagem, que pode ser de “bom” ou “mau” aluno. Uma nota baixa, uma atitude inadequada, um período prolongado de ausência nas aulas podem ser o bastante para determinar o perfil de um aluno, ou até mesmo o fracasso do seu processo de escolaridade. O aluno que “vai mal” é estigmatizado como incapaz, incompetente, “burro” e, portanto, fracassado, o que o leva a se sentir assim.

Por essência, a avaliação potencializa uma visão comparativa que pode colocar o malsucedido em situação de constrangimento, levando-o a ser ironizado pelos colegas e, não raro, consolidando uma imagem assim também pelos professores e demais adultos.

Antes de mais nada, a avaliação deve ser um instrumento de análise e reflexão tanto para professores quanto para alunos, potencializando um processo de autorregulação que vai lhes mostrar aquilo que já sabem e o que ainda é preciso aprender. Assim, os únicos indicadores apontados por suas notas são a competência para lidar com os conteúdos e o desempenho em sala de aula. No entanto, não são raras as situações em que a nota de um aluno é o reflexo da imagem que o professor atribui a ele e, mesmo sem ter consciência disso, aprisiona o aluno num lugar consolidado de incapacidade que justifica não apoiá-lo; afinal, ele “é assim mesmo”. Ainda que o aluno demonstre grande dificuldade para se apropriar dos conteúdos e organizar sua vida escolar, sempre existe alguma intervenção que pode ser feita pelo professor no sentido de ressaltar suas potencialidades e para ajudá-lo a avançar.





Em geral, a dificuldade desses alunos é ocasionada por alguma situação que estão enfrentando, como, por exemplo, uma questão emocional. Embora tudo isso possa explicar algo, não deve afastar o professor do seu compromisso educativo com esses alunos e não justifica os fracassos deles. Esses são justamente os alunos que precisam ser considerados com mais cuidado e mais atenção.

O fato de os alunos estarem na escola para aprender acaba, de alguma forma, “autorizando” os professores e os adultos a se dirigirem a eles com o poder de um superior que acaba, muitas vezes, por humilhá-los “com a intenção de educar”. Como ilustração, pode se pensar numa situação em que, no intuito de chamar a atenção do aluno para o pouco comprometimento que vem demonstrando nos estudos, nas tarefas, e na participação durante as aulas ou diante de mais uma atividade não realizada, o professor diz: “Eu tinha certeza de que você não faria”, “Pra variar, não fez a lição de casa”, ou apenas “Que novidade!”.

Essas e outras situações, que podem ser uma expressão sutil ou um olhar, além de expor o aluno diante de seus colegas, podem vir a cristalizar uma condição que, na grande maioria das vezes, poderia ser transformada.

**É importante ter a clareza de que nenhum tipo de humilhação tem potencial educativo.** Antes, pelo contrário: a humilhação dirigida a um aluno, vinda de um professor (que cumpre também um papel de modelo), pode, com muita facilidade, fragilizar a autoestima desse aluno e autorizar outros alunos a agir da mesma forma.

Na Educação Infantil, etapa da vida escolar em que as crianças estão mais fragilizadas diante do adulto, as situações de humilhação merecem uma reflexão ainda mais cuidadosa. A demonstração,





mesmo não intencional, de irritação porque a criança derruba a comida no chão ou faz xixi na calça é um dos exemplos de como se comunica que elas são incapazes. Outras situações de humilhação são geradas por uma longa espera entre uma atividade e outra, além da exigência de que as crianças fiquem “quietinhas”, desconsiderando a predominância do movimento e da expressividade na primeira infância. Infelizmente, ainda são comuns situações de pouca atenção, ou mesmo de desrespeito, aos desejos e às necessidades individuais das crianças, obrigando-as a fazer a mesma coisa, do mesmo jeito, ao mesmo tempo. Quem não se lembra de pelo menos um caso de crianças que fizeram xixi na calça porque a professora não deixou ir ao banheiro?

Felizmente, hoje principalmente os CEIs e as EMEIs avançaram muito na escuta da criança e na transformação de práticas tradicionalmente autoritárias em situações nas quais as crianças são consideradas e respeitadas como sujeitos. De fato, o professor e outros adultos da instituição escolar são autoridades e devem se manter nesse lugar. O mais importante é parar para refletir como essa autoridade, esse poder e essa influência repercutem em seus alunos e em sua vida.

As práticas educativas expressam uma concepção do que é educar e de como educar, e a escola carrega a cultura do autoritarismo (o que é diferente de autoridade), em que a punição, a repreensão e a reprovação são os recursos utilizados com maior frequência para ensinar. Mesmo que pensem de forma diferente, essas crenças estão muito impregnadas nas práticas dos educadores e influenciam suas atitudes. Assim, é importante considerar que a sua atuação é movida muito mais pelas crenças construídas no decorrer de anos, do que pelo que ele discute nas ações de formação e adota racionalmente. Portanto, é de grande relevância a reflexão sobre quais são as atuais “palmatórias” utilizadas sem essa consciência.

### Cuidados e limites

Atualmente, é comum o discurso de que a relação entre professores e alunos é permeada pela falta de limites e de que os alunos não obedecem nem respeitam os professores.





No entanto, isso não pode pairar sobre a escola como uma nuvem escura que não tem como ser dispersada. É hora de pensar o que está acontecendo e dissipar a barreira entre educadores e alunos. E essa atitude tem que partir da escola. Vale lembrar que o papel do educador é reafirmado e respeitado pelos alunos por meio do reconhecimento da legitimidade do adulto que educa, acolhe e que utiliza sua autoridade como modelo e para o acolhimento.

Hoje, as crianças e os adolescentes podem contar com um importante dispositivo de proteção e justiça, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que lhes confere direitos e atribui a eles o papel de cidadãos em formação, garantindo o desenvolvimento de suas potencialidades e conferindo a eles responsabilidades que são capazes de assumir nessa etapa da vida. Contudo, essas garantias não são afirmadas para tirar a autoridade dos educadores, nem para afastar dos adultos a responsabilidade de intervir de forma educativa na vida de crianças e adolescentes. Antes, pelo contrário, são parâmetros que os cercam de segurança e apontam aos adultos as possibilidades de atuação, considerando as características inerentes ao processo de desenvolvimento que estão vivendo em cada etapa da vida.

Assim, não é só necessário, mas possível, educar protegendo. O cuidado faz parte da prática educativa, não só das crianças da Educação Infantil, mas de todas que estão sob responsabilidade dos adultos ao longo da Educação Básica, quando são tão necessários a proteção e o cuidado do aluno no ambiente escolar. Quando isso não acontece, além de favorecer a baixa autoestima em alguns, já mais fragilizados, pode colocá-los frequentemente na posição de vítimas de violência e humilhação.

Desse modo, libertar a escola da humilhação constante é instaurar, gradativamente, um processo de transformação, desde a sala de aula. A ideia ou a certeza de que o “professor determina” e o “aluno obedece” precisa ser desenraizada das práticas educativas. A escola regida pelo modelo tradicional, com a administração da classe centralizada nas mãos do professor, tendo os alunos em posição simplesmente de obediência, perdeu-se no tempo. Nem por isso a hierarquia e a autoridade devem





ficar menos visíveis, mas, sim, ser vistas como condição para o acolhimento dos alunos e para uma relação mais prazerosa para todos. Os educadores também precisam de segurança para trabalhar e cabe a eles driblar situações constrangedoras e desagradáveis para todos.

Entretanto, essas transformações implicam novas definições de disciplina, que serão construídas como base em práticas como: lidar com a fala e o turno da palavra de modo que todos possam se manifestar e sejam ouvidos; intervir em sala propondo conversas que levem os alunos a refletir a respeito dos conflitos ocorridos; discernir a irreverência comum principalmente nos adolescentes de uma afronta à autoridade, assim como a mera rebeldia da justa manifestação. Cada julgamento desses vai trazer respostas e encaminhamentos diferentes.

Assim, a “indisciplina” não é apenas desordem, mas também pode expressar um movimento inerente ao processo de construção de conhecimento e desenvolvimento, que, por si só, provoca falas, movimento, oposição, inquietação e busca de respostas. Se, num primeiro momento, pode causar certo desconforto aos professores, também pode afirmar sua autoridade quando trata da situação com ponderação e acolhimento. São atitudes de quem está se desenvolvendo, e a possível “agressão” ou falta de respeito não se dirige à pessoa do professor, mas ao lugar de autoridade que o adulto ocupa na situação, o que costuma desafiar os alunos, sobretudo na fase da adolescência.

### A humilhação no meio dos adultos

Tão nociva e prejudicial para a construção de um ambiente permeado pelo respeito é a humilhação, que também pode estar presente na escola, dirigida de um adulto para outro. Nenhuma atitude, erro, postura inadequada, posição, cargo ou falha de um adulto que faz parte da rede de relações da escola justifica uma resposta humilhante, ainda que no contexto de uma estrutura hierárquica. Nenhum nível de hierarquia pressupõe tratamento desigual para um ou para outro sujeito. Nenhuma hierarquia significa ausência de responsabilidade. Todos são importantes e desen-







volvem um trabalho profissional indispensável para a vida escolar e, portanto, para a educação dos alunos.

A instituição escolar é formada por uma rede que tem como base o grupo de adultos, todos eles educadores, responsáveis por sua sustentação funcional, educacional, pedagógica e ética. A complexa dinâmica de funcionamento da escola depende de uma engrenagem alimentada por todos os setores, dependentes uns dos outros. Conhecer o valor e o papel de cada um deles, trabalhando de forma cooperativa, é condição para oferecer aos alunos a educação de qualidade da qual são dignos. Também nesse caso, a hierarquia de cargos e funções deve estar a serviço da construção de um espaço democrático, que tenha suas decisões tomadas de forma transparente, evitando entraves burocráticos sempre que possível.

A ausência de professor ou diretor é tão prejudicial ao funcionamento da escola quanto a de um porteiro ou responsável pela coleta de lixo. Os alunos, por sua vez, tratam os funcionários da escola com base no modelo adulto que é oferecido a eles, lançando mão de formas respeitadas de tratamento, como chamar as pessoas pelo nome, cumprimentando a todos com os quais se depararem e reconhecendo o trabalho de cada um deles. Referir-se a alguém como “tia da limpeza” ou “tio do portão” é uma desconsideração e não representa os princípios e os valores defendidos pelo Projeto Respeitar é Preciso!

Essa mesma situação pode ser observada em relação aos familiares e responsáveis pelos alunos, que também devem ser chamados pelo nome, evitando os famigerados “mãe” e “pai”, que os deixam sem identidade própria. Outra questão importante a ser considerada é o julgamento que se faz, muitas vezes, de um pai, uma mãe ou responsável com base no comportamento de seu filho. Um filho que enfrenta na escola questões relacionadas à disciplina ou à aprendizagem não implica, de forma alguma, uma mãe ou um pai ausente, assim como uma criança que tem dificuldades para aprender a ler não é necessariamente filha de uma “família ignorante”. Da mesma forma, o fato de um pai ser reconhecido na comunidade como alcoólatra não autoriza



julgamentos negativos em relação à criança. Na verdade, esses são os alunos e as famílias que mais necessitam de cuidado, apoio e interlocução por parte dos educadores que formam o corpo da escola.

Considerando os objetivos do Projeto Respeitar é Preciso! (fazer presente e de forma permanente a ideia do respeito mútuo e da soberania da dignidade humana como mediadoras das relações no ambiente escolar), torna-se evidente, e até mesmo indiscutível, a necessidade de colocar a questão da humilhação na “ordem do dia”, não só promovendo conversas e debates, mas fazendo o uso educativo de todas as situações que possam surgir na rotina da escola, e até fora dela, trazendo-as à luz e abrindo espaço para que todos possam se colocar, opinar e compartilhar dúvidas. Nesses momentos, não se pode deixar de abordar os diversos tipos de humilhação: tanto aqueles que se manifestam de forma clara no dia a dia da escola (ofensas, agressões, constrangimentos) quanto a humilhação proveniente de contextos de injustiça social. Não se trata apenas de punir a humilhação, mas ir além, construindo no ambiente escolar uma cultura sensível e de indignação diante da humilhação de seus pares.

#### 4. INTERVENÇÕES NO COTIDIANO

A escola da Educação Básica tem como função a educação de crianças e adolescentes, o que vai além de garantir a aprendizagem de conteúdos curriculares, pois inclui valores e atitudes. Uma das mais importantes funções do educador é investir em conhecimentos e na formação de valores, paralelamente às disciplinas exigidas para a formação acadêmica, elegendo conteúdos ou situações didáticas que exemplifiquem e possibilitem o debate sobre opressão e violência.

É inquestionável o caráter inaceitável de toda e qualquer situação de humilhação na escola, e esse princípio deve ser colocado para as crianças de forma clara, desde os primeiros anos de vida escolar, por meio das atitudes e, sobretudo, da indignação dos educadores.



A discussão e o diálogo são boas estratégias de ensino nesses casos, assim como a retomada de situações vivenciadas na escola. A frequência dessas ocorrências no espaço escolar é uma medida que apontará a pertinência das intervenções realizadas e a necessidade de estendê-las ao longo do tempo.

Na verdade, qualquer característica, forma de ser e estar ou qualquer ação presente em alguma situação social pode surgir como motivo para um ato de humilhação. O sujeito agente da humilhação tem a sensação de que se fortalece, à medida que, de alguma forma, coloca o humilhado em situação de submissão diante do coletivo em que estão inseridos. A humilhação não se concretiza apenas na exposição perante um grupo, ela pode acontecer até mesmo no âmbito do privado. Isso costuma acontecer entre adultos, entre crianças e entre adultos e crianças. O resultado de uma situação de humilhação sistemática é a instituição, no grupo, de “polos de força”, representados, de um lado, por quem sofre a humilhação e se sente rejeitado e, de outro, pelos que humilham numa espécie de “encantamento pela superioridade”. Na realidade, o indivíduo que humilha também carrega algum tipo de vulnerabilidade, que o leva a agir dessa forma.

Assim, merece especial atenção dos educadores o tratamento dispensado a alguns episódios de humilhação considerados corriqueiros e naturais. Muitas vezes, essas situações são incorporadas à prática cotidiana escolar, contribuindo para a sua banalização ou legitimação como mecanismo de resolução de conflitos. Falas como “Isso sempre foi assim”, “Não podemos fazer nada” ou “Isso vem de casa”, que surgem com muita frequência, vindas tanto das crianças e dos adolescentes quanto de adultos, podem colocar em risco todo o trabalho de formação e valorização da dignidade humana do qual os educadores são imbuídos. Antes de tudo, é preciso formar os alunos com a ideia de que **nenhum tipo de humilhação é aceitável e que toda situação pode e deve ser transformada.**





Existem muitas crianças que não se sentem à vontade nem “autorizadas”, por assim dizer, a explicitar seu incômodo para os adultos quando são submetidas a situações humilhantes pelos colegas, recolhendo-se, muitas vezes, de forma silenciosa e distante do olhar daqueles que podem vir em seu socorro. Nesses casos, faz-se necessária uma atenção especial àquelas que, de modo bastante sutil, sinalizam seu sofrimento, não se mostrando à vontade entre os colegas, isolando-se e calando-se. Às vezes, uma conversa reservada é o bastante para que elas consigam pedir a ajuda de um adulto, o que não será possível sem uma aproximação.

Outro papel importante a ser desempenhado pelos adultos é o de mediadores das situações que presenciam e que são trazidas pelos alunos. Ouvir as duas partes pode ser um bom ponto de partida nessas ocasiões. Cada situação é única, e não é possível ter uma regra de como agir, mas um bom caminho é apostar no diálogo e na escuta, levando os próprios alunos a perceber e rever suas atitudes. O educador deve deixar clara sua posição em relação ao que aconteceu, mas sua indignação, embora tenha um impacto educativo bastante positivo, deve estar sempre voltada para uma atitude, e não para o aluno que a colocou em prática.

Outra orientação importante é conversar mais diretamente e de forma reservada com as partes envolvidas em cada situação, evitando expor a discussão para não gerar ainda mais constrangimentos e sofrimento. Na mediação desses acontecimentos, posicionar-se e proteger o aluno que sofreu uma humilhação não significa tomar a sua voz nem representá-lo na discussão. Ele deve contar com o apoio incondicional do educador, sendo sempre encorajado a se colocar, pois é preciso fortalecê-lo, para que não se torne alvo constante de humilhação.

Se, de um lado, é função do adulto se aproximar e proteger o aluno que foi humilhado, de outro, seu afastamento também pode ser bastante fortalecedor, o que não significa deixá-lo à própria sorte, mas, sim, ajudá-lo a perceber suas potencialidades e a se defender com gradativa autonomia. A mediação também deve considerar aqueles que humilharam como sujeitos que merecem compreensão, não no sentido de ser condescendente com





suas atitudes, mas para entender os motivos que os levam a isso e intervir para que possam superá-los, pois eles também possuem fragilidades e devem ser escutados e cuidados.

A prática dos educadores no dia a dia, a forma como se comunicam com as crianças e com os outros adultos e a postura que assumem diante das situações apresentadas aqui são fatores determinantes para a formação ética almejada, cumprindo uma função ainda mais importante que as conversas e as discussões, uma vez que as crianças estão sempre muito atentas à coerência entre as atitudes e o discurso proferido pelos adultos.

### Atividades com os alunos

Além das fundamentais intervenções em situações que acontecem no convívio na escola, é importante trazer o tema para ser discutido por todos, dentro ou fora da sala de aula, o que pode encorajar os alunos a expressarem seu mal-estar. Isso pode acontecer por meio da leitura de uma notícia de jornal em sala de aula, da exposição de um caso de humilhação que ganhou espaço na mídia e, sobretudo, das ocorrências no entorno da escola. Essas são boas atividades por não se referirem a indivíduos específicos que todos conhecem e com eles têm envolvimento diversos, mas por possibilitar um olhar mais distanciado e menos contaminado, criando condições de um debate mais profundo e neutro, que ajude a construir os valores que são transferidos para atitudes do dia a dia.

O importante é garantir para os alunos um espaço de conforto e acolhimento para que essas questões possam vir à tona. Trata-se de um processo de construção de atitudes e valores, e não de transmissão de regras de conduta apropriadas.

O currículo também exerce uma função crucial nesse processo, ampliando a compreensão dos alunos em relação ao contexto social em que estão inseridos. Nesse sentido, é possível escolher temas curriculares, nos quais a consideração das necessidades do outro e a indignação com ações de opressão estejam presentes.





As exposições e as discussões acerca de temas que afligem a humanidade em seu cotidiano e suas possíveis repercussões no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes também devem ocupar seu espaço na sala de aula. Abordar no currículo períodos históricos como os anos de regime autoritário e ditadura civil-militar vividos recentemente no Brasil, ressaltando o caráter humilhante das prisões, torturas e violências dirigidas à população, assim como a imposição de leis que configuravam desrespeito aos Direitos Humanos de forma flagrante, como o exílio, a cassação de direitos e de trabalho, a repressão à livre expressão e a nomeação dos governantes por meio de decreto é outro exemplo de abordagem curricular que contribuirá para a formação ética e política dos alunos. A questão da devastação e da expulsão dos indígenas das terras que são suas por direito também configura um exemplo claro de exercício de poder permeado por práticas de humilhação e desrespeito, assim como a escravidão e o patriarcado abusivo.

O valor dessas ações educativas, mais que as informações prestadas aos alunos (que são, sem dúvida, bastante importantes), está na possibilidade de todos se colocarem, sem que sejam julgados, compartilhando e ressignificando suas ideias e suas posições.

### Sugestões para a reflexão dos educadores

Em algum momento da vida, todas as pessoas presenciaram ou viveram uma situação em que se sentiram humilhadas. Uma boa maneira de disparar uma conversa ou uma reflexão acerca desse assunto é compartilhá-las com colegas, relatando-as e comentando as que forem apresentadas. Uma vez que todos viveram também uma parte da vida como alunos, seria interessante lembrar coletivamente as humilhações que enfrentaram ou que presenciaram ao longo da vida escolar, dando destaque às intervenções dos adultos que mediaram a situação e aos sentimentos que surgiram no momento. Esses momentos revelam para todos o quanto e há quanto tempo a humilhação está presente nas





escolas, contribuindo para a busca de estratégias e encaminhamentos que podem se mostrar potentes. Sendo esse um tema bastante complexo e delicado, a reflexão, o trabalho coletivo, a escuta e a possibilidade de expor dúvidas e desconfortos são condições para a construção de um espaço coletivo em que o respeito permeia as relações de todos.

Aos poucos, as situações vividas recentemente com os alunos na escola passam também a ocupar um espaço importante nas conversas, sendo tematizadas e levando ao grupo a possibilidade de construir um repertório de experiências (bem e malsucedidas), que, registradas de alguma forma, podem se tornar subsídios para situações que envolvem tomadas de decisão. Trata-se de um material precioso, que pode ser feito de forma virtual, em um documento compartilhado com todos os interessados.

A manutenção das conversas, bem como a construção desse material de autoria coletiva, dependerá da determinação de um tempo para que os grupos se dediquem a essa questão, com certa regularidade, ainda que seja de 15 minutos no início ou no fim das reuniões pedagógicas, para socializar situações recém-vivenciadas e ouvir sugestões dos colegas. Levar para a apreciação coletiva artigos de jornais, livros, sites e biografias que abordam essas situações também contribui com o processo, sustentando a discussão.

O mural da escola também pode prestar grande ajuda, se apresentar, pelo menos, uma notícia ou nota que aborde o tema da humilhação. A sala dos professores, ou os outros espaços de grande circulação de adultos, pode conter em um de seus “cantinhos” um pequeno caderno, ao qual toda a comunidade de adultos tem acesso e no qual podem ser registrados casos de sucesso, “pedidos de socorro”, desfechos de casos que foram expostos etc. O importante é que o tema esteja presente na vida da escola e seja “encarado de frente” pelos adultos, o que, inevitavelmente, levará os alunos a assumir uma posição nesse sentido.





## Proposta de vivência e dramatização

A dinâmica apresentada aqui tem como objetivo levar os educadores a compartilhar e vivenciar experiências nas quais se sentiram constrangidos na escola quando eram alunos. A ideia é que possam se colocar no lugar de humilhados, de quem precisa humilhar e de expectadores da situação para se aproximarem das questões envolvidas nos atos de violência física, verbal ou gestual que constrange uma pessoa.

1. Organizados em uma grande roda, os participantes são convidados a compartilhar com o grupo uma situação vivida na escola, na época em que foram alunos, em que se sentiram humilhados. Nenhum participante será obrigado a falar, deixando essa tarefa apenas para aqueles que se sentirem à vontade para isso. Podem também relatar um episódio em que humilharam ou que viram essa situação acontecer com algum colega.
2. Depois de algumas exposições, o grupo escolhe um dos relatos para dramatizar pelos que se colocarem como voluntários.
3. Os “atores” farão os papéis de humilhador (um ou mais, a depender da situação escolhida), humilhado e outros que farão o papel daqueles que assistiram o ocorrido. Esse terceiro grupo tem uma função importante: discutir o papel daqueles que, assistindo a uma cena de humilhação, podem se omitir ou tomar uma posição. Todos devem se preparar pensando no que cada um sentiu, como se sentiu, seus motivos. Quanto mais complexa e contraditória for a situação escolhida, melhor.
4. A cena é dramatizada, contando com a atenção e o respeito dos que assistem.
5. Depois de encerrada a cena, os participantes voltam a se organizar em uma grande roda, em que discutirão e compartilharão seus sentimentos. É funda-





mental que os “atores” (inclusive os que atuaram como testemunhas do ato de humilhação) possam se colocar antes de a palavra ser oferecida ao coletivo.

6. No fim da dinâmica de discussão, ou mesmo ao longo dela, o mobilizador retoma com o grupo a necessidade de considerar o que foi discutido no contexto dos alunos que atualmente têm sido alvo de humilhação, identificando com o grupo principalmente as possibilidades de intervenção do educador.

**Observação:** A atividade de dramatização é interessante, pois permite aos participantes se colocar no lugar do outro e analisar o fato de vários lados. Muitas vezes, alguém pode humilhar sem consciência, e a mesma atitude pode gerar humilhação ou não, dependendo de como as pessoas se relacionam com a situação. Enfim, é possível abordar o tema com essas variáveis que existem de fato. Há ainda a opção de dramatizar uma situação em que foi vivenciado o respeito. O importante aqui é refletir sobre essa dimensão que está presente na escola, mas nem sempre é vista.



## BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Heloisa Moulin & LA TAILLE, Yves de. Humilhação: o desrespeito no rebaixamento moral. Em *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 59, p. 217-231, 2007.

ASSMAR, Eveline Maria Leal. A experiência da injustiça na vida diária: uma análise preliminar de três grupos sociais. Em *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 10, n. 2. Porto Alegre, 1997. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/188/18810211.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2011.

BOTO, Carlota. A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos. Em SCHILLING, Flávia (org.). *Direitos Humanos e educação: outras palavras, outras práticas*. São Paulo: Cortez, 2005.

CARBONE, Renata Aparecida & MENIN, Maria Suzana de Stéfano. Injustiça na escola: representações sociais de alunos do ensino fundamental e médio. Em *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 2, p. 251-270. São Paulo, 2004.

DUBET, François. Democratização escolar e justiça da escola. Em *Revista Educação*, v. 33, n. 3, p. 381-394. Santa Maria, set./dez. 2008. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/article/view/79/53>. Acesso em: 15 jul. 2011.

KEHL, Maria Rita. Direitos Humanos: a melhor tradição da modernidade. Em VENTURI, Gustavo (org.). *Direitos Humanos: percepções da opinião pública, análises de pesquisa nacional*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.



LA TAILLE, Yves de. A importância da generosidade no início da gênese da moralidade na criança. Em *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 19, n. 1, p. 9-17. Porto Alegre, 2006.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. Experiências de desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. Em *Educação e Pesquisa*, v. 32, n. 1, p. 32-48. São Paulo, jan./abr. 2006.

\_\_\_\_\_. Cultura da vaidade e consumo. Em *Pátio Revista Pedagógica*, v. 12, p. 16-19. Porto Alegre, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Ensinando Direitos Humanos: atividades práticas para os Ensinos Fundamental e Médio*, 2004.

PUIG, Josep Maria. Aprender a viver. Em ARAÚJO, Ulisses F.; PUIG, Josep Maria; ARANTES, Valéria Amorim (orgs.). *Educação e valores: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2007.

SCALON, Celi. Justiça como igualdade? A percepção da elite e do povo brasileiro. Em *Sociologias*, ano 9, n. 18, p. 126-149. Porto Alegre, jun./dez. 2007.

SOUZA, Regina Maria de & GALLO, Silvio. Por que matamos o barbeiro? Reflexões preliminares sobre a paradoxal exclusão do outro. Em *Educação & Sociedade*. Dossiê "Diferenças", ano 23, n. 79, p. 39-64. Campinas: Unicamp/Cedes, agosto de 2002.





EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

é  
preciso



São Paulo | dezembro de 2015



Prefeitura de São Paulo

**Fernando Haddad**

Secretaria Municipal de Direitos Humanos  
e Cidadania de São Paulo

**Eduardo Suplicy**

*Secretário executivo*

**Rogério Sotilli**

Coordenação de Educação em Direitos Humanos

*Coordenador geral*

Eduardo Bittar

*Coordenador adjunto*

Jonas Waks

*Assessores*

Aline Vicentin

Pedro Peruzzo

Secretaria Municipal de Educação  
de São Paulo

**Gabriel Chalita**

*Diretoria de Orientação Técnica*

*da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo*

**Joane Vilela Pinto**

Instituto Vladimir Herzog

**Ivo Herzog**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sujeitos de direito : caderno temático / Vlado  
Educação - Instituto Vladimir Herzog . --  
2. ed. -- São Paulo : Instituto Vladimir Herzog,  
2016. -- (Projeto RESPEITAR É PRECISO!)

Bibliografia

1. Direitos humanos 2. Direito - Estudantes  
3. Direito à educação 4. Educação em direitos  
humanos 5. Educação inclusiva I. Vlado Educação -  
Instituto Vladimir Herzog. II. Série.

15-10819

CDD-370.115

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Educação em direitos humanos 370.115

**Vlado Educação**

*Direção educacional*

Ana Rosa Abreu

*Coordenação educacional*

Neide Nogueira

*Equipe educacional*

Ana Lúcia Catão

Celinha Nascimento

Maria da Paz Castro

Maria Paula Zurawski

*Consultoria*

Cristina Vicentin

Flávia Schilling

Maria Victoria Benevides

*Produção participativa*

Professores, funcionários, gestores, técnicos da Rede  
Municipal de Ensino de São Paulo e membros das  
comunidades educativas que participaram dos cursos  
Respeitar é Preciso!, realizados em 2014 nos Centros de  
Educação em Direitos Humanos, em São Paulo (SP)

*Revisão de texto*

Jandira Queiroz

*Projeto gráfico*

S,M&A Design | Samuel Ribeiro Jr.

*Ilustrações*

Lúcia Brandão

Este material tem autorização para franca multiplica-  
ção, respeitados os direitos de autor e citadas adequa-  
damente as fontes.





## Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>5</b>
<b>1. A educação e a formação de sujeitos de direito</b>	<b>9</b>
<b>2. Responsabilidade solidária</b>	<b>14</b>
<b>3. Direitos e deveres</b>	<b>18</b>
<b>4. Atividades sugeridas</b>	<b>21</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>27</b>







## APRESENTAÇÃO

Caros educadores,

**E**ste caderno, intitulado *Sujeitos de Direito*, faz parte do conjunto de publicações do Projeto Respeitar é Preciso! que busca compartilhar orientações, subsídios e sugestões para implementar a cultura de Educação em Direitos Humanos (EDH) nas escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo.

Além de ações de formação, esse projeto conta com cinco publicações (*Respeito na Escola: Orientações Gerais*, *Sujeitos de Direito*, *Diversidade e Discriminação*, *Respeito e Humilhação* e *Democracia na Escola*) que, em seu conjunto, abarcam as principais questões relativas às práticas educacionais de respeito aos Direitos Humanos, identificadas na interlocução com os participantes do curso Respeitar é Preciso!, realizado em 2014. O caderno *Respeito na Escola: Orientações Gerais* aponta caminhos principalmente para os adultos da escola, todos considerados educadores, e para a entrada gradativa dos alunos, dos pais e da comunidade do entorno. Os demais cadernos tratam de questões importantes que perpassam todo o Projeto. Um tema e outro se entrelaçam,



mas a organização em cadernos faz com que seja possível “colocar uma lente” em aspectos diferentes para uma reflexão mais focada.

Este caderno traz o desafio de abordar o tema *Sujeitos de Direito*, noção aparentemente abstrata, mas que ganha sentido no campo educacional. Assim, com base numa reflexão sobre quem é esse sujeito de direito que cabe à EDH formar, vamos e fornecer pistas para ajudar a comunidade escolar a pensar sobre algumas questões e alguns desafios da escola de hoje.

Boa leitura e bom trabalho.

*Vlado Educação – Instituto Vladimir Herzog,  
Secretaria Municipal de Educação e  
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo*

***“A hegemonia dos direitos humanos como linguagem de dignidade humana é hoje incontestável. No entanto, esta hegemonia convive com uma realidade perturbadora. A grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discursos de direitos humanos.”***

Boaventura de Sousa Santos





# Sujeitos de Direito

## 1. A EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DE SUJEITOS DE DIREITO

**A** bordando a educação como ato político, o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) contempla o compromisso com a formação plena do ser humano, do educando, da pessoa, do sujeito. Nesse sentido, a educação tem um duplo papel em relação aos direitos humanos: a educação como um direito humano em si (de qualidade, para todos, que respeite e valorize a diversidade) e a educação como um caminho para consolidar os demais direitos, disseminando o conhecimento sobre os direitos já assegurados e aqueles pelos quais batalhar e promovendo o reconhecimento de todos como sujeitos de direitos.

Ao preparar este material, nos encontros com os educadores, ficou claro que compreender quem é esse sujeito de que trata a DUDH e que cabe à escola formar é fundamental para orientar as decisões e as práticas dos educadores na Educação em Direitos Humanos.

O primeiro equívoco a evitar é confundir esse uso da palavra “sujeito” com o sentido pejorativo que remete a ideias de submissão, dependência, assujeitamento ou mesmo a expressões como “sujeito mau-caráter” ou “sujeitinho”.



### Artigo 26

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.”  
*Declaração Universal dos Direitos Humanos*





### Artigo 1.º

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”

*Declaração Universal dos Direitos Humanos*

Já no seu primeiro artigo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos introduz algumas noções importantes para compreender esse sujeito, proclamando os três princípios que o definem: **liberdade, igualdade e fraternidade**.

Sem a pretensão de esgotar o tema, não serão abordados, neste caderno, os amplos debates filosóficos e políticos em torno desses conceitos. Há aqui uma escolha por uma perspectiva que converse com as escolas, na medida em que compreende o sujeito de direito como um sujeito que se constrói na relação com o outro, escapando de uma perspectiva individualista ou essencialista de sujeito. Sim, trata-se de um sujeito único em sua subjetividade, mas também de um sujeito político, que não se faz por si só, que se entende e se realiza na relação com o outro, com a cultura, com as instituições da sociedade em que vive.

### Um sujeito livre e autônomo

Numa democracia, liberdade e autonomia dizem respeito à possibilidade de organizar a vida com base no que se entende como verdade, como bom e correto. Essa organização só se dá na prática, no encontro (doloroso, incômodo ou prazeroso) com o outro.

{ O sujeito livre nunca é sozinho, ele existe na relação com o outro. Nessa relação, o sujeito se reconhece como tal, articulando com o outro as dimensões de igualdade e diferença. Para se constituir como pessoa, precisa olhar para outro e para si. O olhar do outro afirma sua existência. }

Essa compreensão se contrapõe à afirmação muito comum de que a liberdade de uns termina quando se inicia a dos outros, e também à concepção de liberdade como objeto, como se fosse um bem de consumo: “Eu tenho a minha liberdade” (que só a mim diz respeito) e “O outro tem a liberdade dele” (com a qual não tenho nenhum compromisso).

O exercício da liberdade é estabelecido pelo coletivo, garantido por meio das leis e das normas e se dá no convívio social pelo qual todos são responsáveis. O direito





de ir e vir, o direito de se expressar, o direito de não ser escravizado são alguns dos exercícios de liberdade normatizados pela DUDH.

A autonomia refere-se a uma relação com as leis e as normas da vida social com base na sua legitimação, isto é, a aceitação pela compreensão da sua necessidade e dos princípios que as regem, entendendo as consequências de cumpri-las ou não, para si e para os demais. Outro fator de legitimação de leis e normas é a participação das pessoas em processos democráticos. Nesse sentido, opõe-se à heteronomia, situação em que as regras são obedecidas passivamente, apenas por serem impostas.

### Formar sujeitos que possam viver com liberdade e autonomia

Uma das funções da escola é formar os alunos no trato com as normas, o que é um processo de construção permanente, que se faz na interação entre os sujeitos e que necessita da orientação dos educadores, atentos às relações que acontecem na escola e às normas que nela circulam, sejam as ditas ou as não ditas, bem como as que são de fato aplicadas ou as que estão apenas no papel.

Assim, do ponto de vista educativo, não basta fazer com que os alunos obedeçam às regras do convívio escolar, eles precisam aprender a exercer com autonomia: saber a razão pela qual ela foi criada, quem as definiu, qual a relação com os direitos dos colegas e dos educadores, as consequências de aceitá-las ou não, tanto para si quanto para a comunidade da qual fazem parte.

É um processo semelhante ao aprendizado dos conteúdos das áreas em que, para uma aprendizagem significativa, os alunos precisam atribuir sentido. Nos dois casos, trata-se de desenvolver autonomia de pensamento e reflexão, capacidade necessária também para reconhecer o direito do outro e interagir com base no respeito mútuo.

Se as pessoas que compõem a comunidade escolar (adultos, crianças e adolescentes) tiverem a oportunidade e a tarefa de pensar criticamente, trocar reflexões a res-



*(...) o objetivo da Educação em Direitos Humanos é que a pessoa e/ou grupo social se reconheça como sujeito de direitos, assim como seja capaz de exercê-los e promovê-los ao mesmo tempo em que reconheça e respeite os direitos do outro.”*  
*Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*





peito e se posicionar diante das normas que regem a escola (como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, normativas da Secretaria de Educação e da Diretoria Regional de Educação) e puderem formular em conjunto regras de convivência (regimento escolar, combinados de convivência em sala de aula etc.) às quais se submeterão, criarão um contexto favorável a essa aprendizagem. Nesse processo, constituem-se como sujeitos na escola.

Nesse sentido, **uma organização democrática na escola é uma forma efetiva de favorecer a formação de sujeitos livres e autônomos.** (Ver mais no caderno *Democracia na Escola.*)

### Igualdade e fraternidade

O artigo 1.º da DUDH proclama: “Iguais em dignidade e em direito”. Em dignidade, porque cada um deve ser considerado insubstituível, único, distinto; **como fim em si mesmo, e não como meio para obter outra coisa**, isto é, como sujeito, e não como objeto. Coisas têm preço, pessoas têm dignidade. Em direito, porque os Direitos Humanos são universais, para “todos os seres humanos”, sem exceção, independentemente das diferenças que existam entre eles.

A igualdade, acompanhada da tarefa de “agir para com os outros em espírito de fraternidade”, presente no mesmo artigo, explicita a necessária responsabilidade solidária entre todos. Assim, compreende-se aqui que fraternidade remete à ideia de solidariedade.

{ Solidariedade não é o mesmo que caridade ou pena. Refere-se ao reconhecimento da igualdade do outro, em direito e dignidade, e da responsabilidade que se tem para com ele. }

Na articulação desses dois princípios, estão presentes as dimensões individual e coletiva desse ser humano idealizado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos,







deixando clara a ideia de que o sujeito precisa de um outro para ser sujeito. Esse outro só é *outro* porque, além de igual, é diferente.

Essa articulação entre igualdade e diferença, constitutiva do ser humano, desafia a prática da justiça. Como concretizar a igualdade diante de tanta diferença? (Ver caderno temático *Diversidade e Discriminação*.)

Nas palavras de Boaventura de Souza Santos: “Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”.

### O sujeito de direito: criança e adolescente

O artigo 227 da Constituição Federal, o artigo 3.º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e os parágrafos do preâmbulo da Convenção dos Direitos da Criança de 1990 deixam claro que crianças e adolescentes gozam de Direitos Humanos universais, como os adultos, além de direitos específicos. De acordo com essa convenção, também são sujeitos de direito que, por conta “de sua falta de maturidade física e mental, necessita[m] de proteção e cuidados especiais, inclusive a devida proteção legal, tanto antes quanto após seu nascimento”.

O princípio da proteção integral consagrado pelo ECA para crianças e adolescentes tem por base a ideia de que o Estado existe em função da pessoa, e não o contrário. Por analogia, cabe afirmar que a escola existe em função da pessoa, e prioritariamente da criança e do adolescente. Em outras palavras, a escola deve se organizar para garantir a eles o pleno desenvolvimento em todos os aspectos.

É nesse sentido que, por exemplo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, propostas pelo Ministério da Educação em 2010, oferecem uma visão



de educação infantil contemporânea que privilegia a integralidade das experiências, nas quais o cuidado é algo indissociável do processo educativo. Outros documentos oficiais também deixam claro que o cuidado não se refere apenas às crianças menores, mas deve estar presente em toda a escolaridade.

Assim, o atendimento à crianças em suas necessidades de cuidado a coloca como *sujeito de direito*, pois, conforme já explicitado no caderno *Respeito na Escola: Orientações Gerais*, a forma como uma criança é cuidada certamente lhe ensina algo sobre si própria, sobre como poderá gostar e cuidar de si quando tiver condições e como poderá se relacionar com o outro. Entender as crianças como sujeitos de direito muda também a forma como as vemos, escutamos e consideramos as formas de pensar próprias de cada faixa etária.

Para que os alunos aprendam que são pessoas dignas, precisam ser reconhecidos e tratados como tal, precisam ser respeitados para aprender que são sujeitos de direito.

## 2. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

A responsabilidade solidária significa que todos são igualmente responsáveis pelo respeito à humanidade uns dos outros, de tal modo que a degradação de alguém degrada a condição humana dos demais.



No entanto, ao perceber que nem todos gozam dos direitos universais, que o Estado não cumpre adequadamente sua função de garanti-los, uma atitude frequente é se colocar no lugar de vítima, assumindo postura queixosa e paralisada diante da ausência de direitos.

Para superar essa postura, é preciso enfrentar criticamente a ideia do senso comum, que percebe o sujeito apenas como re-



ceptor de direitos, com dificuldade de assumir a responsabilidade que o exercício da liberdade implica.

Ao ficar paralisado diante da não concretização dos direitos, seus ou dos outros, o humano se desumaniza e, destituído de protagonismo, de autoria, de sua capacidade de ação, ele se torna “sujeito-objeto”. Para retomar sua humanidade, ele precisa agir. O sujeito de direito também é sujeito de *deveres* em relação a si e aos outros.

### Capacidade para a ação

Na escola, é comum a atitude queixosa e vitimizada diante da constatação sobre a não garantia dos direitos para todos. E não é à toa. De fato, para o direito à educação se concretizar de maneira plena, muitos outros direitos precisam se tornar realidade. Esse é o princípio da indivisibilidade e da interdependência dos direitos: uns dependem de outros para se concretizar. E cabe ao Estado efetivá-los.

O aluno tem seus direitos violados e o adulto educador tem seus direitos violados. Essa tem sido uma das queixas dos educadores: uma espécie de clima de “muro de lamentações” que invade os horários coletivos, como as Jornadas Especiais Integradas de Formação (JEIFs), e paralisa tentativas de movimentos reflexivos, reduzindo as possibilidades de atuação. Ao ficar na espera dos direitos e se perceber como vítimas, na expectativa talvez de que a transformação seja realizada por outros, não assumem seu lugar de sujeito ativo numa coletividade: o sujeito que intervém e modifica o espaço público.

Existir como sujeito de direitos, como cidadão que também tem deveres, implica interferir criando algo novo no espaço público, implica agir politicamente. Afinal, a própria história da criação dos Direitos Humanos é uma história de lutas e conquistas sociais e políticas. **Os Direitos Humanos são a potência do sujeito de direitos.**



## Solidariedade, base para o respeito na escola

Trazer a ideia de responsabilidade solidária para o universo escolar ajuda a pensar alguns dilemas na função de educar, de promover o pleno desenvolvimento do sujeito.

Ser solidário com os alunos não significa que o educador deva tomar para si suas dores e as injustiças sociais que sofrem, nem deixar de ser a autoridade educativa para ser um “amigo”. Tomado pelo sentimento de pena, o educador não consegue manter a distância necessária para, do lugar de adulto responsável, enxergá-lo na sua potência e respeitá-lo como sujeito. No mais das vezes, essa situação leva os educadores a oscilar entre o sentimento de impotência e a adoção do papel de salvador.

Quando se veem incapazes para resolver os problemas familiares e sociais do aluno, os educadores expressam sua sensação de impotência colocando o aluno no lugar de vítima (“Coitadinho, não tem atenção em casa”, “O que será deste menino?”). Quando se assumem como “salvadores”, além de tomar o aluno como mero objeto da salvação, atuam como assistencialistas e não como educadores.

A solidariedade responsável surge do reconhecimento do lugar de educador, daquilo que o diferencia do aluno ao assumir o lugar de adulto responsável em relações de respeito mútuo. Surge também da participação ativa na escola no que se refere ao sistema de relações, à sua organização, à sua função, àquilo que a diferencia da casa e da rua.

Outra situação verificada é a transferência para o Judiciário na tentativa de solução de problemas gerados na escola, como os disciplinares. Muitos relatos de educadores que encaminham alunos para a **Rede de Proteção Social** são de desilusão: “Encaminhamos. O caso vai para o Conselho Tutelar, para a Saúde, para o Judiciário e volta pior”. O que será que há de errado? Os órgãos públicos não dão conta?

A questão é que “passar o caso” de um órgão para o outro não é trabalhar com rede de proteção. O sujeito em questão já está, assim, colocado como objeto, como

Rede de Proteção Social é o conjunto de organizações que atuam de modo articulado na garantia da proteção da criança e do adolescente, composto de equipamentos públicos locais como Unidades Básicas de Saúde, serviços da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Conselhos Gestores de Habitação, Conselhos Tutelares, assim como organizações não governamentais que ofereçam serviços desse tipo.

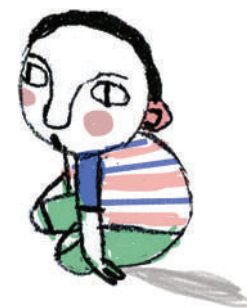


problema a ser “encaminhado”. É necessário um trabalho conjunto, o que demanda investir na articulação da ação da escola com as demais instituições que fazem parte da rede de proteção, assumindo cada uma delas as suas atribuições, pois é impossível a qualquer uma delas obter resultados sozinha. Para que um direito seja garantido, os demais também precisam ser. (Ver caderno temático *Democracia na Escola*.)

### Escola assistencialista?

Outra reflexão importante quando se fala em garantia de direitos e na escola como espaço da EDH é o que muitos têm chamado de papel assistencialista da escola, que fornece leite, refeição, uniforme etc.

Alguns educadores afirmam que a escola deixa de ser valorizada como instituição educativa (para instrução e formação) e passa a ser vista apenas como meio para obter o que seriam “benefícios”. E pior, diante desses “benefícios”, educadores ainda enxergam a “ingratidão” da população que os recebe, muitas vezes jogando no lixo alimento, uniformes, cadernos.



O **princípio** que orienta as políticas públicas de alimentação, saúde, moradia e aquelas voltadas para grupos específicos, tais como as de inclusão, para crianças e adolescentes, de direitos da mulher, de diversidade de gênero, é o do **direito a ter direitos**. Ou seja, são ações de garantia de condições para o exercício pleno da cidadania – garantia de direitos. Estão em jogo aqui a igualdade e a equidade.

Estão em jogo o direito à educação e as condições necessárias para que ele seja concretizável (alimentação, vestimenta, material escolar). Estão em jogo a indivisibilidade dos direitos e o dever do Estado de proteção integral da criança e do adolescente. Está em jogo a capacidade dos alunos e de seus familiares para decidir como gozarão dos direitos que lhe são garantidos. Está em jogo o trabalho educacional que



os educadores já não conseguem enxergar como finalidade principal da escola, mas, sim, como meio para a realização de outros fins. Está em jogo a dignidade de todos os sujeitos envolvidos.

Como desfazer esse nó? Talvez abrindo espaços de conversa em que esses diferentes lugares sejam explicitados, em que os sujeitos possam se colocar uns em relação aos outros, em que seja possível falar abertamente sobre as diferenças entre assistencialismo e garantia de direitos.



### Artigo 29

Todo ser humano tem deveres para com a comunidade humana, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

### Artigo 1.º

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

### Artigo 6.º

Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.”  
*Declaração Universal dos Direitos Humanos*

## 3. DIREITOS E DEVERES

Enfatizando mais uma vez o caráter coletivo na afirmação da pessoa humana, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu penúltimo artigo, destaca a responsabilidade perante o outro, perante a comunidade humana

As “justas exigências”, exatamente por serem *exigências*, correspondem a deveres do Estado, da sociedade, dos indivíduos, nas suas inter-relações.

Com esses três artigos, o texto da Declaração deixa claro que os deveres para com a coletividade constituem o sujeito de direitos, mas não são sua condição.

Mesmo quem não cumpre seus deveres perante a coletividade, no caso-limite de alguém que comete um crime ou um ato infracional, por exemplo, continua sendo sujeito de direitos. A condição de pessoa é o único requisito. Essa afirmativa talvez pareça enfraquecer a importância dos deveres num momento da sociedade em que a sensação de impunidade é geral. Contudo, até mesmo aqueles que cometem atos considerados desumanos, moralmente condenáveis, continuam sujeitos de direito, simplesmente porque **não deixam de ser humanos** e devem ter tratamento digno. Se cometeram crimes, devem ser julgados e punidos conforme a lei, o que não significa serem submetidos a condições desumanas. Um ato desumano não justifica outro. É por isso, por exemplo, que o linchamento é condenado e que o sistema judiciário brasileiro não aceita a pena de morte.



Do ponto de vista educacional, vale lembrar que o cumprimento de deveres pode ser ensinado e aprendido. A existência de deveres que caibam aos alunos cumprir para com a comunidade escolar, assim como para com sua própria formação como estudante, possibilita que desenvolvam atitudes de responsabilidade e avancem, gradativamente, na possibilidade de assumi-la com autonomia. E, também nesse caso, as atitudes e as práticas dos adultos para com seus deveres são referência para esse aprendizado.

### Responsabilizar ou punir?

Ao analisar os problemas do sistema escolar, frequentemente surge a afirmação de que os alunos têm muitos direitos, mas poucos deveres, e de que a impunidade que vigora na sociedade vigora também na escola. Muitas vezes, também, os educadores observam e questionam que muitos dos adultos não cumprem seus deveres, mas são eloquentes em defender seus direitos.

Os direitos precisam ser garantidos, e o descumprimento dos deveres precisa ser punido. Essa afirmação parece tão óbvia que não precisaria ser discutida. No entanto, ao pensar no sujeito autônomo que cabe à educação formar, essa discussão é importante.

Qual a função da punição? Vingar a sociedade, a escola? Servir de exemplo para os demais de que é preciso manter a ordem? Endireitar os que fogem à norma, ao padrão esperado? Formar o sujeito, promovendo o aprendizado da vida no coletivo?

Se o objetivo é o último, o que parece mais condizente com a função da educação e certamente mais adequado no contexto da EDH, é importante refletir sobre que aprendizado será retirado de uma punição. É realmente possível ensinar a viver no coletivo colocando de castigo, suspendendo, excluindo?





Talvez mais adequada que a ideia de punição seja a de responsabilização. A punição põe o foco no passado: quem tinha razão, de quem foi a culpa, quem começou. O culpado é punido. Para ser punido, basta cumprir a pena de forma passiva, não precisando se colocar diante do outro, diante do ato. A punição é individualizante, mesmo quando todos são punidos, como, por exemplo, quando a classe fica sem recreio porque ninguém acusou ou se identificou como tendo jogado papelzinho no professor que estava escrevendo na lousa.

A responsabilização põe foco no futuro: a partir do que aconteceu no passado, o que será preciso fazer dali em diante com a situação, com a relação. Para responsabilizar alguém, é preciso reconhecer e acolher sua existência, sua forma de existir.

Para se responsabilizar diante do outro, é preciso ser sujeito, atribuir sentido ao ato realizado, perceber seus efeitos nos outros, compreender e assumir o sentido da resposta. Se possível, melhor ainda, participar ativamente da elaboração da resposta. Nessas situações, o sujeito não só se sente respeitado, e assim é convocado a respeitar, mas sente que faz parte do coletivo e que tem direitos, mas também tem deveres a cumprir. Ou seja, a responsabilização gera consequências construtivas.

Geralmente, quando se aborda o ato pelo viés da responsabilização, mais de um responsável aparece. Sim, porque dificilmente existe apenas um responsável. Desse modo, o sistema de relações que deu ensejo à situação precisará ser olhado em sua complexidade, e vários precisarão se responsabilizar pela parte que lhes cabe.

Aqui cabe retomar a ideia da formação para a autonomia. O processo de responsabilização cria boas oportunidades educativas para o desenvolvimento dessa capacidade e para a legitimação das regras e dos deveres colocados pelo coletivo.

Responsabilizar-se implica viver a tensão da vida coletiva, na relação com o diferente e com o igual.







Talvez ainda seja utópico pensar uma escola que consegue lidar com o descumprimento de deveres sem punir, mas é possível almejar que, quando pune, entenda que não favorece a tarefa educativa e que é necessário se esforçar para, cada vez mais, responsabilizar e se responsabilizar.

#### 4. ATIVIDADES SUGERIDAS

A rigor, não existem “atividades para formar sujeitos de direito”. Como já exposto, isso acontece no contexto das relações, na vivência dos princípios de valor dos Direitos Humanos. Portanto, é no cotidiano do convívio escolar que se pode favorecer essa formação, por meio das atitudes que se toma, do estabelecimento de respeito entre todos, da escolha de conteúdos e da metodologia de ensino que se adota nas diferentes áreas de conhecimento, da condução das situações de conflito e de transgressão. Assim, se forem realizadas com essa preocupação, todas as atividades podem contribuir.

Entretanto, considerando ainda que a formação dos sujeitos de direito não se dá nem pela doutrinação, nem pelo mero acesso à informação fora do contexto de vida dos sujeitos, é possível criar momentos especialmente dedicados a favorecê-la por meio

de atividades. É nesse sentido que as atividades a seguir têm como proposta criar situações em que as pessoas coloquem para si alguns temas e se coloquem diante umas das outras, articulando experiência e reflexão. São exemplos e possibilidades apresentados aqui como referência para a criação de outras e novas atividades.



Com adaptações, todas essas atividades podem ser feitas com adultos, crianças e adolescentes. A ideia é desenvolvê-las em diferentes momentos e pelos diferentes educadores que compõem a co-





munidade escolar. As atividades propostas aqui têm como principais objetivos possibilitar aos participantes:

- levantar/identificar temas relacionados à sua vida pública;
- provocar um movimento reflexivo sobre um tema com base em sua própria realidade e experiência, elaborando seu lugar de sujeito;
- colocar-se (corpo, afetos, reflexões) diante do outro, exercitando o embate com o diferente;
- atuar na esfera pública.

### Roda de conversa temática

Esta atividade tem como objetivo criar situações para que os participantes relacionem os temas tratados neste caderno com a sua experiência de vida e, ao compartilhar suas experiências, possam reconhecer uns aos outros, aprofundando a reflexão.

É uma atividade clássica da educação em valores que consiste em tomar uma experiência comum da vida dos participantes como objeto de reflexão, criando uma situação em que os participantes podem exercer autonomia de pensamento, o que, como já exposto, é necessário ao “sujeito de direito”. É importante ressaltar que não se trata de julgar um caso acontecido, mas, sim, possibilitar uma reflexão por meio da qual os participantes ampliem sua visão sobre a questão, percebendo as inúmeras nuances do que está em jogo, as diferentes possibilidades e pontos de vista para compreendê-la.

Esse é um exercício colaborativo, em que a cooperação acontece no âmbito da reflexão sobre o tema. À medida que as experiências vão sendo compartilhadas e vão se acumulando questões para pensar sobre cada tema, gera-se terreno fértil para provo-





car, em médio prazo, mudanças nas maneiras de cada um pensar e se colocar na vida diante do outro e do tema apresentado. A reflexão final aponta para esse caminho.

Sugestões de temas:

- Punir para quê?
- Brigas entre amigos.
- Quando me sinto injustiçado, \_\_\_\_\_.
- Ontem me senti menos humano, porque \_\_\_\_\_.
- Não consigo falar quando sinto \_\_\_\_\_.
- Eu gostaria de agradecer por \_\_\_\_\_.

Apresentamos aqui alguns passos para iniciar e conduzir a atividade:

- Escolher ou sortear um dos temas sugeridos e pedir a cada participante para pensar e compartilhar uma experiência de vida relacionada ao tema. À medida que o compartilhamento acontecer uma pessoa pode ir identificando e anotando os pontos que estão sendo trazidos e que podem contribuir para uma reflexão coletiva sobre o tema que permita pensar formas de atuar conforme aos princípios dos Direitos Humanos. O objetivo dessas anotações é apenas tornar visível o que foi dito.
- Com base nesse compartilhamento e nas anotações feitas, pode-se abrir a palavra para uma reflexão coletiva, tomando como ponto de partida os princípios dos Direitos Humanos.



Ao final da atividade, pedir a todos que pensem se a reflexão feita provocou alguma questão sobre a forma como gostariam de atuar e se colocar no mundo, coletiva e individualmente, dali em diante em relação ao tema.

É muito importante que, durante a conversa, todos os participantes tenham oportunidade de se colocar e que todos os pontos de vista sejam respeitados pelo grupo.

Esta atividade pode ser realizada com participantes de todas as idades (desde a Educação Infantil até o grupo de educadores) e em diferentes situações (da reunião de pais à sala de aula).

### **Encenando o desrespeito aos Direitos Humanos**

A proposta desta atividade é que os participantes encenam situações em que tenham vivenciado o desrespeito aos seus direitos. Parte-se da encenação de uma situação real de opressão com a troca de experiências entre atores e espectadores, que intervêm na cena para, juntos, encontrar meios de transformar a situação de opressão vivida.

O ato de se colocar corporalmente numa dramatização costuma provocar um contato mais efetivo com os sentimentos envolvidos e enriquecer a discussão.

Algumas sugestões de situações para encenação:

- situação em que você foi tratado igual a outros e, com isso, se sentiu injustiçado;
- situação em que você foi tratado desigualmente e se sentiu injustiçado;
- situação em que você se sentiu injustiçado por causa de uma punição.



Apresentamos aqui alguns passos para iniciar e conduzir a atividade:

- Os participantes em grupos pequenos devem pensar numa situação em que vivenciou o desrespeito aos seus direitos, conforme as sugestões indicadas anteriormente.
- Com base nos relatos, o grupo escolhe uma situação para dramatizar em três cenas: o contexto da situação; a situação (diálogo ou ação) em que teve seus direitos desrespeitados; o que aconteceu depois.
- Todos os grupos se apresentam
- Os participantes escolhem uma das situações encenadas pelos grupos para repetir a encenação e nela interferir.

A encenação recomeça, e depois da apresentação do contexto da situação, qualquer participante da plateia pode pedir para parar a encenação e sugerir outro andamento à situação problema que seja melhor para que o respeito prevaleça. Nesse momento, toma o papel, para si e entra na cena para atuar segundo o que acha que fará diferença, dando outro desfecho à situação. E assim vai, até o grupo encontrar uma forma satisfatória para todos.

A interferência só faz sentido se for trocado o ator que faz o papel daquele que teve seus direitos desrespeitados. A cada nova versão da encenação, todos compartilham impressões e discutem a intervenção.

## Dilemas éticos

Um bom dilema ético é difícil de resolver e toca em assuntos sérios para as pessoas que o estão discutindo. Os dilemas éticos são situações de impasse em que um protagonista precisa decidir que atitude tomar com base numa reflexão sobre os valores dos Direitos Humanos. Essa também é uma atividade clássica do ensino de valores, na





perspectiva de promover a autonomia de pensamento. Não se trata de escolher entre o certo e o errado, entre o bom e o ruim, o que não seria um dilema. O fato de se precisar fazer uma escolha entre questões (direitos, valores, leis) equivalentes coloca a necessidade de pensar sobre quais são os princípios que estão em jogo.

Apresentamos aqui alguns passos para iniciar e conduzir a atividade:

- Criar uma história breve que estabeleça um conflito de direitos cuja solução seja difícil, obrigando o grupo a refletir sobre princípios para determinar as opções de ação. O dilema precisa estar bem claro.
- Em grupo, o dilema colocado é discutido coletivamente, cada um dizendo como se colocaria na situação, quais as questões que consideraria e que ação tomaria. Podem se explicitar discordâncias e se chegar, coletivamente, a uma proposta de ação comum, sem que necessariamente todos concordarem com as razões de todos. É importante ter claro que podem existir várias maneiras de lidar com a situação.





## BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Maria Lúcia Miranda & ABADE, Flávia Lemos. *Jogos para pensar: educação em direitos humanos e formação para a cidadania*. Belo Horizonte/Ouro Preto: Autêntica/UFOP, 2013. (Série Cadernos da Diversidade.)

BOAL, Augusto. *Teatro do Oprimido*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

BRASIL. *Convenção sobre os Direitos da Criança*, 1990.

\_\_\_\_\_. *Estatuto da Criança e do Adolescente*, 1990.

\_\_\_\_\_. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

CARBONARI, Paulo César. Sujeito de direitos humanos: questões abertas e em construção. Em *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. Disponível em: [www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos](http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos). Acesso em: 10 dez. 2014.

KOERNER, Andrei. *Ordem política e sujeito de direito no debate sobre direitos humanos*. Trabalho apresentado no 3.º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.

MOSCA, Juan José & AGUIRRE, Luis Pérez. *Direitos Humanos: pautas para uma educação libertadora*. Petrópolis: Vozes, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração dos Direitos da Criança*, 1959.

\_\_\_\_\_. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948.



PEQUENO, Marconi. Sujeito, autonomia e moral. Em *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. Disponível em: [www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos](http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos). Acesso em: 10 dez. 2014.

PUIG, Josep Maria. *Ética e valores: métodos para um ensino transversal*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

RICOEUR, Paul. *O justo 1. A justiça como regra moral e como instituição*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

RIFIOTIS, Theophilos. Direitos humanos: sujeito de direitos e direitos do sujeito. Em *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. Disponível em: [www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos](http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos). Acesso em: 10 dez. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *E se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Eliane Araque dos. Criança e adolescente: sujeitos de direitos. Em *Inclusão Social*, v. 2, n. 1, p. 130-134. Brasília, out. 2006/mar. 2007.

SCHILLING, Flávia. Igualdade, desigualdade e diferenças: o que é uma escola justa? Em *Educação e Pesquisa*, v. 39, n. 1, p. 31-48. São Paulo, jan./mar. 2013.

TONUCCI, F. A verdadeira democracia começa aos três anos. Em *Pátio Educação Infantil*, ano III, n. 8, jul./out. 2005.

VICENTIN, Maria Cristina G.; PADILLA-GOMEZ, Alejandra; CATÃO, Ana Lúcia. Notas sobre responsabilidade desde os escritos de M. Foucault: pistas para pensar a justiça juvenil. Diálogos conceituais em torno de responsabilidades, adolescência e ato infracional. Em *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 109, 2014.